

Elaborado inicialmente como a tese de doutoramento de Fernando A. Abath L. C. Cananéa, com o título Educação Popular e Identidade: navegando com a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba-UEPB, é publicada neste livro com o título **EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL**. Essa tese, em particular, analisa a trajetória de construção e fortalecimento de identidade cultural por meio de processos de educação popular na organização não governamental Associação Artístico-Cultural de Cabedelo. É a concepção de que, incentivando a participação dos sujeitos, passa-se a praticar a educação popular, esperando que contribua para o fortalecimento de identidade. A participação, como exigência para a prática da educação popular, e esta expressando um fenômeno humano de fortalecimento de processos identitários. A participação concretiza-se na conquista de identidade, possibilitada pelo exercício da educação popular. Nessa perspectiva a educação popular fortalece a identidade das pessoas.

Este livro contém um presente, entre outros raros, que o autor tem nos brindado como mais um produto de suas pesquisas e atividades culturais, marcas do fazer acadêmico de Fernando Abath. Um livro que procura mostrar a conexão, pois uma tese, de que a identidade pode ser construída por ações educativas pelo campo da educação popular.

Uma ligação que, segundo ele, nos conduz a uma navegação no ambiente em que vive e pesquisa por um tempo de décadas. No texto, há uma navegação necessária a ser realizada pela conexão que é a Associação Artístico-Cultural da cidade de Cabedelo, uma cidade de fortalezas em pleno litoral paraibano. Esses fornos, no estuário do Rio Paraíba, parcos, asseguraram o rigor e a resistência de seu fecho, exatamente por se constituir como um trabalho de monografia doutoral - uma tese. Portanto, algo com início, meio e fim, acompanhando do rigor acadêmico necessário para o mais elevado grau que a academia outorga a um pesquisador - o de Doutor.

É um texto que nos mostra a navegação para a construção da identidade das pessoas, ancorando em portos variados e em terras desafiadoras que são a cultura, a educação popular, a participação e o diálogo, até chegar à identidade mesma, a sua incessante busca nesta pesquisa.

Prezamos sim nos assegurar por quais águas ele e os navegadores daquela associação navegaram. Ao relemborar a graga Ulisses, em suas peripécias por seu mundo desconhecido, assim percorre o pesquisador Fernando, partindo de seu porto seguro, a cultura.

Mas, logo descobre que não se é tão seguro a seu ponto de partida e, conceitualmente, surge muitas risos. Talvez, acerca-se de suas próprias condições. Mesmo metido em um profundo efoal de conceitos, academicamente, conhece-nos de sua risão, assumindo a categoria teórica movimento como norteadora de um conceito de cultura. Além da dimensão do movimento, o autor afasta-se da tradição burocrática de educação e aproxima-se da visão de Flexão, uma perspectiva que elega o trabalho como referência educativa, o trabalho daqueles envolvidos na associação, um trabalho social voltado à organização do grupo.

A cultura passa a ser mostrada como expressão materializada das ações, mas também da cultura espiritual, o mundo em que nasce o homem individual, pois presente e pertencente ao seu povo ou a um círculo social determinado, contudo já na Pátria graga.

Assim, portanto, o autor, a perspectiva conceitual de cultura, embalsada pela categoria teórica movimento e fruto inerente a cada modo de produção. Isto é, a perspectiva de conceito de cultura por marcos da produção, um expressivo parâmetro de universalidade. A cultura como expressão e produto do processo produtivo. Cultura como obra criação do próprio homem. Esses produtos sociais gerados nas relações internas do grupo daquela associação também como produto cultural próprio que possibilita passagens para a identidade. Este processo cultural, no fazer de ações e de pesquisas, pela prospectação, tal se constituindo como algo efetivamente educativo e popular, promover a participação, o diálogo e da própria identidade.

Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto
UEPB



Fernando A. Abath L. C. Cananéa

Fernando A. Abath L. C. Cananéa

EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL

EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL



Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Especialista em Educação Popular/UEPB, Mestre e Doutor em Educação/UEPB. Exerceu os cargos de Coordenador da Coordenação de Extensão Cultural, de Pró-Reitor Adjunto de Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e de Coordenador do Núcleo de Teatro Universitário, todos na UEPB, de Diretor do Departamento Cultural de João Pessoa e de Diretor Geral da Estação Ciência, Cultura e Artes / Prefeitura de João Pessoa, Sub-Secretaria de Cultura da Prefeitura de Cabedelo. Também exerceu o cargo de Secretário de Estado da Educação/ Governo do Estado da Paraíba. É membro efetivo do corpo técnico do Laboratório de Ensino, Supervisionando e Trabalho de Conclusão de Curso do Centro de Educação/UEPB, Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação/UEPB, Professor Colaborador dos Cursos de Especialização em Supervisão Escolar e Gestão Educacional da Universidade Aberta Vida/IESP, Presidente do Conselho Editorial da Org. Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, Assessor de Pesquisa e Memória da Org. Fundação Fortaleza de Santa Catarina e membro do Conselho Editorial da Editora e Gráfica IMPRESSE. Possui experiência na área de Educação e Cultura, com ênfase em Educação Popular, Identidade Cultural, Gestão Educacional e Planejamento Estratégico.



EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL

Fernando A. Abath L. C. Cananéa

EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL



EDITORA
ÍMPREL
João Pessoa
2016

Copyright©2016 Fernando Abath Cananéa

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica: Imprell
Gráfica e Editora

Revisão, normatização técnica: Imprell
Gráfica e Editora

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto
nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total
ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central
da Universidade Federal da Paraíba.

C213e Cananéa, Fernando A. Abath L. C.

Educação popular e identidade cultural / Fernando A. Abath L. C.
Cananéa.- João Pessoa: Editora Imprell, 2016.

306p.

ISBN: 978-85-8332-060-9

1. Educação popular. 2. Cultura popular. 3. Identidade cultural.
4. Construção do conhecimento.

CDU: 37.018.8

À minha companheira **Ailza**, pelo amor intenso.

Ao meu filho **Thiago** e as minhas filhas **Bianca, Íris, Juliana**, pelo amor que sinto em ser pai.

Aos meus netos **Pedro, Gabriel e Theo**, por me ensinarem a amar cada vez mais.

Ao meu eterno Mestre, Prof. Dr. **José Francisco de Melo Neto**.

Aos membros fundadores, em especial, e aos que chegaram, na sequência da luta, da **Associação Artístico-Cultural de Cabedelo-AACC**, pelo companheirismo nesses últimos 31 anos de caminhada fortalecendo nossa identidade cultural.

DEDICO

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1 A NAVEGAÇÃO	13
1.1 Primeira navegação	13
1.2 Organizações não Governamentais no Brasil: breve trajetória histórica	18
1.3 AACC: partilhando um percurso e construindo juntos o nosso caminho	32
2 DIÁLOGO COM OS SUJEITOS	35
2.1 Navegando com a AACC	35
2.2 AACC e a promoção do diálogo	63
2.2.1 Elementos constitutivos do diálogo: porque ele é tão importante?	63
3 OS CAMINHOS NAVEGADOS.....	79
3.1 Compreensão das concepções de cultura: seu caráter ontológico	79
3.1.1 Cultura popular	98
3.2 Saberes da vida e saberes científicos: a construção do conhecimento ...	105
3.3 Pesquisa-Ação como metodologia participativa e interventiva.....	130

4 EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE.....	159
4.1 Educação popular	159
4.1.1 Bases históricas da Educação Popular no Brasil.....	159
4.1.2 Ensaçando um conceito aparentemente dominante de Educação Popular	165
4.2 Educação Popular e Identidade cultural: a participação como um caminho navegável	201
5 A MARÉ ALTA E NOVAS SÍNTESES.....	251
5.1 Uma navegação participativa.....	251
5.2 As contradições do processo educativo popular e a identidade cultural	267
6 REFERÊNCIAS.....	289

PREFÁCIO

Este livro considero um presente, entre outros vários, que o autor tem nos brindado como mais um produto de suas pesquisas e atividades culturais, marcas do fazer acadêmico de Fernando Abath. Um livro que procura mostrar a conexão, pois uma tese, de que a identidade pode ser construída por ações educativas pelo escopo da educação popular.

Uma ligação que, segundo ele, nos conduz a uma navegação no ambiente em que vive e pesquisa por um tempo de décadas. No texto, há uma navegação necessária a ser realizada pela canoa que é a Associação Artístico-Cultural da cidade de Cabedelo, uma cidade de fortalezas em pleno litoral paraibano. Esses fortes, no estuário do Rio Paraíba, parece, assegurarem o rigor e a resistência do seu texto, exatamente por se constituir como um trabalho de monografia doutoral - uma tese. Portanto, algo com início, meio e fim, acompanhado do rigor acadêmico necessário para o mais elevado grau que a academia outorga a um pesquisador - o de Doutor.

É um texto que nos mostra a navegação para a construção da identidade das pessoas, ancorando em portos variados e em terras desafiadoras que são a cultura, a educação popular, a participação e o diálogo, até chegar à identidade mesma, a sua incessante busca nesta pesquisa.

Precisamos sim nos assegurar por quais águas ele e os navegadores daquela associação navegaram. Ao relembrar o grego Ulisses, em suas peripécias por seu mundo desconhecido, assim percorre o pesquisador Fernando, partindo de seu porto seguro, a cultura.

Mas, logo descobre que não se é tão seguro o seu ponto de partida e, conceitualmente, corre muitos riscos. Todavia, acerca-se de seus próprios cuidados. Mesmo metido em um profundo cipoal de concepções, academicamente, convence-nos de sua visão, assumindo a categoria teórica movimento como norteadora de um conceito de cultura. Além da dimensão do movimento, o autor afasta-se da tradição homérica de educação e aproxima-se da visão de Hesíodo, uma perspectiva que elege o trabalho como referência educativa, o trabalho daqueles envolvidos na associação, um trabalho social voltado à organização do grupo.

A cultura passa a ser mostrada como expressão materializada das ações, mas também da cultura espiritual: o mundo em que nasce o homem individual, pois presente e pertencente ao seu povo ou a um círculo social determinado, contido já na Paidéia grega.

Assume, portanto, o autor, a perspectiva conceitual de cultura, embalada pela categoria teórica movimento e fruto inerente a cada modo de produção. Isto é, a perspectiva do conceito de cultura nos marcos da produção, um expressivo parâmetro de universalidade. A cultura como expressão e produto do processo produtivo. Cultura como uma criação do próprio homem. Esses produtos sociais gerados nas relações internas do grupo daquela associação também como produto cultural próprio que possibilita passagens para a identidade. Esse processo cultural, no fazer de ações e de pesquisas, pela pesquisa-ação, vai se constituindo como algo efetivamente educativo e popular, promotor da participação, do diálogo e da própria identidade.

Estamos em um ambiente de organização, mas produtor de entes culturais, entre estes, a própria dimensão do enfrentamento e da resistência constituintes de movimentos educativos, sim, e permeados da dimensão do popular. O popular, aqui, como relação cultural aberta ao outro, sem qualquer intermédio ou desejos de subterfúgios, abrindo a discussão para uma educação popular que seja promotora do outro. Uma educação popular claramente política, bem ao estilo freireano, e pronta aos desafios da sustentação de características e expressões outras culturais que marcam uma pesquisa com a metodologia da pesquisa-ação. Uma educação definidora de pedagogias próprias, úteis ao grupo que é gerador da participação. Não há associação e nem educação popular sem a participação.

A participação no desenvolver metodológico escolhido promove-a como expressão de um movimento que se apresenta com início, meio e fim, desde as definições de demandas, processos de acompanhamento de cumprimento ou não, além da avaliação coletiva de todo o processo.

Uma participação que segue e persegue o diálogo, que na construção cultural identitária também se faz necessária. Adiciona um valor ético fundante de todo o processo de elaboração e arrumação dessa identidade que se fortalece com a ética do diálogo. Para isto, são necessárias as condições ao diálogo, que muito longe de simples conversação é produto de uma exigência de condições para que se realize. São os momentos de proposição e de cobranças apresentados ao poder público durante toda essa longa jornada com a associação. São expressões daquilo que o autor define como ações de educação popular que são fortalecedoras da identidade, o escopo central de sua tese e do livro.

Portanto, os movimentos que têm início no campo da cultura, mas que passam pela educação popular, permeada pela necessidade da participação que só ocorre pelo exercício do diálogo que, assim sendo, constroem a identidade de todo aquele grupo organizador cultural - a associação.

Claro que as contradições não poderão ser abandonadas, pois o movimento trilhado pelo autor não é linear, sustentado por uma visão necessariamente dialética que assegura, finalmente, a educação popular, conduzindo à construção da identidade.

Caro leitor! Este livro lhe possibilita o vislumbre desses diálogos, desses caminhos navegados, os tempos de marés altas e suas sínteses. Sínteses que fazem, hoje, manter a cidade de Cabedelo no circuito cultural do Estado e, necessariamente, do país, com a marca nessa cultura de sua identidade.

Além disso, traduz um grande esforço político de manter-se fora da maré cheia de traços culturais outros que insistem em transformar os bens materiais e bens ideais, tudo em meras mercadorias suscetíveis de venda, de troca e de lucro, impeditivos da construção de identidade e da própria emancipação de seus autores.

Parabéns, Prof. Dr. Fernando Abath.
Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto
UFPB

1 A NAVEGAÇÃO

1.1 Primeira navegação

Minha identidade é tudo o que ajudei a construir de mim, na participação e no diálogo com o outro.

Fernando Abath Cananéa

Em nossa pesquisa e na produção deste texto, partimos do seguinte questionamento: a ação da educação popular por meio da participação fortalece a identidade das pessoas? Essa questão a ser analisada originou-se na participação e atuação na Organização não Governamental Associação Artístico-Cultural de Cabedelo-AACC/Paraíba, fundada em 22 de agosto de 1985 e da qual sou fundador, permanecendo em construções coletivas (2016). Realizei conversas, ouvi e registrei por meio de entrevistas, buscando compreensões (SILVA, 2006) e falas significativas (AUGÉ, 1994) e reconhecendo os diferentes olhares desses sujeitos da pesquisa (KAUFMANN, 2013).

É a concepção de que, incentivando a participação dos sujeitos, passa-se a praticar a educação popular, na perspectiva de que ocorra a formação de identidade e do empoderamento de sua ação como sujeito. A participação, como exigência para a prática da educação popular, que por sua vez expressa o fenômeno humano de processos identitários. Participação se fundamentando na identidade, que é a capacidade das pessoas e dos grupos sociais de livre determinação de si próprios, de se autoidentificarem, de terem a sua cultura, de escolherem seus grupos sociais e neles interferirem, de conduzirem sua própria vida, de serem sujeitos da ação.

A participação opõe-se às formas autoritárias de tomadas de decisão. É saber quem é, onde está, para onde vai e como vai, com quem vai fazer escolhas, ser senhor de sua vida. A sua realização concreta é a conquista de identidade, possibilitada pelo exercício da educação popular. Dessa forma, tivemos como diretriz de pesquisa a seguinte indagação: A Educação Popular Fortalece a Identidade das Pessoas?

Diante do pressuposto anunciado, estabelecemos que a participação das pessoas arrasta consigo os fundamentos do processo de educação popular. Analisamos algumas categorias que constituem a Educação Popular, como identidade e participação.

A educação popular se realiza com a participação das pessoas.

Eu me identifico especificamente com a linha popular. Eu já tenho dentro de mim essa predisposição da cultura popular e eu me associo a outras pessoas que também pensam nessa mesma linha. A partir daí, vai estimular outras pessoas que também se identificam com aquela cultura. Tem participação. Então, tem identidade cultural.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC).

Os processos que vêm ocorrendo na AACC, desde a sua fundação em 1985, e particularmente a partir de 2003 (ano em que passou a coordenar e executar caravanas culturais no município levando apresentações artísticas e debates sobre a cultura local e sua identidade), nos apontam que a participação expressa pela solidariedade, pela busca de justiça, pelo diálogo, pelas práticas culturais, pela defesa da memória cultural e pela ação da cidadania, é exercício de educação popular.

Para Melo Neto (2004, p. 36), a educação popular é entendida:

Como o processo formativo concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes, e às vezes antagônicas motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético-políticas e pedagógicas, ainda que comportando elementos de sintonia no plano estritamente epistemológico.

Corroborando com Melo Neto (2004), Calado (1999, p.29) afirma que educação popular “é uma perspectiva, uma metodologia, uma ferramenta de apreensão, compreensão, interpretação e intervenção propositiva de produção e reinvenção de novas relações sociais e humanas”, é uma prática pedagógica comprometida com os setores sociais que sofrem a subalternização. Subalternização aqui entendida como estar à margem das políticas públicas, de não ter acesso aos direitos e deveres da cidadania.

Acompanhando essa discussão registrei que, segundo Castells (2000, p. 22-23), “a construção da identidade se efetiva nas relações sociais, nos processos dialéticos de contradição, na relação com outros grupos, nas questões culturais, num determinado período histórico. Identidade é a fonte de significado e experiência de um povo”.

Nessa trajetória, irei: enfocar os elementos de participação dos sujeitos fundadores e ainda participantes na ONG AACC – que são dez membros (incluindo este pesquisador), no período de janeiro de 2003, ano em que passou a coordenar e executar caravanas culturais no município levando apresentações artísticas e debates sobre a cultura local e sua identidade a dezembro de 2013; caracterizar a Educação Popular na ação participativa entre os sujeitos fundadores; destacar os elementos da Educação Popular (diálogo, práxis, solidariedade, justiça, participação, saber popular e saber científico) presentes na ação participativa; caracterizar as ações de Educação Popular fortalecedoras de Identidade (cultura, diálogo, conhecimento, pertencimento).

Realizar este estudo, viver esses momentos significa o reencontro com essa história e as lembranças desse mundo vivenciado junto a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo-AACC e que proporcionou, na minha formação, uma profunda mudança de sentido que passei a emprestar aos meus projetos profissionais e de vida. A cultura e a nossa identidade cultural, por meio desse mergulho participativo, foram fortalecidas nesse processo de educação popular, procurando sempre aprender a aprender.

A esse respeito, CHAUI (1985, p.5) afirma:

A questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades (...), quando se leva em conta o papel da cultura seja como fator de discriminação sócio-política, seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação como potencial de emancipação e de libertação histórica.

Vislumbramos dessa assertiva que a cultura se constrói em bases identitárias e que a participação, nessa construção, é o elemento de fortalecimento dessa formação. Nessa compreensão, as experiências que vivenciamos nessa pesquisa, servem-nos para explicitar com clareza o processo compartilhado enquanto educador, agente cultural e pesquisador. É um

acúmulo de experiências para todos nós, membros dessa ONG, nesses trinta e um anos de convivência, conquistas, perdas e lutas coletivas.

Destaco que, academicamente, desde o mestrado, alimentava a ideia de pesquisa-ação, como metodologia que já vinha realizando, ora com leituras e seminários temáticos sobre essa metodologia, ora conversando com os sujeitos fundadores da AACC, presentes nas ações práticas.

Na conclusão do mestrado (2000), momento em que trabalhamos a política de extensão cultural na UFPB, apresentei o resultado para os membros da AACC e disse do sonho de continuar com a pesquisa-ação sobre o processo que vivenciávamos desde 1985, quando, juntos, sonhamos e criamos a Associação com a missão muito clara de lutarmos pela educação do fazer cultural e identitário, na cidade de Cabedelo/Paraíba.

Apresentada a temática à AACC – A Educação Popular Fortalece a Identidade? Vontade de estudo de nossa tese doutoral e aceita por seus membros fundadores e ainda participantes das ações, me impulsionou, não só a experiência acumulada, mas também uma intensa inquietação de contribuir com um trabalho sistematizado - EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE: navegando com a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, na procura de reflexão-ação-reflexão para a organização de grupos não governamentais que trabalham com manifestações identitárias culturais, enquanto agentes de participação e transformação social.

A ideia de realizar a reflexão teórica sobre essa temática veio da necessidade, em relação a mim, de refletir sobre essa longa caminhada. Em relação à AACC, desejo e compromisso daquela entidade de realizar pesquisas e estudos que pudessem contribuir com a análise de suas práticas e para a construção de instrumentos de consolidação dessa organização não governamental por meio da participação e fortalecimento de identidade nas práticas de educação popular.

O reforço à metodologia da Pesquisa-Ação foi uma recorrência das atividades culturais desenvolvidas e em desenvolvimento, expressão de um mergulho profundo nesses trinta e um anos de convivência, lutas, descaminhos e novos caminhos. Diálogos muito fortes nos mantém em movimento, em busca de novas sínteses.

O estudo e a análise de experiências, bem como a percepção de seu significado e alcance, constituem o ato educativo numa prática de educação popular. O ato educativo não é apenas do educador, mas dos que dele participam. Sobre isso Freire (1983, p.75) afirma: “a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem”.

Este estudo oferece várias contribuições. Em primeiro lugar, vem a contribuir com a Linha de Pesquisa Educação Popular que foi escolhida como campo de atuação dentro do Curso de Doutorado em Educação, do Centro de Educação da UFPB, tendo em vista que é nossa área de atuação na instituição (UFPB-Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e Centro de Educação) a mais de trinta e oito anos.

Em segundo lugar, a contribuição dar-se-á em relação ao registro das atividades e de seu processo de fortalecimento de identidade por meio da educação popular em uma organização não governamental de agentes culturais, com atuação na Paraíba, município de Cabedelo, distante 18km da cidade de João Pessoa, capital do Estado. Esse, por ser um município portuário, tem fundamental importância para o desenvolvimento do Estado. Mais do que isso é o município berço da história de fundação do Estado, no tocante aos bens culturais, ao seu patrimônio histórico-militar-artístico, como é o caso das edificações militares do período da colonização da Paraíba e ao seu processo de emancipação por meio da cultura e de suas práticas educacionais.

No município de Cabedelo está situado o único porto de exportações e importações do Estado da Paraíba. Na cidade, estão fincadas as origens da Paraíba, expressas na presença de ruínas de vários fortins, das igrejas e na monumental Fortaleza de Santa Catarina (Séc. XVI). Esta última foi preservada por uma intensa ação em sua defesa pelos fundadores da AACC, que em 1990/1991, passaram a cuidar do monumento. Em 1992, criaram uma Fundação chamada de Fortaleza de Santa Catarina-FFSC, com membros da AACC, e mais outras pessoas, que se agregaram para preservar e fortalecer aquele monumento histórico e cultural.

Até hoje, as duas organizações culturais protegem o monumento. Por fim, conduz ao registro do que tem sido produzido nesse mergulho cultural,

com participação e diálogos para posicionamentos entre os que fazem a ONG AACC, prioritariamente, e os agentes culturais, em geral, que atuam no município de Cabedelo.

1.2 Organizações não Governamentais no Brasil: breve trajetória histórica

Iniciamos essa discussão sobre a trajetória histórica das Organizações não Governamentais no Brasil, apresentando algumas definições, a partir de diferentes olhares institucionais. Vejamos alguns:

Segundo a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais–ABONG (2015), são consideradas Organizações não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundações, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Parágrafo único – As entidades vinculadas a igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas da ABONG.

Art. 2º: Estatutos da ABONG:

As organizações não governamentais constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto.

Para Takeshy Tachizawa, (2007) Organizações não Governamentais (ONGs) são entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou

fundações. Nesse tipo de organização enquadram-se, também, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Organizações Sociais (OS).

As ONGs no Brasil, historicamente, começaram a existir em anos do regime militar, acompanhando um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com o surgimento de uma nova sociedade organizada, que busca autonomia em relação ao Estado, em que sociedade civil tende a confundir-se, por si só, com oposição política. Nesses anos de cerceamento das liberdades individuais e de expressão, as ONGs tiveram importante papel de resistência e campo de militância. Ainda na atualidade, esse papel de resistência se faz presente.

A partir dos anos 70 vemos um forte crescimento e fortalecimento das associações civis, estendendo-se esse crescimento aos anos 80 e 90. Segundo a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG, 2002) 60% dessas entidades foram legalmente constituídas a partir de 1985, e, 15,4% a partir dos anos 90. Nos anos 1970, a informalidade era muito grande. Registra-se aumento na institucionalização a partir dos anos 90 e, mais fortemente, nos anos 2000 em razão, talvez, para além do exercício de oposição aos governos, mas atraídas pelos inúmeros editais públicos e privados de financiamento voltados especificamente para as ONGs.

Ainda de acordo com a ABONG (2015), em 2010 (última pesquisa realizada), havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%).

As ONGs atuam com foco de atuação a educação, saúde, cultura, comunidade, apoio à criança e ao adolescente, voluntariado, meio ambiente, apoio a portadores de deficiências e parcerias com o governo, a partir de uma estrutura interna composta por um órgão de natureza deliberativa (Assembleia

Geral) e órgão de natureza decisória (normalmente uma diretoria ou conselho administrativo).

A criação do Conselho Fiscal era obrigatória em alguns casos, mas a partir da vigência da Lei 13.019/14, prevista para entrar em vigor em janeiro de 2016, será obrigatória para todas as organizações sociais. A atual Lei 9.790/99, no tocante as OSCIPs, determina a obrigatoriedade de ter como objeto social, em seu estatuto de constituição, pelo menos um dos seguintes objetivos:

Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção de desenvolvimento sustentável; promoção da assistência social;
Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção do voluntariado;
Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a lei;
promoção da segurança alimentar e nutricional;
Promoção do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas.

Podemos dizer, a partir dos conceitos acima apresentados, que é grande a heterogeneidade das ONGs. Não podemos generalizar que uma ONG se caracterize apenas por não ser lucrativa, não governamental e não assistencialista. É complexa a caracterização das ONGs, apesar de que juridicamente elas são identificadas como associações ou fundações, que se regem por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica.

Para Gohn (2000), a partir dessa heterogeneidade das ONGs, passou a identificar quatro tipos de organizações não governamentais atuando no Brasil: as caritativas, as desenvolvimentistas, as ambientalistas e as cidadãs. Essa interpretação coloca de forma muito forte os avanços da participação social na América Latina. Convém observar (MACHADO, 2012) que, apenas uma

parcela das ONGs cidadãs trabalha com a perspectiva do mundo da política, da participação, da identidade cultural para a transformação social.

Já as ONGs caritativas recriam ações assistencialistas com foco muito específico na criança, no idoso e na mulher. No tocante ao campo das ações de desenvolvimento autossustentável, e principalmente com atuação internacional, vem crescendo a participação das ONGs desenvolvimentistas, preferencialmente focadas nas intervenções em reservas ecológicas naturais, barragens, reservas indígenas, tendo, também, presença mais recente na produção alternativa de produtos para o mercado popular.

Para Gohn (2000, p.58), as ONGs ambientalistas apresentam ações cujos trabalhos ecológicos estão preocupados com estudos e diagnósticos sobre o desenvolvimento autossustentável e da cooperação internacional. Importantes contribuições estão sendo dadas para a mudança do perfil das cidades brasileiras, ressaltando-se, a partir do que a autora coloca que, campanhas ou ações, apresentam caráter muito mais espetaculoso do que práticas transformadoras. Algumas dessas ONGs realizam verdadeiras promoções de eventos, outras, efetivamente, estão vinculadas a movimentos e práticas de preservação ambiental.

Seu surgimento e crescimento se dão numa forte vinculação ao campo das associações e movimentos sociais. Estamos nos referindo as ONGs cidadãs que surgem já demarcando seu papel de agente de democratização e participação. Essa é uma característica muito peculiar no Brasil e, em alguns outros países da América Latina.

Sua ação volta-se a conquista dos direitos de cidadania, atuando em espaços urbanos e rurais, e sendo fortemente ligadas a estabelecerem redes de solidariedade no fortalecimento ou participação de ações e serviços sociais básicos e emergenciais. Realizam ações, preferencialmente, junto às minorias discriminadas e aos movimentos culturais de preservação da identidade, da memória e do patrimônio material e imaterial.

Mas existem, também, as associações formais incentivadas, mantidas ou criadas pelo conservadorismo liberal, que, para além de defenderem a ampliação dos poderes populares das minorias discriminadas, apresentam-se como uma forma de conter as insatisfações destes e esvaziar a participação e lutas sociais,

retirando, com isso, qualquer possibilidade de transformação da opressão. Nesses casos, as ações são desenvolvidas atrelando-se, exclusivamente, aos interesses específicos de pequenos grupos, afastando a possibilidade de ações coletivas de participação e transformação social.

Podemos dizer que se por um lado existem ONGs voltadas à manutenção do status quo e integradas aos processos conservadores de regulação social de forte prestação de serviços assistenciais, por outro, também há ONGs que valorizam as lutas populares e os mecanismos de participação política de populações locais, visando à transformação social e a busca de uma sociedade diferente da atual. Existe, nesse caso, uma ênfase nos laços de solidariedade, justiça, participação, sem cair no assistencialismo.

Identificamos, na AACCC, essa linha de atuação cidadã e de participação crítica, muito mais por suas ações e participações críticas do que pelo que o estatuto diz, apesar de que expressam esse desejo de participação e fortalecimento da identidade cultural. A AACCC surgiu no início dos anos oitenta, em 1985, a partir de um trabalho de educação popular, de base identitária cultural, realizado junto a agentes culturais, estudantes e professores cabedelenses envolvidos com a extensão universitária da UFPB como tenho historiado neste texto.

O Estatuto de criação e fundação (1985) e o estatuto vigente em 2013/2015, abaixo anunciados, onde fala da Denominação e Finalidades, demonstra o perfil dessa ONG que busca fortalecer a identidade cultural de seus membros e da cidade de Cabedelo, por meio de ações de cidadania cultural:

ATA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ESTATUTO PARA CRIAÇÃO DA AACC - CABEDELÔ, 20 DE AGOSTO DE 1985

Aos dias 20 (vinte) de Agosto de 1985 (cum mul merciantes e octenta e cinco), reuniu-se na sua Menssãoher Walfredo local nº 103 às 09:00 (nove) horas, na sede do Projeto Cabelelo, as seguintes pessoas: Judas Tadeu Patúcio, Marieta Campos Regende Moura, Jamilson Melo Futeosa, Cecília Lourenço, Silvano Spinola, Gillette Spinola, Valdemir Cardoso Lourenço, Sereuno, Rosa Zelo Patúcio, Fernando Alath, Tenente João Emídio de Lourenço, Rosana Maria Zelo Patúcio, Jeov, Rosilide Santana, de Farias, José Elton da Silva, Margareth da Silva, Madalena Azeite, Alex dos Santos, Calvânia Gadelha, Teruinha Fialho, Rosilda de Araújo, Marcelo Cavisto, Torquato de Lima com a finalidade de fundar e instalar uma Associação que emelhasse atividades artísticas e culturais; sendo criado uma Comissão composta de: Judas Tadeu Patúcio, Fernando Alath, Jamilson Melo Futeosa, que ficou encarregada de elaborar o Projeto do Estatuto a ser apresentada e aprovada na Assembleia Geral às 20:00 (vinte) horas do dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 1985 no mesmo local, para ser discutido e aprovado. Do que, para consistir, eu, Rosilide

Santana de Farias, na qualidade de Secretaria Geral, lavrei a presente Ata que, conjuntamente com o Sr. Presidente, assino com os demais membros associados presentes.

~~Ygnacio Mdo Filho
Cristina de Souza Lourenço
Roselene Santana de Farias
Maira da Cunha Bezerra dos Santos
Fui Manoel Farias da Silva~~

Judei Tadeu Patuleiro Carneiro
Rosana Maria da Silva
Marita Campos Rezende Moura

Fernando Abath Cananéa
~~Fernando Abath Cananéa~~

Apresentado Nesta Data Para Registro
Registrado Sob nº 27438 P-03
Cobrança, PIS 30 NOV 2000
2º Abatecido Diógenes Carvalho Titular
2º Substituto
Diógenes Carvalho
2º SUBSTITUTO

ATA DE FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DO PRIMEIRO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DE CABEDELO / AACC- 22 de agosto de 1985.

Ata de Assembleia Geral da Associação Artístico Cultural de Cabedelo - AACC. ⁰⁰³

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Agosto do ano de 1985 (mil novecentos e oitenta e cinco) na sede provisória da Associação Artístico Cultural de Cabedelo, AACC, à rua Membranher Walfredo local nº 103, nesta cidade de Cabedelo do Estado da Paraíba, às 20:00 (vinte) horas, em Assembleia Geral, após o empendimento temporário do Edital afixado em prédios e locais públicos desta cidade, foi apresentado pela Comissão de constituição da Entidade, sob a Presidência do pedagogo e teatro-logo Fernando Alath, a minuta do Estatuto da mencionada Associação, a qual lida à Plenária após acaloradas discussões e a existência de emendas, o Estatuto da Associação Artístico Cultural de Cabedelo - AACC, foi aprovado na sua unanimidade com a seguinte redação: Estatuto Social - Art. 1º - A Associação Artístico - Cultural de Cabedelo - AACC, fundada em 22/08/85, é uma sociedade civil com fins culturais, sem fins lucrativos, com sede e fórum na cidade de Cabedelo - Estado da Paraíba, com duração indeterminada. Art. 2º - So' poderão

2 se filiar pessoas residentes em Cabedelo. Art. 3º - A AAEE será regida com base nos Estatutos Sociais e seu regimento, interno. Art. 4º - A AAEE, tem por finalidade desenvolver atividades metodológicas, educacionais, a partir de situações de aprendizagens geradas no contexto cultural. Art. 5º - A AAEE, terá a seguinte Estrutura Organizacional: I - A Assembleia - Geral; reunir-se-á uma vez por ano, para prestar contas e esclarecer assuntos da Entidade. Art. 7º - A Assembleia Geral Extraordinária só poderá ser convocada pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos associados em dias com as obrigações sociais. Parágrafo Único - As Assembleias Gerais só poderão ser abertas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação e, em segunda convocação com qualquer número de sócios presentes, após a primeira convocação. Art. 8º - A Diretoria da AAEE, será constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e outros departamentos a serem criados de acordo com as necessidades básicas da AAEE. Parágrafo Primeiro - A Diretoria deverá ser escolhida por eleição direta ou em sessão aberta, por aclamação. Parágrafo Segundo - A Diretoria terá um mandato de 1 (um) ano podendo ser reconduzida por mais um período. Parágrafo Terceiro - Só poderão concorrer a cargos eletivos aqueles que residirem em Cabedelo e que estiverem

10
3 Art. 9º - O Conselho Fiscal, será composto por 6 (seis) membros: 1º, 2º e 3º Conselheiros; e 1º, 2º, 3º Suplentes. Art. 10º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos, será convocada uma Assembleia Extraordinária para os suplençimentos dos mesmos. Art. 11º - Direitos dos Associados: I - Participar das reuniões; II - Votar e ser votado. Art. 12º - Deveres dos Associados: I - Cumprir e fazer cumprir os dispostos neste Estatuto; II - Defender a existência da AACE. Art. 13º - O quadro Social da AACE, tem as seguintes categorias sociais: Fundadores, Efetivos, Honorários e Beneméritos. Art. 14º - A AACE, só poderá ser dissolvida em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificadamente para tal fim, com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios em dias com suas obrigações sociais. Parágrafo Único - Em caso de extinção da AACE, o seu patrimônio será transferido para outra Associação de cunho semelhante e/ou, Entidade Assistenciais, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, nomeadas na Assembleia Geral da dissolução da Entidade. Art. 15º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade. Art. 16º - Os encargos omissos serão decididos em Assembleia Geral. Art. 17º - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação e publicação no Diário Oficial do Estado. Art. 18º - Todo e qualquer bem será revertido em favor da mesma. Após a suspensão dos trabalhos da Reunião de Assembleia Geral,

4 para transcrição em seu livro próprio do texto do seu Estatuto, foi seguido pelos presentes a eleição por aclamação, os seguintes associados: Para Presidente Jamilson Melo Furtosa; Vice-Presidente Carlúcia de Souza Lourenço; Secretária Geral Roselide Santana de Farias. Tesoureira Adjuda Tadeu Patricio. Compõe a Diretoria Executiva da Entidade. Para Conselheiros, Waldemir Cardoso Lourenço, Marieta Campos Rezende Moura, Maria da Penha B. dos Santos e Suplentes: Silvano Pedrosa Espinola, Sérgio Brito, Fernando Abath Cananéa, que após assumirem o compromisso de jurar tomaram posse diante da aclamação e aplausos dos presentes. Do que para constar, eu, Roselide Santana de Farias, na qualidade de Secretária Geral, lavrei a presente Ata que, conjuntamente com o Sr. Presidente assim conjuntamente com os demais membros associados presentes.

~~Jamilson Melo Furtosa~~
 Carlúcia de Souza Lourenço
 Roselide Santana de Farias
 Maria da Penha Rezende dos Santos

Tadeu Patricio Lourenço
 Diana Maria da Silva

Marieta Campos Rezende Moura

SERGIO BRITO DE ALMEIDA

ALEX
 Fernando Abath Cananéa

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DE CABEDELLO/Paraíba–AACC.

Vigência 2013-2015.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADES: - Art. 01o. - A Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, cuja sigla é AACC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, sob o nº 09.144.031/0001-90, Reconhecida de Utilidade Pública Estadual e Municipal, respectivamente pelas Leis 5.423 e 594, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com fins culturais e educacionais, fundada por pessoas físicas em 22 de agosto de 1985, com duração indeterminada e sede e foro à Rua Santa Catarina, S/nº, (Fortaleza Santa Catarina) Centro na cidade de Cabedelo no Estado da Paraíba – CEP. 58.310-000. - Art. 02o. - A AACC tem por finalidades: I – Apoiar preservar, restaurar, revitalizar, reutilizar, conservar e divulgar o patrimônio histórico, artístico paisagístico e, ou cultural, de natureza material ou imaterial brasileiros, notadamente os existentes no Município de Cabedelo com especial destaque para a Fortaleza Santa Catarina; II - Promover, apoiar ou fomentar atividades ligadas ao desenvolvimento da arte e da cultura, notadamente a Banda de Música 12 de Dezembro; III – Realizar pesquisas e criar métodos alternativos ao desenvolvimento institucional e social, a preservação, restauração, revitalização, reutilização, conservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico e, ou cultural e ao fomento da arte; IV – Mediante convênios específicos, prestar apoio a órgãos da Administração Pública direta ou indireta da área cultural, educacional, de meio ambiente e de saúde na realização de suas atividades; V – Incentivar a prática do voluntariado, notadamente com relação a atividades de caráter cultural e artístico; VI – Incentivar a prática de atividades de caráter didático na rede pública de ensino através de ações artísticas e culturais voltadas principalmente para o atendimento aos jovens oriundos de famílias carentes; VII - Aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação envolvidos no ensino da arte; VIII – Realizar levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino artístico; IX – Apoiar a formação dos indivíduos, facilitando-lhes o acesso aos meios de ensino, inclusive através da concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e de instituições privadas sem fins lucrativos visando o desenvolvimento institucional, cultural,

científico e a inovação tecnológica; X – Facilitar e, ou implantar o acesso para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao público, inclusive a Internet, dando-lhe todas as condições possíveis, incluindo os equipamentos e terminais para operação pelos usuários; XI – Facilitar o acesso dos estabelecimentos de ensino e bibliotecas aos serviços de telecomunicações, através da utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da Internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos frequentados por populações carentes; XII – Fomentar, apoiar e, ou realizar serviços de transmissão, retransmissão e repetição de TVS educativas e, ou comunitárias e dos Canais Públicos da TV Cidadania; XIII - Fomentar, apoiar e, ou realizar serviços de radiodifusão comunitária e, ou educativa de caráter sociocultural; XIV – Contribuir para a profissionalização do jovem especialmente no que diz respeito ao ensino de atividades técnico-artísticas especializadas; XV - Defender judicial e administrativamente, os interesses difusos de seus associados, inclusive no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos de caráter cultural e ao consumo de bens de valor artístico-cultural; XVI – Lutar pela garantia do livre direito de expressão intelectual, artística, científica e, de comunicação, independente de censura e licença; XVII – Lutar pela eliminação de restrições a manifestação do pensamento, da criação e da informação; XVIII – Lutar pela garantia do acesso e o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; XIX – Difundir ideias, elementos da cultura, das tradições e hábitos sociais da comunidade local; XX – Oferecer mecanismos facilitadores da formação e da integração da comunidade local, estimulando o lazer, a cultura e convívio social, dentro da comunidade; XXI – Prestar serviços de utilidade Pública à Comunidade, integrando-os aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; XXII – Incentivar a capacitação dos cidadãos da comunidade, no exercício do direito de expressão de forma mais acessível possível; XXIII - Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; XXIV - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; XXV - Auxiliar os órgãos públicos na execução de suas políticas de

emprego, notadamente aquelas destinadas a auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, na promoção de ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional; XXVI – Contribuir para a Instalação, implementação e, ou fortalecimento dos Conselhos Públicos de Políticas Culturais; XXVII - Contribuir para a implantação de Políticas Públicas de Cultura, através de ações integradas, de programas e projetos de capacitação e aprimoramento de instituições públicas e privadas da área cultural e, XXVIII – Colaborar com as Políticas Públicas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, notadamente aqueles atuantes no ensino da arte; XXIX - Contribuir para a ampliação do conhecimento dos aspectos científicos, socioeconômicos, ambientais e das políticas relacionadas com os oceanos, bem como dos problemas a eles referentes; XXX - Apoiar e fomentar as atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento institucional e tecnológico e à inovação tecnológica; XXXI - Promover a realização de cursos, seminários, congressos e atividades congêneres de assuntos relacionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica e para formação, especialização e aperfeiçoamento do cidadão, capacitando-o ao exercício de empreendimentos públicos e privados; XXXII - Apoiar e fomentar projetos de ensino, na seleção e formação básica e profissional, de pesquisa e de extensão; culturais e científicos; e de desenvolvimentos institucionais e de inovação tecnológica, voltadas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das pesquisas educacionais, científicas e tecnológicas relacionadas; XXXIII - Contribuir para uma gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; XXXIV - Fomentar a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; XXXV - Fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; XXXVI - Promover a reintegração dos jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos nos processos educacionais, contribuindo para a sua qualificação profissional, artística, cultural e seu desenvolvimento humano e de cidadania; Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; XXXVII - Contribuir para a

melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional.

1.3 AACC: partilhando um percurso e construindo juntos o nosso caminho

Nesta caminhada investigativa, acompanhei e participei do percurso dos membros fundadores e participantes ativos desse processo a partir das primeiras discussões, passando pela formação da Comissão de Criação e Elaboração dos Estatutos, tendo sido, este pesquisador, o presidente dessa Comissão de Criação da futura AACC.

No período compreendido entre janeiro de 2003 a dezembro de 2013, na ONG AACC - Associação Artístico-Cultural de Cabedelo/PB, procurei me debruçar sobre suas ações, captar os significados enviados por suas falas e intervenções nas práticas da associação, buscando perceber os sentidos, traduzindo as escolhas, as decisões, os conflitos, as diferenças e as bem-aventuranças.

Nessa perspectiva, aproximamo-nos, como ação prática e teórica, da entrevista com ausculta sensível (SILVA, 2006) por entendê-la mergulhada no conjunto da experiência, considerando que a escolha de uma metodologia de pesquisa faz-se dentro de um conjunto de experiências formadoras (JOSSO, 2002) e por olhar os sentidos dos outros (AUGÉ, 1994), (E SILVA, 2006) numa perspectiva de respeito ao outro (KAUFMANN, 2013). Mesmo sem ter desenvolvido especificamente a metodologia da entrevista compreensiva (KAUFMANN, Idem), onde o entrevistador está ativamente envolvido nas questões para provocar o envolvimento do entrevistado e participar da interpretação do material pesquisado, procuramos seguir muitos dos seus elementos e orientação dentro da Pesquisa-Ação.

Nosso caminho metodológico percorrido foi o da Pesquisa-Ação. Esta é uma pesquisa para a ação onde a realidade é decifrada e reinventada a cada momento e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo participativo, o que nos trouxe algumas tensões, hesitações e também decisões ao buscar realizar a pesquisa. Ressaltamos que ver os membros da AACC se mobilizando, dialogando entre nós e com outras pessoas, mesmo que essas não fizessem

parte diretamente da organização, criando e produzindo o seu processo de mobilização e escolha de estratégias de participação interna e em outros espaços sociais, divergindo em diferentes ocasiões, mas dialogando, sempre foi e continua sendo fascinante.

Sabemos que essa caminhada não se construiu do dia para a noite e sim na luta, na aprendizagem a partir da participação e do fortalecimento de identidades entre seus membros, organizados em prol de objetivos e perspectivas de ação comuns e mesmo nas diferenças. Um desafio acadêmico e tanto, pois estou mergulhado nesse processo que estudo/vivencio/analiso/estudo visando produzir novas sínteses, sem perder de vista a autocrítica necessária em trabalhos dessa natureza.

Para efeito de apresentação da pesquisa, das ações e das análises realizadas, optei por distribuí-las ao longo de vários movimentos que compõem o corpo deste texto. Em vários momentos estarei realizando construções teóricas e de relatos de forma concomitante, porém passíveis de realimentações e reorientações, a partir das discussões que ocorreram ao longo dessa caminhada-ação, um momento de síntese primeira. O estudo foi desenvolvido em três grandes movimentos, seguidos das sínteses e de novas sínteses.

No **primeiro movimento**, intitulado A NAVEGAÇÃO, procurei introduzir o leitor na temática estudada apresentando um memorial de nossa trajetória teórico-metodológica, percorrida no campo de estudo e os caminhos trilhados pelo pesquisador ao longo de sua formação e de como iniciou seus estudos nessa temática. Busquei expor, também, uma breve trajetória histórica das ONGs no Brasil para identificar a AACC nesse contexto de atuação.

As experiências iniciais vivenciadas ao longo do processo de criação da Organização Não Governamental AACC, estão relatadas, onde destaco as estratégias de educação popular utilizadas como marco importante para pôr em prática o diálogo e a participação entre os membros fundadores e ainda participantes.

Ainda no **primeiro movimento**, apresento o DIÁLOGO COM OS SUJEITOS onde continuo a fazer um mergulho na trajetória de todo o processo de formação, criação, estruturação e ação que se corporificou com a

efetivação da AACC, seus interesses, expectativas, objetivos e ações em busca do fortalecimento de identidade por meio da participação, da promoção do diálogo, utilizando-se das estratégias de educação popular.

Ressalto que uma investigação é, por definição, a procura por algo. Queremos investigar sobre algo ou sobre alguém, um grupo de sujeitos. Nossos sujeitos de pesquisa são os membros fundadores da AACC, ainda imersos e participantes, nas ações identitárias da organização, inclusive nossa pessoa.

Sigo com a nossa construção, agora num **segundo movimento**, informando sobre Os CAMINHOS NAVEGADOS. Estarei me debruçando sobre a compreensão de cultura, os saberes da vida e os saberes científicos e sobre a pesquisa-ação como metodologia de pesquisa participativa e interventiva. Nesse movimento histórico dialético, apresento os caminhos metodológicos percorridos e os sujeitos da pesquisa, destacando as ações identificadas como fortalecimento de identidade e particularmente a cultural.

EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE é o **terceiro movimento**, lugar de escritas onde procurei extrair os conceitos de educação popular e suas bases históricas no Brasil para dar suporte ao trabalho que busca identificar a relação entre cultura e identidade em sujeitos associados em busca de participação, bem como a compreensão sobre a educação popular e sua relação com a participação enquanto estratégia de fortalecimento de identidade.

Por último e, não o final, é chegado o momento de explicitar A MARÉ ALTA E NOVAS SÍNTESES, realizando análises a partir de uma navegação participativa. Nesse movimento, reafirmo os diálogos em torno da educação popular e fortalecimento de identidade cultural que passa pela participação dos membros fundadores e ainda participantes da AACC nas suas lutas, diferenças, potencialidades, conquistas e sentimentos de pertencimento em relação a si e aos outros.

Vamos, então, ao Diálogo com os Sujeitos fundadores e ainda participantes, onde faço um mergulho na trajetória de todo o processo de formação, criação, estruturação e práticas educativas que se corporificaram com a efetivação da AACC.

2 DIÁLOGO COM OS SUJEITOS

Acredito que, por sermos sujeitos históricos, os momentos que vivemos ajudaram a nos formar como pessoa. O que somos hoje tem grande influência em nossas escolhas, tanto pessoais quanto profissionais. Este texto relata alguns acontecimentos da minha vida pessoal que influenciaram na escolha profissional pela educação popular, numa clara opção por uma educação que privilegie o diálogo: o diálogo como atitude humana, expressão da capacidade de perguntar e responder ao outro, como igual.

Você compartilha as decisões de gestão da associação, das ações, planeja. Planejar em grupo, porque foi assim que essa entidade foi feita, nessa estrutura.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC)

2.1 Navegando com a AACC

Sem participação não acontece nada, o objetivo é esse, tem que atingir muita gente. Tem que participar. Tem que decidir junto.

(Valdenice Cardoso da Costa-fundadora da AACC).

Iniciei a nossa ação cultural com a concepção freireana de estarmos preocupados com as raízes, com o meio sociocultural, com a defesa da condição de sujeito em busca da condição de cidadãos e cidadãs no município de Cabedelo. Esse processo é possível por meio da autonomia dos sujeitos, por meio de uma educação preocupada com o engajamento do sujeito em sua realidade, em seu contexto, apreendendo-o e tornando-se capaz de, ao criticá-lo, iniciar sua compreensão e transformação.

Nessa perspectiva, fui motivado por um trabalho de teatro desenvolvido nas comunidades de João Pessoa, particularmente no Movimento Unificado de Extensão e Integração Cultural-MUEIC. Essa era uma ONG ligada às artes, ao fazer educacional que trabalhava com a perspectiva da educação popular, a solidariedade entre os povos, diálogo, cultura, justiça social e participação nas lutas por educação e cultura de qualidade.

Voltamos ao ano de 1980, em seus últimos meses. Nesse período, a UFPB, por meio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes—CCHLA,

realizava reuniões, a partir do antigo Departamento de Artes e Comunicação – DAC, com várias unidades da UFPB para formar uma equipe interdisciplinar. Visava à implantação do Projeto “Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País–cidade de Cabedelo/Paraíba”, a ser financiado pelo MEC, que naquele contexto era denominado Ministério da Educação e Cultura.



Projeto Cabedelo - Fernando Abath Cananéa, manipulando boneco de mão, numa ação de contação de histórias com crianças de escola municipal.

1981: Fonte: Acervo Projeto Cabedelo/UFPB.

O MEC, naqueles anos passados, estimulava, também, as políticas artístico-culturais e suas interfaces com o ensino fundamental e médio. Ainda não existia o Ministério da Cultura, só vindo a ser criado em 1985, com a abertura política no Brasil, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância dessa área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação e muito dependente na questão das políticas públicas. A cultura, ontologicamente falando, é o cuidar, é o manter. A cultura é o cuidado que o homem tem com o seu mundo, com a sua realidade e passa a ser oficialmente reconhecida como elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional.

Em 1981, a ação é implantada ficando conhecida na comunidade como Projeto Cabedelo, uma alusão carinhosa e identitária à cidade de mesmo nome. Vivi, a partir daí, outro tempo, onde, com mais outros profissionais da UFPB e da cidade de Cabedelo, pude experimentar um intenso processo de busca desse fazer educacional popular, utilizando como fonte o contexto e o fortalecimento da identidade cultural daquela comunidade. É com esse entendimento e sentimento que falo de nossas vivências na formação de agentes culturais na cidade de Cabedelo, visando à inserção desses agentes culturais e de suas práticas artístico-culturais em suas escolas municipais.

Para Dubar (2005), a identidade de alguém não pode ser analisada fora das trajetórias sociais nas quais os indivíduos constroem identidades para si e para o grupo no qual interagimos. Nossas leituras coletivas passaram a ser “O Teatro do Oprimido” e “200 Maneiras do Ator e não Ator Dizer Algo Através do Teatro”, do teatrólogo Augusto Boal. Líamos também “Educação como Prática da Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”, do educador Paulo Freire.

Formamos um grupo de cinquenta e dois profissionais entre professores, técnicos e estudantes ligados à UFPB e comunitários das mais diversas áreas do conhecimento, envolvidos diretamente em seis escolas públicas municipais e, na Fortaleza de Santa Catarina, enquanto patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. Tempos depois, também começamos a interagir com as escolas estaduais do município. Vários grupos de arte e cultura da comunidade foram se envolvendo e alguns de seus membros se tornaram monitores das atividades/oficinas de arte e cultura com interfaces educacionais, que eram desenvolvidas junto às escolas públicas (municipais e estaduais do município) que aderiram a essa ação.

Com o passar dos anos, nesses tempos de aprender, fomos internalizando esse trabalho de educação popular por meio da construção e fortalecimento de elementos culturais. Buscamos fomentar políticas públicas de educação e cultura que viessem fortalecer a própria identidade cultural e a daqueles agentes não-governamentais, para que pudéssemos assumir nossos próprios destinos. Intervimos na nossa rua, no nosso bairro, em nossa escola, nos poderes constituídos do município. Sentia-me e interagia na cidade como cidadão cabedelense.

Estava construindo—estamos permanentemente construindo juntos—esse sentimento e necessidade de pertencimento ao grupo, porque começávamos a pensar e dialogar com os outros. Faz parte da identidade pertencer e se sentir como sujeito de seu local de intervenção, de moradia, de fazer acontecer, de gerir seu fazer cultural e como diz a atriz, agente cultural, professora da educação básica Madalena Accioly e fundadora da AACC, “o meu corpo fala, interconectado em todos os sentidos, inclusive nas redes sociais digitais ou presenciais” (2014).

Como método de trabalho, tínhamos a leitura da realidade, a leitura de obras de autores como Paulo Freire, Augusto Boal, Ernest Fischer, Antonio Gramsci, Hanna Arendt, Marilena Chauí, Hector Rossi, Ayala e Ayala, numa perspectiva identitária de trazer para a rede pública de ensino cabedelense os fatos ligados à educação, a arte e a cultura das comunidades distribuídas nos diferentes bairros da cidade.

Tempos mais tarde, já quando estava desenvolvendo estudos no Mestrado em Educação—linha de pesquisa em educação popular, foram sendo feitas as leituras de José Francisco de Melo Neto, Roberto Jarry, Michel Thiollent, Moacir Gadotti, Carlos Alberto Torres, Vanilda Paiva e Thimoty Ireland. Essas leituras foram elementos fundamentais na construção dos conceitos de identidade deste pesquisador e dos agentes culturais locais envolvidos nessa ideiação e de todo o grupo de estudantes, técnicos e professores da UFPB.

Cada bairro da cidade de Cabedelo tem características identitárias diferentes, umas são formadas por pescadores/as, outras por trabalhadores ligados as atividades portuárias e outras fornecem mão-de-obra para os condomínios, marinas, pousadas e hotéis, além de um significativo contingente de servidores públicos. Cabedelo é uma cidade portuária e de médio turismo, em razão da economia que gira em torno do porto (atualmente-2016 – o porto passa por sérios problemas financeiros em razão da diminuição do atracamento de navios cargueiros) e dessas vocações turísticas (a exemplo da Fortaleza de Santa Catarina, ruínas do Convento Almagre e dos fortins do seu entorno e do banco de areia chamado Areia Vermelha, onde ocorrem visitas). A cidade possui uma população oriunda de vários lugares do Brasil e do mundo, além

dos nativos ou ali criados há muito tempo. Muitas identidades e muitas diferenças convivem num mesmo território.

Somos um deles, nascido em João Pessoa/PB, mas identitariamente cabedelense, pelos mais de 31 anos de inter-relações culturais com o povo da cidade e, especialmente, com os seus agentes culturais e educacionais. Nessa caminhada já tive a cidadania cabedelense reconhecida pela Câmara Municipal, já fui Subsecretário de Cultura por quase quatro anos e, o mais importante, fui aceito na comunidade e pelo grupo como um cabedelense. Minha identidade cultural com a sua história e com as suas lutas foi reconhecida. Tudo isto reafirma a metodologia desta pesquisa: a pesquisa-ação.

Costumamos dizer, na cidade, que temos a Cabedelo dos ricos e a Cabedelo dos pobres, sendo essa uma fala muito ouvida nos bairros distantes das praias de veraneio. Não é de se estranhar que temos duplicidade de nomes para as comunidades (a exemplo de Praia do Poço e Recanto do Poço; Camboinha e Camboinha dos Pobres). No passado (há trinta e um anos), as comunidades, oprimidas pela especulação imobiliária, assumiam essa opressão e colocavam os nomes dos grandes loteamentos em suas comunidades de moradia. Esse quadro tem mudado (ainda que não totalmente) e já não se dá o mesmo nome dos bairros ricos às comunidades periféricas do município.

A transformação dessa realidade tem sido uma das bandeiras de luta da AACC e de tantas outras organizações da sociedade civil que atuam na cidade. Não apenas no desejo que se mudem esses nomes, mas sim, que as mudanças cheguem às condições de habitação, educação, transporte, esgotamento sanitário dessas localidades, que vivem em condições precárias.

Existe uma comunidade em Cabedelo formada de barracos construídos com papelão, folhas de zinco, restos de madeira e de outros materiais retirados dos lixões e que se chama Vila Feliz. Que paradoxo, chamar de Vila Feliz um lugar onde a felicidade, na minha compreensão, está distante, pois o que vemos é muito sofrimento, de toda ordem. Para essa comunidade, com certeza, deve ser uma alusão à esperança de melhores dias e que um dia eles conquistem moradias dignas e a Vila possa se tornar efetivamente Feliz.

Muito já avançamos em diferentes frentes de luta a exemplo da conquista de concursos públicos para os trabalhadores da educação – inclusive

do ensino de arte, a conquista das Leis de Incentivo à Cultura e de Tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural do município, a formação de Comissão Paritária para a escolha dos projetos culturais a serem incentivados pelo Governo Municipal, a criação da Secretaria Municipal de Cultura, a extensão dos programas sociais às comunidades entendidas como ‘invasões’ e o reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual da AACC. Procurávamos envolver as comunidades e seus agentes artístico-culturais, sociais e religiosos, na certeza de que, assim fazendo, teríamos a probabilidade de que haveria continuidade do trabalho quando a UFPB, por alguma razão, se retirasse da ação. E foi exatamente isso que aconteceu tempos mais tarde.

Ao entrar fundo nessa ação cultural, em que nós atuávamos com a formação teatral dos professores e agentes culturais, pudemos compreender, nesse processo pessoal e profissional, como a escola (neste caso a pública; mas, também a experiência com a escola privada nos deu parâmetros para essa análise) está assustadoramente distante de seus educandos, como se tivesse como única missão o repasse das ideologias e dos conteúdos previamente estabelecidos em currículos elaborados por quem detém a decisão e, portanto o poder de fazer o que quer e como quer.

Resistimos o tempo todo e é isso que continuamos a fazer. Foucault (1997, p.37) explicita essa questão no seguinte comentário:

A educação pode bem ser (...) o instrumento pelo qual um indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ganhar acesso a qualquer espécie de discurso. No entanto, todos sabem que, por sua atuação, através do que permite e do que evita, a educação segue as bem demarcadas linhas de batalha do conflito social. Cada sistema de educação é um meio político para manter ou para modificar a apropriação do discurso (...). O que é um sistema educacional, afinal, senão a ritualização da palavra, a qualificação de alguns papéis fixos para interlocutores e a distribuição e a apropriação do discurso, com todas as suas aprendizagens e poderes?

Minhas atividades profissionais na UFPB eram desenvolvidas a partir do Núcleo de Teatro Universitário, unidade da Coordenação de Extensão Cultural-Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, por meio de

ações teatrais nos projetos de extensão universitária, desenvolvidos por aquele núcleo.

Em Cabedelo, continuava a minha prática educativa, junto às escolas e a agentes artístico-culturais não governamentais, na direção da edição coletiva de cadernos e cartilhas de educação e cultura que refletissem aquela comunidade, o estudo de seus saberes e a divulgação dessas ações educativo e culturais (os professores, os técnicos, estudantes e agentes culturais participavam em sistema de cogestão–UFPB e comunidade).

Trabalhava com o teatro popular como elemento de aproximação, participação e discussão sobre a identidade cultural da cidade e do seu povo. A presença nas escolas públicas foi um passo decisivo para a expansão desse debate em torno da necessidade de se fortalecer a identidade cultural do município. Tratava-se de uma ação de comunhão de saberes, sobre a qual Sales (1983, p.15-17) faz a seguinte afirmativa:

O saber acadêmico não é superior ao não acadêmico. São saberes complementares. A realidade é esta: saberes complementares e ignorâncias enormes. Da união/confronto desses saberes e ignorâncias, buscando as leis de geração e superação dos problemas, nascerá uma síntese mais rica para continuar o processo de transformação e conhecimento.

Nesse período, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão do Ministério da Educação e Cultura – MEC, susta os recursos do Programa (1983), dando por encerrada a ação no município de Cabedelo. Conversas chegadas da Capital Federal davam conta de que éramos tidos na cidade pela Prefeitura Municipal como incentivadores da manifestação dos professores municipais que realizaram a primeira paralisação na história do município, reivindicando melhores condições de trabalho e de salário. Aos poucos, vários profissionais da UFPB foram se desligando do Projeto Cabedelo. Em contrapartida, a comunidade foi demonstrando seu grau de amadurecimento político. Passou a participar, cada vez mais, do Colegiado Diretivo que havia sido criado para partilhar o poder coordenativo da UFPB com a comunidade.

O Prof. Silvino Espínola, sociólogo do antigo Departamento de Artes/UFPB, nosso coordenador geral, desde o início do projeto, já

trabalhava nessa perspectiva de construção coletiva de nossos destinos na ação. Ele sempre nos lembrava disso já em 1981, que se não tivéssemos identidade com aqueles fazeres e querer, se os agentes educacionais e culturais cabedelenses não assumissem o seu destino, não resistiríamos a nenhum ataque tipo a retirada dos recursos. Nosso trabalho precisava estar mergulhado na ação, ter compromisso com aquelas pessoas às quais estávamos dizendo ser importante elas lutarem por sua identidade, pelo seu patrimônio cultural, por direitos e não ser uma simples pesquisa que vai a comunidade, coleta os dados e nunca mais volta.

Foi exatamente o que aconteceu. A participação e o pertencimento do grupo oportunizou que a ação continuasse. Uma ação de dentro do grupo se instalava e aos poucos formávamos uma grande corrente do querer fazer, independentemente dos órgãos públicos. Sem recursos financeiros, assumi, a pedido dos antigos membros do grupo, em conjunto com Gilete Espínola-psicóloga (voluntária externa à universidade), a Coordenação Pedagógica do projeto. Demos prosseguimento às ações, agora com imensas dificuldades operacionais, pois não tínhamos mais recursos financeiros.

O passo seguinte foi reunir a comunidade e dialogar sobre o que estava ocorrendo. Foi feito um pacto de trabalho e de compromisso entre a comunidade e o pequeno grupo de docentes e técnicos da UFPB que se propuseram a assumir o projeto como voluntários e seguir em frente.

Houve momentos em que a direção superior da UFPB não mais ofereceu apoio, pois não via a ação como papel da instituição já que o MEC havia terminado o projeto nacional. Questionávamos: se uma ação de educação popular fortalecendo identidades não fosse papel de uma universidade pública, de quem mais seria? Resistimos e fomos em frente com apoios isolados e não oficiais dentro e fora da UFPB. Esse grupo remanescente passou a atuar como assessores dos membros da comunidade, incentivando-os a assumirem as ações e destino do Projeto. Nesse período, participei da elaboração e publicação de uma Cartilha de Alfabetização que recebeu o nome de “A Fortaleza”, em referência ao monumento cultural do século XVI, que tanto identifica o município de Cabedelo.

Essa cartilha foi produzida (1983) em conjunto com as professoras do primeiro ano do ensino fundamental, sob nossa supervisão pedagógica, além da participação da primeira orientadora educacional do município, a Professora Maria Ramos (que depois se tornou Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura). A partir de sua publicação, a Cartilha foi adotada pela Prefeitura e aplicada em todos os anos iniciais do ensino fundamental.

Era Secretária de Educação do município a Professora Valdenice Cardoso, que depois se juntou ao grupo e partilhou da fundação da AACC. Foi uma experiência muito rica do ponto de vista educacional para todos os envolvidos (professores, especialistas em educação, monitores da comunidade e agentes culturais). Para mim, em particular, foi emocionante pegar nas mãos aquela “cria”, vê-la sendo utilizada, debatida e proporcionando um novo olhar sobre o livro didático, que nos anos de 1980/1990, eram elaborados e editados no sul do país e distribuídos em todas as regiões, sem levar em consideração as identidades culturais desse imenso país.

Lembro-me muito bem, que o que nos motivou a escrever essa cartilha de alfabetização foi termos recebido um livro do MEC com a figura de um “asno” na capa e quando cobrimos a figura que acompanhava a palavra, alguns profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Pessoa em Cabedelo, quando indagados sobre a palavra, disseram não conhecê-la. Surpresa geral. Quando descobrimos a figura, todos e todas ali presentes explodiram de alegria, pois perceberam que conheciam aquela figura, apesar de não conhecerem, naquele tempo, a palavra asno. A palavra asno - é um burro, é um jumento, eram as exclamações. Essas eram as palavras que conheciam para aquela figura, pois a sua identidade era diferente daquela imposta pelo MEC.

Essas motivações e acontecimentos nos revelavam, cada vez mais, que esse processo de construção e fortalecimento de identidade é muito importante para o pertencimento dos sujeitos de uma ação. Essa identidade, esse domínio da maneira de ser, pensar e agir desses agentes educacionais e culturais é parte do processo de educação popular que se desenvolveu e

desenvolve entre os membros da AACC e em especial de seus fundadores e participantes filiados até hoje (2015). Também produzimos várias outras cartilhas sobre diferentes assuntos sugeridos pelos professores/as do município e participantes dessa ação.

Em 1985, dando sequência ao processo de coordenação participativa, iniciamos junto aos cabedelenses participantes das ações desenvolvidas pelo Projeto Cabedelo, uma discussão acerca de que ações comunitárias seriam implantadas por e para eles, no sentido de assumirem uma organização própria e o destino de suas ações. Minha intenção era continuar no grupo, mas não coordenando as ações.

Queria pertencer ao grupo e fortalecer nossa identidade individual e coletiva, sendo participante daquela construção coletiva. Essa discussão evoluiu e depois de várias reuniões foi formada uma comissão com a participação de vários cabedelenses, com a finalidade de apresentarem uma proposta de organização que envolvesse a todos e todas com a finalidade de trabalhar a identidade cultural da cidade. No dia 20 de agosto de 1985, nos reunimos, e, nessa reunião, fui escolhido presidente da comissão e durante dois dias trabalhamos uma proposta de Estatuto que já vinha sendo esboçada há algum tempo.

No dia 22 de agosto, em nova reunião, agora realizada em uma das salas da Fortaleza de Santa Catarina, foi criada, votada e aprovada a instalação da AACC e seu primeiro estatuto, que passou a coordenar, com o apoio de alguns (muitos deixaram a ação, por diferentes motivos) dos antigos membros da UFPB-Projeto Cabedelo, as ações artístico-culturais no município. Seu primeiro presidente eleito foi o agente cultural Janilson Melo Feitosa e que, mesmo hoje, trinta e um anos depois, participa das ações desenvolvidas na organização, sendo o atual presidente do Conselho Fiscal da AACC.

Assinei a ata de criação da AACC como fundador, e permaneço (2016), em meu próprio nome e no da UFPB/PRAC-COEX/CE, participando e colaborando com aquela organização popular (é do que mais me orgulho como educador popular da UFPB), considerando que sou fundador e membro participante da organização. A partir dessa nova

organização (1985), os equipamentos de gravação e impressão, áudio, registro de imagens e todo o material de consumo foram repassados à AACC, para a continuidade das ações. Na qualidade de membro do Núcleo de Teatro Universitário da UFPB-NTU, continuei a partilhar com a AACC os programas culturais de extensão universitária, enquanto políticas públicas, com o propósito de fortalecer, junto à AACC, a partir de suas demandas, práticas culturais em busca de sua singularidade cultural.

Trabalhava, também nessa época, no Projeto Vamos Comer Teatro, uma opção de teatro popular baseado no método do Teatro do Oprimido do teatrólogo Augusto Pinto Boal. Na ação, nós desenvolvíamos um trabalho cênico a partir do personagem Pão de Ló, um palhaço que fazia a interlocução com as crianças, adolescentes e adultos envolvidos nas ações.

Passei a ser facilitador de oficinas e cursos de gestão cultural popular, organização de grupos, elaboração de projetos, elaboração de estatutos e regimentos, técnicas de teatro de rua, afirmando-me como agente de políticas de cultura e educação além de atuar como programador cultural, enfim, como educador popular. Nessas práticas, tudo era, e ainda hoje é apresentado ao grupo, discutido e só então colocado em ação. Acreditamos no diálogo, nas diferenças e na superação.

Ao continuar esse trabalho junto à AACC, como representante da UFPB/PRAC/COEX, fui eleito coordenador do NTU-Núcleo de Teatro Universitário, por volta de 1990. Por conta dessa nova missão na extensão universitária, intensificamos a ação daquele Núcleo em Cabedelo, levando a Universidade Federal da Paraíba, por meio de seus programas e projetos de extensão universitária, ao encontro dos anseios e necessidades dos realizadores da cultura popular. Pensávamos e acreditamos ainda hoje, numa extensão universitária popular (a universidade pública comprometida com a transformação social e na busca da conquista de direitos).

Em 1990/1991, os fundadores da AACC, preocupados com o abandono em que se encontrava a Fortaleza de Santa Catarina, invadida por pessoas sem teto e viciados em drogas depois que o governo do ex – presidente Fernando Collor de Melo fechou o órgão federal (SPHAN) que cuidava dos monumentos históricos e tombados, relegando o monumento a

sua própria sorte, iniciaram uma forte ação no sentido de assumirem a preservação e manutenção da Fortaleza de Santa Catarina.



Obras de complementação do porto de Cabedelo, ao lado da **Fortaleza de Santa Catarina**. Já se fazia necessária uma intervenção da sociedade civil organizada em defesa do patrimônio histórico-militar-cultural da Fortaleza de Santa Catarina. (1959; Fonte: Acervo da Fortaleza de Santa Catarina)



Fortaleza de Santa Catarina.

A Fortaleza de Santa Catarina estava sendo destruída pela ação do mar e inércia das autoridades constituídas. A sociedade civil precisava reagir.

(1959; Fonte: Acervo da Fortaleza de Santa Catarina)

**Fortaleza de Santa Catarina.**

A ação do mar avançava sobre a Fortaleza de Santa Catarina.
(1959; Fonte: Acervo da Fortaleza de Santa Catarina)

Esses fundadores conseguiram, com o secretário Luís Carlos Burity da SUPLAN custeio e as despesas de deslocamento desse pessoal com recursos do Estado. Houve uma importante participação do Pe Ernando que levou a AACC para falar com Luis Carlos. Burity que solicitou ao IBPC autorização para o que a AACC ficasse tomando conta do Forte, e que remanejassem os sem teto e os cadastrassem em programas sociais para a obtenção de suas moradias e, em sistema de plantões, passaram a ocupar o monumento limpando-o e preservando-o. A partir dessa ação, a AACC decide reabrir o monumento à visitação pública e passa a realizar diversas ações culturais no seu interior.

Inicialmente, várias reuniões e ações foram desenvolvidas junto à comunidade de moradores do entorno do monumento, de modo a estabelecer com eles um diálogo sobre aquela Fortaleza do Séc. XVI, quais as expectativas de utilização do espaço e quais possíveis ações deveriam ser desenvolvidas para tirá-lo do abandono em que se encontrava, por parte das instituições públicas e privadas de Cabedelo. Com o passar do tempo, foram se envolvendo e vários desses moradores vieram ajudar na sua preservação. Alguns, até hoje (2016),

desenvolvem ações de natureza artística, cultural, administrativa ou trabalham como guias turísticos no monumento.

Para isso, precisávamos de uma organização que pudesse estar à frente especificamente daquela ação e pudesse dialogar com os órgãos federais, que em tese detinham a guarda daquela Fortaleza, a exemplo do IV Exército, por meio do seu Departamento Cultural, à época. O governo federal tinha desativado seu órgão nacional de proteção aos monumentos tombados. Esta ação, hoje, é desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Em 1992, por iniciativa desses membros fundadores da AACC, servidores do IPHAN e outras pessoas que se incorporaram a essa ação, é criada a Fundação Fortaleza de Santa Catarina-FFSC, sob a presidência de um técnico do IPHAN, tendo na diretoria três membros da AACC. Dois anos depois, um dos membros da AACC assume a presidência da FFSC, acompanhado de outras pessoas ligadas a órgãos públicos e privados que vieram apoiar a ação. No ano de 2015, ocorreram eleições na FFSC, formando a diretoria para o triênio 2015/2018 incorporando outros membros da AACC, onde fui eleito Assessor de Pesquisa e Memória. Essa é uma nova experiência para mim, pois é fundamental, é o que nos toca. Experiência, participação e diálogo nos fortalece na luta.

A partir dessa ação, a FFSC passa a gerenciar o monumento mantendo-o aberto todos os dias à visitação pública até os dias atuais (outubro de 2016). Creio ser esta uma das importantes ações da AACC na sua luta pelo fortalecimento da identidade dos sujeitos dessa ação por meio da participação e em prol da preservação da memória histórica e cultural da cidade.

Sempre manter o Forte aberto. Essa é a grande campanha nossa, a grande luta, a grande bandeira de luta, sempre um local de refúgio da cultura de Cabedelo. O IPHAN é um órgão que não tem a menor vigilância ali, esse é o grande problema. A grande campanha continua sendo a mesma coisa, a preservação do Forte. Tudo que existe, a Nau, a Banda de Música, a capoeira, tudo isso só existe por conta do corpo que é o Forte. O grande lance da AACC é defender o Forte para que ele não se acabe. (Maria Madalena Ferreira Accioly-Fundadora da AACC).

A FFSC abriga, na Fortaleza, várias outras ONGs a exemplo dos Grupos: Tambores do Forte, Escola Mucambo de Capoeira, Associação de Artesãos de Cabedelo, Grupo de Teatro Amador Pe. Alfredo Barbosa, MUSIPOC (Movimento de Música Popular de Cabedelo), a Sociedade Cabedelense de Escritores e Poetas, a Associação para Defesa da Cidadania-ACICA, o Projeto Arte e Cultura Catarina/UFPB-PRAC-COEX, do qual participei como seu primeiro coordenador, permanecendo agora (2016) como consultor pedagógico das diversas outras ações de formação e fortalecimento artístico e cultural.

Fui convidado pelo Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo, Reitor, em outubro de 1992, a assumir a Coordenação de Extensão Cultural-COEX e nessa nova missão reorganizamos a presença da UFPB, na área artístico-cultural e educacional, no Estado da Paraíba e particularmente, em Cabedelo, realizando convênios nas diferentes áreas do conhecimento. A política cultural dessa gestão tinha como metas a realização de convênios para cooperação técnica, científica, artística e cultural com as Prefeituras das cidades. No município de Cabedelo firmamos convênios com as ONGs AACC e FFSC. Foram realizados diversos cursos, seminários, encontros, oficinas e prestada assessoria técnica às ONGs, escolas, professores e outras secretarias da prefeitura naquilo que nos foi apresentado como necessidades dessas instituições e organizações não governamentais.

Já em dezembro do mesmo ano, reunimo-nos com a AACC, com a Fundação Fortaleza de Santa Catarina-FFSC e com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, com a proposta de reestruturar ações de arte, cultura e gestão cultural num projeto intitulado Arte e Cultura Catarina, em homenagem a Fortaleza de Santa Catarina, e que daria sequência ao Projeto Cabedelo pela representação da UFPB, como ação de extensão universitária popular.

Essa nova ação desenvolveu-se com recursos locais—Prefeitura de Cabedelo e da UFPB—dentro das possibilidades dessas instituições e no limite do fazer comprometido, sem depender de financiamentos externos que muitas vezes determinam o que e como fazer, sem reconhecer as especificidades locais e com tempo de funcionamento determinado, como foi o caso do Projeto

Cabedelo, cujo financiamento pelo MEC não prosperou. Se não fosse uma intensa ação de construção coletiva em prol do empoderamento dos membros da comunidade, certamente esse trabalho de fortalecimento de identidade não teria tido continuidade.

A UFPB disponibilizou para o Projeto Arte e Cultura Catarina, uma equipe formada por um pedagogo, uma filósofa, um arquiteto, um musicista, dois bolsistas e extensionistas colaboradores do Curso de Licenciatura em Educação Artística, em parceria com as ONGs AACC e FFSC, com as quais a universidade havia celebrado convênios de cooperação técnica, científica, educacional e cultural. A UFPB mantém, até hoje, uma sala onde funciona a sede do Projeto, disponibilizada pela FFSC na Fortaleza de Santa Catarina, bem como se utiliza dos espaços e equipamentos da AACC que também é sediada naquele monumento, sendo parceira nos projetos e em outras atividades.

Outras ações, por meio desse canal de interlocução fincado nas raízes da cidade, são desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento: saúde, tecnologia, formação de professores da educação básica e outras demandas apresentadas pelo poder público municipal ou advindas das organizações sociais. Trabalhamos nas áreas de artes cênicas, visuais, música, gestão de políticas públicas de cultura, educação, formação cultural de agentes culturais e organização de grupos não governamentais de educação, arte e cultura. O Projeto Arte e Cultura Catarina assessora e presta consultoria a órgãos públicos e não governamentais sediados em Cabedelo, como base, e em outras localidades mediante solicitação à COEX/PRAC/UFPB.

Assim é que essa caminhada sinaliza uma perspectiva de que cultura seja entendida como toda produção ou manifestação voluntária, individual ou não, que vise com sua comunicação à ampliação do conhecimento por meio de uma elaboração artística, de um pensamento ou de uma pesquisa científica. Cultura não é o “natural” qualquer, mas o específico da natureza humana, isto é, o desenvolvimento autônomo da razão na compreensão dos homens e mulheres, da natureza e da sociedade, para criar uma ordem superior (civilizada) contra a ignorância e a superstição.

A cultura está intimamente ligada à humanidade e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. No mundo de hoje, cultura é uma grande preocupação, pois entender as relações presentes e suas perspectivas de futuro é entender como se conduzem os grupos humanos. Por isso, temos a afirmar, com essa compreensão, que realizar um ato cultural é em si uma libertação. Por isso, o fio condutor de toda a ação desenvolvida pela AACC parte da identidade cultural local.

Nessa caminhada, a proposta é trabalhar a formação de um conhecimento que seja gerado nessa relação de saberes populares e saberes científicos. Temos profunda preocupação em que o trabalho considere os interesses semelhantes, contrários, antagônicos, por meio dos quais os sujeitos buscam fortalecer suas identidades, afirmando-se por meio da participação num processo de educação popular. Trata-se de uma ação de troca de saberes, pois “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1983).

A AACC, nesses trinta e um anos de existência, tem tido efetiva participação em todos os movimentos sociais e artístico-culturais acontecidos em Cabedelo nas áreas de educação, arte, cultura, mobilidade social, educação ambiental, controle cidadão das contas públicas, orçamento participativo, plenárias populares, quer coordenando ações, ora mobilizando segmentos da comunidade. Tem assessorado e contribuído para o surgimento de outras ONGs e apoiado às atividades de defesa da cidadania a partir de iniciativas de outras entidades e instituições da sociedade civil organizada e até militar, quando essas últimas estão voltadas a defesa do patrimônio cultural imaterial e material da cidade de Cabedelo e da Paraíba.

Essa participação da AACC tem sido efetiva também nas cidades de Santa Rita, Bayeux e João Pessoa a partir de fóruns específicos de defesa da cultura popular e identidades locais, bem como por meio de seus parceiros artístico-culturais, a exemplo da Banda de Música 12 de Dezembro (formada por jovens da cidade e coordenada pela AACC), Coco de Roda do Mestre Benedito, Nau Catarineta, Movimento de Música Popular de Cabedelo-MUSIPOC e Tambores do Forte que se apresentam constantemente em João Pessoa e cidades paraibanas, levando, ao grande público, a cultura popular

produzida em Cabedelo, mas de raízes seculares, a exemplo do Coco de Roda e a Nau Catarineta.

A Banda de Música 12 de dezembro foi um trabalho muito forte. Dentro dessas ações também têm os festejos populares, o folclore, as comemorações, a mostra cultural de vários grupos, palestras. Marcou mesmo foram os festejos folclóricos, pois tem coco de roda, ciranda, nau, seminários, era uma maneira de comemorar algo bem popular. A semana do folclore já existe a mais de vinte e cinco anos.

(Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC)

O apoio que demos enquanto AACC para a criação da Fundação Fortaleza de Santa Catarina e como acontece até hoje, tem sido fundamental.

(Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACC)

O ser, agir e pensar desses agentes da AACC tem sido muito forte e a participação desses sujeitos por meio da educação popular, uma constante ação de construção coletiva. Para Calado (1999, p. 23), essa busca de construção da identidade “implica, de um lado, o esforço de identificar e superar adversidades interpostas a tal caminhada, e, de outro, perseguir determinado alvo, objetivos ou mesmo um projeto alternativo ao que aí está”.

Essa trajetória não é fácil, essa construção não é pacífica, existindo momentos de tensão entre os seus membros, pois alguns discordam dos métodos mais ponderados e conciliadores de outros. Nas diferenças, têm sido construídas as possibilidades de identidade e fortalecida a caminhada. Nos enfrentamentos com outros grupos sociais ou com organizações privadas e públicas é intenso o debate entre os seus membros acerca da melhor estratégia de enfrentamento dessas lutas.

Nesse momento (2015/2016), é tensa a expectativa dos membros da AACC em relação à permanência na Fortaleza, depois de mais de vinte e três anos em que essas ONGs-AACC e FFSC preservam-na. A Secretaria do Patrimônio da União/PB e o IPHAN/PB questionam que a guarda do monumento deve ser discutida com outros órgãos, demonstrando preferência em cedê-la a órgãos federais ou até mesmo abrir uma licitação pública para

“quem queira vir a cuidar” do monumento, em vez de dar a cessão de uso (havia uma autorização provisória e que venceu) para a FFSC.

Foi realizado um Fórum sobre a Fortaleza de Santa Catarina nos dias 21 a 23 de maio de 2014, na sede do Instituto Federal de Educação Tecnológica - Campus de Cabedelo e na própria Fortaleza, para discutir um novo plano de gestão para o monumento. Participei ativamente, enquanto membro da AACCC e agente cultural da UFPB - Projeto Arte e Cultura Catarina, desse Fórum, que foi bastante tenso e que ocasionou longos debates entre as organizações sociais que atuam dentro do monumento e os órgãos de controle e defesa do patrimônio da União no Estado da Paraíba.

Foi redigida a Carta do Forte e até este momento (outubro/2016) espera-se um posicionamento das autoridades federais às nossas reivindicações. A mudança de gestor na Secretaria do Patrimônio da União-PB, no primeiro semestre de 2015, travou o processo. Essa ação ameaça a permanência da AACCC e demais ONGs que ocupam as dependências do monumento e ali desenvolvem suas atividades, pois não se sabe se a nova gestão da SPU/PB vai aceitar a permanência dessas organizações sociais.

Também participou desse fórum uma organização que não contribui com a manutenção do monumento, mas que acusa as demais ali sediadas de não permitirem a entrada de outras. A acusação não parece verdadeira, no meu entendimento, pois todas as vezes que essa ONG-Instituto Arte em Movimento, solicitou pauta para ensaios e atividades, o espaço foi cedido. A exigência é que a programação proposta respeitasse os eventos já agendados pelos grupos que estão ali há mais de 23 anos—outubro de 2015 (outros estão há mais tempo).

Vários eventos já estão no calendário anual da Fortaleza e possuem prioridade, a exemplo da Paixão de Cristo que em 2016 completou 39 anos de espetáculos durante o período da Semana Santa. No ano de 2015, o Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa conseguiu o patrocínio da prefeitura local e de empresas sediadas na cidade e comemorou, em grande estilo, as mais de três décadas de espetáculos ininterruptos. Voltando a questão das divergências com o grupo cultural local mencionado (Instituto Arte em Movimento), vemos com naturalidade essas diferenças, pois faz parte do processo dialógico que se quer

fortalecer. Nossa proposta é a de que esse grupo, que tem opiniões contrárias, seja convidado a participar do coletivo e se engaje na defesa identitária da cidade e do monumento e que venha dividir as tarefas de manutenção do monumento. Esse é o grande objetivo do trabalho desenvolvido pela AACCC-fortalecimento da identidade cultural por meio da participação.

A mobilização, desde 2013, já se iniciou com reuniões específicas da AACCC e FFSC, entre a AACCC e demais entidades com sede na Fortaleza de Santa Catarina e entre a AACCC e outras entidades e instituições do município de Cabedelo e do Estado da Paraíba. Dessa maneira, ampliaram-se as parcerias para fazer esse enfrentamento, pois a saída da AACCC e demais organizações do monumento, implicará no encerramento de muitas dessas organizações não governamentais e das atividades culturais e organizativas ali desenvolvidas, pois não teriam como alugar sedes, nem a grandiosidade do espaço que é esse monumento do século XVI para a realização de seus projetos, a exemplo das apresentações do espetáculo *A Paixão de Cristo* dentro da Fortaleza de Santa Catarina.

A não renovação dos convênios de cooperação com a Prefeitura da Cidade, IPHAN e com a SPU, por decisão desses órgãos, é mais uma grave ameaça. Essa ação deliberada de sufocar a ação dessas ONGs demonstra uma situação de opressão vivida pela AACCC e demais entidades, pois estão sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania, considerando que também está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos socialmente. A educação, se popular, isto é, tendo como ponto de partida a realidade do oprimido, pode se tornar um agente importante nos processos de libertação do indivíduo e da sociedade.

Nessa pesquisa, como já registramos anteriormente, mergulhamos no período de 2003 a 2013 (período em que a AACCC passou a participar e realizar caravanas culturais levando apresentações artísticas e debates sobre a cultura e identidade local e empreendendo lutas em defesa do patrimônio histórico-cultural imaterial e material), sem, contudo, deixar de trazer os registros atuais, até a elaboração deste livro. Continuamos na ação e fazemos registros do que continua a acontecer, pois estamos vinculados não apenas para a pesquisa, mas

pela e na ação, fazemos pesquisa-ação. Sou parte do grupo, estou na luta, estamos na luta.

A AACC é uma organização popular? No nosso entendimento sim. Segundo Melo Neto (2002, p.36), o conceito ‘popular’ é o elemento adjetivante da educação, enquanto propõe a construção das utopias libertárias, na tentativa de superação da exploração do oprimido. É importante a construção e fortalecimento dos setores populares com o papel de defender seus interesses, construindo também a sua própria identidade cultural.

Contudo, antes que se realizem desejos de uma maior precisão e, talvez, de exatidão do que seja popular, os dados pesquisados conduzem para um exercício teórico-dialético de aproximação de um conceito. Assim, é que algo pode ser caracterizado como popular, ao conter os seguintes elementos que se relacionam entre si, porém diferenciando-se: a origem nas maiorias, no povo ou a ele esteja direcionado; o político como elemento de promoção de hegemonia desses setores sociais; o metodológico no sentido de animação do exercício para a cidadania crítica e geradora de ação; o ético expresso por princípios de solidariedade, tolerância e justiça; e o utópico, traduzido pela busca incessante de alternativas de vida e de felicidade.

A procura por justiça e pela afirmação de um povo, de uma comunidade ou de uma maioria, ou mesmo de um tipo comunitário, através do processo educativo, tornou-se traço constitutivo dos movimentos de contestação. Está presente, nos dias atuais, como uma marca dos movimentos sociais populares, o grande esforço no sentido da construção da identidade dos grupos sociais em movimento, como forma de definição de seu campo de ação política e educativa.

Durante a greve dos professores do município de Cabedelo em 1988, os membros da AACC desfilarão nos festejos da independência do país portando faixas de apoio ao movimento e denunciando a perseguição sofrida por aqueles profissionais. Foi uma tarde difícil, pois a guarda municipal invadiu o desfile e dispersou o grupo a golpes de cassetetes. Várias foram às perseguições empreendidas aos membros da associação ao longo dos próximos anos.

Para Calado (1999, p. 23), essa busca de construção da identidade “implica, de um lado, o esforço de identificar e superar adversidades interpostas a tal caminhada, e, de outro, perseguir determinado alvo, objetivos ou mesmo um projeto alternativo ao que aí está”. Este aspecto do popular já se esboçara em comunidades antigas, como a judaica, com as mesmas características construtoras de identidade. A Bíblia narra vários episódios mostrando revoltas populares presentes na história do povo judeu. Revoltas em que o povo lutava pela sobrevivência e pelo fortalecimento de sua identidade e por justiça igual para todos.

Na modernidade, são frequentes os movimentos que marcam as lutas pela superação da situação política dominante. Sobressaem-se as revoluções liberais modernas e dentre estas a revolução francesa que trouxe ao cenário das lutas políticas setores sociais simples ou populares, lutando por liberdade, fraternidade e igualdade (justiça). Uma revolução realizada por vários setores sociais e marcadamente pelos setores populares, definindo alternativas para uma vida digna.

Mas, neste século XXI, o que vem sendo entendido como popular? O que revelam, nesse sentido, os movimentos sociais que atuam na organização do povo, na organização dos trabalhadores? Nos processos de organização dos setores proletarizados da sociedade, várias experiências de grupos políticos e partidos políticos trazem o termo popular em suas bandeiras de lutas, seus projetos ou nas formulações políticas. Nesse sentido, o popular tem um nítido componente classista, abrangendo as classes trabalhadoras, os camponeses, os setores médios da sociedade, além de setores da pequena burguesia.

Paulo Freire, em suas duas importantes obras, “A Educação como Prática da Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”, externa seu entendimento de popular como sinônimo de oprimido. O popular adquire, a partir da ótica da cultura do povo, um significado específico no mundo em que é produzido, baseando-se no resgate cultural desse povo. Os processos simbólicos, dessa forma, têm razão no ambiente da própria comunidade, porém, no sentido da ampliação do horizonte cultural das classes.

A AACC, a partir de 2003, visando difundir a cultura local e debater a formação cultural da classe artística e da comunidade cabedelense, inicia o

Projeto Caravana Cultural, coordenado pelo mestre de cultura popular e fundador da AACC Judas Tadeu Patrício Correia, que percorreu e continua a percorrer os bairros da cidade, levando apresentações da cultura popular, realizando intercâmbio com os grupos locais e promovendo debates acerca da identidade cultural do município e suas lutas pela preservação de seu patrimônio material e imaterial.

O popular implica, originariamente, uma vinculação aos setores excluídos dos bens culturais produzidos socialmente pela sociedade. Expressa, ainda, algo que vem do povo, das classes desprovidas dos meios de produção da sociedade e atendendo aos interesses desta classe ou mesmo como aquilo que seja realizado na perspectiva de transformar a realidade, de conscientizar e libertar. Para Jiménez (1988), é importante a construção dos setores populares com o papel de defender seus interesses, construindo também a sua própria identidade cultural. Manfredi (1980) associa o popular, vinculado à educação, no sentido de prática para a autonomia, enquanto seja capaz de gerar um saber-instrumento e, sobretudo, quando contribui para a construção de direção política.

Wanderley (1979; 1980), vincula o conceito de popular ao de classes populares como algo que é legítimo, que traduz interesses dessas classes, podendo adquirir o significado como algo “do povo”. No senso comum, povo é entendido como sendo aquele segmento de poucos recursos, posses e títulos. É um sentido dicotômico, fixado pelas expressões como elite-massa, em que o termo “massa” exprime pessoas desorganizadas e atomizadas. Outra compreensão percebe na expressão “do povo” um conjunto de indivíduos iguais e com interesses comuns com pequenos conflitos, apenas.

Numa visão nacional-popular, “o povo” é identificado como aquele conjunto de pessoas que lutam contra um colonizador estrangeiro, ou a visão “de povo” expressando as classes subalternas da sociedade, tendo por oposição os dominantes. Há ainda o conceito de “povo” como o segmento social dinâmico, aberto e também conflitivo, sendo, portanto, histórico e dialético, enquanto que se dinamiza e se atualiza de forma permanente. Na compreensão de Brandão (1980, p.129), o popular vincula-se à classe e à liberdade, ao

mostrar que “o horizonte da educação popular não é o homem educado, é o homem convertido em classe. É o homem libertado”.

Todavia, esses processos expressam um entendimento como algo necessário, sendo útil à preparação da coletividade para a realização de fins determinados. Nesse sentido, a origem desse agir educativo, historicamente, está também nas hostes do Estado e suas formulações têm sido geradas nas elites intelectuais. Para Beisiegel (2007), o popular vem atrelado às práticas educativas em educação popular.

Nesse sentido, Souza (1999, p.38) vincula o popular aos movimentos sociais populares. Considera os “segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano são: trabalho, habitação, alimentação, participação, dignidade, paz, direitos humanos, meio-ambiente, gênero”. Ainda segundo Souza (Idem), esses movimentos expressam correntes de opiniões capazes de firmar interesses diante de posicionamentos contrários dos dominantes. Elas são externadas sobre os vários campos da existência individual e coletiva desses setores da sociedade.

Também pensamos na perspectiva do popular como algo que promove a democracia, e que, segundo Rodrigues (1999) há a exigência de que os grupos que compõem o povo precisam se comportar democraticamente. Para ele, “muito mais através de ações que de palavras, a educação popular objetiva democratizar a sociedade e o Estado, mediante a formação de hábitos, atitudes, posturas e gestos democráticos, dentro dos grupos onde atua” (p.23).

Quais as compreensões que estão sendo veiculadas por aqueles que vivenciam, dirigem ou assessoram movimentos sociais? Nesse final do século XX, as concepções continuam muito variadas. Pesquisa realizada pelo professor José Francisco de Melo Neto no período de fevereiro de 1999 a junho do ano 2000 junto a dirigentes de movimentos populares, de organizações não governamentais, sindicatos de professores, organizações de assessoria a movimentos sociais demonstra essa variedade.

Segundo registro da pesquisa feita por Melo Neto (1999; 2000), dirigentes de movimentos sociais, no campo do sindicalismo, estão compreendendo o popular como toda e qualquer ação que provoque

transformação, defendendo os interesses da maioria da população. É uma perspectiva que insere a visão classista no conceito, compreendendo como classe a maioria da população. Para outros dirigentes de movimentos fora da estrutura sindical, o popular significa ações ligadas a uma parcela da sociedade que não tem acesso aos direitos, ao trabalho, enfim, ao mínimo de condições para uma vida digna.

Outra percepção vincula-o ao projeto político-popular como “um projeto de transformação social que saia dos modos de produção, organização e valores capitalistas, tendo uma concepção socialista de justiça social” (MELO NETO, 1999; 2000). Ser popular é um exercício de transcendência do modo de produção capitalista. Pode ainda conter uma metodologia que contenha procedimentos de ação política que se articulem com as demandas dos excluídos. O popular implica, originariamente, uma vinculação aos setores excluídos dos bens culturais produzidos socialmente pela sociedade. Expressa, ainda, algo que vem das classes desprovidas dos meios de produção da sociedade e atendendo aos interesses dessa classe ou mesmo como aquilo que seja realizado na perspectiva de transformar a realidade, de conscientizar e libertar.

Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias. Ao se definirem a direção e os interesses envolvidos, entra em cena uma segunda dimensão conceitual, que é a dimensão política. Ser popular é ter clareza de que há um papel político nessa definição.

A AACC como organização popular

Com essa compreensão podemos afirmar que a AACC é uma organização popular, portanto, significa identificar que essa organização da sociedade civil está relacionando as suas lutas em prol do patrimônio artístico-cultural material e imaterial de Cabedelo, com o fortalecimento da identidade do povo cabedelense, mantendo o seu constituinte permanente nessa ação de educação popular, que é a participação.

Renúncia do prefeito de Cabedelo em 20.11.2013: a comunidade se mobiliza em frente à Câmara Municipal para exigir explicações sobre o ocorrido.

Missa celebrada na Fortaleza de Santa Catarina em homenagem a copadroeira da cidade, Nossa Senhora Santa Catarina de Alexandria com a participação da comunidade (25.11.2013). Após a missa foi realizada reunião com os membros da AACC e comunidade para avaliar a renúncia (20.11.2013) do prefeito de Cabedelo José Lucena Filho (Luceninha).

Outras entidades (escritores, poetas, observatório social, defesa da cidadania) já haviam feito uma reunião no dia 22.11.2013, com a presença da AACC e FFSC, para discutirem a renúncia, que pegou a todos de surpresa, e lançaram manifesto à população conclamando-a para um ato público no dia 27.11.2013, em frente à Câmara Municipal, pedindo explicações pois a carta renúncia do Prefeito foi evasiva. Como ele foi eleito com 78,36% dos votos, a população representada por essas associações, quer saber as verdadeiras razões do prefeito não completar nem onze meses de gestão.

(Fernando Abath Cananéa- fundador da AACC).

É estar se externando por meio da participação dos membros da AACC envolvidos com a resistência cultural e adicionadas com políticas de afirmação social. Uma ação é popular quando é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político.

Reunião dos membros da AACC e FFSC para discutir as reformas estatutárias nos estatutos da FFSC e também para analisar a situação da cessão de uso da Fortaleza por parte da Secretaria do Patrimônio da União-SPU (2013).

Realizada reunião com a SPU (2013), com extensa pauta sobre a renovação da cessão provisória de uso da Fortaleza de Santa Catarina pela FFSC. Reunião longa e tensa, pois se percebia, nas falas dos dirigentes da SPU e do IPHAN, que não havia mais o interesse de continuação na parceria de mais de 22 anos.

Conversamos com alguns dirigentes e membros da AACC sobre a pesquisa-ação que estamos realizando e dizendo da nossa satisfação pelas colaborações recebidas e apoio pessoal e organizativo de todos/as.

O Grupo de Cultura Popular Nau Catarineta de Cabedelo realiza, dia 14.12.2013, um grande encontro na Fortaleza de Santa Catarina, para comemorar com muita garra os seus 101 anos de existência. A comunidade compareceu e participou ativamente, mas a prefeitura local não apoiou, alegando falta de recursos financeiros (contraditoriamente o município é o terceiro/quarto em arrecadação no estado). Foi emitida nota de protesto na emissora de rádio local.

Reunião para anunciar e apresentar aos atuais membros os novos filiados a AACC (2013).

Projetos desenvolvidos pela AACC ao longo desses dez anos (2003-2013): A AACC tornou-se de utilidade pública municipal e estadual; Caravana Cultural nos bairros; Participação na Comissão Municipal de Incentivo a Cultura; Apresentação de propostas e projetos sobre Patrimônio Cultural e Tombamento de Bens Culturais; Banda de Música 12 de dezembro; Página no Facebook e site para divulgação; Informática para iniciantes e avançados; Filiação a ABONG; Participação no Projeto de Extensão Observatório Social; Apresentação de propostas todo ano nas Plenárias do orçamento na Câmara Municipal; Cinema mensal na Fortaleza; Curso de Radialismo em parceria com a rádio local Kebramar; Instalação do Ponto de Difusão Audiovisual Fortaleza de Santa Catarina; Núcleo de Formação e Inclusão Digital Fortaleza de Santa Catarina com apoio do MinC, Governo do Estado e Prefeitura de Cabedelo.

(Ações informadas a partir de conversas com Jorge Luiz de Freitas Vilela, atual presidente da AACC(2016), com outros membros fundadores e pela minha própria vivência e participação nesses fatos na medida em que foram acontecendo).

É preciso também que o indivíduo se prepare para a ação, para desenvolver metodologias que possibilitem ao cidadão o exercício da crítica e da ação. Mas para que essa ação? Sua direção aponta no sentido de afirmação de sua própria identidade como indivíduo, como grupo ou como classe social. Busca ainda promover as mudanças que são necessárias para a construção de outra sociedade, mesmo que arriscando a ordem para que todos tenham direitos, e assim a justiça, efetivamente, seja igual para todos.

Em 2003 recebi o título de Cidadão Cabedelense, em solenidade da Câmara Municipal realizada na Fortaleza de Santa Catarina.

Dia Nacional da Cultura é comemorado todos os anos (05 de novembro) na Fortaleza de Santa Catarina pela AACC, FFSC e demais entidades ali sediadas, com palestras, debates e apresentações artísticas, com entrada franqueada a comunidade em geral.

Dia da Consciência Negra (vinte de novembro), todos os anos participamos, em vários locais, praças, escolas, na Fortaleza de Santa Catarina e em rodas de capoeira, sobre a nossa identidade afrodescendente, as lutas de superação do povo negro, a necessidade de conhecer a nossa história e o desejo de ver superados os preconceitos, o racismo e o desrespeito pelo povo negro.

Em dezembro de cada ano, no dia 12, as associações culturais comemoram a emancipação política do município de Cabedelo, numa clara demonstração de participação política na vida da cidade. O entendimento de que ainda se faz necessário discutir de que emancipação se fala e quais as lutas ainda travadas em busca de conquistas emancipatórias.

No dia 20.12.2013, por solicitação feita pela AACC à Câmara Municipal, foi outorgado o título de cidadão cabedelense ao agente cultural Tony Medeiros, membro do Grupo Boi Garantido da cidade de Parintins pelos seus serviços culturais prestados na defesa da cultura popular.

(Fernando Abath Cananéa - fundador da AACC).

Esse fazer por meio da educação popular, entretanto, rege-se por princípios éticos oriundos também das exigências de um trabalho participativo e dialógico. Ser popular, nesse contexto, é estar dirigido por princípios voltados àquelas maiorias que estão na luta por melhores condições de vida, que no caso da AACC, vida cheia de identidade cultural.

Uma ação é popular quando é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político. Esse fazer político pode se expressar de várias maneiras ou por meio de diferentes metodologias. Para Melo Neto (2002), a metodologia que confirma algo como popular vai no sentido de “promover o diálogo entre os partícipes das ações e, sobretudo, que seja contributiva ao processo de se exercer a cidadania crítica”.

Coral Tom Jobim homenageia o fundador da AACC Fernando Abath Cananéa com medalha de mérito cultural pelos serviços

prestados ao coral, durante realização do VI Encontro de Corais de Cabedelo, ocorrido no Teatro Santa Catarina-Cabedelo.

Nau Catarineta de Cabedelo homenageia o fundador da AACC, Fernando Abath Cananéa com diploma de mérito cultural, por contribuições realizadas àquele grupo de cultura popular. Festividade realizada na Fortaleza de Santa Catarina por ocasião das comemorações dos seus 101 anos de existência.

Eu acredito em nossa participação. Porque, de 1985 até a data de hoje essa instituição está em plena atividade. Não é só de hoje, mas depois desses dez vieram mais dez. Nós temos uma instituição com vários associados, vários integrantes de todas as linguagens. Esse envolvimento, essa participação dos dez, o DNA deles saiu passando para outros, foi contagiando. A instituição agora mesmo acabou tendo um envolvimento direto com o espetáculo A Paixão de Cristo, que foi uma ação da instituição AACC. Quando a AACC trouxe esse espetáculo, quando fez a reabertura do Forte, fez o espetáculo aqui, foi uma ação da AACC, justamente através desses dez. Esse grupo - o GTAAB, que faz o espetáculo, é mais um testemunho de uma ação, desse envolvimento das pessoas que estão compromissadas com essa linha de atividade, com esse pensamento e nós estamos aqui ainda, na luta. Estamos dentro do Forte, estamos dentro da retaguarda.

(Janilson Melo Feitosa-fundador da AACC e primeiro presidente).

Ser popular é estar dirigido por princípios voltados as maiorias populares. Este deve ter condições de fortalecer princípios como a solidariedade e a tolerância, sem cair no relativismo ético, na busca incessante da promoção do bem coletivo. Nesse contexto, é que se reafirma como fundamental o princípio da participação e do diálogo, oferecendo condições para a construção do pluralismo das ideias. O fortalecimento da identidade aí se reveste de uma intensa ação de educação popular onde o ser, pensar e agir se manifesta de forma muito marcante.

2.2 AACC e a promoção do diálogo

2.2.1 Elementos constitutivos do diálogo: porque ele é tão importante?

Participação é vivenciar. Na AACC desde o começo que participo. Nós vivenciamos desde o Projeto Cabedelo que foi muito rico pra mim, para todos nós. Tive o privilégio de ser aluna da primeira turma na UFPB de Educação Artística e de ser a primeira professora de Arte do município. Desde 1969, que eu trabalho com educação e a partir de 1980 que eu participo de ações de arte e cultura. Depois, foi a Fortaleza que foi uma escola para nós. A gente se fortaleceu ali. Trabalho de grupo, a ele se juntou você, Clara também, com o Projeto Catarina da universidade. Com aquele trabalho a gente abriu a Fortaleza para o povo.
(Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC).

O diálogo apresenta-se na obra freireana, em especial em suas obras “Educação como Prática da Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”, como um fenômeno humano e se realiza através da palavra. A palavra não só como meio para que o diálogo exista, mas numa interação solidária entre ação- reflexão-ação, portanto, na práxis.

Nesse sentido,

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1987, p. 78).

O diálogo se coloca, destarte, como um ato de criação, de humanização, no qual homens e mulheres se encontram para pronunciar e transformar o mundo. Apresenta-se, desse modo, como direito humano, como o direito que tem cada sujeito de proferir sua palavra, sem imposição, e que não seja privilégio só de alguns, mas direito de todos. A necessidade de dialogar é própria da natureza humana. É com essa concepção que Paulo Freire (1987), em sua teoria dialógica, define os seres humanos como seres de transformação, seres de práticas. O diálogo, assim pensado, conduz à liberdade e se constitui de ação-reflexão-ação, observando que não podemos colocar todas as energias

num ativismo exagerado ou que fiquemos apenas verbalizando as coisas, sem participação.

Essa necessidade existencial de ouvir e de ser ouvido, de se comunicar, é resultado de sua capacidade de poder pensar e de poder aprender, de refletir e de agir, de ser teórico e de ser prático, de conhecer e de transformar. Temos o diálogo como elemento primordial para o processo educativo, um fundamento, um princípio da relação entre iguais. Para Melo Neto (2011), um diálogo que seja calcado numa prática conduzida sob convicções teoricamente estabelecidas sobre o homem como ser de relações, transformador da natureza e criador de suas formas.

A luta para que esse direito não seja negado, roubado, é compromisso daqueles que buscam no diálogo um instrumento de libertação humana. Portanto, o diálogo só acontece numa relação de respeito ao outro, em que haja confiança em ambos os polos e se funda nos pilares do amor, da humildade, da fé nos seres humanos, da esperança e do pensar crítico.

Em inúmeros diálogos entre os membros da AACCC, o que predomina, mesmo nos momentos de acirramento dos pontos de vista, é o carinho entre os seus membros, a amorosidade, o respeito que um tem pelo outro. É a certeza de que todos e todas estão na mesma luta, lutando pelo mesmo ideal.

A convivência das pessoas entre si, elas se enriquecem umas com as outras. É o sentimento de grupo, a liberdade que nós tínhamos e temos em termos de falar, de fazer críticas construtivas. Nós vemos as nossas próprias falhas e as dos nossos companheiros, como também as nossas virtudes, a nossa força, em determinado momento. Enquanto você está agrupado, você se torna mais forte, você não está sozinho para enfrentar determinadas situações e isso tem me fortalecido.

(Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACCC).

É reconhecido o limite da natureza e da inteligência de cada pessoa, impossibilitando uma visão global de tudo sozinha. Para superar essa necessidade, cada um pode se comunicar e tomar conhecimento dos sentimentos e ideias dos demais, tornando possível a discussão ou momentos educativos de aprendizagens. Segundo Santana (2013), nessa acepção, subjaz a hipótese de que os saberes da experiência são inalienáveis e que deles não se

pode prescindir. Essa possibilidade é assegurada pelo diálogo humano. De acordo com Melo Neto (2011), o diálogo é apresentado com Sócrates, ao introduzi-lo como técnica de perguntar e responder, à procura da verdade. Como arte de dialogar, adquire a metodologia do confronto de perspectivas entre aqueles que dialogam, definida a partir de critérios de coerência lógica.

Originariamente, a arte do diálogo (diálogos) é a própria dialética. Vê-se que o advérbio *diá* que, entre outros, assume significados espaço-temporais (através, entre, durante), causais, modais (com), bem como de estado ou condição. *Diá* também adquire, como prefixo verbal, dentre outras significações, a exemplo de divisão e separação. Como base para a dialética, segundo Melo Neto (2011), podem-se encontrar expressões várias como *dialégein* para significar, entre outras coisas, escolher, selecionar; ou mesmo sua forma derivada *dialégesthai* com a significação de conversar com, raciocinar com.

Constitui-se ainda do verbo *légein*, que apresenta-se rico de significados, convergindo para o significado de escolher cuidadosamente. Podemos dizer, que a expressão *dialégein* também pode significar desenvolver um discurso. De *légein a logos*, de *dialégein a dialégesthai*, no entendimento de que representa um agir que originará diálogo. O diálogo como fundamento desse espaço privilegiado que é o espaço da aprendizagem e do exercício ético.

O diálogo vai se apresentando como um caminho sempre aberto para uma sequência de argumentação ou novas definições, novos argumentos. O diálogo que contempla o ensaio e o erro, contendo a experiência com várias pessoas, se afirmando como de maior valor do que a experiência de uma pessoa só. Esse procedimento dialogal, portanto, conduz a processos educativos para as bases sociais, necessariamente, de uma ciência (episteme), distanciando-se do plano instável das opiniões (doxa).

Essa ação dialógica é aberta à educação e está presente na relação intersubjetiva na estrutura do pensamento. As relações humanas têm sido desafiadas, pois o percurso de assumir e experimentar o diálogo nos coloca sempre o risco de o sujeito perder o seu mundo, mas que, nesse mesmo diálogo, ele está também ganhando. O sujeito educa-se no outro e educando o outro. O processo de aprender com o outro é dialético, realiza-se de forma

espontânea, em qualquer lugar e também de forma reflexiva ou sistemática quando se estabelecem técnicas apropriadas na busca de se obter melhores resultados educativos. Com o decorrer do diálogo, é possível observar-se um ajustamento das posições dos dialogantes, promovendo-se a possibilidade do saber mesmo diante das individualidades e identidades.

Como fundamento do diálogo, o amor integra a ideia de que sendo o diálogo um ato criador e libertador é também um ato de amor; de amor ao mundo e aos humanos. Amor como ato de coragem, de valentia e de compromisso com a causa dos oprimidos, que é a causa de sua libertação. “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 1987, p. 80).

A pronúncia do mundo se faz com humildade, no entender que sendo o diálogo direito de todos e encontro entre os seres, não pode ser um ato de arrogância ou tarefa apenas de pessoas seletas. É incompatível pensar uma relação dialógica com preceitos de autossuficiência.

Como afirma Freire,

Se alguém é capaz de sentir-se e saber-se tão ser quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão, buscam saber mais (1987, p. 81).

Outro fundamento da dialogicidade elencado por Freire é a fé nos homens. Não se trata, contudo, de uma fé ingênua, alienante, mas de uma fé crítica. Fé na sua capacidade de fazer e de refazer, de criar e de recriar. Fé na sua capacidade de superar desafios, de ir além, de ser mais. Fé que gera confiança entre os sujeitos dialógicos, que os façam cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo.

Os eventos constantes envolviam as pessoas nas ações da AACC e da Fortaleza. Eu me envolvia muito com a parte administrativa e governamental e a disseminação dessas ideias nas escolas. Como professora ia falar do que a associação fazia aqui na Fortaleza. Levava isso como conteúdo escolar da minha disciplina história e arte, constantemente. Trazia os alunos para a Fortaleza e estudava a história do Brasil e da Paraíba mediante esse ponto que foi formado pela Associação com a participação

efetiva dos alunos. Isso está sendo durante toda a minha vida de professora.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Eu vejo a AACC sendo todos nós. Somos a Fundação Fortaleza de Santa Catarina. Somos o Grupo de Teatro Pe. Alfredo Barbosa. Somos o Movimento de Música de Cabedelo. Eu entendo assim. Quando outra instituição está precisando, a AACC cai dentro. Entende que as pessoas são seus membros, existe essa relação entre todos. Até Evilásia (outra fundadora que está com problemas de mobilidade) chega com seu grupo, vai participar, prestigiar as ações.

(Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACC).

Ainda como constituinte do diálogo é a esperança. A esperança que parte do sentido da imperfeição dos seres humanos, da sua inconclusão, da sua eterna busca. “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero” (FREIRE, 1987, p. 82).

O pensar crítico é apresentado por último em oposição ao pensar ingênuo. Só o pensar crítico é capaz de gerar o diálogo. “Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomisa a si mesmo na ação” (FREIRE, 1987, p. 82). Para o pensar crítico, cabe a reflexão e a ação temporal de intervenção na sua realidade, bem como a permanente transformação da mesma, numa relação solidária entre mundo e sujeitos históricos.

A ação dialógica em Freire se apresenta como um veio fundante. Como a manifestação dos sujeitos sociais por meio da participação podem impulsionar a população a sair do conformismo e, conseqüentemente, lutar por uma participação mais ativa nos destinos e defesa dos interesses de uma comunidade? O diálogo é a essência dos processos educacionais como práticas da liberdade, da autonomia, do fortalecimento da identidade. A educação deve manter a busca permanente pela consciência crítica, sem deixar de priorizar o ato de conhecimento que se realiza via diálogo. Diálogo entendido como ação entre iguais e diferentes, mesmo quando as relações de poder são contrárias a ele.

O diálogo é um bom ponto de partida e um bom ponto de chegada para recuperar a igualdade. Nas relações face a face, a recuperação da democratização reside em poder estabelecer uma ação comunicacional que vise construir a identidade do oprimido e posicioná-lo na luta pela libertação (RUSSO et al, 2001, p.120).

Para compreendermos melhor a dialogicidade, iniciamos a reflexão pelo seu oposto, a teoria antidualógica.

Teoria antidualógica

A teoria antidualógica se consolida no oposto do diálogo, no antidiálogo. No oposto da liberdade, na dominação. Para dominar o mundo e os seres, o opressor se utiliza de diversas artimanhas, mitos, indispensáveis à manutenção do status quo. Entre eles, o mito de sua generosidade, o mito da inferioridade dos oprimidos, da sua ignorância, da sua subordinação, do seu silêncio.

O mito de aceitar a palavra do opressor e se conformar com ela. Os opressores, conforme Freire desenvolvem uma série de recursos ardilosos nos quais imprimem nas massas oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos, alienação e passividade. Um mundo como algo dado, estático, pronto e acabado, nos quais os sujeitos devem se ajustar. Entre os propósitos da teoria da ação antidualógica está à conquista, a divisão das massas para manter a opressão, a manipulação e a invasão cultural. No processo de conquista dos oprimidos, o dominador quer conquistar o oprimido para fazer deste um objeto de sua conquista.

Para isto, utiliza-se de engenhosas formas de cooptação que vão desde as mais duras e repressivas, até as mais sutis e adocicadas, como o paternalismo (FREIRE, 1987, p.135). Em Cabedelo a gestão municipal já tentou, em várias oportunidades, cooptar membros da AACC, oferecendo-lhes empregos e cargos comissionados, de modo a fazê-los abandonar a defesa do patrimônio cultural da cidade e abrir caminho para a especulação imobiliária e o avanço das instalações do porto na área tombada da Fortaleza de Santa Catarina.

Esse processo de aproximação para a conquista, que acompanha a ação antidialógica em todos os seus momentos, não é feito através da comunicação, mas pelos comunicados nos quais os mitos viram slogans. Esses mitos também são veiculados nos meios de comunicação de massa, através de propagandas bem organizadas, nas quais vão depositando nos oprimidos seu conteúdo alienante. A ação da conquista é de acordo com Freire (1987) uma ação necrófila, que vai matando aos poucos no oprimido sua “admiração” pelo mundo, sua possibilidade de diálogo.

O antidialógico se impõe ao opressor, na situação objetiva de sua opressão, para, pela conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido conquistado sua palavra também, sua expressividade, sua cultura (FREIRE, 1987, p. 136).

Depois de instaurar a situação opressora através da conquista, o antidialógico, submetendo os oprimidos a seu domínio, não permite qualquer possibilidade de unificação entre os mesmos para que não venham a ameaçar sua hegemonia. Dividir, para manter a opressão é mais uma dimensão da ação antidialógica que não mede esforços para se valer de qualquer tirania, a fim de frear as massas populares para que estas não se organizem, não se unam, não despertem ao diálogo, à liberdade. Uma das características para conter as massas de uma possível união é enfatizar seus problemas de modo focalizado, a fim de dificultar uma percepção crítica e ampliada da realidade que as mantém ilhadas.

Outro aspecto comum na divisão das massas é a sua infiltração em organizações populares. Sua interferência favorece o surgimento de lideranças populistas que, promovidas pelo dominador, tornam-se seus representantes. Ou mesmo, quando do surgimento de uma liderança popular que possa significar algum tipo de esperança para os oprimidos, mas de ameaça para os dominadores, estes últimos logo tratam de amaciá-la através da distribuição de benesses pessoais, tirando-a do foco da luta coletiva.

As estratégias da divisão usadas pelos opressores são muitas. Estas, porém, costumam apresentar um elemento em comum: a de que os

dominadores “aparecem como salvadores dos homens a quem desumanizam” (FREIRE, 1987, p. 143). No fundo, acrescenta Freire, o messianismo contido na sua ação não pode esconder o seu intento. O que eles querem é salvar-se a si mesmo. É salvar sua riqueza, seu poder, seu estilo de vida, com que esmagam aos demais. Conquistados e divididos, os dominados tornam-se presas fáceis e dóceis dos dominadores. Restam-lhes serem manipulados. É preciso conformar as massas para que possam aceitar sua palavra e realizar seus objetivos. A real intenção dos que manipulam é “anestesiá-las as massas populares para que não pensem” (FREIRE, 1987, p. 146).

Obstaculizar o pensar é minimizar as possibilidades de autonomia dos sujeitos. A manipulação também favorece o aparecimento de organizações, ditas populares, inautênticas, confundindo as massas. E quando algum foco de resistência dá seus primeiros sinais de organização popular, tão logo se duplicam as táticas de manipulação para o seu enfraquecimento.

Como último componente da ação antidialógica, tem-se a invasão cultural, na qual os dominadores (invasores) vão penetrando no contexto cultural dos oprimidos (invadidos) para impor a estes a sua visão de mundo. Com esta invasão, maciça e violenta, os invasores põem em risco, nos invadidos, a perda de sua cultura original. Toda dominação implica uma invasão, que pode ser visível ou camuflada, em que o invasor se apresenta falsamente como se fosse um amigo que quer ajudar (FREIRE, 1987). Desse modo, o invadido vai aderindo aos valores do invasor e passa a hospedar um opressor dentro de si. Quanto mais absorve os seus ensinamentos, através da transmissão-depósitos de seus conhecimentos e técnicas, mais se acentua a sua alienação. Assim os invadidos, tendo no invasor seu espelho, querem parecer cada vez mais com este; vestir, andar, falar à sua maneira.

Os membros fundadores da AACC resistem às adversidades ao longo de sua trajetória:

A Prefeitura de Cabedelo, entre 2004 e 2016, corta os apoios financeiros e não renova os convênios de cooperação técnica,

científica e cultural com a AACC e FFSC, tentando inviabilizar as suas ações e fazer com que essas associações abandonem as suas posições críticas, frente à edilidade municipal.

Após a Prefeitura de Cabedelo interromper o repasse financeiro para a Fundação Fortaleza de Santa Catarina-FFSC, uma crise sem precedentes se instala, acontecendo de sucessivas vezes a empresa de energia elétrica ter cortado o fornecimento de energia, deixando o monumento às escuras e inviabilizando toda a programação a ser desenvolvida. Cotas foram feitas. Doações foram obtidas. Os associados colocaram seu próprio dinheiro e a resistência foi feita, não sem muita tensão entre os seus membros, pois alguns fraquejavam e pensavam em aderir à política oficial da Prefeitura.

Durante esses anos, e em outros, fora desse período mais crítico, a Prefeitura de Cabedelo também cancelou o apoio financeiro à realização do tradicional espetáculo A Paixão de Cristo, que é realizado há 39 anos, na Fortaleza de Santa Catarina, querendo forçar o Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa, que monta o espetáculo com atores locais, a não realizá-lo, ou realizá-lo nas condições impostas pela Prefeitura (na minha opinião, o que aconteceu em 2015/2016).
(Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC).

Todo esse processo de conquista, de divisão, de manipulação e de invasão cultural instaura no oprimido certo medo do diálogo, da liberdade. Romper com os mitos e medos de que se nutre a ação invasora, desumanamente antidialógica, é condição urgente para a reconstrução de uma sociedade dialógica.

A Teoria Dialógica

Antagônico ao antidiálogo é o diálogo. Este nasce na dialética das relações humanas para que os sujeitos possam pronunciar o mundo, e com sua palavra, que se converte em práxis, intervir conscientemente na sua realidade para transformá-la. Na ação dialógica o mundo não é um slogan mitificado, ao contrário, é um mundo a ser desvelado, desmitificado. Desse modo, o diálogo tem um compromisso com a liberdade, sua ação está alicerçada na comunicação e não nos comunicados. Na relação dialógica, meu Eu sabe que é no Tu que o diálogo se constitui, e se essa relação é

horizontal e recíproca, seu Tu sabe que se constitui do Eu, Eu e Tu somos dois Tu que se fazem dois Eu (FREIRE, 1987, p. 165).

Os princípios da ação dialógica se constituem da colaboração, da união, da organização e da síntese cultural. “O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração” (FREIRE, 1987, op. cit., p. 166). A colaboração configura-se como uma atitude de confiança, indispensável, na relação dos sujeitos dialógicos.

É nesse processo colaborativo que os oprimidos vão encontrando forças para superarem o medo forjado da liberdade e vão gradativamente tomando consciência dos objetivos de sua luta, de seu comprometimento. A colaboração, todavia, não pode ser confundida como a “salvação” das massas populares, mas a conversão destas, para que em comunhão, se sintam “coautoras da ação da libertação” (Idem, p. 166). A comunhão provocada pela colaboração reconhece, na união, condição imprescindível para o fortalecimento das massas populares. Os oprimidos ao descobrirem na união, que já não podem continuar sendo “quase-coisas” dos opressores, reconhecem-se como seres transformadores da realidade.

A esse respeito, Freire (1987) orienta para a necessidade de desmitificação da realidade, “na qual conheçam o porquê e o como de sua “aderência” à realidade que lhes dá um falso conhecimento de si mesmos e dela” (Idem, p.172). Instaura-se deste modo um processo de desideologização, que implica ao invés de sua aderência a dominação, um exercício de adesão à práxis, problematizando, interferindo e transformando a realidade injusta.

Convencido de que não é na “cultura do silêncio” que a liberdade emergirá, Freire crê que a união dos oprimidos incidirá um novo contexto de atuação, numa ação cultural para a liberdade cuja prática principal terá o objetivo de aclarar nos oprimidos sua real situação. Ao dirigir-se no sentido da unidade dos oprimidos, a ação dialógica se desdobra naturalmente, na organização das massas populares como o testemunho da ação de libertação. Freire (p.176) nos esclarece que não podemos confundir a ação da organização como “[...] justaposição de indivíduos que, gregarizados, se relacionem mecanicamente”.

Neste caso, o objetivo da organização é negar a “coisificação” das massas populares e instaurar um processo de aprendizado que culmine com a pronúncia do mundo, numa ação autêntica. No processo de organização, o surgimento de lideranças é natural. Estas a quem não cabe, contudo, o direito de impor sua palavra, muito menos de agir com autoritarismo ou manipulação. A ideia é a de que todos e todas possam ser líderes de todo processo de que participe. Essa participação e fortalecimento de identidade se dá na ação-reflexão-ação, portanto na práxis. A liderança dialógica deve ser consciente da importância do seu papel no processo de transformação.

Os sujeitos fundadores e participantes da AACC

Identificamos, nas falas dos fundadores da AACC e ainda participantes (são dez membros, quase todos com mais de cinquenta anos de idade, incluindo este pesquisador, conforme já anunciado anteriormente), iniciativas e participações que demonstram essa inserção na cultura local, no fazer cultural voltado ao fortalecimento das diferentes identidades cabedelenses e no compromisso com as lutas em defesa do patrimônio histórico e artístico do município. Vamos iniciar as apresentações a partir de fotografias coletivas antigas e recentes.



Da esquerda para a direita: Osvaldo da Costa Carvalho- atual presidente da Fundação Fortaleza de Santa Catarina (2016) e membro da AACC; Marieta Campos Resende- fundadora da AACC; Jorge Vilela- atual presidente da AACC(2016); Janilson Melo Feitosa- primeiro presidente da AACC e fundador; Roseleide Santana- fundadora da

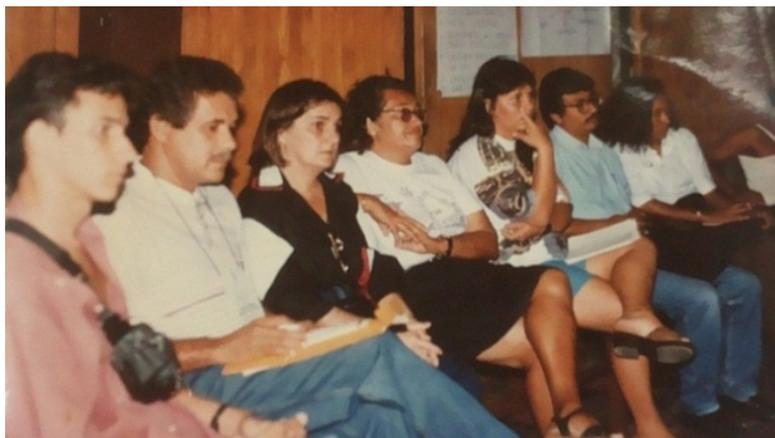
AACC; Tadeu Patrício-fundador da AACC e Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC após reunião para discutir projetos e ações.

1985-Fonte: Acervo de Evilásia de Sousa Lourenço-ex-presidente da AACC.



Em pé, da esquerda para a direita: Fernando Abath, Janilson Feitosa, Roseleide Santana e Evilásia Lourenço, fundadores da AACC, Jorge Vilela (atual presidente em 2016 - sentado, de camisa branca ao lado de Evilásia de Sousa Lourenço, também de blusa branca). Reunião com a comunidade na casa do capitão-mor da Fortaleza de Santa Catarina para discutir ações culturais. Ano da criação da AACC.

1985: Fonte: Acervo de Evilásia de Sousa Lourenço-ex-presidente da AACC.



Da esquerda para a direita: Jorge Vilela-atual presidente da AACC (2016), Osvaldo Carvalho -membro da AACC e atual (2016) presidente da Fundação Fortaleza de Santa Catarina, Roseleide Santana e Marieta Resende fundadores da AACC e outros membros da organização em audiência pública para discutir ações culturais para a cidade.

1991: Fonte: Acervo de Evilásia de Sousa Lourenço-ex-presidente da AACC.



Fortaleza de Santa Catarina

Sociólogo Silvino Espínola/UFPB (falando ao microfone), fundador do Projeto Cabedelo, ladeado pelo mestre da cultura popular Judas Tadeu Patrício Correia (de farda da Nau), fundador da AACC e Janilson Melo Feitosa, fundador e primeiro presidente da AACC, por ocasião dos festejos dos 100 anos da Nau Catarineta de Cabedelo.

2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC.



Capela de Santa Catarina de Alexandria: Fortaleza de Santa Catarina
Reunião de agentes culturais e líderes de grupos de cultura popular para discutirem as ações pela retomada da Lei de Incentivo à Cultura Pe. Alfredo Barbosa
2015: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC.

As organizações da sociedade civil são importantes nesse processo de fortalecimento de identidade e a AACC tem tido esse papel por meio de seus

fundadores e ainda participantes. Sobre o papel da organização, Freire (1987) argumenta ser esta uma ação de teor altamente pedagógica, na qual “[...] a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras que ambos, como um só corpo, buscam instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza” (FREIRE, 1987, p. 178).

No inverso da invasão cultural Freire propõe a síntese cultural. Nesta não há uma visão de mundo a ser imposta, nem conhecimentos a serem depositados. Mas conhecimentos a serem produzidos a partir do aprendizado mútuo, que em comunhão produzem os oprimidos, encontrando nos elementos de sua cultura, a resistência necessária para se contrapor a cultura dominante.

Na síntese cultural os saberes são respeitados nas suas diferentes visões que ao invés de dividir, subsidiam umas a outras. Desse modo, a cultura do povo passa a ser valorizada, derrubando o mito de sua ignorância, de sua inferioridade. Ações da AACC demonstram essa compreensão a partir de ações práticas realizadas no município:

A AACC, por meio do mestre em cultura popular Tadeu Patrício, cria o Projeto Caravana Cultural e passa a percorrer os bairros da cidade de Cabedelo, levando concertos de Música e as jornadas da Nau Catarineta, sempre precedidas de uma visita antecipada ao bairro para identificação da cultura local e da existência de grupos artísticos atuando e a escolha conjunta do melhor local para se instalarem e realizarem as atividades. Antes das apresentações, um membro da AACC sempre faz uma conversa em torno da importância de se fortalecer a identidade cultural daquela comunidade no campo da memória e do patrimônio material e imaterial. Dessa parceria e escuta das necessidades culturais dos moradores à AACC, monta-se conversas, projetos, oficinas.

A AACC elabora intervenções junto aos órgãos públicos e Câmara Municipal. Apresenta propostas ao orçamento municipal, realiza seminários e mini cursos sobre os assuntos e necessidades levantadas.

A longa atuação da AACC no município (trinta e um anos em agosto de 2016) já propiciou sua participação na formação de várias outras associações e grupos artístico-culturais. Tem trabalhado na formação de novos agentes culturais participativos,

em prol da identidade cultural dos munícipes e na defesa do seu patrimônio histórico, artístico e cultural.

(Fernando Abath Cananéa- fundador da AACC)

Deste modo, não mais como espectadores, mas como sujeitos diretos da ação dialógica, os oprimidos tendem a sair da visão focalista, reivindicatória dos seus problemas, para uma visão mais ampla e problematizadora do significado próprio da sua reivindicação, interagindo entre o porquê e o como de sua situação numa síntese cultural. A esse respeito discorre Freire (2007):

Na síntese cultural, onde não há espectadores, a realidade a ser transformada para a libertação dos homens é a incidência da ação dos atores. Isso implica que a síntese cultural é a modalidade de ação com que, culturalmente, se fará frente à força da própria cultura. [...] desta maneira, este modo de ação cultural, como ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. Neste sentido é que toda revolução, se autêntica, tem que ser também revolução cultural (p.180).

É assim, que, na síntese cultural, a cultura do silêncio dá lugar à cultura do diálogo. E o diálogo não pode dar-se no vazio, mas na ultrapassagem dos modelos que lhes prescreveram os opressores. Estamos vivendo um amplo processo em que conhecimento é política e estratégia, é poder emancipador.

A educação popular tem significativo papel nessa construção indispensável dos diálogos entre os diferentes sujeitos sociais e suas ações intervencionistas. Como afirmava Freire (Idem), a educação não será a única responsável pelas transformações, mas sem ela, não haverá nenhuma transformação.

A educação popular fortalece a identidade. Todo esse processo de fortalecimento da identidade deve ser uma prática de transformação do ser, pensar e agir cultural em defesa da identidade cultural cabedelense. Buscamos o diálogo que fortalece os questionamentos e a interação entre o saber científico e o saber popular.

A educação popular. As pessoas podem até pensar que é educação popular acadêmica. Não, educação popular para mim é o processo que as pessoas trazem. Trazem a sua identidade e que precisa ser lapidada, estimulada, ser identificada. Mas é uma coisa

que vai fluir naturalmente entre as pessoas. Não quer dizer que também a identidade acadêmica não vai servir, vai complementar, justamente isso. A pessoa já tem, ela traz dentro de si essa identidade. Ela procura espontaneamente participar, se associar a outras pessoas que tem também essa identidade. Ela já tem essa sabedoria dentro dela, de saber buscar os caminhos para poder fluir justamente essa identidade no aspecto maior dentro da comunidade, nas suas lutas.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC)

Na perspectiva de buscar esses objetivos do conhecimento, quer seja popular ou científico, na própria realidade, a partir da sociedade, é que buscamos discutir a pesquisa-ação como metodologia de pesquisa. A pesquisa-ação pode ser vista, nesta perspectiva, como um procedimento metodológico da pesquisa que vai contribuindo às lutas daqueles grupos e o reforço das mesmas por aqueles a quem a gente opta por lutar – a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo. A partir de agora virão os caminhos navegados e as ações educativas.

3 OS CAMINHOS NAVEGADOS

Percebemos, na fala da fundadora da AACC Marieta Campos Resende de Mendonça, uma profunda sintonia acerca da afirmação de que a participação da comunidade fortaleceu as ações de identidade desenvolvidas pela organização junto aos moradores do entorno da Fortaleza. Sérgio Brito de Oliveira, outro fundador da AACC vai afirmar, que tem uma identidade muito forte com a Associação, pois foi essa organização que lhe abriu as portas para o entendimento e afirmação de sua identidade. Nascido no sertão veio para Cabedelo na adolescência e se fez identitariamente cabedelense. Vamos caminhando.

Compreendi que as nossas ações fortalecem a identidade quando a comunidade circunvizinha do Forte passou a participar da preservação do mesmo, pois ela antes destruía. Quando ela preserva ela participa. Não só percebi, mas convivi com essa realidade. Eu pude confirmar essa participação. Tai os guias turísticos do forte que moram ao lado do Forte e estão aqui todos os dias.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Tem sempre a minha identidade muito forte com a AACC. Ela foi alimentada bem antes, pois só em ver e participar no projeto Cabedelo/UFPB, da formação das pessoas, da identidade das pessoas, a maneira de planejar o que se queria com a formação das pessoas dentro da cultura cabedelense, isso foi fantástico para mim. Foi um resgate da cultura. Essa é a minha identidade. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

3.1 Compreensão das concepções de cultura: seu caráter ontológico

A cultura é o meu corpo, a minha essência e tempero de minha vida. Nós da cultura temos um poder muito forte.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

As pessoas dizem desse fazer, dizem, você está aqui. É a loucura da cultura. Eu tive um processo muito interessante. Eu vim do sertão. É a minha identidade de onde nasci. Eu observava muito a história dos pontões, dos congos. Achava aquilo maravilhoso, porque em Pombal a cultura é muito forte. A identidade religiosa

era muito forte. Se as pessoas querem saber o que é cultura me junto com as pessoas que tem a ver com cultura e as pessoas, aqui, vivem e deixam que essa participação seja visível. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACCC).

A AACCC contribuiu muito para mim. Primeiro pelas pessoas as quais eu me associei. Pessoas que trazem dentro de si essa vontade de fazer, do resgatar, do contribuir, isso foi de grande valia para mim. Através dessa instituição, dessas pessoas, eu fui me lapidando também, aprendendo. A vida é sempre um grande laboratório pois, por mais simples que a pessoa seja, tem algo para passar para nós. O que eu considero de grande feito é saber que a instituição na qual nós nos juntamos, ela tá seguindo o seu curso. Ela tá tendo continuidade. O mais gratificante para nós que cria assim alguma coisa, de cultura, seja um grupo, seja uma instituição, é ter um sinal que vai haver a continuidade daquela filosofia, daquele trabalho. Outras pessoas entenderam, se associaram, porque a idade vai chegando e a gente fica sempre querendo mais, mas não tem mais aquele vigor da juventude. E a gente tendo esse referencial que tá havendo uma continuidade, com a criação de novos grupos, orientações, digo assim: valeu a pena ter me associado a essas pessoas, ter encontrado essas pessoas. Mas se não fosse assim, a gente trabalharia só no eu e não no coletivo. Essa participação é coletiva. Eu fico grato de saber da continuidade do trabalho daqui pra frente.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACCC).

Não podemos vivenciar processos de educação popular sem vivenciarmos nossas construções culturais, sem falar como somos e como vivemos. Não podemos deixar de refletir sobre cultura, sobre a nossa cultura. Várias são as discussões em torno desse conceito. As mais frequentes são aquelas em relação “a qual é o ser mesmo da cultura”; “como a cultura constitui-se enquanto cultura”; “qual e como é este modo humano que chamamos cultura”. De modo geral, podemos dizer que cultura, como modo e forma de vida, quer dizer modo de viver. Assim sendo, cultura é o modo que alguém tem de viver a vida; é o modo de alguém viver sua realidade (CANANÉA, 2011).



Primeira Formação da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Cabedelo. A comissão foi criada a partir de forte pressão e participação da AACC junto a Prefeitura de Cabedelo.

Da esquerda para a direita: Marieta Resende (fundadora da AACC). Tadeu Patrício (fundador da AACC). Clara Magna (membro da AACC). Fernando Abath (fundador da AACC). Evilásia de Sousa Lourenço (fundadora da AACC). Simone Nascimento (representante da Prefeitura). Roseleide Santana de Farias (fundadora da AACC). Jorge Vilela (atual presidente da AACC 2016). Valdenice Cardoso (fundadora da AACC). Marcos Matias (representante dos artistas).

2001: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Todos os modos de criar e deixar manifestar-se o mundo, ontologicamente é, modos positivos de cultura. De Marx a Durkheim apud Schwartzman (1997, p.45), vamos observar que todos os “fenômenos humanos decorrem e são explicáveis a partir da organização social e da interação entre pessoas na vida familiar, na divisão do trabalho e na ocupação e defesa do espaço e do território”.

Analisar a cultura envolve considerar o produto da atividade humana e, mais do que isso, o processo dessa produção, o modo como esse produto é elaborado. O conceito de cultura é um dos mais



Reunião da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura para Avaliação de Projetos Artístico-Culturais.

Da esquerda para a direita: Evilásia de Sousa Lourenço (fundadora e ex-presidente da AACC). Roseleide Santa de Farias (fundadora da AACC). Clara Magna Nery Lima (membro da AACC e atual vice-presidente-2016). Representante da Prefeitura de Cabedelo. Fernando Abath Cananéia (fundador da AACC). Jorge Luiz de Freitas Vilela (atual presidente da AACC - 2016). Simone Nascimento (representante da Prefeitura de Cabedelo). Marta Smith (representante da SEC/PB) e Valdenice Cardoso (fundadora da AACC).
2004: Fonte: Acervo da AACC.

discutidos nas ciências humanas, exatamente devido a sua força semântica. Não poderíamos realizar esta pesquisa sem tratar desta questão – a cultura. Cultura intimamente ligada à humanidade e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. No mundo de hoje, cultura é uma grande preocupação, pois entender as relações presentes e suas perspectivas de futuro é entender como se conduzem os grupos humanos.

As culturas se transformam, tendo como sustentáculo dessa mudança conflitos entre as forças internas e externas. É uma riqueza de formas de existir. Cada existir humano é uma realidade cultural com sua lógica, seus costumes e práticas, além da sua concepção de mundo. Essa gama de procedimentos culturais está relacionada aos contextos específicos em que se inserem.

Cultura, cujo significado advém do latim *colere* (cultivar), tem o sentido original de cultivo e cuidado com as plantas e os animais para que possam bem desenvolver-se. Arendt (2005, p.21) observa que, significando cuidado, cultivo,

o sentido de cultura se estende ao cuidado com os deuses, isto é, o Culto. Analisar a cultura envolve considerar o produto da atividade humana e, mais do que isso, o processo dessa produção, o modo como esse produto é elaborado. Segundo Jaspers (1975, p.177), “a cultura é uma forma de vida; a sua espinha dorsal é a disciplina como princípio intelectual e o seu espaço é o conhecimento ordenado”. Interpretada a cultura como produto do processo produtivo, a noção decisiva é a sua dupla natureza de bem e consumo, enquanto resultado da ação produtiva eficaz do homem na natureza.

Pinto (1979, p.27) apresenta o seguinte conceito de cultura:

O processo pelo qual o homem acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa as de efeito favorável, e como resultado da ação exercida, converte em ideias as imagens e lembranças, a princípio coladas às realidades sensíveis, e depois generalizadas, desse contato inventivo com o mundo natural.

A cultura é entendida como bem de produção, no sentido de que a capacidade crescentemente adquirida de subjugar a realidade pelas ideias que a representa e constitui a origem da capacidade humana de se fazer representar. É o efeito da relação produtiva que o homem exerce sobre a realidade ambiente. Exercida sobre a realidade ambiente, identifica-se como o que, com as propriedades que compõem a cultura e com o como esse o que é trabalhado.

Nesse sentido, acrescenta:

Era relação com a natureza que, além da agricultura, implicava também torná-la habitável para os homens e cuidar dos monumentos do passado, em latim “cultura animi”, sendo o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza (ARENDEI, 2006, p. 22-23).

O termo, ora expressava o refinamento pessoal e a formação intelectualizada, ora o domínio da retórica. Entretanto, sofreu modificações ao longo da história, tendo o seu significado original sido ampliado por diferentes pensadores. A partir do séc. XVIII, na Alemanha, iniciaram-se estudos sistemáticos da cultura aprofundando-se no século seguinte, na Inglaterra e na

França, a partir das contribuições da revolução técnica e científica que veio consolidar esses estudos.

É evidente que, nos séculos XV e XVI, já havia manifesta preocupação com a cultura, só que as questões levantadas eram respondidas, principalmente, pela visão religiosa. A palavra cultura, entendida como “o cuidar”, refere-se ao ser mesmo da cultura e define um modo de viver. Com uma nova visão, laica, as preocupações com cultura passaram a se vincular aos novos conhecimentos científicos do século XIX. Ontologicamente, o ser da cultura é o cuidar, é o manter. A cultura é o cuidado que o homem tem com o seu mundo, com a sua realidade. Mundo entendido como o lugar do homem e da mulher; é o horizonte próximo e remoto de possibilidades do homem. A cultura, aquela por cujo significado perguntamos, é o modo pelo qual se habita o mundo, aonde o vir-a-ser se revela. É, portanto, habitar o mundo, como o ser no mundo com os outros.

Cultura não é o “natural” qualquer, mas o específico da natureza humana, isto é, o desenvolvimento autônomo da razão na compreensão dos homens e mulheres, da natureza e da sociedade, para criar uma ordem superior (civilizada) contra a ignorância e a superstição. Nesse sentido, torna-se sinônimo de progresso racional e de história. Entendida como exercício racional e livre da vontade, a cultura surge como reino humano da finalidade, oposto ao reino necessário da natureza. Enquanto a natureza, gradativamente, se torna imóvel e passiva, em razão da materialidade mecânica e interferências exteriores, a cultura se faz mobilidade, atividade, temporalidade, atividade consciente de si.

Para Arendt (1972, p.26), cultura pode referir-se ao processo interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente, constituindo as humanidades, apanágio do “homem culto”, em contraposição ao “inculto”. Assim sendo, marcada pela relação com a história, cultura também pode tornar-se o conjunto internamente articulado dos modos de vida de uma sociedade determinada, concebida ora como trabalho, ora como relação determinada dos sujeitos sociais com as condições materiais dadas ou produzidas e reproduzidas por eles.

É uma riqueza de formas de existir. Cada existir humano é uma realidade cultural com sua lógica, seus costumes e práticas, além da sua concepção de mundo. Essa gama de procedimentos culturais está relacionada aos contextos específicos em que se inserem. A cultura aparece como o campo das formas simbólicas – trabalho, linguagem, religião, ciências e artes. Na análise marxista, aparece como resultado das determinações materiais e econômicas sobre as relações sociais e a ideologia. Em ambos os sentidos, é concebida como fazer humano na relação com a materialidade e com a história.

Articulada à divisão social do trabalho, é posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, privilégios de classe, diferenciação entre “cultos” e “incultos” que determina, a seguir, a divisão entre cultura popular e não popular, que trataremos de forma específica. Nesse sentido, a cultura sempre é própria de alguém ou de algo, porque próxima da natureza e da sensibilidade aprisionada na repetição, nos mitos e nas tradições. É também chamada de popular por encontrar-se próxima da barbárie, enquanto que seria sinônimo de civilização ao se afastar da barbárie, ao ser não popular.

Ela se torna, segundo Chauí (1989, p.61-63), “a captura mais perfeita do tempo e da história, na medida em que submete o fluxo temporal das coisas à ação temporal dos homens, que fazem sua própria história, ainda que não o saibam e em condições que não escolheram”. Por isso, a riqueza de formas das culturas e suas relações entre as diversas outras culturas reafirmam a nossa existência enquanto seres sociais, relacionando-se, assim, as manifestações e dimensões culturais com as diferentes classes que a constituem. A realidade social pode ser pensada, sobremaneira, a partir da discussão sobre cultura, pois ela é um bom caminho para se pensar a sociedade.

No século XIX, estudos sobre a evolução da cultura procuraram hierarquizar todas as culturas humanas, entendendo que a sua evolução a conduziria à distinção da espécie humana até o processo civilizatório. Em relação a esse entendimento, deve-se criticar a visão de que a evolução se daria em linha única, pois cada cultura tem sua própria verdade e que a classificação dessas culturas em graus de hierarquia torna-se impossível, dada a multiplicidade de critérios culturais. Outro equívoco diz respeito à consideração de que tudo é relativo na avaliação de culturas e traços culturais.

Não há superioridade ou inferioridade de culturas, nem tão pouco há alguma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras.

A questão maior é entender a história da humanidade e para isso o estudo das culturas e de suas transformações são fundamentais. Segundo Santos (1994, p.18), “as culturas e sociedades humanas se relacionam de forma desigual”.

Basicamente, existem duas concepções de cultura. Uma delas, preocupada com a realidade social, diz que cultura está associada à caracterização da existência social de um povo ou nação ou, ainda, de grupos no interior de uma sociedade. A outra se refere ao conhecimento, às ideias e crenças, às maneiras como eles existem na vida social. Nessa concepção, há uma ênfase maior no conhecimento e dimensões a ele associadas. Para Santos (Idem, p.20), as culturas humanas são dinâmicas; estudá-las “é contribuir para o entendimento dos processos de transformação por que passam as sociedades contemporâneas”.

A discussão sobre cultura também está vinculada a necessidade que têm as classes dominantes, dentro da lógica do capitalismo, de entender os povos e nações aos quais subjugam no sentido de “repor formas de pensar e agir determinadas pelas exigências da reprodução do capital” (IANNI, 1978, p.191). Entretanto, as desigualdades, em relação ao exercício do poder, existem em todos os níveis da vida em sociedade, existindo sim, uma luta de classes. Por isso, e em se refletindo sobre cultura, não podemos desconsiderar essas desigualdades sociais. Outro elemento a ser considerado para essa análise reside nas diferentes maneiras de atuar na vida social.

Nesse contexto, afirma Santos (1994, p.26):

Tanto no estudo de culturas de sociedades diferentes quanto das formas culturais no interior de uma sociedade, mostrar que a diversidade existe, não implica concluir que tudo é relativo, apenas entender as realidades culturais no contexto da história de cada sociedade, as relações dentro de cada qual e as relações entre elas.

Ao falarmos de cultura, podemos estar nos referindo às manifestações artísticas, aos meios de comunicação de massa, ou ainda, podemos estar fazendo alusão às lendas e crenças, ao modo de vestir, à comida, ao idioma, às festas tradicionais de um povo. Por isso é que verificamos a existência de várias abordagens sobre cultura, sendo uma constante em todas as sociedades sua discussão.

É inerente ao seu processo de construção.

A cultura é marco de formação de identidade por ser meu corpo e a minha essência.

(Maria Madalena Ferreira Accioly, fundadora da AACCC).

Na América Latina - e o caso brasileiro exemplifica essa questão - a cultura de povos e nações que habitavam suas terras, antes da ocupação europeia, ficou à parte das culturas nacionais que se desenvolveram. Essas discussões sobre cultura se reportam às contribuições culturais de variadas origens, evidentemente aquelas integradas aos processos dominantes no mundo ocidental e que se referem basicamente à organização da sociedade e de sua produção econômica, à estruturação da família, ao direito e às ideias, concepções e modos de conhecimentos.

No caso brasileiro, é necessário que entendamos a nossa trajetória histórica, as relações de poder, os conflitos de interesses dentro da sociedade para, a partir desse referencial, pensarmos a nossa realidade cultural. Quando nos referimos à cultura alta (ou erudita) delineamos cultura como oposição à barbárie; e isso é marca de civilização. Mas quando tomamos o significado de cultura referindo-se a qualquer povo, nação, grupo ou sociedade humana, estamos vinculando o significado a qualquer cultura.

Ao se discutir sobre cultura, a referência será sempre a humanidade, isto em consonância com a atenção dada às peculiaridades de cada realidade cultural. Para Santos (1994, p.41), “a cultura passa a ser entendida como uma dimensão da realidade social, como a totalidade de uma dimensão da sociedade”. Nesse sentido, incluem em seu processo as diferentes possibilidades de como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, esportes, religião, política, ciência e tecnologia. É necessário termos em mente ao discutirmos cultura, algum processo social

concreto. Com essa compreensão, a cultura, e ainda segundo o referido autor (SANTOS, 1994, p. 44), “volta-se para as maneiras pelas quais a realidade que se conhece é codificada por uma sociedade, através de palavras, ideias, doutrinas, teorias, práticas costumeiras e rituais”.

Como processo social, vida em sociedade, cultura é uma construção histórica, enquanto concepção e como resultado coletivo da vida humana. Uma das características das sociedades contemporâneas, aí incluída a brasileira, é a grande diversificação cultural interna. Esta constatação se dá em razão de que a população está inserida no modo de produção de maneira diferente. Assim, mesmo dentro de uma mesma classe social, as formas de viver não são homogêneas. Isto reflete os perfis de uma sociedade moldada na divisão de classes enquanto princípio ideológico. As diferentes concepções de cultura aumentam o espaço criado entre uma cultura que é marginal, sem predicados intelectuais e vista como rústica, rural, e outra que é intelectualizada, escolarizada.

Para Gramsci (1978), existirá sempre uma separação entre o povo e a cultura erudita. O exemplo da religião é bem ilustrativo, na medida em que muitos ritos são em línguas que a grande maioria não domina, escapam ao povo, mesmo sendo a religião um forte elemento cultural que prevalece. Gramsci (Ibidem, p. 26-27) afirma que, “o povo real vê os ritos e sente as prédicas exortativas, mas não pode acompanhar as discussões e os desenvolvimentos ideológicos” que, evidentemente, é monopólio da classe que estiver no controle da vida social.

A cultura envolve em conteúdo o que se entende por nação. Nação é indissociável de suas características culturais, do seu território, apesar de que, com o processo de globalização, o conceito de nação sofreu modificações e apresenta-se ambíguo.

Necessário para você manter aquela tradição, preservar a sua cultura, porque não existe identidade sem cultura. (Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACCC).

A AACCC traz para Cabedelo, com realização na Fortaleza de Santa Catarina, o Seminário Nacional de Manguezais, com a participação de autoridades nacionais, regionais e locais, além de forte participação das colônias de pescadores do litoral

paraibano, mobilizadas pela organização.
(Janilson Melo Feitosa- fundador e primeiro presidente da AACC).

Qual território, que idioma, qual economia, quais as fronteiras desse ou daquele país? Embora a nação povo e a nação cidadã tenham entrado em conflito, enquanto conceitos, nessa crise, que também é global, podemos observar que são dimensões, cultura e nação, de referências necessárias para se entender o mundo contemporâneo, mundial, mas não universal. Nesse processo, necessário se faz esclarecermos que mundialização e universalidade são termos distintos. A mundialização diz respeito aos tecnocratas, ao mercado, ao turismo e à informação. A universalidade diz respeito aos valores, às liberdades, aos direitos humanos, à democracia e à cultura. O universal pretende a harmonia com todas as culturas e com as suas diferenças.

Toda cultura, apesar de não ser eterna e imutável, se mundializa, perde sua singularidade e agoniza. Isso ocorreu, no caso do Ocidente, com as culturas que destruímos ao assimilá-las pela força. Com a nossa própria cultura ocorrerá o mesmo, caso continuemos com essa pretensão de sermos mundiais. Podemos morrer de perda de nossa singularidade, da exterminação de nossos valores. Em Cabedelo, é gritante como os planos de turismo não reconhecem a Fortaleza de Santa Catarina como elemento de singularidade de sua identidade cultural.

Pelo contrário, a veem (o monumento físico) como empecilho ao avanço da “modernização” do Porto da cidade, a ampliação dos depósitos de combustíveis que já encobrem o monumento, mas querem mais. No nosso entendimento, desejam a destruição da cultura local, representada nessa questão colocada, pela Fortaleza de Santa Catarina, monumento do Séc. XVI e berço do início da colonização do Estado da Paraíba.

Hoje, a mundialização neutraliza os valores culturais de uma nação (de cidadãos/ãs e não de povo em geral) devido à proliferação e a extensão ilimitada desses valores. É a desordem geral de todos os sistemas organizacionais. Se perdermos esses traços culturais, definharemos a nossa identidade. Nessa perspectiva cultural, é possível verificarmos que o universal diluiu-se no mundial deixando de existir como fim ideal. A mundialização das

trocas põe fim à universalidade dos valores pretendendo triunfar com um pensamento único sobre o pensamento universal. “Culturalmente é a promiscuidade de todos os signos e de todos os valores” (BAUDRILLARD, 2009, p. 129).

Esse processo leva a mundialização, ou seja, a democracia, os direitos do homem, a cultura, que passam a circular como qualquer outro produto mundial. Apesar desse processo, ainda se consegue vislumbrar que haverá a sobrevivência das singularidades surgindo, na atualidade, resistências cada vez mais fortes a esse processo aviltante.

São resistências políticas, sociais e culturais. Identificamos, na AACC, uma dessas organizações de resistência a essa mundialização da cultura.

As lutas em prol da cultura têm vários momentos. No dia do folclore a gente juntava os grupos, a gente fortalecia os grupos, os mestres dos grupos que se associaram a AACC. O trabalho de educação na Fortaleza em que a gente levava os alunos para eles conhecerem a história cultural da Fortaleza. A Fortaleza estava morta, era abandonada. A gente botou para funcionar. O povo entrava ali e levava tudo pra lá: casamento, a igreja, aqueles grupos de capoeira, a paixão de cristo que hoje é ali e demais grupos que temos lá. Foi muito bom para a cidade. (Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora da AACC e ex-presidente).

Eu acho que Cabedelo é um celeiro, em cada casa daquela tem um ator, uma atriz, um artista plástico, principalmente um folclorista, diretores de teatro, tem muita coisa. O que falta em Cabedelo são oportunidades. O que a gente tenta fazer no Forte é dar oportunidades entre Tambores do Forte, a Nau Catarineta, entre lapinhas que foram resgatadas, porque tinha identidade cultural. É aonde eu quero chegar. Se na prefeitura, nos governos, não tem uma pessoa com identidade cultural não vai acontecer nada. Precisa ter identidade cultural e coragem para fazer. Não é fácil, porque, às vezes, você é uma pessoa de identidade cultural, mas tem medo de enfrentar para não perder o salário do mês. Está mais pelo salário e fica aquela coisa mufina. Ou você enfrenta, a gente precisa disso. A cultura é política, tem que negociar com o prefeito. Não se pode dizer: eu não negocio com esse ou aquele, tá uma coisa minha, de Tadeu, Osvaldo, de Janilson, quando pergunta, mas tu vai negociar com o prefeito tal. Mas, eu não estou negociando para mim. A gente

não pode ter apenas política de enfrentamento. Os grupos precisam existir, ter uma política cultural, ter a sua ideia, saber o que quer, saber implantar aquilo. Você tem um lado político mas não pode deixar de ir buscar as coisas pois seus irmãos estão com sede. A não ser que a pessoa de lá queira o enfrentamento. A cultura é muito forte. É como uma pessoa que sabe muito palavrão. Quem quer brigar com uma pessoa que fala palavrão? Ninguém quer brigar com a cultura. É a mesma coisa. Nós da cultura temos um poder muito forte. A cultura tem uma coisa muito interessante, a gente vai com uma arma e se não der certo a gente usa outra arma. Se precisar, enfrentamos.
(Maria Madalena Ferreira Accioly - fundadora da AACC).

É comum encontrar-se alguém que questione e entenda essas resistências como rejeição à modernidade, ao desenvolvimento, não compreendendo que se trata de algo que ultrapassa o econômico e o político. Contudo, o revisionismo quanto às aquisições da modernidade a qualquer preço, quanto à ideia de progresso, uma insurreição da singularidade, pode tomar aspectos violentos e de anomalia, irracionais, portanto.

O pensamento daqueles que se dizem “esclarecidos”—formas étnicas, religiosas, linguísticas—pode tornar-se paranoico e terrorista. Tudo o que gera acontecimento, na atualidade, ocorre contra o universal. Experimentamos, hoje, toda uma história pretensamente progressista, envolvendo a mundialização das trocas, dos valores e singularidade das formas da língua e das culturas.



Comunidade de Cabedelo reunida na Fortaleza de Santa Catarina para discutir sobre a preservação do monumento.

2006: Fonte: Acervo Projeto Catarina-UFPB-PRAC-COEX.

A mundialização tem triunfado, em parte, e se mostra indiferente aos valores e às diferenças, inaugurando uma (in) cultura também diferente. Os valores universais perdem autoridade e legitimidade, perdendo força, nesse processo, os conceitos de liberdade, de democracia, de direitos do homem e da mulher. Esse fenômeno resultará em uma expansão da comunicação de massa, que, nas modernas sociedades industrializadas (hoje o peso da indústria no contexto mundial é bem menor), influenciará, profundamente, as instituições dominantes para que prevejam e criem as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, desenvolvendo mecanismos, os mais variados, para controlar essas massas humanas, fazendo-as perder a sua identidade e a singularidade de suas culturas.

Para que se possa alcançar essa meta, necessário se faz que se construam mecanismos culturais capazes de transmitir mensagens com rapidez para grandes quantidades de pessoas, visando o controle das massas. Essa cultura pasteurizada, homogeneizadora, niveladora, tem a sua existência centrada num setor específico, que é a “indústria cultural”. Esse segmento da indústria, centrado nos meios de comunicação de massa, tem se mostrado um eficiente disseminador de ideologia nas sociedades modernas, possuindo recrutamento de mão-de-obra especializada. É ele mesmo um elemento da

atividade econômica, desenvolvendo novas técnicas e produzindo bens e serviços. Temos enfrentado, na região Nordeste, e em Cabedelo em particular, a pasteurização pela mídia global, a exemplo dos festejos juninos que ano a ano se descaracterizam e se distanciam da identidade cultural do período junino e suas manifestações.

Esses meios de comunicação transmitem informações, difundem maneira de comportamentos, propõem estilos de vida, modos de organização da vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, de dançar, maneiras de falar e de escrever, de pensar e de agir. Com imenso poder persuasivo e muitas vezes impositivo, a indústria cultural padroniza as formas e o controle do que é transmitido, gerando “necessidades” massificadas, homogeneizando a sociedade e tentando amenizar os conflitos sociais. Apesar dessa força impositiva, a cultura na sociedade contemporânea não se reduz a essa lógica, pois as sociedades continuam diferenciadas internamente, com suas histórias recentes, marcadas por conflitos de interesses entre classes e grupos sociais diversos.

Nessa perspectiva, Santos (1994, p.71) enfatiza que, “as mensagens da indústria cultural com propostas de homogeneização e controle das populações, podem ser um projeto dos interesses dominantes da sociedade, mas não é a cultura dessa sociedade”. Podemos observar que o confronto entre as classes sociais nas sociedades modernas transforma tanto a cultura quanto a nação, sem, contudo, dizer que se possa prescindir delas, que se possa ignorar. A transformação da sociedade exige sempre que o potencial de ambas seja considerado. Exige resistência e é assim que a AACCC atua, resistindo.

Eu tive a felicidade de antes da gente chegar a Cabedelo, de ter tido envolvimento lá em João Pessoa com atividades folclóricas, juntamente com meu mestre Tenente Lucena. Antes de eu chegar aqui, eu já tinha tido essa experiência. Inclusive, tinha participado do filme Fogo Morto. Eu participei de outro filme baseado em Zé Américo e Zé Lins do Rêgo. Aí, a gente vem para Cabedelo e se identifica. Tive a felicidade de participar do Projeto Cabedelo da UFPB. Daí, a gente conheceu essas pessoas, que pensava e já vinha trabalhando com a cultura local. Também tinham essa identidade cultural e com isso eu aprendi muito com vocês. O importante é que, como eu já estou passando dos sessenta, dá essa certeza: a gente quer que aquela semente que

juntos nós plantamos que outras pessoas estejam regando. A gente teve o zelo de preparar outros jovens. Vêm um Jorge Vilela, outros jovens. A gente se aproxima das entidades deles e eles hoje é que vêm alavancando esse trabalho. Isso é o que gratifica a gente. A gente saber que teve essa preocupação. Esse zelo de buscar outras pessoas para ter esse desenvolvimento para que esse trabalho continue fluindo, certo? Isso aí, pra mim, é o que eu olho pra traz e digo: valeu a pena. Você sabe que na cultura não se ganha dinheiro. A gente gasta. Nós gastamos dinheiro com cultura, mas me dá prazer.

(Janilson Melo Feitosa-fundador da AACC e primeiro presidente).

É o Erenilton que foi semente lá da banda de música da AACC. João Batista também. É trombonista da banda do Corpo de Bombeiros. Tem outros que estão na banda da polícia militar da Paraíba e outros estão em bandas profissionais. Essa contribuição que eu dei para a banda de música 12 de dezembro. (Judas Tadeu Patrício Correia-fundador da AACC).

As nações, hoje, envolvendo um conceito mais político do que cultural, como unidades da história contemporânea e a cultura, uma dimensão do processo social, nos levam a pensar em uma cultura nacional. Isso seria possível num mundo globalizado? Evidentemente que a cultura nacional seria o resultado de um processo histórico particular resultante de processos seculares de trabalho e produção, de lutas sociais, consequência das formas como a nação se produziu. Nessa perspectiva ela é mais do que a língua, os costumes, as tradições de um povo, que também são dinâmicos e sofrem alterações constantes.

Para Santos (1994, p.74), pode-se entender a cultura nacional “como a cultura comum de uma sociedade nacional, uma dimensão dinâmica e viva, importante nos processos internos dessas sociedades”. O que fazer para se saber qual o conteúdo de uma cultura nacional para definir os aspectos que a fazem única? As definições sobre o que venha a ser cultura são, conforme Santos (1994, p.76), sempre “valorativas, valorizando de modo diferente aspectos da dimensão cultural, pois estão sempre ligadas a uma maneira de encarar a sociedade”. É a história de uma sociedade que irá explicar as particularidades de cada cultura, suas concepções, formas, técnicas, produtos,

instituições que se relacionam, formando uma teia que condiciona seu próprio desenvolvimento.

A cultura em nossa sociedade não é imune às relações de dominação que a caracterizam. Nesse sentido, ao tempo em que expressa e modifica a nossa realidade, enquanto aspecto formador de nossa sociedade ou entre sociedades. A questão maior que colocamos neste estudo diz respeito não só à compreensão acerca das várias concepções sobre cultura, mas também, e de igual importância para o nosso trabalho com a construção da identidade de uma organização da sociedade (a AACC), as preocupações com a associação da cultura, o progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação.



Mestre Tadeu Patrício (fundador da AACC) na liderança da Nau Catarineta se apresentando por ocasião do dia nacional do folclore na Fortaleza de Santa Catarina.

2006: Fonte: Acervo do Projeto Catarina-UFPB-PRAC-COEX.

O conhecimento, por exemplo, não é só o conteúdo básico das concepções da cultura, mas as próprias preocupações com cultura são ferramentas desse conhecimento na sociedade. Essas ferramentas se desenvolveram claramente associadas às relações de poder. Em nossa realidade atual, há uma grande preocupação, por parte dos centros de poder da sociedade, com a cultura, procurando defini-la, entendê-la e controlá-la para agir sobre o seu desenvolvimento. É assim que as preocupações com a cultura

foram institucionalizadas, passando a fazer parte da própria organização da sociedade e, como não poderia deixar de ser, expressando seus conflitos e interesses, manifestando a força daqueles interesses que são dominantes.

Vemos atualmente, em razão do que aqui está sendo colocado, que os movimentos sociais devem, cada vez mais, exigir que esse setor da vida em sociedade seja expandido e democratizado. Esse é um argumento importante quando consideradas as mazelas culturais do povo brasileiro, como o analfabetismo e o controle dos saberes científicos e seus benefícios por uma pequena elite, a pobreza do serviço público de educação e de formação intelectual das novas gerações. As pessoas convivendo em sociedade, compartilham suas orientações culturais e mantém relações entre si, fato que relaciona cultura à transformação social. Daí o enorme interesse que o sistema capitalista hoje dedica à cultura, tentando homogeneizá-la e aprisioná-la através da massificação de seus valores e crenças, como se dissesse: só falta aprisionar a alma humana para o coroamento do capitalismo.

Aprisionadas as relações culturais e seus valores, entre as pessoas, nada mais restaria a opor-se. Identificamos no Ministério da Cultura vários programas a exemplo do Mais Cultura que mapeia e “impõe” regras de práticas culturais oferecendo, por meio de editais públicos, financiamento para a produção cultural dentro das escolas, a partir da escolha por meio de avaliadores do ministério, quais projetos poderão ser desenvolvidos.

Isto é uma forma de controle sobre a livre iniciativa cultural e a construção de identidades. Também os bancos oficiais e privados têm investido massivamente em editais de “incentivo à cultura”, colocando grandes somas à disposição dos realizadores culturais, que sem recursos próprios, aceitam as regras impostas por essas organizações governamentais e privadas, o que vem contribuindo para a pasteurização da cultura nacional.

Tendo em vista essa compreensão, acreditamos que as lutas sociais devam concentrar-se na universalização dos benefícios da cultura contra as relações de dominação e desigualdades sociais existentes nas sociedades contemporâneas. Essa homogeneização cultural imposta aos indivíduos os tem transformado em meros consumidores de mensagens, imagens, videocliques, colagens, da pequena narrativa em contraponto às suas identidades, o que deve

levar ao embate para frear esses elementos de reprodução cultural posto no nível ideológico e sob o controle das classes detentoras do poder econômico representadas nos governos e outros aparelhos de estado.

Durante muito tempo convivemos com a definição antropológica de cultura como sendo tudo que o homem produz em seu processo civilizador. Ela não resolve o problema até porque nem todas as práticas sociais constituem o que entendemos hoje por cultura. Canclini (2005, p. 45) resumiu seus estudos em quatro vertentes de observação e análise:

a) A cultura como instância em que cada grupo organiza sua identidade mas que, na pós-modernidade, rompe suas fronteiras possibilitando a produção, circulação e consumo de cultura considerando também as trocas com outros grupos, em escala local e até planetária, no âmbito da interculturalidade. A globalização possibilita ou impõe canais de comunicação e associação transnacionais que desagregam ou (re)organizam as identidades possíveis.

b) A cultura é vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade. Cultura não é apenas lazer e entretenimento, pois está relacionada com a identificação e incorporação de bens simbólicos e materiais da sociedade no processo de formação e realização do indivíduo, entendendo adesões e conflitos com os padrões em voga.

c) A cultura como uma instância de conformação de consenso e da hegemonia, ou seja, da cultura política e da legitimidade. Tem a ver com a autorrepresentação e com a delegação da representação no jogo do poder. Certamente que estamos falando de “culturas” na medida em que as classes sociais desenvolvem significados culturais próprios que levam a uma produção, circulação e consumo de produtos diferenciados. No caso das bibliotecas, já vimos como elas tradicionalmente privilegiam a cultura das classes média e alta e têm dificuldades com a organização e uso de acervos populares. Dilema entre as culturas eruditas e populares e a pasteurização que caracteriza o gosto da classe média.

d) A cultura como dramatização eufemizada dos conflitos sociais. Por isso temos teatro, artes plásticas, cinema, canções e esportes. A eufemização dos conflitos não se faz sempre da mesma maneira nem se faz ao mesmo tempo em todas as classes. Daí o

conflito entre as classes sociais e suas representações na sociedade contemporânea relativas a sexo, etnia, geração.

Sem pretendermos discutir o conceito de modernidade, que não é alvo deste trabalho, queremos aqui enfatizar que paradoxalmente “ser moderno também é uma ameaça a destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (IANNI, 1992, p.208). A cultura, ideologizada e controlada, passaria a ser um universo fragmentado, o que dissolveria os modos de ser sedimentados e as formas cristalizadas de pensar.

Esse quadro que se desenha nas sociedades contemporâneas encontra, nesse mesmo processo que nega a cultura como identidade, dialética e historicamente, sua negação completa. Vários são os grupos de resistência a esse processo homogeneizador, a exemplo da organização não governamental que estudamos/vivenciamos (Associação Artístico-Cultural de Cabedelo), nesta pesquisa. Tudo isso nos indica que não há absorção pura e simples da cultura dominante. Há ainda as contradições desses fracassos.

3.1.1 Cultura Popular

Ao estudarmos cultura, particularmente no Brasil, devemos manter a atenção voltada no sentido de nos indagarmos sobre a cultura das classes sociais ou cultura popular. O entendimento é que, a uma realidade estruturada a partir das relações internas da sociedade e de um sistema de ideias, imagens, atitudes e valores, dá-se o nome de cultura popular. Definir cultura popular “significa a escolha de um ponto de vista, uma tomada de posição” (BOSI, 1986, p.62).

Eu estava lendo que a cultura popular não estava ligada só a folclore. Popular é a população, é a integração das manifestações. Eu através do fantoche conseguia dar boas aulas sobre cultura. Chegamos a fazer, eu e Marieta, também da AACC, uma apostila sobre os conceitos de arte e cultura popular para trabalhar nas escolas em Cabedelo. Um trabalho muito bom.
(Evilásia de Sousa Lourenço—fundadora da AACC e ex – presidente).

Para Gramsci (1978, p. 177), a questão é colocada em termos de “estruturas ideológicas da sociedade: ao lado da dita cultura erudita, transmitida

na escola formal, existe a cultura criada pelo povo, que articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais”. A relação entre a temática envolvendo o popular e nacional tem sido uma constante, a ponto de Nelson Werneck Sodré afirmar que só é nacional o que é popular. O brasileiro é “caracterizado como homem sincrético, produto do cruzamento de três culturas distintas: a branca, a negra e a índia” (apud ORTIZ, 1994, p.16).

Assim, o conceito de povo brasileiro permanece ligado a este elemento popular oriundo da miscigenação cultural. Nos anos 20 e 30, no Brasil, os movimentos políticos e intelectuais se propunham redefinir a problemática brasileira, tendo a identidade nacional e a cultura popular como oposição ao colonialismo. Isto se verifica com maior nitidez quando destacamos o modernismo, movimento dos anos 20, em busca de uma identidade brasileira.

Esse movimento tem prosseguimento com as pesquisas e os estudos sobre o folclore, registrados por Mário de Andrade. O objetivo maior desses intelectuais era “compreender as crises e os problemas sociais e elaborar uma identidade que se adéque ao novo Estado Nacional” (apud ORTIZ, 1994, p.18). No capitalismo, tanto as desigualdades econômicas quanto sociais, provocadas pela brutal divisão do trabalho, irão ocasionar, como consequência, a desigualdade cultural. É a cultura dos dominantes refletindo-se nas classes dominadas. A partir da ideia de refinamento pessoal, cultura se transformou na descrição do conhecimento dominante nos Estados Nacionais que se formavam na Europa a partir do fim da Idade Média.

Esse conhecimento passou a ser chamado erudito e voltou-se para as classes dominantes, em contraponto “ao conhecimento da maior parte da população, que passou a ser considerado inferior e que aos poucos passou também a ser entendido como uma expressão de cultura, a cultura popular” (SANTOS, 1994, p.54). Ao fazermos uma análise da cultura popular das populações pobres de uma sociedade, estamos classificando suas formas de pensar e agir, procurando, com essa análise, entender o que de específico existe, sua dinâmica e lógica internas, bem como a teia política que a envolve.

Para obter legitimidade própria, a cultura dominante tem, historicamente, desenvolvido várias ações e processos, a partir das universidades e de outras instituições, que produziram saber e ciência

comprometidos com essa “legitimidade”. Por atenderem, em sua grande maioria, apenas às classes dominantes, essas instituições deixaram de fora as manifestações culturais das classes dominadas, aí entendidas como cultura popular, conforme enfatiza Santos (1994, p. 59):

As classes dominadas existem em relação com as classes dominantes, partilham um processo social comum; do qual não detêm o controle. A produção cultural, toda a produção cultural, é o resultado dessa existência comum, é um produto dessa história coletiva, embora seus benefícios e controle não se repartam igualmente.

Quando Ortiz (1994) pergunta o que é ou pode ser considerado popular na cultura, temos o entendimento de que a resposta aponta para as manifestações culturais vividas pelas classes dominadas em seus processos de vida em sociedade. Segundo Ayala e Ayala (1987), os artigos de Celso de Magalhães, publicados em jornais de Recife e São Luís, em 1873, são os primeiros estudos brasileiros sobre cultura popular. Esses estudos apontam para a procura dos traços nacionais, do típico, como forma de afirmação da identidade nacional, em contraponto a outras influências culturais.

No caso brasileiro, foi fortíssima essa busca dos fatores culturais próprios, e a poesia popular serviu, ao lado do folclore, como base para essa construção. Identificamos, em nossas viagens de pesquisa, desde o ano de 2000, como particularidade da cultura popular, que ela é mais forte no meio rural e em cidades interioranas. Tudo isso é ligado à noção de que a cultura popular é rústica, ingênua, sendo vista como uma ameaça perigosa às noções de ordem e civilidade. Há, pois, uma oposição entre folclore e civilização. Assim, podemos dizer que, uma característica do folclore brasileiro são as reminiscências de lendas, crenças e tradições que se extinguem e que são como uma imensa colcha de retalhos.

Para Cascudo (1973, p.22-23), uma manifestação é folclórica quando, “além de ser popular, constitui-se em sobrevivência; folclore seria então uma manifestação do passado no presente, um conjunto de fragmentos de costumes e práticas culturais desaparecidas”. Uma manifestação de cultura popular, porém, não ocorre isoladamente, por isso devemos levar em consideração o

contexto cultural em que se realiza. Hoje, o entendimento sobre cultura popular evoluiu ante a perspectiva de superar a relação de sua existência com a simples sobrevivência. Isso fica muito claro na análise de Bastide (1975, p.2) , quando faz um corte na análise de Cascudo (1973) e propõe a transformação, afirmando:

Se as estruturas sociais se modelam conforme as normas culturais, a cultura por sua vez não pode existir sem uma estrutura que não só lhe serve de base, mas que é ainda um dos fatores de sua criação ou de sua metamorfose; o folclore não flutua no ar, só existe encarnado numa sociedade, e estudá-lo sem levar em conta essa sociedade é condenar-se e aprender-lhe apenas a superfície.

Entendemos, a partir dessas questões, que o contexto e o espaço são componentes estruturais dessa análise. Para Fernandes (2005, p.28-29), as manifestações de cultura popular estão impregnadas de funções sociais, acrescentando que o folclore “inclui todos os elementos culturais que constituem soluções usuais e costumeiramente admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade, transmitidas de geração a geração por meios informais”. O folclore, com tal ênfase envolveria vários elementos, materiais e não-materiais, e seria sinônimo de cultura popular.

É a partir dos anos 60 que o aspecto político-ideológico conquista o primeiro patamar nas discussões sobre cultura popular no Brasil. As discussões giravam em torno do “povo brasileiro, quais os grupos sociais que os constituem, as formas de atuação política e artística” (AYALA e AYALA, 1987, p.41). Nessa época, surgem os movimentos culturais, como o Movimento de Cultura Popular e os Centros Populares de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes), que discutiam as questões culturais relacionando-as à política, com interferências concretas na realidade.

Já nos anos 70, sob outro olhar, “não mais o da vanguarda iluminada que vai ensinar o povo, a preocupação é a de tentar compreender sua cultura como parte de um processo de exploração econômica e dominação política” (Ibidem, p.50). Tal ênfase em nada diminui a preocupação com a cultura popular, enquanto produção historicamente determinada, elaborada e consumida pelos grupos subalternos de uma sociedade capitalista, que tem

como principal característica a exploração econômica e a distribuição desigual do trabalho, da riqueza e do poder. O desenvolvimento de estudos culturais nas duas últimas décadas gerou um forte interesse pelo conceito de cultura popular e estimulou como consequência, uma série de esforços para teorizar a ideia popular. O popular tem sido visto com frequência, principalmente pelos educadores, como um agente potencialmente perturbador de relações de poder vigentes.

Tem sido visto, além disso, como uma ameaça em seu potencial de fazer com que se vislumbrem práticas sociais e formas populares que afirmem tanto a diferença como os diferentes modos de vida. Alguns educadores têm enxergado a cultura popular como um conjunto de conhecimentos e prazeres desvinculados da vida, em geral, e da vivência escolar como prática, em particular. Em contraponto a essa postura de alguns, outros acreditam (GIROUX, 1988) que a cultura popular é o terreno das mensagens, imagens, formas de conhecimento e investimentos afetivos que definem as bases para se dar oportunidade à “voz” de cada um, dentro de uma experiência social.

As práticas culturais populares exibem numerosas diferenças que, em parte, se devem às lutas inerentes às relações vigentes de gênero, classe, raça, etnia, idade e religião. A questão maior que se coloca é que essas diferenças continuam a ser usadas para gerar e manter desvantagens e sofrimento para as classes subalternas. Existem, na atualidade – e isso é uma unanimidade entre os pesquisadores da área – uma complexa e diversificada gama de manifestações culturais. Por isso não mais podemos generalizar quando falamos em cultura popular. A tarefa, no momento, é procurar entender o que é afinal e o que significa a cultura popular na vida em sociedade.

A cultura popular, como já dissemos, está situada em seu contexto. Verificamos que ela insere-se em um processo social e cultural de amplitude considerável, “devendo-se considerar sua ligação com as condições de existência e com os interesses de seu público integrante do grupo societário dos explorados” (GIROUX, 1988, p.56). No mundo e na sociedade capitalista, as desigualdades não ocorrem só no campo econômico, mas estendem-se aos outros bens produzidos pela sociedade, inclusive a cultura, existindo a partir daí uma relação entre os economicamente dominados e os política e

culturalmente, também, dominados. Inacessíveis, os bens econômicos interferem diretamente, afetando as práticas culturais populares.

Apesar dessa dificuldade e de ressentir-se do apoio econômico, a cultura popular é constituída não apenas de produtos, mas também de práticas que refletem a capacidade criativa e por vezes inovadora das pessoas. É possível que a cultura popular contenha aspectos de uma imaginação coletiva capaz de fazer com que as pessoas transcendam o conhecimento e a tradição recebidos. Nesse sentido, a cultura popular poderá revelar aspectos de um contra discurso útil na organização de lutas de superação da dominação.

Nessa direção, dialogamos com Bosi (1986):

Uma prática cultural por si só não carrega consigo a política que a gerou, como se esta houvesse sido gravada a fogo para toda a eternidade; vamos considerar que é exatamente o contrário que ocorre, o seu funcionamento político depende da rede de relações sociais e ideológicas em que está inserida como consequência das formas pelas quais ela se articula com outras práticas, em determinado espaço e conjuntura.

A leitura que fazemos indica que Gramsci (1981) admirava essa capacidade que tem a cultura popular de absorver e reelaborar elementos urbanos já afetados de novas tecnologias. Uma vez que há necessidade de se conquistar a permissão para que formas de expressão popular se incorporem à cultura dominante, a cultura popular nunca ficará livre de ideologias e de suas práticas. Do mesmo modo, as formas de expressão popular, para serem adotadas em benefício do fortalecimento do poder individual e do poder social, têm de ser renegociadas e rerepresentadas.

A cultura popular possui algumas características funcionais, sendo uma delas a coesão interna, onde cada hábito, crença ou técnica tem seu significado na economia como um todo. Outra característica é a vivência não consciente, mas emotiva, havendo ainda uma terceira que define uma reelaboração constante onde os temas se refazem, reafirmando que nem tudo é herdado puro e simplesmente.

Na cultura popular, novo e antigo se entrelaçam. Para melhor compreendermos a cultura popular, segundo Canclini (1987, p.43) temos que considerar vários fatores:

A especificidade das culturas populares não deriva apenas do fato de que a sua apropriação daquilo que a sociedade possui seja menor e diferente; deriva também do fato de que o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica de suas relações sociais (...). O povo realiza estes processos compartilhando as condições gerais de produção, circulação e consumo do sistema em que vive. As culturas populares são construídas em dois espaços: as práticas profissionais, familiares, comunicacionais, através dos quais o sistema capitalista organiza a vida de todos os seus membros e um segundo, que são as práticas e formas de pensamento que os setores populares criam para si próprios, mediante os quais concebem e expressam a sua realidade, o seu lugar subordinado na produção, na circulação e no consumo.

Com essa carga de controle sobre a cultura popular, ela passa, muitas vezes, a internalizar concepções que atendem as classes dominantes e que passam a parecer como se fossem de toda a sociedade, exercendo a hegemonia (categoria gramsciana) e a direção político-cultural sobre os demais grupos sociais.

Para as elites econômicas, que entendemos como dominantes, existe a crença de que vive racional e honestamente o progresso, enquanto o homem do povo vive miticamente as suas tradições. Quando isso ocorre, ela atua no sentido de manter e reproduzir a dominação e as desigualdades. Em paralelo, pode construir também, não para a reprodução, mas para a transformação da estrutura social vigente. Isso se dá porque também expressam a consciência de produtores e consumidores em relação às desigualdades e veiculam as posições contestatórias dos mesmos em relação à ideologia dominante.

Nessa corrida pela uniformização da cultura e da ideologia, já registramos a atuação da indústria cultural como sendo uma indústria “com a função de difundir, para o conjunto da população, produtos culturais elaborados por especialistas, implicitamente, padrões cognitivos, estéticos e éticos que lhes são subjacentes” (CANCLINI, 1987, p.14). Com o surgimento da indústria cultural, houve uma profunda reelaboração da cultura a partir de elementos da cultura erudita e de outros oriundos da própria indústria cultural.

Como a cultura não existe no ar, solta, é preciso que compreendamos que a elaboração e difusão de produtos culturais ocorrem a partir de suportes

material, organizacional e financeiro. O produto cultural está vinculado à estrutura social geral e só se mantém “na medida em que a cultura é reproduzida, reelaborada em caráter permanente, e que se transforma quando se modificam as condições histórico-sociais no âmbito das quais é produzida” (AYALA e AYALA, 1987, p.61).

Assim sendo, uma manifestação deixa de ser popular, quando seus produtores passam a depender financeira e materialmente para a sua realização, de uma instituição pública ou privada. O mercado introduzido pela indústria cultural é o elemento novo interposto e vem criar uma distinção no interior da cultura popular. Na indústria cultural, temos uma cultura de massa, travestida de popular, que é outorgada às massas segundo a concepção das classes dominantes (CANANÉA, 2011).

A cultura de massa veio substituir, junto ao povo, tanto a cultura popular quanto a cultura erudita. Nossa cultura, a cultura latino-americana, e para nós, a cultura brasileira, tem sido compreendida como dominada. A dominação característica da modernidade, de seu modo de ser, é a base comum em que a relação dominador - dominado se funda e se estabelece.

Nesse aspecto, afirma Bosi (1986, p.11):

É precisamente porque acredito deveras nas potencialidades das pessoas comuns que eu critico a cultura de massas. Porque as massas não são pessoas, não são o homem da rua ou o homem médio, nem sequer aquela ficção da condescendência liberal, o homem comum. As massas são, antes, o homem – como – não – homem, isto é, o homem em relação especial com os outros homens que o impossibilita de funcionar como homem.

Pensamos nesse contexto, ou seja, que a cultura popular apresenta-se com a face da realidade social, alicerçada nas desigualdades econômicas, culturais, sendo fundamentalmente um reflexo das contradições da sociedade. Em sua dialética, tudo assimila, mas tudo refaz. Ao estudar a trajetória de criação e o caminhar cultural da AACC, esta pesquisa utiliza, como referencial principal, o ser humano que produz cultura. Não podemos compreender o sentido humano da cultura sem explicá-la por meio do homem e da mulher que a produz e de suas relações econômicas e identitárias, e é por isso, o nosso interesse nas raízes culturais populares desse grupo-a AACC.

A tarefa permanente da AACC, por meio de um processo educativo, caracterizado como popular, é certamente, o fortalecimento identitário do modo de vida e das relações culturais, socioeconômicas, educacionais e políticas dos cabedelenses, interferindo, a partir da valorização cultural própria do seu destino, inserida no contexto da sociedade. Compreendendo que a cultura é fundamental para o fortalecimento dessa identidade, destacaremos a construção do conhecimento a partir dos saberes da vida e da ciência.

3.2 Saberes da vida e saberes científicos: a construção do conhecimento

Precisamos adivinhar a que impulsos obscuros, a que necessidades de nosso ser, a que idiosincrasia de nosso espírito obedece ou responde aquilo que consideramos como verdade. Em uma palavra, saber pensar significa, indissociavelmente, saber pensar o seu próprio pensamento. Precisamos pensar o pensar; Conhecer-nos ao conhecer (MORIN, 1999).

A trajetória dos fundadores da AACC sempre foi de muito dialogar sobre a realidade, de pensar sobre as coisas do dia a dia, da política, de como andava a escola, as necessidades de infraestrutura da cidade, as manifestações culturais, seu patrimônio material e imaterial. Sempre houve um pensar profundo sobre o que fazer diante da realidade vivida pelos seus membros e pelos cabedelenses em geral, mas, principalmente, como intervir nessa realidade, como participar dessa realidade. O ato de pensar sempre foi muito presente.

Pensamento e pensar são, respectivamente, uma forma de processo mental ou faculdade do sistema mental? Pensar permite aos seres humanos refletirem o mundo e com isso lidar com esse mundo e com os seus seres de uma forma efetiva e de acordo com suas metas, planos e desejos (CANANÉA, 2014; 2015). O pensamento vem eivado de palavras que se referem a conceitos que incluem a cognição, a percepção, a consciência, as ideias e as práticas. Num momento mais evolutivo, o pensamento trabalha as ideias e as reelabora construindo outros pensares. O pensamento é fundamental no processo de aprendizagem e é construído do conhecimento, mas deve ser exercido nas práticas dos sujeitos de uma ação.

Nessa perspectiva, crescer é reorganizar a inteligência e, portanto, reelaborar o pensar. O principal veículo do processo de conscientização é o pensamento acompanhado de suas práticas. A atividade de pensar e de fazer, confere ao homem "asas" para mover-se no mundo e "raízes" para aprofundar-se na realidade. Etimologicamente, pensar significa avaliar o peso de alguma coisa. Em sentido amplo, podemos dizer que o pensamento, as ideias colocadas em prática, a ação e reflexão são responsáveis pela avaliação da realidade, uma realidade observada e vivida.

O principal veículo da conscientização nesse processo tem sido o pensar e o agir em busca do fortalecimento da identidade cultural. Ao perceber essa necessidade de conhecer a cultura local, vivenciá-la, refletir, novamente vivenciá-la, os membros da AACC passaram, a partir de 2003, a realizar caravanas culturais pelos bairros da cidade, apresentando espetáculos de cultura popular, a exemplo da Nau Catarineta, do Boi de Reisado, Capoeira e Coco de Roda, além de concertos com a Banda de Música da associação, grupos esses, formados por jovens e adultos da comunidade cabedelense. Com o passar dos anos, além das apresentações, esses membros da Associação, sentiram a necessidade de que fossem realizados debates sobre a cultura, a identidade cultural dos grupos e as necessidades locais em relação a memória e ao seu patrimônio cultural imaterial e material.



Casa do capitão Mor da Fortaleza de Santa Catarina: Lançamento do livro O MAR E A JANGADA: política cultural e extensão universitária de Fernando Abath Cananéa em que analisa as ações de extensão cultural da UFPB em Cabedelo, junto a AACC.

Na mesa, da esquerda para a direita: Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, prefaciador do livro; Osvaldo da Costa Carvalho—Presidente da Fundação Fortaleza de Santa Catarina e membro da AACC; Fernando Abath – autor do livro e fundador da AACC e Tadeu Patrício (caracterização de capitão da Nau Catarineta de Cabedelo) fundador da AACC.

2011: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Segundo Descartes (1596-1650), "a essência do homem é pensar". Por isso dizia: "Sou uma coisa que pensa, isto é, que duvida, que afirma, que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer e não quer, que também imagina e que sente". Logo, quem pensa é consciente de sua existência, "penso, logo existo" (1988). Podemos caminhar um pouco mais e afirmar que o pensar tem que vir associado às práticas e do querer fazer, do querer fortalecer, nesse caso, identidades culturais.

Para adentrar nesse processo de avanço dos diferentes saberes para o conhecimento, incursionamos na seguinte dúvida: Qual a diferença entre informação, saber e conhecimento? A informação é um dado exterior ao sujeito, pode ser armazenada, estocada, inclusive em um banco de dados ou na memória. O saber é produzido pelo sujeito confrontado a outros sujeitos, é construído a partir do que sinto, falo, escrevo, vejo e pratico. Saberes da vida, saberes humanos, culturais. Pode, ainda, tornar-se, um produto comunicável, uma informação disponível para outras pessoas, para o mundo. O conhecimento é o resultado de uma experiência pessoal ligada à atividade de um sujeito provido de qualidades afetivo-cognitivas e, como tal, é intransmissível. O tema conhecimento inclui, mas não está limitado a descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos que são úteis ou verdadeiros.

Conhecimento está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no mundo real do qual temos uma experiência direta. A definição clássica de conhecimento, originada em Platão, diz que ele consiste de crença verdadeira e justificada. Aristóteles divide o conhecimento em três áreas: científica, prática e técnica.

Categorias do conhecimento

Além dos conceitos aristotélico e platônico, o conhecimento pode ser classificado em uma série de designações/categorias:

a)Conhecimento sensorial: É o conhecimento comum entre seres humanos e animais. Obtido a partir de nossas experiências sensitivas e fisiológicas (tato, visão, olfato, audição, paladar).

b)Conhecimento intuitivo: Inato ao ser humano, o conhecimento intuitivo diz respeito à subjetividade. Às nossas percepções do mundo exterior e à racionalidade humana.

c)Conhecimento intelectual: Esta categoria é exclusiva ao ser humano; trata-se de um raciocínio mais elaborado do que a mera comunicação entre corpo e ambiente. Aqui já se pressupõe um pensamento, uma lógica.

d)Conhecimento popular: Também chamado de Saber Popular. É a forma de conhecimento do tradicional (hereditário), do senso comum, sem compromisso com uma apuração ou análise metodológica.

e)Conhecimento científico: Preza pela apuração e constatação. Busca por leis e sistemas, no intuito de explicar de modo racional aquilo que se está observando. Não se contenta com explicações sem provas concretas; seus alicerces estão na metodologia e na racionalidade. Análises são fundamentais no processo de construção e síntese que o permeia.

f)Conhecimento filosófico: Mais ligado à construção de ideias e conceitos. Busca as verdades do mundo por meio da indagação com lógica e do debate; do filosofar. Distancia-se do conhecimento científico por tratar de questões imensuráveis, metafísicas e não exige a experimentação. A partir da razão do homem, o conhecimento filosófico prioriza seu olhar sobre a condição humana.

g)Conhecimento teológico: Conhecimento adquirido a partir da fé teológica sendo fruto da revelação da divindade. A finalidade do teólogo é provar a existência de Deus e que os textos bíblicos foram escritos mediante inspiração Divina, devendo por isso ser realmente aceitos como verdades absolutas e incontestáveis. A fé pode basear-se em experiências espirituais, históricas, arqueológicas e coletivas que lhe dão sustentação.

Estamos vivendo, ao longo da modernidade, uma verdadeira busca para a afirmação do que o conhecimento apresenta para a humanidade. Independentemente do tempo em que foram propostas, observou-se um intenso processo de elaboração-reflexão-afirmação-negação-(re)afirmação do conhecimento como construto eminentemente humano (CANANÉA, 2014). O conhecimento é cheio de sentido, convicção, valor, verdade e constrói a sua episteme, ou seja, a filosofia, a ciência, a teologia e a educação. Na ciência moderna, passamos a pensar no ser humano, o conhecimento como produção humana. Essa busca aciona os saberes acumulados ao longo da história e constrói o conhecimento.

Para entendermos o conhecimento temos que entender a sua centralidade a partir da autenticidade e da relevância social. Nesse caminhar, identificamos que não existe conhecimento neutro, sendo que todo conhecimento tem implicações as mais diversas. O conhecimento é uma forma de saber, pois consegue explicar, compreender. Existe outros saberes, os populares, que também constroem conhecimento.

Saber popular e saber científico: saberes diferentes, nem mais nem menos

É o envolvimento das pessoas, espontaneamente, quando elas têm aquele mesmo pensar igual àquelas pessoas. Não na sua totalidade, claro, aquela linha cultural, de desenvolver projetos, identificada com ele. A gente se aproxima e aí a gente tem o somatório de experiências, de saberes e conhecimentos, de ações, de atitudes, em prol daquela linha que a gente defende, que a gente luta. O campo cultural é muito vasto.
(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC).

As ações de educação popular são ambientes permeados pela mobilização social e pela pesquisa. Para além de várias outras questões que possamos levantar, ficaremos com a seguinte: existe obstáculo/tensão na relação entre o saber popular e o saber científico quanto à produção dos mesmos, por meio da metodologia da pesquisa-ação?

Segundo Melo Neto (2014), a discussão da relação entre o saber popular e saber científico não é uma novidade no campo da filosofia. Está

presente em atividades educativas, envolvendo os valores da educação popular em programas ou projetos, sobretudo, naqueles direcionados a grupos sociais, exprimindo políticas de inclusão social, ao utilizarem também, a metodologia da pesquisa-ação e quando se discute a produção de saberes ou conhecimentos.

A resposta obtida com esta pesquisa é que existem receios nessa relação, no âmbito acadêmico. Todavia, isto não se evidencia como obstáculo intransponível à mobilização de grupos populares (aqueles que estão sendo organizados para as discussões de questões em seus ambientes de vida), em suas lutas reivindicatórias básicas. Menos ainda, impede a geração de saberes ou conhecimentos, algo intrínseco a qualquer metodologia de pesquisa. Além do mais, cobra uma maior compreensão das contribuições e dos limites de saberes ou conhecimentos, sendo desnecessário qualquer tipo de tensionamento.

Melo Neto (2014), quando analisa o tipo de conhecimento gerado na pesquisa-ação em projetos de educação popular, admite a existência de tensão presente em alguns setores acadêmicos. É preciso que se cobre a sua superação por esses grupos. Para esse autor, existe certa tensão entre esses dois saberes: saber popular e conhecimento (saber) científico. Mas, pode desaparecer no exercício da pesquisa – ação, quando da procura de conhecimentos (saberes) úteis às mobilizações e ao campo acadêmico. Parece que o desejo desses setores acadêmicos é posicionar frente a frente ambos saberes para possíveis comparações e, talvez, como numa queda-de-braço, definir-se aquele de maior força. Diante dessa questão, Melo Neto (2014) argumenta que é necessário dar resposta à questão: o que se está falando ao se pôr em evidência a relação entre o saber popular e o saber científico?

Em nosso entendimento ninguém ensina a ninguém, aprendemos uns com os outros, nessa relação dialógica e, nem tão pouco nosso saber científico é maior ou menor do que os saberes populares. O processo de experimentação permanente na vida dos seres humanos, por meio de ensaios e erros, é que embasaram a sobrevivência da espécie, diante dos desafios da natureza. Inclusive os vários saberes denominados posteriormente de matemáticos passaram como cultura, como técnicas, perdendo-se no tempo as suas origens. A evolução da espécie humana só tem sido possível devido inicialmente pelo

acúmulo de saberes intuitivos ou conhecimentos práticos, tornando possível a sua existência. Ao longo dessa caminhada da humanidade, fora ocorrendo um processo seletivo de saberes, desde o começo da relação homem e natureza, reproduzindo-se e sendo repassados às novas gerações. Esses saberes práticos acumulados vieram estabelecer-se como sabedoria – o acervo de conhecimento originário daquelas pessoas mais observadoras das relações com a natureza. É comum chamarmos de sábio aquele que observa e responde as indagações. Àquelas mais atentas a essas relações em seu conjunto, também inventando ferramentas, foram denominadas por Burke e Ornstein (1998) de "fazedores de machados". Os 'machados' simbolizam o acúmulo desses saberes úteis, gerados pela vivência humana que formarão a sabedoria ancestral.

É pela sabedoria humana que foi possível a existência da humanidade. Uma realidade que se revela muito mais ampla do que o pensamento em si. Uma sabedoria eminentemente gerada de maneira assistemática, instituindo-se como popular, pois originária do povo, em base epistemológica definida pela relação causa e efeito. A sabedoria passará a ser esse rico tesouro de saberes ou conhecimentos práticos acumulados, permeada de regras primitivas de condutas baseadas igualmente em superstições e mitos.

Cada aprendizagem e ensino geraram diferentes saberes no início, de forma individual, e, com o passar do tempo, coletivizados. Não surgiram, necessariamente, de forma linear, mas a partir das inúmeras necessidades que foram sendo atendidas pelas experiências dos humanos em luta pela vida, também foram sendo despertados para criação de símbolos, da linguagem, promovendo-se, definitivamente, a capacidade de abstração. A abstração, por sua vez, vem se apresentando com maior importância em todas as atividades dos tempos atuais. Esqueceu-se, talvez, da contribuição das coisas concretas da vivência humana para o seu saber. Ainda pode-se lembrar de Kant (1988) em que todo o conhecimento passa pela experiência.

Na modernidade, o saber científico terá a mesma base do saber popular – a referência na experiência, definida pela relação causa-efeito. Por sua vez, caminha pela busca do algo novo que é a intervenção do pensamento por meio das formulações de hipóteses a serem demonstradas, vinculando, desde o início, experiência para a mesma relação.

O saber científico se alicerça na experiência e nos dados, instalando a máxima de que "sem indução-dedução não se pensa, sem análise-síntese não se faz experiência" (KANT, 1988, p. 31). Todavia, essa experiência é quase que exclusivamente laboratorial e praticamente fora do ambiente experiencial da vida humana. Esse ramo das ciências baseadas na experimentação e em análises matemático-estatísticas passou a se caracterizar pelo seu interesse na mensuração das coisas. A sua linguagem é a da quantificação. Dimensões metafísicas não fazem parte de seu processo de explicação, mas, apenas, dados comprováveis.

O interesse, agora, são os resultados gerados da experiência no laboratório. Esse produto passou a ser denominado de conhecimento científico ou saber científico. Esses saberes apresentam uma transitividade para o conhecimento. Os saberes trabalharam com o conceito de experiência no sentido de vivê-las para construir novos saberes e utilidades. O saber nem sempre é consciente, pois não sabe explicar as "coisas". Por isso, podemos ter um saber sem termos procedimentos prévios, tendo passado por experimentos, vamos a busca do aprimoramento da experiência e, assim, produziremos um conhecimento a partir daquele saber ou saberes. A grande função do conhecimento é explicar ou compreender um dado aspecto da realidade.

O conhecimento científico é relativo e provisório sendo a dúvida um elemento fundamental. O conhecimento é uma invenção humana e portanto, é cultura. Nesse sentido, é sempre relativo e limitado. Por isso cada sujeito, no seu tempo e no seu lugar, tem diferentes formas de percepção desse conhecimento. O conhecimento tem elementos de poder e tem profundas implicações em nossa vida. Nesses termos nos permite criar e também fazer a crítica, pois é objetivo, obtendo uma propriedade que lhe é peculiar.

O conhecimento, como produto da cultura, é uma produção social e é transgeracional, promovendo rupturas quando esse conhecimento não dá mais conta de alguma explicação ou porque não mais interessa. Nessa trajetória, queremos apresentar esse caminho percorrido pela filosofia positiva dos séculos XVI a XIX - saber-conhecimento - científico - natural - sociedade - educação.

A convivência com os diferentes saberes

O bom senso é algo dividido no mundo e cada um de nós se julga bem dotado dele. O poder de bem aquilatar e diferenciar o verdadeiro do falso, o chamado bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens. A multiplicidade de nossas opiniões não deriva do fato de uns serem mais razoáveis do que outros, porém, somente do fato de encaminharmos nosso pensamento por diversos caminhos e não levarmos em conta as mesmas coisas.

Participar é uma forma de poder influir, contribuir de forma organizada. Nós sempre temos participação, desde quando defendemos ou criticamos de forma construtiva as ações humanas. As instituições são sagradas e as nossas falhas humanas é que podem prejudicá-las. Quando as pessoas se posicionam favorável ou contra determinadas ações, é uma forma de participar dessa construção, desses saberes populares. Não precisamos concordar com o dito, pois existem outros saberes. (Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACC).

Foram realizadas várias oficinas sobre cultura, produção cultural e do fazer educacional, oportunizando aos membros da associação e demais pessoas interessadas a conhecerem e aprofundarem seus saberes nessas áreas, buscando a formação teórica de seu quadro de associados para melhor enfrentamento das causas defendidas (2003-2013). (Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC).

Para Descartes (1988) não era suficiente termos um espírito bom, o essencial é aplicá-lo bem. A razão ou o senso é a única coisa que nos confere a qualidade de homens e nos diferencia dos animais. Os homens devem desenvolver um método para orientar a sua razão a seu modo e por meio dela alcançar um conhecimento claro e certo de tudo quanto é útil à vida. Ele criou, em suas obras *Discurso sobre o Método e Meditações* as bases da ciência contemporânea. Para ele, o método consistiu no Ceticismo Metodológico - que nada tem a ver com a atitude cética: duvida-se de cada ideia que não seja clara e distinta. Com Descartes (1988), inaugura-se a ciência em seus aspectos matemáticos. Essa ciência arrasta consigo a perspectiva da experiência, em especial para um saber sobre a natureza.

Ao contrário dos gregos antigos e dos escolásticos, que acreditavam que as coisas existem simplesmente porque precisam existir, ou porque assim deve ser, Descartes instituiu a dúvida: só se pode dizer que existe aquilo que puder ser provado, sendo o ato de duvidar indubitável. Baseado nisso, Descartes busca provar a existência do próprio eu (que duvida, portanto, é sujeito de algo – ego cogito ergo sum – eu que penso, logo existo) e de Deus.

Também consiste o método de quatro regras básicas:

- a) Verificar-se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada;
- b) Analisar, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades mais simples e estudar essas coisas mais simples;
- c) Sintetizar, ou seja, agrupar novamente, as unidades estudadas em um todo verdadeiro;
- d) Enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Em relação à Ciência, Descartes desenvolveu uma metodologia que influenciou muitos, até ser superada pela de Newton. Ele sustentava, por exemplo, que o universo era plano e não poderia haver vácuo. Acreditava que a matéria não possuía qualidades secundárias inerentes, mas apenas qualidades primárias de extensão e movimento. Ele dividia a realidade em *res cogitans* (consciência, mente) e *res extensa* (matéria). Acreditava também que Deus criou o universo como um perfeito mecanismo de moção vertical e que funcionava deterministicamente sem intervenção desde então. Descartes mostrou como traduzir problemas de geometria para a álgebra, abordando esses problemas por meio de um sistema de coordenadas. A teoria de Descartes forneceu a base para o Cálculo de Newton e Leibniz, e então, para a matemática moderna.

O conhecimento como a construção do seu próprio entendimento

Nessa caminhada para entendemos a construção do conhecimento no seio da humanidade, precisamos compreender como se deu o Iluminismo. Para Kant (1988) é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é o grande responsável, considerando que a menoridade é a incapacidade de se

servir do entendimento sem a orientação de outros. No Iluminismo, a palavra de ordem era ter a coragem de se servir do seu próprio entendimento.

O ato de pensar deve ser próprio e não precisamos “pagar” ou “esperar” que outros pensem por nós. É difícil cada homem desprender-se da menoridade que, para Kant se tornou quase uma natureza. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional ou mau uso dos seus dons naturais são os ferros de uma menoridade perpétua. É difícil, nessas condições, emprender um movimento de pensar livremente. Mesmo assim, sempre haverá quem pense por si mesmo apesar dos que semeiam preconceitos.

É preciso racionalizar quanto se queira e sobre o que quiser. Existem várias restrições à liberdade, mas o uso público da própria razão deve ser sempre livre. Infelizmente, em algumas situações não é permitido raciocinar e sim obedecer. O cidadão não pode recusar-se a fazer algo que lhe é exigido, mas esse cidadão pode apresentar as suas ideias e impressões sobre algo que está sendo dito ou exigido, podendo inclusive contestar a ordem.

Vivemos hoje, na educação, com muita intensidade esse conflito, as políticas públicas de educação estão voltadas, com raras exceções, para a meritocracia e não para o conhecimento livre e desimpedido. O uso público da razão goza de uma liberdade ilimitada de se servir de sua própria razão e de falar em seu próprio nome. Do mesmo modo que não se deve subjugar uma pessoa a outra não se pode colocar uma época subjugando a outra. Para Kant (1988), não se vivia numa época esclarecida, pois dizia, “falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto possam vir se servirem com segurança do seu próprio entendimento, sem o controle ou orientação de outros” (p.70).

Para o alcance dessa liberdade, era preciso deixar de prescrever aos homens matérias ligadas à religião, mas deixar-lhes a plena liberdade para as suas escolhas, libertando o gênero humano da menoridade e concedendo a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto da consciência. O ponto central do Iluminismo foi à saída do homem da sua menoridade culpada, sobretudo das coisas ligadas à religião, porque em relação às artes e às ciências os governantes não tinham interesse em exercer o controle nessa época. Por outro lado, a tutela religiosa além de ser mais prejudicial é

também a mais desonrosa de todas. A tendência e a vocação são para o pensamento livre.

A observação dos fatos sob a ordem da natureza

O homem, ministro e intérprete da natureza, é sujeito, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente sobre a ordem da natureza. Para Francis Bacon (1988), “nem a mão nua nem o intelecto, por si mesmos, podem alcançar muita coisa”. Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada vai frustrar o seu efeito.

Para que se tenha conhecimento, as criações da mente e das mãos parecem numerosas quando vistas nos livros. Podemos dizer que os fatos se contrapõem aos axiomas. Para Bacon (1988), a natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto. Tal como as ciências de que ora dispomos são inúteis para a invenção de novas obras, do mesmo modo, a nossa lógica atual é inútil para o avanço das ciências. Existe uma significativa mudança de paradigma.

Constatamos que Bacon (1988) já coloca a necessidade de se ter um método para se trabalhar o conhecimento sobre as coisas. Tanto os axiomas como a indução não têm dado muita convicção aos fatos. Os descobrimentos vinham sendo feitos apoiados em noções vulgares. Para que se penetre nos estratos mais profundos e distantes da natureza, é necessário que tanto as noções quanto os axiomas sejam abstraídos das coisas por um método mais adequado e seguro, e que se trabalhe o intelecto de forma mais segura. O intelecto precisa de um método de trabalho para trazer mais segurança ao que está sendo pensado e pesquisado sobre algo ou sobre um fato.

Nas ciências que se fundam nas opiniões e nas convenções é bom o uso da dialética, já que se trata de submeter o assentimento e não as coisas. Segundo Bacon (Idem) não é tarefa fácil explicar algo porque as coisas novas são sempre compreendidas por analogia com as antigas. Por isso que alguns afirmam que nada pode ser conhecido, mas para “ele” não se pode conhecer muito acerca da natureza com os procedimentos ora em uso. É preciso mudar os procedimentos. Nesse sentido, são quatro os ídolos – da tribo, da caverna, do foro, do teatro e que bloqueiam a mente humana.

Os “ídolos da tribo” estão fundados na própria natureza humana. O intelecto humano é semelhante a um espelho que reflete desigualmente os raios das coisas e dessa forma, as distorce e corrompe. Os “ídolos da caverna” são os homens enquanto indivíduos com a sua natureza própria e singular de cada um, buscando em seus pequenos mundos e não no universal. Já os “ídolos de foro” representam a associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si gerando o comércio entre eles. Já as diversas doutrinas filosóficas, as teorias, formam os “ídolos do teatro”. O intelecto humano, facilmente se afirma em maior ordem e regularidade, nas coisas que de fato nelas se encontram.

Como na natureza existem muitas coisas singulares e cheias de disparidades, aquele, imagina paralelismos, correspondências e relações que não existem. Ainda de acordo com Bacon (1988) é preciso explicar a ordem de funcionamento das coisas. As coisas precisam ser entendidas de forma clara. Por isso, o intelecto humano, quando assente em uma convicção, tudo arrasta para seu apoio e acordo. Os homens se apegam às ciências e a determinados assuntos, ou por se acreditarem seus autores ou descobridores ou por terem se empenhado. Alguns são mais capazes e aptos para notar as diferenças das coisas, outros para as suas semelhanças.

É desse modo que se estabelecem as preferências pela antiguidade ou pelas coisas novas. A verdade, contudo, não deve ser buscada na boa fortuna de uma época, que é inconstante, mas a luz da natureza e da experiência, que é eterna. Também se deve acautelar o intelecto contra a intemperança dos sistemas filosóficos no livrar ou coibir o assentimento, porque tal intemperança concorre para firmar os ídolos, e, de certo modo, os faz perpétuos, sem possibilidades de remoção. Temos aí um duplo excesso: sendo o primeiro o dos que se pronunciam apressadamente, convertendo a ciência em uma doutrina positiva e doutoral e o outro é o dos que tornaram a investigação vaga e sem termo.

A busca da verdade e a interpretação da natureza

Quando o espírito humano se desespera da busca da verdade, o seu interesse por todas as coisas se torna débil, daí resultando que passem a preferir

as disputas e os discursos amenos, distantes da realidade, em vez de se comprometerem com o rigor da investigação. Bacon (1988) propõe o verdadeiro método de interpretação da natureza distante da expiação e purgação da mente. A melhor demonstração é de longe, a experiência, desde que se atenha rigorosamente ao experimento. É necessário ampliar a investigação até as coisas mais gerais. Em qualquer espécie de experiência, deve-se primeiro descobrir as causas e os axiomas verdadeiros. No tempo como no espaço há regiões ermas e solidões. Podemos levar em conta três períodos na evolução do saber: um dos gregos, um dos romanos e por último o dos povos ocidentais da Europa. A Idade Média, em relação à riqueza e fecundidade das ciências, foi uma infeliz época, pois atravancou o conhecimento.

A ciência tem por meta dotar a vida humana de novos inventos e recursos

A verdadeira e legítima meta das ciências é a de dotar a vida humana de novos inventos e recursos. A partir dos sentidos e da experiência bem fundada é possível notar um método de descoberta muito simples e sem artifícios e que seja o mais familiar a todos. Tudo isso se resume de forma simples a quem se preste a reunir e consultar o que os outros disseram antes. A seguir, acrescentar as próprias reflexões e avançar no esforço de expandir as ideias. Um método bem estabelecido é o guia para a experiência certa conduzindo para a abertura dos axiomas.

Esse é o modo de operar com a razão. É preciso explicar a ordem de funcionamento das coisas. Isso era vital para Francis Bacon (1988). A ciência avança a partir de rupturas no próprio conhecimento científico. O modo de operarmos com a razão é a possibilidade de trabalharmos com o método e aí surge o conhecimento e não mais um saber. Ainda de acordo com Bacon (Idem) devemos pensar o método como caminho para a construção do conhecimento científico.

Nesse sentido, podemos afirmar que precisamos saber racionalmente pelo crivo da razão e do método. Assim sendo, o conhecimento é uma forma de saber objetivo-característica do conhecimento. Ele é relativo. É transitório.

Por meio do método, é possível operar o conhecimento como modo de saber, de existência. Esse tem sido um desafio ao longo da existência humana que é analisar o que é conhecimento.

Caminhando nessa trajetória de evolução, Auguste Comte (1798-1857) opera uma ruptura de compreender a natureza para entender a sociedade. Para Comte (1929), o conhecimento é uma produção singular do indivíduo e, às vezes, não se consegue capturar algumas facetas da realidade. O conhecimento é gerado a partir de um método enquanto um caminho para se chegar ao conhecimento científico, sendo o mesmo construído pela via da razão. Nessa perspectiva, a natureza é o grande livro da vida. Ao idealismo da primeira metade do século XIX se segue o positivismo que se espalha em todo o mundo. Isso ocorre durante a segunda metade desse mesmo século. O positivismo vem a representar uma reação contra o formalismo, contra as coisas a priori exigindo maior respeito para a experiência e os dados positivos.

A diferença fundamental entre idealismo e positivismo é que o primeiro procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão e o segundo quer limitar-se à experiência imediata, pura e sensível, como já fizera o empirismo. Daí a sua pobreza filosófica, mas também o seu maior valor como descrição e análise objetiva da experiência – através da história e da ciência – com respeito ao idealismo, que alterava a experiência, a ciência e a história. Dada essa objetividade da ciência e da história do pensamento positivista, compreende-se porque elas são fecundas no campo prático, técnico. O positivismo, além de ser uma reação contra o idealismo é ainda devido ao grande progresso das ciências naturais, particularmente das biológicas e fisiológicas do século XIX. Sendo grandemente valorizado o mercado econômico é natural que se procurasse uma base filosófica positiva, materialista, naturalista, que desse suporte as ideologias econômico-sociais.

Os fatos positivos como resultado do conhecimento

O positivismo admite como fonte de conhecimento e critério de verdade, a experiência, os fatos positivos. Nesse aspecto, a filosofia é reduzida à metodologia e a sistematização das ciências. Na democracia

moderna como concepção política, em que a soberania é atribuída ao povo, à massa - a vontade popular se manifesta através do número, da quantidade, da enumeração material dos votos, o tão falado sufrágio universal. O liberalismo, que sustenta a liberdade completa do indivíduo, sustenta também a livre concorrência econômica através da lida mecânica, do conflito material das forças econômicas. Já para o socialismo, enfim, o centro da vida humana está na atividade econômica, produtora de bens materiais, e a história da humanidade é acionada por interesses materiais, utilitários, econômicos (materialismo histórico) e não por interesses espirituais, morais e religiosos.

O positivismo do século XIX pode semelhar-se ao empirismo, ao senso dos séculos XVII e XVIII, também pelo país clássico de sua iniciação (a Inglaterra) e, porquanto, reduz, substancialmente, o conhecimento humano ao conhecimento sensível, a metafísica à ciência, o espírito à natureza, com as relativas consequências práticas, diferenciando-se desses sistemas por um elemento característico que é o conceito de vir a ser, de evolução, considerada como lei fundamental dos fenômenos empíricos, isto é, de todos os fatos humanos e naturais. Daí acreditar o positivismo no progresso quer nos meios quer no fim, para o bem-estar material. Para Comte “as ideias conduzem e transformam o mundo” e é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história.

A humanidade como objeto de estudo

As ciências, no decurso da história, não se tornaram “positivas” ao mesmo tempo, mas numa certa ordem de sucessão que corresponde à célebre classificação: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia. O princípio para todas as ciências é o mesmo—do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto e de uma proximidade crescente em relação ao homem. Esta ordem corresponde à ordem histórica da aparição das ciências positivas.

O próprio Comte (1929) acredita coroar o edifício científico criando a sociologia. As ciências mais complexas dependem das mais abstratas. Os seres vivos estão submetidos não só as leis particulares da vida, como também às leis

mais gerais, físicas e químicas de todos os corpos. Segundo Comte (Idem), cada etapa da classificação introduz um campo novo, irreduzível aos precedentes. A última das ciências que Comte chamara primeiramente física social, e para a qual depois lhe deu o nome de Sociologia reveste-se de importância capital. Ao criar a Sociologia, a sexta ciência fundamental, a mais concreta e complexa, cujo objeto é a humanidade, encerra as conquistas do espírito positivo.

O objeto próprio da sociologia é a humanidade e é necessário compreender que a humanidade não se reduz a uma espécie biológica: há na humanidade uma dimensão histórica - o homem é um animal que tem uma história. Ele cria línguas, instrumentos que transmitem este patrimônio pela palavra, e, nos últimos milênios, pela escrita às gerações seguintes que, por sua vez, exercem suas faculdades de invenção.

A sociologia, cuja aparição dependeu de todas as outras ciências tornadas positivas, transformar-se-á na política que guiará as outras ciências, regenerando, assim, todos os elementos que concorreram para sua própria formação. Para Comte (Idem) a sociologia regerá todas as ciências, proibindo as pesquisas inúteis. De toda essa análise podemos deduzir que a religião positiva substituiu o Deus das religiões reveladas pela própria humanidade e esse Deus para Comte, era ele mesmo. A sociologia se fortaleceu graças a esse sociólogo francês (COMTE, 1858-1917).

Estamos diante de uma força avassaladora para explicar outro caminho - o da razão social, já que se analisava a humanidade. Émile Durkheim (1999) critica Kant e o próprio Comte por não explicarem a sociologia pela razão social. A sociologia por ser ciência precisava de um objeto de estudo, de procedimentos. Esse objeto de estudo é o grupo social, um grupo de fatos que nos possibilitará realizar análises sociais desse complexo chamado humanidade. Durkheim afirmou que o ponto de partida é a afirmação de que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas”.

Nesse campo a contribuição de Durkheim (1999) foi o legado das Regras do Método Sociológico (1895) quando nos oferece as generalidades:

- a) Devemos afastar sistematicamente todas as ideias pré-concebidas ao se estudar um fato social;

- b) Nunca devemos limitar nosso universo de pesquisa a grupos de fenômenos previamente definidos e com características exteriores comuns;
- c) Os fatos sociais devem ser explorados de acordo com os seus aspectos gerais e comuns, evitando suas manifestações individuais;
- d) Para explicar um fenômeno social devemos separar dos estudos: o da sua causa e o da sua função;
- e) A pesquisa da causa que determina o fato social deve ser feita entre os fatos sociais anteriores e nunca entre os estados de consciência individual;
- f) Devemos buscar a origem primeira de todo processo social de alguma importância na constituição do meio social interno;
- g) Um fato social complexo deve ser explicado seguindo o seu desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais.

Para Durkheim (1999) os fenômenos sociais refletem a estrutura do grupo social que os produz. O fato social existe independente dos indivíduos e tem objetividade e generalidade. Durkheim (*idem*) afirma que o social não pertence a nenhum indivíduo, mas ao grupo que sofre pressões e sanções sendo obrigado a aceitá-lo.

O grupo pensa, sente e age de modo muito distinto do que fariam seus membros isolados. Émile Durkheim (1999), além de ser um dos fundadores da sociologia moderna, é também considerado o pai da sociologia da educação. A educação, para ele, “é uma socialização da jovem geração pela geração adulta, e a construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a absorção do indivíduo de uma série de normas e princípios que determinam o comportamento do indivíduo na sociedade”. Para ele não havia uma educação ideal – em uma sociedade poderiam existir vários tipos, de acordo com a classe social, religião, região, mercado de trabalho. Cada sistema social define o seu tipo de educação para formar o “homem ideal”.

A ação educativa como fato social

A educação para Durkheim (Idem) era considerada um fato social pelo qual o indivíduo era coagido a fim de integrar-se ao sistema social da sociedade em que vive e seus conteúdos são independentes da vontade do indivíduo. O indivíduo só pode agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber, quais são suas origens e as condições de que depende e não poderá sabê-la sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada.

É vivenciar, ainda hoje eu vivencio. Aposentei-me da escola, mas o Boi de Reis ainda vem para a minha casa ensaiar. A igreja convida e a gente se reúne, ensaia e vai apresentar. No meu aniversário junta o pessoal da antiga e os atuais e vem aqui para se apresentar. Identidade cultural é isso, dentro da cultura a gente identifica, vai vivenciando como educadora. Trago o pessoal para vivenciar comigo as manifestações culturais. Desde a minha infância que eu gostava de arte. Na quarta noite que eu estava morando em Cabedelo, eu cheguei à praça e tinha aquele grupo brincando, não tinha violência. Bem pertinho, na casa paroquial estava a Nau Catarineta ensaiando, aí eu me apaixonei logo, não perdia um dia. Cabedelo era a terra das quadrilhas, tinha pastoril, tudo eu gostava, a identificação foi rápida.
(Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC).

A ação educativa formaria seres que tomariam parte no espaço público de suas sociedades e não restringindo apenas o seu desenvolvimento individual. O professor tem reconhecida a autoridade necessária para influenciar o aluno devido à superioridade de conhecimento acadêmico e empírico, os quais proporcionam eficiência no seu trabalho. Cada sociedade tem um ideal para sua educação e o seu sucesso está intrínseco ao trabalho exercido pelos educadores, sejam eles pais ou mestres. O conhecimento é algo que se busca no sentido de compreender e explicar as coisas da natureza, enquanto transposição dos saberes da vida, onde predomina a presença da consciência.

Uma explicação científica é uma explicação do conhecido através do desconhecido

Para Karl Popper (1994) as teorias científicas eram passíveis de erros e críticas não havendo assim uma teoria da ciência que fosse eterna e imutável.

Ele esboçou a teoria, cujo fundamento era a ideia do racionalismo crítico, que em sua essência, era uma crítica ao método indutivo e à ciência. Segundo ele, o que deveria ser feito era a comprovação da falseabilidade das teorias científicas para a elaboração de outras que poderiam resolver as questões propostas pela ciência. Para ele existia a necessidade da ciência empírica ter um objetivo e esse objetivo é encontrar explicações satisfatórias para quaisquer coisas que careçam de explicação. Uma explicação científica é uma explicação do conhecido através do desconhecido.

Segundo Popper (Idem) todo o conhecimento é falível e corrigível, virtualmente provisório. O conhecimento científico é criado, construído e não descoberto em conjuntos de dados empíricos. A refutabilidade demarca a ciência da não ciência e a atitude de colocar sob crítica toda e qualquer teoria permitindo o aprimoramento do conhecimento científico. Ele negava o caráter cumulativo do conhecimento científico e argumentava que não era possível saber se uma teoria estava mais próxima da verdade do que outra. Com essa análise, propôs uma mudança de visão, alegando que seria muito mais acertado tentar falsear a teoria do que verificar sua legitimidade.

Por isso, ele acreditava que toda hipótese deveria passar por severos testes de verificação de seus enunciados, se a hipótese resistisse a uma tentativa de demonstrar que ela era falsa ganhava o status de teoria. A teoria então era considerada como a mais aceita para explicar determinado evento ou fenômeno e continuava válida até que uma nova teoria fosse proposta. Definiu-se então o conceito de força de uma teoria.

Quanto mais ela resistisse ao processo de falseamento, mais forte ela se tornava. Em resumo, o racionalismo crítico de Popper (1994) nega que o conhecimento científico tenha caráter cumulativo; alega que não é possível saber se uma teoria está mais próxima da verdade do que outra e estabelece que toda teoria tem caráter provisório e que deve ser substituída quando uma de suas previsões for falseada.

A linguagem como expressão do conhecimento

Para Eu conhecer o Mundo preciso de Conhecimento Gadamer (2012) e para isso acionamos a Linguagem e a Verdade que está na forma de expressar

esse mundo, quando se corresponde ao que é e ao modo como se diz as coisas. De acordo com autor, a Verdade é uma construção que está na própria Linguagem (sentidos e significados). Para ele, a Verdade está no que se diz (linguagem). Nesse sentido, o dizer é uma forma de pensar, é uma unidade entre pensamento e linguagem. É nesse sentido, também, que a Hermenêutica apresenta a sua contribuição no campo da Linguagem, daí não podemos conhecer sem a Linguagem.

O estado ontológico da experiência humana

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) em sua Fenomenologia da Percepção transporta-nos para uma paisagem do pensamento na qual a experiência humana adquire um estatuto ontológico. Para início de entendimento, fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas resumem-se em defini-las. Essas definições buscam responder as essências da percepção, da consciência.

A fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências da existência e não pensa que se pode compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade. É uma ambição de uma filosofia que seja uma ciência exata, mas é também um relato de espaço, do tempo, do mundo vividos. É uma tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer.

Segundo Ponty (2006), tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência de mundo da qual ela é a expressão segunda.

Nessa relação com o mundo vivido podemos afirmar, segundo Roseleide Santana de Farias, fundadora da AACC, que a dimensão da prática, entre os membros da Associação, foi exercida a exaustão, a partir de seus

interesses, saberes populares e saberes científicos trazidos pelos seus fundadores, resultando numa reflexão cristalizada em experiências encravadas no corpo e na mente desses sujeitos da pesquisa.

Não se apreende nada como existente se primeiramente eu não me experimentar existente no ato de apreendê-la. O mundo está ali, antes de qualquer análise que eu possa fazer. Por isso, o real deve ser descrito. O homem está no mundo e o mundo é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções. A percepção é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O cogito é o pensamento de fato e ser no mundo. O verdadeiro cogito reconhece meu próprio pensamento como um fato e me revela como ser no mundo. As essências trazem consigo todas as relações vivas da experiência. O mundo é o que eu vivo, não o que eu penso e esse mundo é inesgotável, mas comunico-me com ele. O pensador pensa sempre a partir daquilo que ele é.

A determinação histórico-concreta do modo de ser e de reproduzir-se enquanto ser social

Nascido em 1885 e falecido em 1971, György Lukács (2010) tornou-se um dos mais influentes marxistas do século XX. Em suas investigações notou a necessidade de uma elaboração prévia acerca da determinação histórico-concreta do modo de ser e de reproduzir-se do ser social. Nessa direção analítica vai estudar os prolegômenos que significam as coisas singulares, as coisas que são ditas antes, realizando o estudo introdutório de uma ciência.

Seu objetivo com essa Ontologia do Ser era reexaminar passo a passo as categorias fundamentais do pensamento de Marx, iniciando pela retomada das considerações marxianas acerca do trabalho como complexo central decisivo do ser social, passando pelo problema da reprodução, da ideologia e culminando no tratamento da alienação. Para Lukács, a ideologia é um fator de coesão social e a subjetividade é um elemento de análise.

O autor visa determinar principalmente a essência e a especificidade do ser social. Mas, para formular de modo sensato essa questão, ainda que apenas de maneira aproximativa, não se devem ignorar os problemas gerais do ser, ou,

melhor dizendo, a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos de ser – as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade.

Sem compreender essa conexão e sua dinâmica, não se pode formular corretamente nenhuma das questões autenticamente ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à constituição desse ser. Não precisamos de conhecimentos eruditos para ter a certeza de que o ser humano pertence direta e irrevogavelmente também à esfera do ser biológico, que sua existência – sua gênese, transcurso e fim dessa existência – se funda ampla e decididamente nesse tipo de ser.

O trabalho como objeto de estudo e conhecimento

Nesse avanço e construção do conhecimento, identificamos agora os estudos sobre a Crítica da Economia Política de Karl Marx (1818-1883) cuja categoria trabalho é seu principal objeto de estudo. Marx (1977) estudou o sistema da economia burguesa notadamente os registros sobre o capital, propriedade do solo, o trabalho assalariado, o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial. Seus estudos apontam para o processo de produção do conhecimento com ênfase nas categorias Objetividade em relação ao indivíduo e a Subjetividade que é o sujeito e o indivíduo, a personalidade de cada sujeito. Também é significativa a singularidade com suas particularidades, questões de gênero e as lutas sociais. Já no plano da individualidade, a especialidade e a relação social são fundantes.

Nesse sentido, o conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é, para Marx, a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. A transformação da base econômica altera, mais

ou menos rapidamente, toda a superestrutura. Nesse sentido, para Karl Marx (Idem) o melhor método de análise será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva.

Do concreto figurado ao concreto pensado—novas sínteses

Em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. Mas sem associações, por exemplo, o capital sem o trabalho assalariado, sem o valor, não é nada. Do concreto figurado passaríamos as abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos o concreto pensado, pois o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade (MELO NETO, 2002).

Em *O Método – O Conhecimento do Conhecimento*, Edgar Morin (1999) aponta para as condições em que se obtém conhecimento. Para ele, o conhecimento é, ao mesmo tempo, atividade e produto dessa atividade. O conhecimento espiritual é o conhecimento propriamente humano. O conhecimento cerebral é um desenvolvimento particularmente original de um conhecimento inerente a qualquer organização viva.

Nesse sentido só se pode viver com conhecimento, pois a vida só pode se organizar com e através do indivíduo e o ser vivo só pode sobreviver num meio com e através do conhecimento desse meio. A vida não é viável nem passível de ser vivida sem conhecimento. Podemos afirmar que o Conhecimento Humano é ao mesmo tempo cultural, espiritual, cerebral e computa as diferentes atividades. Como todo conhecimento vivo, o conhecimento humano é um conhecimento de um indivíduo e ao mesmo tempo produto e produtor de um processo auto-eco-re-organizador.

Já como conhecimento individual, é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. Como qualquer conhecimento cerebral, ele é na origem e nos desenvolvimentos, inseparável da ação. Para que haja conhecimento, deve existir não somente separação entre o dispositivo cognitivo e os fenômenos a conhecer, ao mesmo tempo em que há inerência a um mundo comum, mas também separações e diferenças nos fenômenos e entre fenômenos derivados de um mesmo mundo.

Para que exista um mundo é preciso que este seja ao mesmo tempo uno e diverso, que os fenômenos lhe sejam inerentes embora diferentes e separados. Assim, as condições de existência do conhecimento são as mesmas do seu mundo e ambas nascem da separação. Por isso, diz-se (MORIN, 1999) que existe verdade tanto quanto risco de erro em todo conhecimento. Em qualquer situação e de qualquer maneira, o conhecimento estabelece um compromisso, feito de concessões mútuas e de renúncias recíprocas, com a realidade.

A época moderna pode ser definida pela emergência de uma nova concepção de ciência e de método.

Para Boaventura (1989), a ciência é um conjunto de práticas que pressupõem certo número de virtudes, tais como a imaginação e a criatividade, a disponibilidade para se submeter à crítica e ao teste público, o caráter cooperativo e comunitário da investigação científica, virtudes que, apesar de características de método científico, devem ser cultivadas no plano moral e político para que se concretize o projeto de democracia criativa.

De meados do século XIX até hoje a ciência adquiriu total hegemonia no pensamento ocidental e passou a ser socialmente reconhecida pelas virtualidades instrumentais da sua racionalidade, ou seja, pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível. A partir desse momento, o conhecimento científico pôde dispensar a investigação das suas causas como meio de justificação. O senso comum é um conhecimento evidente que pensa o que existe. A ciência se opõe a opinião e constrói-se contra o senso comum e seus atos epistemológicos provocam a ruptura, a constatação dos fatos, a construção do conhecimento.

A busca do conhecimento na sociedade pós-moderna tem se tornado uma relação necessária, mas, às vezes, é uma mera atitude de poder e de paranoia intelectual, apesar de particularmente questionarmos quando se fala em pós-modernidade quando ainda não esgotamos e ampliamos o acesso às tecnologias e descobertas da modernidade para todos os povos. A fome que assola a humanidade é um exemplo desse questionamento que fazemos.

Ainda se tem fome do básico. Construir as possibilidades de conhecer para compreender o mundo será a eterna caminhada. Os fundadores da AACC estão trabalhando nessa perspectiva, de aprofundar os saberes da vida e buscarem a construção do conhecimento numa perspectiva de fortalecimento de sua identidade cultural. A escolha da metodologia está intimamente ligada aos objetivos deste trabalho. Por isso escolhemos a Pesquisa-Ação como esteio dessa caminhada.

3.3 Pesquisa-Ação como metodologia participativa e interventiva

É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática (PAULO FREIRE, 1980).

[...] A participação para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado (PAULO FREIRE, 2013).

Reunir as pessoas, dar opinião, sugerir, colocar ideias, é estar presente, é contribuir. Isso para mim significa participação. A participação evolui porque em termo de sociedade como é o caso da AACC, se as pessoas não estiverem reunidas, pensando num projeto, numa ideia, a gente não atinge os objetivos. Minha participação tem sido contribuir junto com a diretoria no desenvolvimento dos projetos. Um deles citei que foi primeiro, quando a gente estava sem sede porque a AACC tinha um espaço no Teatro Santa Catarina e a gente praticamente foi expulso do teatro, daquela salinha que tinha lá, junto com o TECA, o GTAAB e coincidiu com a reabertura da Fortaleza que foi feita pela AACC. Ir para a Fortaleza foi um ato importante, eu dei essa contribuição nessa luta. Outra contribuição que eu dei no grupo foi com o projeto da Banda de Música. Foi um projeto feito em equipe. Eu puxei o bonde junto com Janilson. A gente montou esse projeto da Banda de Música. Chegamos até a trazer o Ministro da Cultura Francisco Welffort em Cabedelo. Eu vejo a retomada da Fortaleza importante, vejo o projeto da Banda de Música e sua dinamização chegando ao nome 12 de dezembro (aniversário de emancipação política de Cabedelo) com sua prática dando oportunidade a muitas crianças. Tem muitos alunos da Banda que hoje são músicos. São maestros. São

professores de música de escolas públicas e privadas. (Judas Tadeu Patrício Correia, fundador da AACCC).

Saberes construídos e participados

A metodologia escolhida nesta pesquisa tem o mergulho necessário e uma efetiva participação, o que se confirma numa vivência de trinta e um anos experienciados nas práticas e construções coletivas com essa organização da sociedade civil, entendida (SALOMÓN, 2006, p.19-32) como “o conjunto de organizações diversas que se mantêm independentes do Estado, com o qual se resgata o conceito residual de que sociedade civil é tudo que não é Estado”.

A sociedade civil e as organizações sociais

Dessa definição dada por Salomón (2006, p. 39-42) sobre a sociedade civil, extraímos algumas características essenciais. Observemos essas características, porém ressaltando que elas, as vezes, não se aplicam a todas as sociedades, principalmente quando diz respeito a independência frente ao Estado e aos Partidos Políticos:

a) Sua diversidade:

Dentro da sociedade civil entram todas as organizações sociais que podem surgir ao redor de temas diversos como a economia, a cultura, as reivindicações sociais, a religião, o esporte, a produção, o conhecimento. A solidez da sociedade civil está na sua diversidade; toda intenção de homogeneizá-la, classificá-la ou limitá-la atenta contra sua natureza.

b) Sua independência do Estado:

Uma característica essencial da sociedade civil é sua independência do Estado, o que não significa seu confronto permanente ou sua identificação como inimigo. Simplesmente implica que ela se move e deve mover-se no âmbito civil, concebido este como o não-estatal, no qual atua obedecendo a uma lógica que é substancialmente diferente daquela do Estado, ainda que exista coincidência em torno de temas, aspirações ou preocupações.

c) Sua independência dos partidos políticos:

Os partidos políticos ocupam uma posição intermediária entre o Estado e a sociedade civil; têm um pé naquele e outro nesta; não é parte do Estado, porém aspiram ser parte dele, razão pela qual

possuem uma lógica diferente da sociedade civil e diferente das pessoas que ocupam o Estado. Por isso, ainda que se identifiquem com a sociedade civil em algumas questões pontuais, se distanciam dela em assuntos mais fundamentais. Com os partidos políticos, assim como com o Estado, existem possibilidades de coincidências, associações específicas e trabalho conjunto; porém não existe nem pode existir uma total identificação.

d) A cidadania como premissa básica:

A luta da sociedade civil acontece de mãos dadas com o processo de construção de cidadania, conceito absorvido do âmbito jurídico e colocado no âmbito sociocultural como consciência de direitos e obrigações, e da responsabilidade para assumi-los e exigir que sejam respeitados pelo Estado, pelos partidos políticos e pelas mesmas organizações da sociedade civil. É a consciência cidadã que motiva a sociedade a mover-se, a assumir o público como seu próprio, a exigir respeito do Estado e dos partidos políticos, a fiscalizar e controlar o desempenho público.

Neste trabalho de Pesquisa-ação junto e com a AACC, nos perguntamos: para que produzir conhecimento? Os saberes de nossas vidas não nos bastam? Será que é para melhor compreensão da realidade; melhor utilização dos recursos; satisfazer a curiosidade; viver melhor; construção e fortalecimento da identidade de um grupo; legitimar e orientar práticas, processos, ações; provocar mudanças; como forma de poder; para lidar com as adversidades naturais e sociais; para a dominação sobre as pessoas?

No nosso entendimento e no dos fundadores, a partir de suas colocações, essa produção do conhecimento deve ser um olhar sobre a realidade para podermos compreender, extrair ensinamentos, comunicar, modificar, analisar, fortalecer identidades e produzir novas sínteses.

A Identidade é aquilo que é, que é próprio. O que é próprio do ser. Se eu tenho identidade, eu sei me reconhecer. Então, eu devo assim procurar preservar aquilo que eu sou. Procurar cultivar, manter, muito embora a gente possa deixar se influenciar pelo meio. Eu vejo assim. Você tem a sua identidade, mas você vai me ver em outro meio que tem uma identidade diferente, então você vai procurar se moldar aquela outra identidade, mas sua identidade vai ser preservada, vai permanecer ali. Eu acho assim. (Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACC).

Nessa fala, a fundadora Diana Maria, demonstra um profundo reconhecimento do que seja a sua identidade e a dos outros, ao afirmar que identidade é próprio do ser, sendo aquilo que demonstra ser. Faz, também, uma relação entre o cultivar e o manter, mesmo admitindo que existem influências do meio social em que se convive e outros meios, como a comunicação e redes sociais. Afirma que a identidade pode ser preservada quando se tem raízes fortes, reconhecimento de sua identidade.



De pé: Janilson Melo Feitosa (primeiro presidente da AACC e atual presidente do Conselho Fiscal), em reunião na Capela de Santa Catarina/Fortaleza de Santa Catarina, fala para representantes de grupos artístico-culturais de Cabedelo sobre a necessidade de uma ação conjunta para exigir políticas públicas de cultura para Cabedelo e pela preservação da Fortaleza de Santa Catarina.

2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Identidade é você ser. É ser você sem substituir seus valores, sem substituir a sua cultura. Você pode até adicionar, mas nunca substituir. Identidade é você não perder a sua cultura, não substituir a sua cultura por outra, não perder a sua essência. Você ser funcional é perder a sua identidade. Tento passar isso para meus alunos, sem impor. Essa Fortaleza de Santa Catarina, por exemplo, cheia a essa essência.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Verificamos na fala da fundadora Marieta Resende uma extrema preocupação com a perda de identidade por parte das pessoas, ressaltando

que não se deve, nunca, substituir a sua cultura por outra. Ela afirma que se pode até adicionar algum elemento novo, fatos, mas sem perder a sua essência, pois, para ela, identidade é você ser. Ressalta o profundo interesse em trabalhar essas questões com seus alunos, dialogando, sem impor conceitos.

Destacamos na sua fala a interessante colocação acerca de que ser funcional, moderno, hoje, é perder a sua identidade. Afirmção com a qual concordamos, pois essa perda de identidade cultural tem sido muito forte a partir da indústria cultural que a tudo tentar nivelar e homogeneizar.

A importância maior da AACC foi justamente quando ela se debruçou numa reunião emergencial e identificou a situação do maior patrimônio que Cabedelo tem, que a Paraíba tem e que o Brasil tem, que a humanidade tem, que é a Fortaleza de Santa Catarina. A AACC partiu para vir na Fortaleza e encontrou uma situação que não era adequada para um patrimônio do porte desse. Havia várias pessoas depreendendo. A população não entrava. A AACC teve essa ação consciente da importância do patrimônio, do que ele representa na história e daí passou a buscar os meios junto às autoridades competentes que gerenciavam esse patrimônio e a gente conseguiu uma autorização como vigilantes do Forte através do Governo do Estado. Uma ação junto a Presidência da República. A gente conseguiu resgatar o Forte dessas pessoas que a estavam usando indevidamente. Eu considero aí o maior feito da AACC, dos integrantes, dos fundadores da AACC, essa ação. Daí começou uma série de ações e a gente ainda foi mais longe. A gente sempre tem procurado ter ação, trazer essa identidade cultural para o Forte, ao mesmo tempo em que a gente faz com que as pessoas tenham esse laboratório, ter esse envolvimento, procurando trabalhar com as escolas, trazendo as escolas, professores, fazendo com que eles saiam mais daquele convencional da sala de aula, aula de história, de geografia. Aqui, essa integração entre esse patrimônio e as várias linguagens culturais, ao curso de educação artística. Sai sabendo a história, o que representa isso aqui culturalmente para eles, trazendo todo esse conhecimento aí para essa juventude escolar. É essa identidade que a AACC tem procurado fortalecer nesses anos todos. Você também é uma pessoa que pode, é uma peça que faz parte diretamente, não só da pesquisa, mas como um criador da AACC. Você está entre os dez fundadores.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACCC).

Janilson Melo Feitosa, fundador e primeiro presidente da AACCC registra, com muita propriedade, que a principal ação, e porque não dizer, a ação fundante de todo o processo é o trabalho de fortalecimento da identidade cultural. Ele afirma e nós concordamos que a ocupação do monumento foi o maior feito da Associação. Esse fundador também destaca a preocupação com um trabalho integrativo entre o patrimônio representado pelo monumento e as diferentes linguagens culturais, que devem desembocar num trabalho muito forte ligado à rede de ensino do município. Sua fala registra essa preocupação com a história e com as diferentes áreas do conhecimento popular e científico.

Fortalecimento da identidade. Fortalece sim. Não só a AACCC, mas todos aqueles grupos que estão na Fortaleza de Santa Catarina, a FFSC, o Gtaab, o Musipoc, os artesãos, ali é uma faculdade popular. Eu tive a oportunidade de ser estimulado pelo Projeto Cabedelo a fazer um curso de artes. O Projeto Cabedelo e a AACCC deram um norte para mim. Eu gosto muito de trabalhar em projetos, construir um projeto, colocar em prática essas ações. Eu acho que aquilo ali, como o Janilson falou, é uma prática. Muitas coisas, quando eu cheguei para fazer a prática no curso de arte, em sala de aula, eu já tinha a experiência que veio do campo popular. Veio da AACCC e da Febemaa. Para mim, eu tirei de letra. Não tive nenhuma dificuldade de ir para a sala de aula. Eu recebo muito na minha sala de aula todo ano. Eu sou muito procurado. Professores de Arte vão procurar a escola em que eu estou lá. Eu estou agora com uma professora que diz “eu não sei como é que você consegue controlar esses meninos, porque eu não consigo”. Eu tinha uma experiência já antes de ir para a sala de aula. Ali é uma faculdade. Nós aprendemos uns com os outros. Todo dia a gente tá aprendendo. A experiência de Janilson que é grande, a de Osvaldo como engenheiro, a de Marieta, a sua Fernando, de Jorge, a de Roseleide, a de Clara, Evilásia, Sérgio Brito, todos ali. As vezes, a gente emenda os bigodes (briga) porque está defendendo as suas ideias, mas no final sai o suco. A gente não ficou esse tempo todinho de convivência brigados. A gente nunca ficou inimigo, já discordou, questões políticas da

gente, depois a gente está junto. Isso que é a riqueza da gente. Isso que eu chamo identidade.
(Judas Tadeu Patrício Correia, fundador da AACC).

O fundador Tadeu Patrício, em seu discurso, deixa muito claro que a identidade fortalece não só o trabalho da AACC, mas de todos os grupos sediados na Fortaleza de Santa Catarina. Resgata que a sua formação se deu lá atrás com o trabalho do Projeto Cabedelo e que foi a partir dessa formação que se interessou em cursar o curso de Educação Artística. Considera, também, que a sua trajetória teve um norte a partir do Projeto Cabedelo e da AACC, tornando-o um agente cultural que gosta de trabalhar com projetos. Destaca, ainda, que no curso de Educação Artística, não sentiu dificuldades pois vinha das experiências do campo popular.

Lembra que, hoje, recebe muitos professores que o procura para “estudar” a sua prática, afirmando que não sabem como ele consegue trabalhar com tantos alunos. Esse trabalho junto às pessoas fortalece a identidade, afirma Tadeu. Hoje, Tadeu Patrício é o mestre de cultura popular que sucedeu o mestre Hermes Nascimento (falecido) na liderança do folguedo Nau Catarineta (103 anos) e dirige o espetáculo da Paixão de Cristo (39 anos).

O fortalecimento de identidade se deu a partir da comissão da Lei Pe. Alfredo de incentivo a cultura. Teve em todas as suas formações os membros da AACC. Demos uma grande contribuição na criação da lei e por várias formações ajudamos com a nossa experiência. Também a criação do Coral municipal Tom Jobim teve a nossa participação. Atualmente o coral está sem a contratação do regente e uma voluntária é quem rege.
(Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC)

Na fala da fundadora Evilásia Lourenço verificamos que, para ela, o fortalecimento da identidade da Associação se deu a partir do longo processo de criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Um aspecto relevante é verificar que em todas as formações da Comissão os membros da AACC estiveram em sua composição, demonstrando identidade com a

luta por políticas públicas de cultura que levem em consideração a participação da sociedade.

Cita, também, que a criação do Coral Tom Jobim, foi outro importante elemento e ação de fortalecimento de identidade da Associação.

Se não fossem instituições como a AACC, a Fundação Fortaleza de Santa Catarina, o GTAAB, o MUSIPOC, fortalecendo a identidade? Todas têm uma ligação muito forte com a AACC. Se não fossem essas instituições, o que seria de Cabedelo em termos da nossa memória cultural, de nossa identidade. Não teria criado a Associação dos Artesãos de Cabedelo e tantas outras.
(Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACC)

É muito forte, na fala da fundadora Roseleide Santana, a defesa da AACC e demais grupos sediados na Fortaleza de Santa Catarina, no que diz respeito a reconhecê-lo como instituições da sociedade civil responsáveis pelo fortalecimento da identidade cabedelense e de sua memória cultural. Também destaca a AACC no papel de incentivadora do trabalho de outras organizações e como agente de formação.

A identidade, não só fortalece entre nós, mas entre os grupos também, porque na hora que você traz o coco de roda para a Fortaleza, e traz as pessoas para ver, aplaudir, aquilo ali fortalece uma identidade grande. Essa identidade, esse orgulho que quando você sai felicíssimo, foi bom. Não teve ainda órgão, organização de prefeitura, de governo do estado que conseguiu fazer ainda. Tem mais: a identidade é tão grande que a gente faz aquilo sem nenhum cachê. Mas na hora que a Prefeitura for fazer pergunta logo quanto é o cachê, a gente diz não, somos irmãos e estamos fazendo uma grande festa, é uma identidade grande. Porque o que já houve em Cabedelo não era para ter mais nada. Mas a AACC é forte. A Fundação e a AACC são muito fortes. Quando o vento está muito forte, a gente traz tudo para a Fortaleza. Esconde-se na Fortaleza, deixa passar a tempestade e aí volta, mas sempre lá, lá é o encontro da nossa irmandade.
(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

Para a fundadora Madalena Accioly a identidade é o elemento solidificante das ações da AACC e ressalta que a Fortaleza é o refúgio dos

grupos durante as tempestades. Lá é o encontro da irmandade, diz ela. Identificamos na sua fala o reconhecimento de que as pessoas, ao assistirem, na Fortaleza, as manifestações culturais preservadas pelos grupos ali sediados e liderados pelo trabalho da AACCC, fortalecem a identidade dos mesmos e da população.

Muita coisa das minhas obras tem muito a ver com o mar, com o rio, com a própria identidade das pessoas, o meio de trabalho delas, tem a ver com o porto, com as questões econômicas do próprio município. Eu não me vejo mais fora de Cabedelo. Um dia, alguém para me tirar daqui vai ter que ... Não vai me jogar noutra lugar porque não consigo mais me ver em outro lugar, a não ser como cidadão cabedelense, com a identidade cabedelense.

(Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACCC)

O fundador Sérgio Brito desenha e pinta o mar, expressões maiores de sua identidade construída e fortalecida em sua atuação em Cabedelo. Sérgio veio do sertão da Paraíba, e nesses mais de trinta e um anos na cidade e na AACCC, fortaleceu sua identidade cultural com a cidade, e hoje, é professor de artes visuais na educação básica e artista plástico envolvido nas leituras e pinturas de rua, intervindo na paisagem urbana da cidade.

Teve uma vez que eu fui para um hasteamento da bandeira no dia 7 de setembro. Somente tinha eu. Cantei o hino sozinha, eu e o guarda do porto. Teve a primeira greve de professores e eu fui para a seresta que os professores fizeram. Eu como professora de português revisava todos os cartazes de greve, para que não saíssem com erros de português. Até paródia fizeram. O povo é quem cuida. Quando acontece uma coisa que vem do povo, aquilo é passado para outras pessoas, é a cultura de Cabedelo. Isso é identidade.

(Valdenice Cardoso da Costa-fundadora da AACCC).

Valdenice Cardoso, fundadora da AACCC, foi Secretária de Educação e Cultura do município, mas nunca deixou a sua militância cultural, mesmo quando os interesses do Prefeito eram contrariados, como foi o caso da primeira greve dos professores do município que ela enfrentou participando e lembrando que antes de ser secretária, era professora concursada.

Um exemplo de guerreira que sempre teve o entendimento que é o povo quem cuida e quando acontece uma coisa que vem do povo, aquilo é passado para as outras pessoas. Essa ação é cultura. Para ela isso é identidade construída, entendida e fortalecida na luta.



Da esquerda para a direita a começar da quinta pessoa: Fernando Abath (fundador da AACC); Osvaldo Carvalho (membro da AACC); Madalena Accioli (fundadora da AACC); Roseleide Santana (fundadora da AACC); assessor do governo federal (camisa vermelha); Janilson Melo Feitosa (fundador e primeiro presidente da AACC) em reunião na sede do IPHAN-PB, com a presença do Superintendente, técnicos do IPHAN e professores do IFEPB-campus de Cabedelo, para discutir a cessão de uso da Fortaleza de Santa Catarina para as ONGs ali sediadas.

2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Essa foto acima retrata uma das inúmeras ações dos fundadores da AACC em sua luta pela manutenção da Fortaleza de Santa Catarina, como espaço de conagração dos diferentes grupos culturais na realização de ações que fortaleçam a identidade cultural cabedelense. Ranieri (2011) explica que não é possível compreender qualquer tipo de teoria apartada da sociedade, desconectada da realidade, desconsiderando a interação entre os humanos e as condições de produção e reprodução da vida em relação com a natureza.

Alguns fundadores da AACC, a exemplo de Judas Tadeu Patrício Correia, Roseleide Santana de Farias e Janilson Melo Feitosa e outros cabedelenses não participantes da

Associação, buscando mecanismos de maior controle social das contas públicas no município de Cabedelo, criaram em 2011 a ACICA - Associação Cabedelense para a defesa da Cidadania e desde então veem acompanhando os gastos públicos municipais e se associando a outras organizações de controle, a exemplo do Observatório Social que é vinculado a UFPB como projeto de extensão e que dá suporte técnico a organizações da sociedade civil, nessa área de intervenção.

A fundadora da AACC, Roseleide Santana de Farias e a filiada Fátima Peixoto, são eleitas Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Confraria de Artistas e Poetas pela Paz/CAPPAZ, Regional Paraíba, a ser implantada no Estado, a partir de suas ações em Cabedelo na Sociedade Cabedelense de Escritores e Poetas, entidade da qual nós também fazemos parte como escritor filiado. (Fernando Abath Cananéa- fundador da AACC).

Com base nesse pressuposto, buscamos relacionar o objeto de estudo A Educação Popular Fortalece a Identidade, ao contexto histórico e social mais amplo, compreendendo dialeticamente os princípios da educação popular que vive os fundadores da AACC: cultura, diálogo, solidariedade, justiça, participação e identidade, em suas relações socioculturais na cidade de Cabedelo. Essas articulações entre os fenômenos micro e macro tem uma construção histórica, que foi evidenciada na investigação dos precedentes históricos do objeto de estudo.

A Pesquisa-ação pode ser definida como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p.14).

Conforme Pinto (1986) ressalta, a Pesquisa-ação apresenta,

O caráter de prática social que tem a metodologia, no qual a produção de conhecimentos, orientada pela teoria, se conjuga a uma prática pedagógica mediante a qual se busca a transformação, em primeiro lugar, da própria consciência da

realidade e, em seguida, da própria realidade dos sujeitos do processo (p.39).

A Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011, p.19) nasce de uma crítica à pesquisa convencional em relação:

A participação dos “usuários” da pesquisa. Critica-se o fato de que, para a pesquisa, o usuário é mero informante e, para a ação, é mero executor;

Ao privilégio dado aos aspectos individuais, geralmente captados por questionários e entrevistas que não permitem que se tenha uma visão dinâmica da situação;

A distância entre os resultados de uma pesquisa convencional e as possíveis decisões ou ações concretas. Normalmente não há focalização da pesquisa na dinâmica de transformação desta situação numa outra situação desejada.

Em oposição a esta leitura, a pesquisa-ação propõe-se a ser uma pesquisa para a ação, na qual se conjugam dois objetivos principais (THIOLLENT, 2011, p.18-19):

Um objetivo prático, o de contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com o levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes;

Um objetivo de conhecimento, que significa obter informações qualitativas que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando o conhecimento sobre os aspectos e fenômenos sociais, como perspectivas, reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização.



Reunião na Fortaleza de Santa Catarina: fundadores e membros discutindo projetos e ações da AACCC.

2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Pinto (1986) considera a pesquisa-ação uma modalidade de pesquisa participativa, também chamada de pesquisa participante por Brandão (1986). Outras modalidades citadas por Pinto (1986) são: pesquisa militante, autoinvestigação, levantamento participativo, autodiagnóstico, autoavaliação e levantamento consciente. As concepções de pesquisa participativa nascem, na década de 60, “dentro de um amplo movimento, nas ciências sociais latino-americanas, de reação e recusa ao predomínio esterilizante do positivismo empirista na prática das ciências sociais” (PINTO, 1986, p.27).

Este movimento reuniu pensadores¹ que conceberam o processo de pesquisa como uma prática social, portanto politicamente posicionada. Compreenderam eles que o conhecimento gerado através de uma “prática política, que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, deve ser um instrumento a mais no reforço do poder do povo” (BRANDÃO, 1986, p.10).

A participação como prática política:

Para mim participação é envolvimento. Você se envolve com a natureza do projeto, com a firmeza do projeto. Uma formação

¹ A exemplo de Orlando Fals-Borda, João Bosco Pinto, Marcela Gajardo, Carlos Rodrigues Brandão, entre outros.

para você, aquilo que vai dar um benefício sem ser financeiro, a quem vai chegar. Trabalhar aquela forma para as pessoas chegarem a entender. Não adianta você só querer. Como fica a identidade das pessoas? Quando você participa você quer que as pessoas também entendam para que possam participar de forma consciente para dar continuidade. Eu ficaria muito aborrecido porque eu já tenho uma identidade. Ela foi construída justamente quando eu percebi o quanto era importante a minha participação. A partir do momento que as pessoas me veem participando e a partir de que outras pessoas também percebem que aquilo também seja importante para ela, possa ser que aquele meu ato de entrar naquele processo tenha uma formação de continuidade. No momento não tenho participação diária, estive muito no início desse processo e como eu dei início e passei muito tempo eu tenho essa identidade de participação na fundação da AACC. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

Sérgio Brito define participação como envolvimento. Envolvimento com as ações, com os projetos desenvolvidos pelo grupo. Identificamos na sua fala que ele destaca o exemplo de participar como sendo importante para envolver as pessoas. Chama a esse processo de identidade de participação.

Primeiro eu acho que participação é um desejo de que a entidade tenha a força. Você tem a fé naquela entidade, nas pessoas, vontade que exista. Participação é você ter pelo menos o acreditar em cada pessoa daquela, precisa acreditar. Se eu não acredito eu não participo, porque a AACC é assim, se eu estou muito desanimada, não tenho ideias, não tenho tempo, existe um Tadeu que tem, então a gente mergulha na ideia de Tadeu e faz. Tem um Jorge que tem e a gente faz, as vezes sou eu e assim Marieta, Roseleide e principalmente Osvaldo. A gente mergulha na ideia do companheiro. Porque a ideia torna-se nossa. A AACC ou qualquer entidade que você acredite é um corpo, na verdade a cultura é um corpo, é um espírito. Quando eu participo, eu me sinto dentro de um corpo. Essa é a nossa prática.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

Participação é você ter pelo menos o acreditar em cada pessoa com a qual você trabalha. Precisa acreditar. Se eu não acredito, eu não participo, porque a AACC é assim. Para Madalena Accioly a AACC é um corpo. A cultura é um corpo. Quando eu participo me sinto dentro de um corpo, diz ela

de forma categórica. A ideia de participação é muito forte no pensar e agir dessa fundadora como bem o demonstra suas afirmações.

Participar é estar junto, planejar, agir, estar ali atuando, não só presencial, mas estar procurando fazer, distribuindo tarefas, isso é participar. Quem participa conquista algo a mais. A AACC tem participado nos eventos não só em relação aos grupos culturais, mas nas causas da sociedade, nas lutas sociais.
(Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACC).

O destaque que a Diana Maria dá a questão da participação diz respeito a estar junto, planejar, agir, estar ali atuando, não só presencial, mas estar procurando fazer, distribuindo tarefas, isso é participar. Quem participa conquista algo a mais. Constatamos na sua fala que a participação fortalece a identidade nessa constante busca do fazer coletivo.

O que eu acho importante, o que eu destaco, é quando se convoca para fazer algum projeto em benefício de algo que aqui a gente chama de identidade cultural ou um projeto que venha valorizar a cultura, todos vem. A AACC, junto com outras entidades, trabalhou a criação da Lei de Incentivo Fiscal a Cultura de Cabedelo. Isso foi importantíssimo porque ela deu a garantia por pelo menos mais de dez anos que a cultura de Cabedelo teria apoio, não só a Associação, mas todos os grupos. Todos os artistas, individuais e coletivos puderam lançar um projeto, a gente conta nos dedos em Cabedelo quem não foi beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura. Mas o carro chefe foi a AACC, que mobilizou as outras entidades, o MUSIPOC, a UFPB, a FFSC, acho que isso foi importantíssimo. A AACC é uma entidade que tem várias bandeiras.

A retomada da Fortaleza é uma coisa que merece um troféu, um prêmio. A banda de música de Cabedelo que tinha no passado e havia sido desativada a mais de 40 anos, a gente resgatou essa questão da banda. A gente está sofrendo alguns problemas financeiros por causa da manutenção de verbas que precisa, não está dando continuidade, pois manter uma banda é caro. A questão da COMIC (Comissão Municipal de Incentivo à Cultura) que também foi uma luta nossa, isso eu destaco como participação. O mais importante da AACC é quando faz reuniões para pensar algo em defesa da história, para planejar, elaborar ideias que vá servir a identidade cultural de Cabedelo.
(Judas Tadeu Patrício Correia, fundador da AACC).

O mais importante da AACC é quando faz reuniões para pensar algo em defesa da história, para planejar, elaborar ideias que vá servir a identidade cultural de Cabedelo. Essas afirmações do mestre Tadeu Patrício nos encaminham para a convicção que ele apresenta acerca da necessidade da participação como ação de fortalecimento da identidade cultural cabedelense. Ressalta, também, a singularidade dos cabedelenses que sempre atendem aos chamados para se fazer alguma ação em prol da identidade cultural do município.

As reuniões que você vem. A gente começa a se debruçar sobre uma ideia. Nós temos o que está previsto para aquela reunião e a gente começa a dar diretriz aquela pauta, amarrar aquelas coisas para a gente poder ver o produto, gerir lá na frente. Essas ações, essa identidade aí é fundamental. Essas reuniões, o debate, o amadurecimento que cada um vai tendo a cada reunião, cada encontro. Isso ai ajuda muito para que as pessoas amanhã possam orientar um grupo que está precisando de certa orientação. A partir do momento em que ele começa a exercitar essa prática de participação ele naturalmente está preparado para organizar outros grupos, independente de ir toda a diretoria dessa instituição. Ele já tem essa compreensão, ele se sente a peça fundamental, eu tenho que fazer, eu posso fazer, vai lá e faz. O envolvimento é muito importante, ele vai aprendendo.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC).

Janilson Feitosa, primeiro presidente da AACC, destaca o papel das reuniões, dos debates, como fator de amadurecimento que cada um vai tendo a cada encontro. Para ele esse processo contribui para que as pessoas, no futuro, possam orientar um grupo que está solicitando orientação.

A partir do momento em que cada membro da Associação começa a exercitar essa prática de participação ele naturalmente está preparado para organizar outros grupos independentemente de ir toda a diretoria dessa Associação. É mais uma demonstração de que a participação fortalece essa construção coletiva de identidade no grupo. O contraditório é bastante evidenciado nessas reuniões.



Reunião na Fortaleza de Santa Catarina: fundadores e membros discutindo projetos e ações da AACC. Presença de Janilson Melo Feitosa primeiro presidente. 2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Participei e participo. Participo com trabalho. Eu me lembro de que quando a gente veio para uma das salas da Fortaleza de Santa Catarina, a equipe era multifuncional. A gente fazia projetos de manhã; de tarde a gente era auxiliar de serviço para deixar o Forte limpo para que as pessoas pudessem visitar, num ambiente agradável. Depois, a gente lavava as mãos, trocava de roupa e ia pensar. Naquela época a gente não tinha acesso ao computador, a gente fazia na máquina de datilografar e aí começava a planejar o que ia fazer com relação à preservação do Forte; como seria a postura da Associação, como é que a gente ia configurar isso ou aquilo. Desde que a gente entrou no Forte, foi desse jeito que a gente começou. E aí começamos a enfrentar alguns obstáculos e vencemos. Depois, o Forte consolidou-se com a criação da Fundação Fortaleza de Santa Catarina. Cresceu mais a estrutura do Forte, conseguindo manter, a duras penas, como é até hoje. A minha contribuição foi com trabalho, com o trabalho que eu pude fazer. (Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

A referência ao termo participação, embutido na designação “pesquisa participativa”, traz a ideia de que este modelo de pesquisar com ação contribui para o desencadeamento de uma ação transformadora da realidade.

Nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão:

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (1986, p.12).

“A pesquisa participativa tem como perspectiva epistemológica não conceber a verdade como preexistente nos fatos (dados) sociais” (PINTO, 1986, p.27). Para os que se identificam com esta concepção, a verdade se constrói a partir de aproximações sucessivas ao objeto pesquisado, que, enquanto objeto social, diferencia-se dos objetos naturais pelo fato de estar, constituído por sujeitos (PINTO, 1986, p.27). É o caso desta pesquisa, que originou este texto, onde existe um compromisso forte entre o projeto científico com o projeto político da AACCC.

Conforme Brandão (1986, p. 10), até então, o trabalho de pesquisa divide o mundo em dois lados opostos: “o lado ‘popular dos que são pesquisados para serem conhecidos e dirigidos, versus o lado científico, técnico ou profissional de quem produz o conhecimento, determina os seus usos e dirige o povo”. A pesquisa-ação é essa outra forma de pesquisar. Criticam-se as pesquisas nas quais estes sujeitos são vistos como simples objetos de estudo.

Os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder (DE OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1986, p.19).

Em uma pesquisa tradicional “a população pesquisada é considerada passiva, enquanto simples reservatório de informações, incapaz de analisar a sua própria situação e de procurar soluções para seus

problemas” (BOTERY, 1984, p.51). Muitos pesquisadores tratam o pesquisado como mero informante, como alguém desprovido de capacidade para entender o que está sendo perguntado, pesquisado, quais os objetivos e o que vai ser feito com aquelas informações. Na pesquisa-ação, os participantes da AACC também são pesquisadores.

Cada ‘pesquisado’ tem a sua identidade própria e o seu universo de linguagem. Nas linguagens, existe um conjunto de significações que ultrapassam os conceitos. Nesse sentido, o “*impercebido imanente*” (imperçu immanent), explica Castoriadis (1982), impossibilita que as significações sejam rigidamente atadas a um suporte, embora este nos seja necessário.

Um mergulho na AACC para vivenciar suas ações e compreensão da realidade nos remete a Freire (2013) que considera sobre a realidade dos fatos que para ele:

É algo mais que Fatos ou Dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a Percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida.

Para Gramsci (1981), criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”, significa, também, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, transformá-las em base de ações fundantes, em elemento de coordenação e de ação intelectual e moral”.

A validade social das significações imaginárias e sociais representa o poder da instituição imaginária, pois são criações contínuas e nessa medida as construções simbólicas, as subjetividades, os mitos e as objetividades não podem ser apenas percebidos dentro de um processo redutível a lógica identitária (CASTORIADIS, 1982).

É importante ter esses princípios como fundamentos de pesquisa. Kaufman (2013), bem como alguns dos teóricos por ele citados tais como Bourdieu (1982; 1997), Geertz (1997), Mills (1986), Weber (2001), especialmente Berger e Luckmann (1985), Elias (1983; 1991) e Rosset (1984), trabalham com a perspectiva de se identificar e respeitar o sentido dos outros numa pesquisa, de se dar voz ao ‘pesquisado’.

Nessa perspectiva, estaremos trabalhando, dentro da pesquisa-ação, com os olhares das entrevistas, com a escuta sensível e observando os sentidos dos outros de Kaufman (1996) e Augé (1994); o compreender de Bourdieu (2001) e as razões da entrevista/conversa de SILVA (2006). Se existe um objetivo de ação e transformação da realidade, necessitamos de uma metodologia que envolva o conhecimento e o envolvimento entre pesquisador-pesquisado, eliminando as barreiras.

Para nós, essa metodologia é a Pesquisa-ação:

A pesquisa-ação propõe-se a ser uma pesquisa para a ação, na qual se conjugam dois objetivos principais: um objetivo prático, o de contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com o levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes; e um objetivo de conhecimento, que significa obter informações qualitativas que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando o conhecimento sobre os aspectos e fenômenos sociais, como perspectivas, reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização. A atitude dos pesquisadores é sempre uma atitude de escuta e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias (THIOLLENT, 2011, p.17-18).

A pesquisa é qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Consideramos que a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela, é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas (Ibidem, p.21-22).

A pesquisa-ação, como qualquer estratégia de pesquisa, possui também objetivos de conhecimento que, a nosso ver, fazem parte da expectativa científica que é própria às ciências sociais; conhecimento e ação, ciência e saber popular estão fundidos numa só atuação; na pesquisa-ação também se aplica o tradicional esquema: formulação de hipóteses/coleta de dados/comprovação (ou refutação) de hipóteses (claro que depende da situação investigada) (Ibidem, p.40).



Reunião na casa de Roseleide Santana de Farias (fundadora da AACC) para discutir as ações da AACC para o primeiro semestre de 2014 e convocação de eleições para a Fundação Fortaleza de Santa Catarina. Avaliação de conjuntura.

Da esquerda para a direita: de camisa listrada Ricardo Bezerra (fundador da Fundação Fortaleza de Santa Catarina), Osvaldo da Costa Carvalho (Presidente da Fundação Fortaleza de Santa Catarina e membro da AACC), Roseleide Santana de Farias (fundadora da AACC), Janilson Feitosa (fundador e primeiro presidente da AACC), Tadeu Patrício (fundador da AACC), Madalena Accioly (fundadora da AACC), Jorge Vilela (atual presidente da AACC), Fátima Peixoto (membro da AACC e presidente da Sociedade Cabedelense de Escritores e Poetas).

2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Na base de tudo, existe um posicionamento político, uma tomada de posição:

Se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento (FREIRE, apud BRANDÃO, 1986, p. 35).

Na utilização da entrevista, na perspectiva da pesquisa-ação, o processo de desvelamento do objeto de estudo se constroi pouco a pouco por meio de uma elaboração teórica que aumenta, dia após dia, a partir de hipóteses

construídas no campo da pesquisa. Carece, assim, de realizar uma articulação criativa e o mais estreita quanto possível entre os dados e as questões – hipóteses. Encontra essa metodologia um caminho aberto à reinvenção no processo de desenvolvimento do trabalho a partir de uma relação, em tríade constante, entre o eu (pesquisador), os sujeitos/autores/atores com suas falas, no processo de educação popular e as teorias necessárias a esses movimentos de produção de conhecimento.



Fundadores Tadeu Patrício (de chapéu), Janilson Feitosa e outros membros da AACC na sede, em reunião para discutir ações culturais- Fortaleza de Santa Catarina. 2013: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Nessa perspectiva, na entrevista (KAUFMANN, 1996), e durante o processo, percebe-se três dimensões integradas:

Trabalhar o objeto de estudo, desde o início, articulando-o de forma o mais estreitamente possível com o campo definido da pesquisa. Dessa forma, o campo da pesquisa definido não é uma instância verificadora, de “checagem” de uma problemática preestabelecida, mas o ponto de partida dessa problematização, do forjar das questões, de índices, de categorias de unidades de sentido. Desenvolver um processo empático de escuta, cuja elucidação mais aproximada encontra, atualmente, em Barbier (1998) do qual tomo por empréstimo a expressão da escuta como “escuta sensível”.

É necessário estar aberto para captar nas entrelinhas do que está sendo dito, aproveitar um provérbio, discernir uma alusão, para reconstituir todo o sistema simbólico e ver as coisas do ponto de vista do outro, pois, na entrevista, com essa compreensão e necessidade, os valores e valorações explicitados por meio das falas dos sujeitos serão mediadores da compreensão e explicação dos sentidos, por eles dados, a sua ação social (VALLE, 1982).

Considerar o trabalho de pesquisa como um trabalho de “artesanato intelectual” (SILVA, 2006), ampliando-o com flexibilidade e criatividade, tendo, entretanto, clareza de que a objetivização se constrói pouco a pouco, graças aos instrumentos conceituais colocados em evidência e organizados entre eles.

Precisa, então, compreender a lógica do conjunto antes que os elementos sejam utilizados separadamente como unidades de sentido. Nesse processo, encontra exatamente um caminho para o que busca: a lógica do conjunto dos sentidos dados pelos sujeitos a sua ação e, no conjunto, de que modo se colocam como sujeitos, na sua ação de fortalecimento da identidade e como expressam suas intenções e intervenções.

Todavia, se trata de “oferecer sentido” às valorações dos entrevistados, desveladas por meio das falas de cada um. “Oferecer sentido”, expressão usada por Jacques Ardoino e utilizada por Barbier, corresponde a aceitação de que “cada experiência pessoal é única e irredutível a um modelo seja lá qual for” (BARBIER, 1998, p. 189).

Busca, por meio das observações e das entrevistas, tomando estas últimas como mediação, traduzir e organizar em unidades os sentidos dados a ação pelos sujeitos da AACC.

A política de estar com a cultura é muito mais de aprendizagem. Meu conhecimento ainda é pequeno. Quando a pessoa quer, ela modifica muita coisa, as pessoas são reveladoras das situações. Eu sou professor. Eu fomento a situação de mostrar a situação. A gente vai envelhecendo e pensa quem vai dar continuidade a isso. Eu tenho identidade, pois tenho um Forte no quintal de minha casa.

(Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

Qual o sentido de “ser cabedelense” para Sérgio Brito, um dos fundadores da AACC e sujeito desta pesquisa? Na entrevista, buscaram-se as unidades de sentidos, um verdadeiro exercício de “escuta sensível” sendo necessária a articulação (desde o seu início de construção) do objeto de estudo com o campo definido da pesquisa, conduzindo as problematizações, ponto de partida para a busca de unidades de sentido.

Para nós, não era suficiente ter claro que a compreensão das valorações desveladas por meio das falas de cada um torna-se mediação à explicação da ação cultural dos entrevistados. Como organizar os sentidos percebidos? Que elementos considerar como critérios de destaque? Para Geertz (1997), no momento em que ele explica que pensar o mundo do ponto de vista do outro é uma questão epistemológica que remete ao fato de que ideias e realidades representadas estão natural e indissolivelmente unidas. O comportamento do indivíduo é relacionado dialeticamente com a sociedade, de forma que o pesquisador deverá explicar ação dialética contínua entre o menor detalhe (o local) e a mais global das estruturas globais – a totalidade.

Tal fato necessita do trabalho do pesquisador como um trabalho de artesanato intelectual. Nesse texto, recorreremos a Silva (2006) para explicar o uso das técnicas sugeridas por Kaufmann (1996), utilizadas em parte nesta pesquisa, a partir da metodologia da pesquisa-ação, na perspectiva de realizar uma escuta sensível aos sentidos dos sujeitos da pesquisa. Referenciamos-nos em algumas de suas técnicas que foram utilizadas no processo de elaboração e realização da pesquisa, a exemplo de: o roteiro de entrevista, a escolha dos entrevistados, o diário de campo, as ações participadas, as definições dos entrevistados sobre alguns temas e o processo contínuo de análises.

Como afirma Silva (2006), os caminhos do pesquisador devem se aproximar o máximo possível dos sentidos dos pesquisados. Acrescentamos mais: devemos buscar, como essencial na pesquisa-ação, esse mergulho prático na realidade vivenciada, com caminhos próprios e particulares à pesquisa que está sendo realizada, pois ela é única naquele momento histórico.

O roteiro de entrevista é flexível, ajustado após realização de conversas ao longo da participação entre os membros da associação. O envolvimento ativo nas questões e ações

desenvolvidas, as entrevistas semi-diretivas, realizadas inicialmente a partir dos temas em que se buscava a história do sujeito como membro da AACC, as suas “definições” sobre a cultura, a identidade, a cidadania, a participação, educação popular e a sociedade. Seus paradoxos se constituem como um roteiro flexível, dispositivo de ampliação e aprofundamento no processo de engajamento na pesquisa. Utilizamos o tempo todo, as anotações no diário de campo, para além das vivências, para não perdermos os fatos, os registros dos acontecimentos. O diário de campo funciona como o suporte, como fio condutor, auxiliar do pesquisador, de forma a que não deixe sufocar com tantas informações, com tantos acontecimentos e sua relevância frente as suas hipóteses de pesquisa (CANANÉA, 2011).

O surgimento ou confirmação de uma hipótese foi sempre surpreendente, pois a ela se articulam outras hipóteses e conceitos constituindo, assim, o modelo desenvolvido de forma clara, em curso de elaboração. Não há uma análise isolada, necessariamente, para cada escuta da fala de cada entrevistado.

À medida que nós íamos conversando, escutando, falando, emitindo opinião, escutando de novo, cada vez mais nós íamos entendendo a proposta da entrevista, da conversa realizada. Novas ideias iam surgindo e, às vezes, a ordem das coisas não era mais a que nós imaginávamos quando iniciamos a conversa, mas a que ali, no momento ia surgindo, a partir da importância dada, por nós, pelo/a fundador/a da AACC com o/a qual conversava naquele momento. Novos questionamentos iam surgindo, mais dúvidas e menos certezas nos enchiam de esperança de que novas ações iriam surgir, novos saberes emergiam.

O roteiro de entrevista é ressignificado na medida em que surge algo novo a ser colocado no lugar (naquele momento) exato articulado a outras questões/hipóteses, criando encadeamentos. Enfim, para evitar vermo-nos diante de um material frágil, estendíamos a entrevista para obter informações mais aprofundadas. Entrar no mundo do entrevistado não anula a nossa entrada no meu mundo, embora tenha claro que não podemos transformar a pesquisa em recurso terapêutico, no sentido estrito do termo. Enfatizamos que o entrevistado, na medida em que se engaja na escuta sensível, ultrapassa os contextos particulares e fala mais profundamente sobre si mesmo.

Esse processo aconteceu com os sujeitos desta pesquisa-ação. Ao se sentirem valorizados e escutados; ao perceberem que o outro se interessa realmente pelo que se diz, seu pensamento flui e ele fala sem amarras, sem escolhas de palavras bonitas ou politicamente corretas. Fala, inclusive, das diferenças, dos desencontros, do difícil processo de construção da participação coletiva na AACCC nesses trinta e um anos (2016) de ação-reflexão-ação, consigo mesmo e com os outros. Nem sempre esse processo foi fácil em se tratando dos sujeitos/atores/autores escolhidos, os membros fundadores da AACCC. As confissões mais duras, as críticas ao jeito de ser e agir do outro, fatos que os entrevistados pedem para não serem publicizados, pois são de natureza íntima; estão nas entrelinhas e cada tipo de conteúdo coloca problemas específicos.

Consideramos que no trabalho de construção de um objeto de estudo, deverá predominar a alegria da escolha e que esse prazer encontra-se, também, associado ao desapego de certezas postas como “a priori”. Nesse sentido, entendemos como fundamental a atitude de “artesão” que vai construindo o material, passo a passo, pacientemente.

Como tal, o importante é desenvolver com rigor um método de pesquisa em harmonia com os princípios considerados como os mais adequados. Somam-se, ao conjunto de experiências, os filmes, os projetos, as apresentações artísticas, as exposições, as reuniões, as participações nas lutas de outros grupos e movimentos culturais, as leituras distantes do mundo acadêmico, os contatos com inúmeras pessoas que nos ensinaram a aprender. Assim, a simplicidade e a humildade intelectual, tornam-se as marcas fundamentais do pesquisador.

Construção do Conhecimento e Pesquisa-ação

Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres encontram corpo um no outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, compreender e intervir, educando e me educando, também.

Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Começo pelo processo da educação popular que conjuga a pesquisa com os processos de participação popular. Integra, no mesmo processo político-pedagógico, os/as educadores/as e os/as educandos/as. No processo educativo, apreender e produzir conhecimento são momentos centrais no ciclo de aprendizagens capazes de articular a teoria e a prática, entre o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes da vida dos sujeitos envolvidos nesse processo educativo.

Nessa concepção, a pesquisa é o instrumento que viabiliza, mediado pelo diálogo, o aprofundamento da temática em estudo e a produção do novo saber. Sem a atividade de pesquisa, ensino-aprendizagem e aprendizagem-ensino, tanto por parte do educador e da educadora, quanto por parte do educando e da educanda e, apesar das especificidades dos papéis, ambos estão em contínuo processo de ensinar e aprender. O conhecimento não é, nesta concepção, algo que o educador e a educadora doe ao educando e à educanda, pois é algo que se constrói e reconstrói permanentemente, por meio, sobretudo, da pesquisa sobre a realidade e a partir da prática da relação dialógica.

Neste processo, portanto, não há dicotomia entre o conhecimento científico e o conhecimento oriundo do cotidiano do povo – saberes da vida. Sobre esta afirmação, se tomarmos a educação dialógica como pressuposto, cabe considerar que não há conhecimento mais ou menos importantes, válidos ou não, mas distintos. Freire já afirmava, não há saber mais ou saber menos, há saberes. Sendo assim, respeitar o saber da experiência feita – aquele que é fruto da prática social não significa a idealização dos saberes populares, pois para o pensar certo não há ninguém totalmente sábio ou ignorante.

Pensar certo, do ponto de vista de alguém, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do outro. Implica compromisso dos sujeitos envolvidos com a consciência crítica do outro, cuja "promoção" da ingenuidade não se faz automaticamente.

Sistematização de experiências e do conhecimento

Na Pesquisa-ação, com processos educativos e populares, a sistematização é uma espécie particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir de e para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo.

Para Oscar Jara (1996, p.22), sistematizar é:

Apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido. Interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Nesta perspectiva, métodos, técnicas e dinâmicas assumem o papel de instrumentos, dos quais o educador/a lança mão para, no processo ensino-aprendizagem viabilizar a construção do conhecimento. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas, só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente.

Esta concepção de educação parte de um conjunto de valores éticos e políticos dentre os quais se destaca o fortalecimento de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares); a busca de justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes, a autonomia e a democracia. A Educação Popular anuncia que entre as situações-limite, geradoras de violência, e os inéditos viáveis, expressão de Paulo Freire, que significa as possibilidades de superação das situações-limite, encontra-se a educação como ação reflexiva e como prática cultural comprometida com a luta em direção ao “ser mais”, dimensão ontológica do ser humano.

A educação, na perspectiva dialógica, acredita nas possibilidades de superação das situações desumanizantes aonde sujeitos, culturas, cotidianos e condicionantes macrossociais vão produzindo. Isso nos remete a própria pedagogia da educação popular. Essa pedagogia deixa nítido que o aprofundamento e a recriação da concepção de educação popular e a

qualificação das práticas exigem dos educadores e das educadoras populares a tarefa de pensar sua proposta político-pedagógica em diferentes espaços e tempos.

O processo educativo é histórico, político e cultural, daí as experiências não poderem ser transplantadas. É a leitura crítica da realidade que indica os percursos pedagógicos, a serem construídos a partir da opção política e ética. Um processo que junto e com os fundadores da AACC é singular. No movimento seguinte estaremos refletindo sobre educação popular e suas bases históricas no Brasil e a formação da identidade, na tentativa de nos aproximarmos de um conceito aparentemente dominante na atualidade e demonstrando a possibilidade de fortalecimento da identidade cultural dos membros da AACC, a partir das ações de educação popular desenvolvidas ao longo dessas participações.

4 EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE

4.1 Educação popular

Em relação ao conceito, ao longo da história brasileira, a educação popular se constituiu num termo polissêmico. Em determinados momentos, ela é referida como o direito de todos à escola, ou seja, uma educação do povo, do país, e que deve ser assumida pelo Estado como seu dever primeiro.

4.1.1 Bases históricas da Educação Popular no Brasil

Em outros momentos, ela é conceitualmente tratada como práticas educativas numa concepção emancipatória e que se vincula a um projeto de sociedade em disputa, na defesa da transformação da realidade em curso. Ou seja, educação popular vista como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitário, instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho.

Um terceiro sentido é o de educação para o povo, povo aqui entendido como aquele que precisa ocupar os postos de trabalho da base social. Voltada à preparação de recursos humanos para servir ao mercado, como impulso ao desenvolvimento econômico, industrial, que considera o padrão sócio-político como dado inalterável da realidade. Uma perspectiva de educação que se preocupa mais com a transmissão de conteúdos e técnicas do que com a formação humana. Uma educação para os pobres.

Retomar o esforço nacional em defesa da educação popular como educação do povo, quase sempre nos remete às lutas históricas em defesa da escola pública, que advém dos discursos dos liberais desde a Primeira República. Essas lutas vão ser intensificadas com outras vozes na década de 1930, por exemplo, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Incorpora outros atores sociais, nas décadas de 1950 a 1970, principalmente os movimentos populares e estudantis sofrendo a repressão e o silenciamento imposto pela Ditadura Militar, mas recupera suas bandeiras históricas no processo de reabertura política do país em 1985, sob a liderança do Fórum em

Defesa da Escola Pública. Nas últimas décadas, tem mantido uma mobilização liderada por instituições públicas, entidades de pesquisa e movimentos sociais organizados que, em diferentes fóruns de debate, ainda insistem na denúncia do não cumprimento constitucional da educação como um direito de todos.

Mas, na referência da AACCC, a educação popular tem sido mais do que isto. Enquanto proposta de educação emancipatória, não se reduz ao espaço escolar, embora o reconheça como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade. Portanto, esta concepção se constituiu historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, num contexto de lutas de classe e que tinham, dentro do sistema capitalista, a disputa de um projeto alternativo a este sistema.

Estão vinculados a essa concepção emancipatória e libertária os movimentos anarcosindicais da década de 1920; as organizações sindicais urbanas e rurais, sob influência do ideário comunista; os movimentos de base e populares liderados pela Igreja Católica no contexto dos anos 1960 e pós Concílio Vaticano II; as organizações estudantis secundaristas e universitárias, intensificando suas lutas nos anos que antecedem o regime militar e durante a resistência ao regime ditatorial.

Vamos encontrar ainda, os sindicatos e organizações populares que se articulam na defesa da reabertura política no país nos anos 1980; as associações de moradores e de bairros que, junto aos espaços constituídos nos conselhos em várias áreas sociais, têm tentado manter esta luta por outra sociedade que se espelha nos princípios da educação popular. Nas últimas décadas cabe destacar que muitos desses sujeitos coletivos e de luta pela educação popular emancipatória, constituíram-se institucionalmente, em organizações não governamentais ou permanecem em fóruns e movimentos autônomos.

No campo político, é necessário considerar que boa parte dos registros e memórias não são reconhecidos como legítimos pela historiografia oficial, pois partem de sujeitos coletivos ou individuais que se contrapuseram historicamente ao Estado e ao que ele instituiu enquanto política social, mas sobretudo, enquanto política econômica. Aqui sobressai a questão política da educação popular pela defesa de uma classe social, que se identifica com as classes subalternas, numa sociedade que ainda é excludente.

Esta educação popular que defende a classe dos desfavorecidos, novamente, se fez e faz presente na defesa incondicional da escola pública. Defende a saúde pública, a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial, a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, o fazer artístico livre de modelos externos e impositivos. Ainda nessa perspectiva, é guardião da defesa da moradia para todas e todos, luta pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho digno, pela liberdade de expressão religiosa e ainda busca o acesso ao transporte público de qualidade, a tributação justa, ao direito à participação social, a sustentabilidade ambiental, o respeito à orientação sexual, dentre tantas outras pautas que a caracterizam como intersetorial.

Portanto, para ser coerente com esta reconstrução histórica é necessário que se valorize cada manifestação e mobilização que foi organizada ao longo da história do Brasil, com especial atenção para o que se produziu antes da ditadura militar, nos anos da abertura política após o regime militar e nas últimas décadas. As experiências produzidas pela educação popular emancipatória em contextos marcados pelo relacionamento entre sociedade civil e Estado se referem fortemente à formulação de políticas públicas.

A concepção emancipatória forjou-se gradativamente a partir do movimento anarcosindical, passando pelas campanhas de alfabetização na década de 1940/1950 marcadamente nas regiões nordeste, norte e centro-oeste do país, e, também, com algumas experiências e exemplos nas regiões sul e sudeste. Neste período, as campanhas de alfabetização visavam à consolidação das bases eleitorais dos governos, o que foi se frustrando à medida que se afirmava uma concepção metodológica voltada ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos e da conscientização.

Neste contexto, foram formuladas e implementadas as campanhas nacionais de alfabetização do Governo Federal, de 1947 ao final da década de 1950; a campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, em Natal-RN, no início de 1961; o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja Católica em 1961, com apoio do Governo Federal; o Movimento de Cultura Popular surgido em Recife-PE também em 1961; os Centros de Cultura Popular ligados a UNE em 1962; a Campanha de Educação Popular da Paraíba em 1962 e o Plano Nacional de Alfabetização de 1963.

A ditadura militar alterou o sentido da política pública de educação. Entre 1964 e 1984, além da repressão às organizações populares e destruição da memória de diversas experiências de educação popular, foram construídas as bases para que a política de educação assumisse outra concepção, a da educação para o povo. Não é de se estranhar que um dos primeiros atos do regime militar foi a interrupção do Programa Nacional de Alfabetização ainda em abril de 1964. O movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) foi lançado pelos governos ditatoriais como continuidade às campanhas nacionais de alfabetização, contudo, seu sentido político era diverso, valorizando muito mais a leitura e escrita do que a formação humana. No decorrer deste período consolidou-se a perspectiva de educação pautada pela Teoria do Capital Humano, que mais tarde viria ser a proposta pedagógica oficial. O Golpe de 1964, não abortou somente este movimento de educação, mas a possibilidade de uma orientação democrática e incluyente de desenvolvimento.

Vivemos um longo período de resistência à ditadura e da redemocratização nas décadas de 1970 e 1980 que foram marcados pelo fortalecimento dos movimentos de educação em geral e da educação popular como instrumento de organização dos movimentos populares e sociais. A perspectiva da educação pública popular e gratuita via Estado é fortalecida, ao mesmo tempo em que se extrapola o campo das políticas de educação.

Principalmente na década de 1980, os processos de organização social e popular representaram expressivas experiências de formação de consciência coletiva instrumentalizadora da luta por direitos e reformas sociopolíticas, como no movimento sindical urbano, movimento estudantil, movimentos populares, movimento popular de saúde, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, conselho indigenista missionário e pastoral da terra, para identificarmos os mais atuantes.

Nesse período, a educação popular passou a ser experimentada como política pública e subsidiar processos educativos com a população, como o orçamento participativo em diversos municípios do Rio Grande do Sul e com maior expressão na capital Porto Alegre. Em 1981, particularmente,

desenvolvemos pesquisa, patrocinada pela OEA², sobre a interação entre os diferentes contextos culturais do país e a educação básica na formação da identidade, escolas e grupos culturais nas cidades de Viamão, Bento Gonçalves e Ijuí-municípios gaúchos.

Foi uma experiência muito rica para mim e que me deu subsídios teórico-práticos para o trabalho em Cabedelo, num processo de fortalecimento da identidade. Esse projeto Nacional foi implantado em Cabedelo e a comunidade o denominou Projeto Cabedelo, como já narramos.

Em 1989, Paulo Freire, já tendo voltado do período de exílio, foi convidado para assumir a Secretaria de Educação do município de São Paulo, lançando a plataforma política de sua gestão: Política Pedagógica: construindo a educação pública, popular e democrática.

Os anos 1990 se caracterizam pelo gradativo estabelecimento da hegemonia neoliberal, com reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho, estabelecimento de políticas sociais compensatórias, aumento do desemprego, no Brasil e no mundo. O capitalismo financeiro passou a ser o novo padrão de organização do modo de produção, a revolução da comunicação alterou a dinâmica das relações sociais e a identidade das classes trabalhadoras fragmentou-se gradativamente.

Este período é marcado pela ênfase na refundamentação da educação popular e no debate sobre Estado e educação popular, limites e possibilidades. O refluxo imposto pelo período ditatorial é gradativamente transformado em perspectivas, propostas e projetos que requeriam atualização das práticas à altura das transformações pelas quais passamos. Propagam-se experiências de educação popular vinculadas à educação de jovens e adultos, organização de movimentos populares, plebiscitos populares e a ação de diversas organizações da sociedade civil.

Os anos 2000 marcam alterações neste cenário, principalmente na América Latina, abrindo-se novas possibilidades de retomada do fortalecimento da educação emancipatória, com o sucesso de várias lutas

² OEA-Organização dos Estados Americanos/MEC-Projeto Interação entre os Diferentes Contextos Culturais existentes no País e a Educação Básica.

sociais populares que culminaram com a eleição de diversos governos mais comprometidos com as causas populares e latino-americanas. Contudo, em termos mundiais, a predominância do capital financeiro e da privatização dos direitos foi fortalecida. Perdeu centralidade o debate em torno da noção de classe social, conflito, ruptura e revolução, sem que as principais questões levantadas por estas categorias continuassem a ser debatidas.

Novas formas de lutas sociais se articularam via Fórum Social Mundial. As possibilidades de articulação e construção de processos educacionais emancipatórios expandiram-se a partir das novas tecnologias da informação e da transformação do conhecimento e da ciência em meio de produção. O ativismo digital, conectado às lutas populares das grandes periferias urbanas, do campo, das mulheres, jovens, negras e negros, populações LGBT's, trabalhadores e trabalhadoras, tem gerado novas dinâmicas de organização com enorme potencial de mobilização, como pudemos vivenciar nas jornadas do mês de junho de 2013 no Brasil, além das mobilizações fora do país como Egito, Espanha, Grécia e outros países, entre 2011 e 2013.

Neste cenário, à educação popular permanece o desafio de se reinventar, sem perder a vitalidade transformadora. Desafio presente em diversas iniciativas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares que preenchem um enorme mosaico de ações de formação e de cultura popular, desde a década dos anos 2000 até hoje em dia. Por outro lado, nunca foi tão necessária e atual uma educação voltada para a construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere as desigualdades que ainda marcam nosso tempo.

A Educação Popular, portanto, desde a perspectiva da educação de jovens e adultos, passando pela universalização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade referenciada socialmente até ser percebida como um método a subsidiar a construção da ação pública em geral, estatal ou não, sempre esteve sintonizada com os principais debates de seu tempo. Sendo decorrência do debate da educação popular sobre os desafios para a construção de políticas públicas democráticas, participativas e voltadas aos interesses das classes subalternas, maioria de nossa população. O Governo Federal lançou em

2014 o Plano Nacional de Educação Popular numa perspectiva político-metodológica visando subsidiar a construção dessas políticas públicas.

Impulsionados pelas potencialidades artístico-culturais, os humanos fazem “milagres”. Inclusive pela magia da palavra, haja vista a quase inesgotável polissemia dos conceitos teóricos da educação popular. E o que dizer da ambiguidade que impregna suas práticas? Educação Popular atende, por conseguinte, aos mais variados gostos e práticas. Dir-se-ia que há Educação Popular feita para o Povo, feita com o Povo. Educação Popular feita apesar do Povo e há, até, Educação Popular feita contra o Povo. Nesse sentido, em busca de uma formulação reconhecidamente abrangente e com alguma chance de relativo consenso hegemônico, pode-se entender Educação Popular como o processo formativo concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, aliados e supostos aliados, animados por diferentes – e às vezes antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético - políticos e pedagógicos, ainda que comportando elementos de sintonia no plano estritamente epistemológico.

Assim, é que são apresentados à experiência histórica, a cultura, o popular, a realidade, o trabalho, a autonomia, a liberdade e a igualdade como componentes fundantes para a realização de práticas em educação – educação popular, lastreados pela dimensão ética do diálogo (MELO NETO, 2004).

4.1.2 Ensaiando um conceito aparentemente dominante de Educação Popular

Pelo assinalado acima, parece bastante razoável o entendimento de que não se deve esperar consenso no esforço de definição de conceitos, nas diversas áreas de saberes, em especial no campo das ciências sociais. É sabida a teia de interesses conflitantes (de opções político-filosóficas, de classe, ideológica), a atravessar e a condicionar fortemente o olhar de quem se decide por essa ou por aquela concepção.

Também, em Educação Popular não se dá de modo diferente. Sem negar uma diversidade mais ampla, aqui nos limitamos a focar pelo menos dois

olhares acerca do que é entendido por Educação Popular: um que parece mostrar-se amplamente dominante e um outro que se reclama alternativo ao conceito hegemônico.

Vamos registrar esses entendimentos na tentativa de explicitação de alguns termos componentes dessa concepção dominante de educação popular:

Processo formativo—assumindo, mais frequentemente, um caráter de educação geralmente não formal, mas que também pode dar-se nos espaços escolares.

Concernente às camadas populares – trata-se de uma proposta especificamente voltada para os segmentos populares, sem que estes venham necessariamente a tomar parte decisiva nos diversos momentos de seu processo (da concepção da proposta à sua avaliação, passando pela implementação, metodologia, dinâmicas e outros passos constitutivos); os segmentos populares são tratados, sobretudo como alvo, como destinatários da proposta.

Esta pesquisa circunscreve-se à alçada de outros sujeitos e instâncias, contando-se com o concurso dos destinatários na execução das tarefas. A isso dificilmente se pode chamar de uma ação de protagonista, de forma efetiva, apesar da insistência em tratar-se tal experiência, não raro, como “freireana”, até como recurso de legitimação.

Como se trata de uma proposta educativa fundamentalmente elaborada para os segmentos populares – ainda que eventualmente também com os mesmos, observa-se uma miscelânea de participantes e aliados. Aqui se envolvem sujeitos variados, públicos e privados, instâncias governamentais e também instâncias particulares (ONGs, entidades filantrópicas, confessionais, entre outras), além dos próprios destinatários. Da mesma proposta participam aliados com as mais distintas motivações, interesses, perspectivas, procedimentos e posturas. Até supostos aliados e eventuais sujeitos que, não tendo compromisso efetivo com os setores populares, alimentam interesse de recolher da experiência algum tipo de proveito (eleitoral, isenção ou redução de impostos).

O que trazemos, a seguir, com o propósito de contribuir com a realimentação do debate, resulta do nosso aprendizado contínuo junto às

classes populares, especialmente por meio do acompanhamento das lutas dos movimentos sociais populares e seus aliados, bem como da contribuição teórica especificamente voltada à Educação Popular de figuras tais como: os clássicos da Pedagogia Socialista (utopistas, marxistas como Pistrak, Makarenko, Gramsci...), além dos teóricos atuais da Educação Popular como Florestan Fernandes, João Viegas Fernandes, Reinaldo Fleuri, Carlos Nuñez Hurtado, Balduino Andriola, José Comblin, Ivone Gebara, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Rui de Celso Beisiegel.

Também citamos Moacir Gadotti, Mario Acevedo Aguirre, Oscar Jara, Balduino Andriola, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, João Francisco de Souza, João Bosco Pinto, Carlos Alberto Torres, Marco Raul Mejía, Rosa Maria Torres, Bernard Charlot, Victor Valla, Jacques Gauthier e Paul Taylor.

Na região nordeste do Brasil e muito ligados às universidades federais e institutos de educação superior, bem como pesquisadores mergulhados em movimentos populares e sociais podemos destacar Paulo Rosas, Ivandro da Costa Sales, Eymard Vasconcelos, Ana Maria Araújo Freire, Timothy Ireland, José Francisco de Melo Neto, Woicieh Kulesza, Luiz Gonzaga Gonçalves, Elisa Gonsalves, Maria de Lourdes Barreto de Oliveira, Maria Valéria Rezende, Roseli Caldart, Maria Eliéte Santiago, Cornelis Van der Poel, Maria Salete Van der Poel, Tânia Maria M. Moura, Afonso Celso Scocuglia entre outros e outras, inclusive tantos protagonistas coletivos espalhados pela América Latina, pelo Brasil, pelo mundo, não com o objetivo de reproduzi-los, mas de neles e nelas colher inspiração, na perspectiva de reinventar práticas e caminhos alternativos aos desafios e aos valores hoje dominantes e tão excludentes.

Entendo Educação Popular como o processo formativo permanente, protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo universo de pensamento.

Explicitando os termos de tal enunciado, tenho refletido sobre essa categoria. Educação Popular como processo formativo permanente, tendo em

vista o caráter sabidamente inconcluso dos humanos (FREIRE, 1996). Seu processo de humanização estende-se ao longo de sua vida, de modo ininterrupto. Todo o seu (con)viver se acha atravessado de práticas formativas, nos mais variados espaços e ambientes comunitários e societários: tribal, familiar, lúdico, produtivo, nas relações de espacialidade, de gênero, de etnia, de geração, nas relações com a Natureza e com o Sagrado.

Ao que se deve acrescentar que não se trata de mera aquisição de conhecimentos, mas antes de um processo da praxis (MARX) que comporta rumo, caminhos e posturas. Eis por que não se trata apenas de se fazer coisas consideradas significativas, mas, sobretudo de que estas apontem para um horizonte de contínua humanização e respeito pelo Planeta, afinal, como afirmava a personagem José Dolores, do filme “Queimada”: “É melhor saber para onde ir, sem saber como, do que saber como e não saber para onde ir.” Não se conclua daí que só nos interessa perseguir o rumo. Este não se alcança, a não ser por trilhas que apontem em sua direção.

De pouco adianta proclamar-se, alto e bom som, que se abraça tal horizonte, quando os pés sistematicamente pisam trilhas que acenam para um rumo inverso ao declarado. E comporta, ainda, postura adequada por parte dos caminhheiros, de modo a respeitar os distintos modos e ritmos de caminhar, desde que apontando, na prática, para a mesma direção.

Protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, importa, desde já, dissipar a ideia de “classe trabalhadora” como sinônimo do conceito trabalhado nos mesmíssimos termos de outros contextos históricos. Vivendo tempos diferenciados (com as recentes conquistas científico-tecnológicas, com a reestruturação produtiva, com a nova organização dos processos de trabalho, com o desemprego estrutural), convém atualizar o conceito de classe trabalhadora, numa linha como a adotada por autores como Mészáros (1973) e Ricardo Antunes (1999), por exemplo.

Aqui entendemos classe trabalhadora como todos aqueles e aquelas que, ao viverem do seu trabalho, vão tomando consciência das condições concretas do processo produtivo, das razões de sua exploração, do tipo de relação que garante a apropriação e fruição por tão poucos do conjunto das riquezas produzidas pelos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro. E, à

medida que vão tomando consciência desse estado de coisas, vão passando a empenhar-se nas lutas pela construção de uma nova sociedade. Nova sociedade em que, não se trate de inverter a posição dos dominados que, conquistando o poder, passam a reproduzir as ações dos seus antigos senhores, mas em que se trate de subverter ou mudar radicalmente o caráter das relações, passando de relações piramidais a relações horizontais. Continuamente alimentamos a utopia da permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa.

As experiências da AACC no fortalecimento da identidade cultural de seus membros e cabedelenses foi muito intensa, e ainda permanece em suas práticas. Queremos destacar a participação de seus fundadores nas seguintes práticas educativas participativas:

- a) Movimento pela construção do Teatro Santa Catarina;
- b) Formação da Banda de Música 12 de dezembro;
- c) Criação do Cineclubes Fortaleza de Santa Catarina;
- d) Realização de oficinas de luteria para confecção e concerto de instrumentos musicais para fanfarras e bandas marciais;
- e) Realização de cursos de elaboração de projetos culturais;
- f) Oferta de cursos de informática e de rádio amador;
- g) Seminário sobre o Marco Regulatório das Organizações Sociais;
- h) Instalação do Ponto de Cultura Fortaleza de Santa Catarina;
- i) Realização de curso sobre o Sistema Federal de Convênios para ONGs, dentre outras ações.

(Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC)

Resulta, pois, indispensável o incessante cultivo das condições necessárias à vitalidade da causa, do projeto de se construir uma nova sociabilidade, que se mostre alternativa à ordem dominante, seja no plano das macrorrelações, seja no terreno das microrrelações. O que implica o contínuo esforço de superação da ordem capitalista (quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista cultural, esferas dinamicamente inter-relacionadas), com vista à instauração de um novo modelo de produção e de consumo, de uma sociabilidade alternativa.

Dentro de um processo marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo universo de pensamento, como acima já foi assinalado, não se trata apenas de perseguir o horizonte desejado, mas igualmente de escolher os caminhos que apontem na mesma perceptiva. Há de recorreremos ao caráter das práticas do dia-a-dia. Inútil pretendermos alcançar um horizonte desses, largando mão das vias que lhe são próprias. Educar para a Liberdade implica seguir caminhos de liberdade (COMBLIN, 1999), de tal modo que uma coisa não se faz sem a outra, mediadas, ambas, pela postura, pelo jeito próprio dos protagonistas - mulheres e homens - de caminhar nessa direção:

Que seja capaz de despertar em seus protagonistas o sentido de sua incompletude, da sua condição inconclusa, o que, em vez de induzi-los a se renderem a um cômodo rótulo ontológico, propicia uma permanente disposição de ir em se tornando seres relacionais, que se educam em comunhão, no mutirão do dia-a-dia.

É preciso que propicie aos seus participantes o permanente aprimoramento de sua capacidade perceptiva, ajudando-os a ver, a ouvir, a sentir, a intuir mais e melhor o que, ou antes não conseguiam, ou só conseguiam de forma muito fragmentária e descontínua estimulando a recuperarem a memória histórica das experiências humanas, nos mais diferentes tempos e espaços.

É fundamental que seja capaz de trazer para dentro de seus espaços os desafios do dia-a-dia enfrentados pelos seus protagonistas, dispondo-se estes a ensinar e a aprender, a partir de e com as pessoas comuns do campo e da cidade assegurando o protagonismo do conjunto de seus participantes, em todos os passos e “fases” do processo educativo.

Fortalecer em seus protagonistas a descoberta e o exercício de suas potencialidades e talentos artístico-culturais, sem abdicar de ajudá-los também a identificar e a superar os próprios limites, pelo exercício contínuo da autocrítica. Promover o uso das múltiplas linguagens, de modo a não tornar seus participantes reféns do uso exclusivo da oralidade ou da escrita favorecendo o exercício do rodízio ou da alternância de funções e cargos entre os seus protagonistas.

Realizar um incessante aprendizado, por parte dos seus protagonistas, da coerência entre sentir-pensar-querer-agir e que lhes assegure condições de permanente superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Necessário se faz, fortalecer uma Educação Popular cujos protagonistas, longe de se acomodarem e sucumbirem à tendência burocratizante e imobilizadora tão característica dos espaços institucionais, se vejam mais empenhados em ousar ações instituintes, à luz de uma Utopia libertadora.

Oportunizar uma Educação Popular que, a partir do local, se abra para o mundo, propiciando aos seus protagonistas sentirem-se e agirem como cidadãos/as do mundo e parceiros do mesmo planeta, construindo ações que estimulem a capacidade de sonhar, numa perspectiva de utopia libertadora e aposte numa formação omnilateral que favoreça o desenvolvimento de todas as potencialidades e dimensões de Ser Humano (subjetivas, biopsicosociais, de trabalhador/a, etária ou geracional, ecológica, de gênero, de etnia, ética, de espacialidade, de sua relação com o Sagrado).

Toda essa discussão e conceituação nos leva a indagar se todo esse processo de ação-reflexão-ação pode ocorrer para além dos espaços e organizações não governamentais. Será que uma política nacional de educação popular, nesse novo momento do Brasil, se faz necessária?

Acreditamos que sim, são outros espaços que precisamos ocupar, inclusive os institucionais, apesar dos inúmeros desafios que se colocam, se imaginamos atuar dentro das instituições. Para realizarmos essa reflexão é preciso registrar e estabelecer alguns diálogos acerca dos movimentos de educação popular e as ações que identificamos nesse processo que resultou na criação da Política Nacional de Educação Popular (2014).

Identificamos, em 2003 (ano em que iniciamos a nossa pesquisa-ação na AACCC), a criação da Rede de Educação Cidadã que teve origem com o Programa Fome Zero do Governo Federal. A ideia era a de que a rede assumisse a atividade de formação que na época foi chamada de educação cidadã, voltada para os beneficiários do Programa Fome Zero. Com o passar

do tempo, muita coisa mudou, as pressões do sistema financeiro fizeram com que o governo federal diminuísse os recursos para essas ações.

Esse Programa deixou de ser central no governo federal e a rede de educação cidadã marchou sozinha construindo o seu projeto pedagógico que apresentava a sua concepção de Educação Popular, a metodologia desse processo e os objetivos gerais. Estes estavam vinculados ao projeto de país e recuperavam a visão de que a Educação Popular sempre esteve direcionada a um projeto de desenvolvimento, um projeto da nação brasileira.

Treze anos se passaram e, conforme os registros do programa, discutia-se a garantia da permanência dessa política pública. Os envolvidos sempre conviveram com a incerteza da existência de recursos todos os anos, e de que a institucionalidade ia garantir essa política. Mas, projetos e programas dessa natureza não podem ficar à mercê da conjuntura, da troca de governo. Troca-se a perspectiva política e, aí, acaba um programa quando não há continuidade daquele processo que fora iniciado. A existência de programas dessa natureza é essencial para que haja efeitos de médio e longo prazos.

Essa tensão sempre gerou o debate: quais as ações necessárias para que a rede de educação cidadã passe de uma política de governo para uma política de Estado? Segue a ideia de se dar continuidade a todo o processo educativo instalado e de se responsabilizar o Estado por toda essa ação (Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas-MREPP, 2014).

O Estado assume tantas outras ações que se fazem necessárias, então, deveria assumir ações voltadas a esse campo político e a um projeto de nação que combata as desigualdades. Os envolvidos no processo sempre almejavam que o Estado passasse a se responsabilizar por essas ações. Um debate que foi maturando, chegando ao ponto de se discutir como seria uma política pública de Educação Popular. (Idem).

Um texto da Rede de Educação Cidadã (2003) insere a Educação Popular como expressão de uma política pública. Surge um dilema: será que institucionalizar práticas tão diversas, nem tão formais, não vai gerar um monte de amarras à própria Educação Popular? Será que não irá sufocar essas experiências e inverter os propósitos da Educação Popular?

O texto identifica que essa era a tensão central que se colocou, naquela época, no conjunto da equipe do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Essa discussão avançou e foi "superada" no sentido de que a Educação Popular é uma ação que tem finalidade pública. Por ter uma finalidade pública, o Estado teria que se responsabilizar por dar continuidade, de criar espaço para que essa prática social exista e se promova, com a sustentação de um fundo público de financiamento.

A construção de uma política nacional de educação popular e resistência

Os processos de resistência requerem uma ampliação e uma ampliação passa pelos processos de resistência. Esses processos de resistência são movidos por uma visão de mundo e dependem do engajamento das pessoas. Uma ação política não se impõe a ninguém. São processos intrínsecos que a pessoa tem consigo ou não tem. Alguns programas e projetos não dão certo e "morrem" em pouco tempo exatamente pela superficialidade de seus objetivos, baixa participação e falta de identidade com as finalidades ali colocadas.

Com o processo de institucionalização da Educação Popular, será que isto não vai ficar artificializado? Será que a ação posta como pública, é ação de Educação Popular? A compreensão é que não se deseja separar esse processo de uma questão mais ampla que é da formação da Nação. Hegemonicamente, a escola não pratica a Educação Popular. Isso não é reconhecido formalmente. A Educação Popular tem pouco espaço dentro da institucionalidade. Podemos identificar que a ideia, então, de se criar uma Política Nacional de Educação Popular começou a se fortalecer nesse sentido, construindo um espaço específico na institucionalidade. Todavia, deve-se tomar o cuidado para que isso não se torne uma armadilha, uma forma de cooptar as lideranças e os movimentos sociais.

Na AACCC essa é uma discussão quase que permanente e que nos acompanha o tempo todo. Em 2013, um dos fundadores – Judas Tadeu Patrício Correia colocou em discussão no grupo se ele deveria aceitar o convite do prefeito da cidade de Cabedelo para que assumisse a secretaria adjunta de cultura. A maioria avaliou que sim. O companheiro deveria assumir e outros

foram contra, mas enquanto grupo a decisão vencedora foi a de assumir. Ele assumiu e consideramos que o resultado foi muito interessante, pois as diferenças e tensões que se colocaram no exercício da institucionalidade serviram para o amadurecimento dele e de nosso grupo. A cada questionamento o Tadeu Patrício trazia para o grupo que debatia e oferecia suas contribuições, às vezes acordadas pelo companheiro, outras não. Quando ele percebeu que não havia mais as condições mínimas de atuação, entregou o cargo.

Voltando a questão nacional, muito mais ampla e complexa, como é esse cuidado? Essa é a parte mais complicada, basicamente o Governo Federal procurou criar espaços de participação social, garantindo pelo menos a voz de grande parte da população que tem sido excluída da elaboração de políticas públicas.

Houve uma conjugação dessa ideia de ação para que o Estado reconheça o que é a Educação Popular, a partir do que ela é da sua prática concreta, da formação dos movimentos, das associações de bairros, dos centros populares de cultura, dos jovens, para fomentar, criar espaços públicos de diálogos entre essas práticas e a prática educacional dentro da escola. A experiência da rede de educação cidadã foi trazida para o debate desde a entrada desses militantes da educação cidadã na Secretaria Geral da Presidência da República e, concomitante, iniciou-se um mapeamento dos projetos existentes como os projetos de formação da economia solidária, educação ambiental, extensão cultural, os projetos de Educação Popular em saúde que já estão bem avançados.

A Política Nacional em Educação Popular em Saúde, inclusive é um dos exemplos da forma de institucionalizar sem que isso corrompa as práticas sociais que estão sendo desenvolvidas. Havia a experiência da Rede de Educação Cidadã e várias outras difusas no Governo Federal, diálogos com vários movimentos sociais e com vários programas governamentais.

O documento Marco de Referência da Educação Popular (2014) do Governo Federal registra que nunca tinha havido com maior intensidade um diálogo com a academia, que envolvesse principalmente a área de extensão, como a experiência da UFPB que tem uma Coordenação de Educação Popular

e que desde 1978 tem uma Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários atuante.

O diálogo com os setores de extensão das universidades

O diálogo com a extensão, nessa perspectiva de construção de um marco de referência, iniciou-se em 2011 e em 2012 quando foi realizada uma reunião com os setores extensionistas das universidades sobre os projetos de extensão em educação popular. Foi feita essa junção das experiências da rede de educação cidadã, das universidades e dos centros populares de educação que são ONGs que têm vínculos com os movimentos sociais e tocam processos de formação. A partir desses debates, o resultado mais concreto disso foi apresentado e debatido num seminário que ocorreu em Brasília, em outubro de 2013, iniciando-se a construção de uma Política Nacional de Educação Popular (MREPP, 2014).

Reportamo-nos aqui a própria experiência da UFPB com a realização de políticas de extensão universitária em vários municípios paraibanos, destacando-se em Cabedelo a implantação do Projeto Cabedelo que veio a fortalecer as ações de educação popular que resultaram na criação da AACCC pelos sujeitos desta pesquisa.

É uma tentativa de criar uma identidade em torno de um acordo básico: como é que a Educação Popular pode alimentar e subsidiar a construção de políticas públicas? Como pode a Educação Popular dialogar e conquistar a política pública de educação? Como é que a Educação Popular, a partir do fomento institucional, pode fortalecer a organização da sociedade civil e animar as organizações populares na sociedade civil?

Um diálogo com educadores na América Latina sobre educação popular

No seminário que houve com esses setores acadêmicos (2013), esteve presente como principal debatedor, o educador popular Oscar Jara. Fez uma palestra estimulante, em especial quando perguntado sobre a experiência de

Nota explicativa: Em 2016, com o afastamento da Presidenta Dilma Rouseff pelo Congresso Nacional, do dia 31 de agosto, essas políticas de educação popular são interrompidas.

alguns países da América Latina, sobre a questão. Vários países já tiveram experiências, tentando ser massivas, em escala nacional. Um exemplo é a Nicarágua, na época da revolução sandinista, em que a política nacional de educação foi tratada como política de Educação Popular.

Nesse seminário, ainda houve uma participação do professor Eymard Mourão, professor da UFPB no Programa de Pós-Graduação em Educação – linha de pesquisa em Educação Popular e membro de movimentos sociais de educação popular em saúde, sobre Educação Popular e Saúde. A sua apresentação voltou-se ao tema: De uma prática subversiva a uma possibilidade de gestão de política pública.

Isto durou dez anos. Existem várias avaliações sobre esse processo, contudo, sem qualquer semelhança com o que o Brasil vive hoje. Há ensinamentos, todavia, que servem à reflexão. Oscar Jara, debateu a questão do instituído e instituidor; as tensões que isso gera; as limitações e, também, como a institucionalidade reage à tensão de trazer para o seu interior os próprios movimentos sociais. Essa ideia de uma política nacional de educação popular está totalmente vinculada à política nacional de participação social, desenvolvida pelo Governo Federal.

Esse documento, o Marco Referencial (2014), não tem valor normativo. Não é uma lei. Ele tenta introduzir o debate e está adensando uma agenda de uma política de educação popular. O Marco Referencial da Educação Popular é muito mais conceitual, trazendo a história da educação popular aqui no Brasil, mostrando experiências e tentando construir uma identidade. Conforme colocado nesse documento, a educação popular se afirma num processo de contestação, de resistência e de construção do novo, do contra hegemônico. Ela se afirma nesse contexto.

Até 2015, há um confronto não mais com o governo somente. O governo de certa forma, não é mais apenas o que gera conflito. O governo quer apoiar esse processo, mas as formas de apresentação precisam ser ampliadas. É outra situação. Isto não significa a não existência da opressão. A educação popular tem o foco na educação. Educação popular é educação. Com Paulo Freire, refletimos que a educação não transforma o mundo.

A educação transforma as pessoas e as pessoas transformarão o mundo. Na época da ditadura militar, a educação popular só existia na clandestinidade. A redemocratização criou novos espaços para o seu reconhecimento e a permanência desse tipo de prática. Imagina-se, assim, a continuidade do processo de redemocratização. Isso está bastante vivo e atual, principalmente a partir de 2003, quando o Governo Federal passou a ter um governo com a participação de pessoas que vieram desses processos clandestinos. Criou-se outro cenário e o espaço de atuação se ampliou com a educação popular. Chegou à institucionalidade, surgindo outro tipo de tensão entre o instituinte e o instituidor. Não imaginamos que se promova o afogamento da Educação Popular e sim que haverá uma grande aprendizagem.

O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas: conhecendo suas referências.

Para o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã-DEPMC (2013), vinculado ao Governo Federal, a educação popular é uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Essas ações foram iniciadas e consolidadas na organização das lutas populares no país e sua efetivação social foi responsável por muitas conquistas ao longo de nossa história.

Constatamos que desde 1981 a UFPB desenvolve ações no município de Cabedelo dentro dessa concepção de uma educação que articule os diferentes saberes e práticas. Quando de sua criação em 1985, a AACCC, a partir da atuação de seus fundadores e demais membros, passou a realizar suas experiências culturais baseadas nessa premissa—a de protagonista do fortalecimento de sua identidade cultural. Toda a sua atuação tem se dado a partir das experiências de formação, engajamento na preservação do patrimônio material e imaterial e nas lutas pela garantia da identidade cultural cabedelense ser respeitada e preservada.

Nota explicativa: Quando escrevemos sobre essa questão (2015) não podia prever que a Presidenta da República sofreria um impedimento definitivo.

Segundo o documento (MREPP, 2014) trata-se de um campo de atuação com grande diferenciação de propostas metodológicas, de ações, de públicos referenciais, parcerias e estratégias. Essas ações apresentam grande potencial de articulação e fortalecimento da realização de políticas públicas participativas e emancipatórias. Com esse olhar o Governo Federal realizou amplo mapeamento dessas iniciativas no país e avançou para a elaboração desse Marco de Referência.

A ideia do Governo Federal foi a de inserir esse Marco de Referência no processo de construção da Política Nacional de Educação Popular, da Política Nacional de Participação Social e dos Programas para a Juventude. Segundo o DEPMC (2014) o objetivo é promover um campo comum de “reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de políticas sociais que tenham origem na ação pública e envolvam os diferentes setores do Governo Federal que trabalham com processos formativos das políticas públicas”.

Conforme explicita, o documento é referência e não um tratado sobre educação popular, pretendendo apenas apontar referências importantes para a Política Nacional de Educação Popular. Tem uma destinação muito clara para os gestores públicos que, no âmbito de suas competências, tem o papel de elaborar e implementar políticas públicas em constante diálogo com a sociedade civil.

Uma ação da máxima importância foi levar a proposta da Política Nacional de Educação Popular para ser debatida no Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, em outubro de 2013, o que ampliou a discussão e apontou novos caminhos. Ao analisarmos os processos que contribuíram para a elaboração do Marco de Referência, a partir dos dados do Governo Federal (2014), identificamos:

Rede de Educação Cidadã (RECID). Desde 2003 essa ação vem sendo desenvolvida a partir da mobilização social do Programa Fome Zero. A rede envolve governo e sociedade civil.

Diálogos e Ações envolvendo as Universidades Públicas, ONGs e Movimentos Sociais brasileiros. Essa ação partiu de um amplo e vigoroso mapeamento realizado em 2012, de Universidades Federais, Estaduais e outras, Institutos Federais de Educação,

realizado pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã visando levantar todas as ações proativas realizadas na perspectiva de educação popular.

É imprescindível, pois, não fugir ao debate, sobre qual o tipo de sociedade e de desenvolvimento sonhamos e estamos a construir para as atuais e futuras gerações. Para a AACCC a sua ação fundante é o fortalecimento da identidade cultural cabedelense. Mas não se pode fortalecer a identidade sem pensar nas demais questões: Que valores nortearão esta construção? Qual é o modelo de educação desejado e que se quer construir? Que relação estabelecer com a biodiversidade e com o meio ambiente? Como organizar a política e a economia de modo que estejam em sintonia com um projeto de país ligado com os anseios da população brasileira? Que modelo de democracia e participação se pretende construir?

Assim, as ações da AACCC, a exemplo dos cursos de políticas culturais que são realizados ao longo desses anos em que estamos mergulhados na pesquisa-ação, pretendem apoiar as diferentes ações educativas e formativas para que, dentro de seus contextos, possam alcançar o máximo de resultados, avançando com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.

Bases Epistemológicas da Educação Popular

Para Paulo Freire (1996), partidário da visão gramsciana, o Estado é um espaço sociocultural em constante disputa seja entre sujeitos e classes sociais que têm interesses individualistas e privatistas ou entre aqueles que buscam concebê-lo como espaço público em formação capaz de promover justiça econômica e social. Tais disputas não se dão apenas no campo explícito das propostas e práticas políticas, mas também no plano da cultura, ou seja, na construção e no confronto entre significados que dão sentido ao papel social do Estado, buscando legitimar as políticas institucionais desenvolvidas. No cômputo desta consideração inicial, podemos destacar que nos últimos 50 anos, tanto no campo das práticas como nos momentos de reflexão sobre as

Nota explicativa : Com a posse do Vice-Presidente da República em 31 de agosto de 2016, a primeira Secretaria Nacional a ser extinta foi a da Diversidades.

ações em educação popular, produziu-se um conjunto de categorias importantes para orientar as experiências populares e institucionais.

Porém, mesmo assumindo a dificuldade em selecionar as principais contribuições do campo da Educação Popular, deliberamos por destacar as categorias que contem em si uma ideia-força capaz de balizar e orientar os agentes públicos em seu trabalho cotidiano, em especial na construção e na implementação de políticas públicas no Brasil. Falemos dessas categorias: dialogicidade, amorosidade, conscientização.

Dialogicidade

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1996).

O diálogo, uma das categorias mais importantes em Freire, pois dela decorrem as demais, representa para a Educação Popular o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora. Assim sendo, a dialogicidade se torna necessária a toda e qualquer ação das ONGs, voltada para a construção e execução de políticas públicas tenha em seu cerne o diálogo enquanto elemento central, visto que é por meio dele que podemos pensar sobre o mundo, problematizando-o para transformá-lo.

Nesta perspectiva, o diálogo pressupõe o estabelecimento de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes, como assinala Freire (1996, p.38):

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Desta forma, o saber sistematizado é pertinente às necessidades da população e não o conteúdo vazio de sentido, portanto, parte da visão das classes populares para promover, dialeticamente, novos conhecimentos. Para tanto, esta perspectiva considera que todo trabalho pedagógico é conflituoso,

pois desvela interesses e intencionalidades, na medida em que colocam, numa relação dialógica, diferentes saberes em confronto.

O diálogo entre o educador e a educadora popular e as classes populares vai tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando a troca de significados e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade, oportunizando a reconstituição simbólica do real, permitindo a construção de significados comuns, o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação das compreensões finalísticas a respeito do que se passa na vida cotidiana.

Freire (1996, p.41) considera que uma situação-limite em si não é “geradora de um clima de desesperança”, mas a forma com que os indivíduos percebem-na em um dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No entanto, quando a percepção crítica ocorre, “se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a empenhar-se na superação das situações-limites”, na percepção das possibilidades para romper com situações de opressão.

A prática da relação dialógica é, neste sentido, fundamental para romper, por um lado, com o silêncio e, por outro, para promover a reflexão sobre as contradições, a partir, principalmente, da problematização da realidade. Desta forma, a promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo se constitui no núcleo central de uma pedagogia emancipatória, uma vez que o pensar e fazer críticos, são uma exigência epistemológica e política para os seres humanos caminharem na perspectiva do aprimoramento da sua vocação humana, enquanto cidadãos e cidadãs mais autônomos, críticos, criativos, éticos e estéticos. O diálogo somente se dá, se há, de fato, se o educador e a educadora tiverem profundo amor ao mundo e aos homens e mulheres.

Amorosidade

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia (FREIRE, 1992).

A amorosidade em Freire pode ser percebida em toda a sua obra, em especial quando suas reflexões abordam a relação homem-mulher-mundo, em que o diálogo se apresenta permeado pela humildade e esperança.

Segundo Paulo Freire (2000):

O ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque amoroso, é dialógico (...). Como ato de valentia, não pode ser piegas, como ato de liberdade não pode ser pretexto de manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens/mulheres, não me é possível o diálogo.

Conscientização

A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade (FREIRE, 1980).

A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade.

Quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de “desvelamento” da realidade, pois mais se penetrará na compreensão do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual, visto que a conscientização não pode existir fora da “práxis”, sem o ato de ação- reflexão-ação. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza homens e mulheres. A conscientização é um compromisso e consciência histórica: implica que os homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Exige que os homens e mulheres criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. Conscientização é um processo permanente de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica tal como reflete Freire em *Educação e Mudança*. Nesta obra, Freire (1980) apresenta-nos algumas características dessas duas consciências:

A consciência ingênua se apoia em uma visão simplista sobre a realidade e prefere exaltar o passado como referência para dizer o que é o melhor. Além disso, é impermeável à investigação e, portanto, frágil na discussão aprofundada dos problemas; a verdade é imposta e seu apelo tem forte impulso passional. Desta forma, a realidade é estática e imutável.

Ao contrário, a consciência crítica anseia pela profundidade na análise de situações-limites, inclusive porque reconhece que a mudança é possível (e necessária). Livra-se de preconceitos ao buscar uma postura crítica, investigativa e indagadora diante da realidade.

Freire diz-nos que “o novo não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida que são válidos”. Por fim, a consciência crítica “ama o diálogo, nutre-se dele” (1980, p.16).

Quanto maior o nível de conscientização dos sujeitos, mais capacitados estarão para serem anunciadores/as e denunciadores/as das situações-limites e desumanizantes, graças ao compromisso de transformação assumido. Esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que se denuncia uma estrutura desumanizante sem haver compromisso com a realidade, a partir do momento em que se chega à conscientização do projeto, deixando de ser utópicos, haverá burocratização.

Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas tarefa permanente de transformação. A conscientização é tomar posse da realidade. Nesta concepção, ninguém conscientiza ninguém, educadores e educadoras, educandos e educandas se conscientizam mediatizados pelo mundo, pelas relações estabelecidas, através das práticas e da reflexão sobre elas. Para Paulo Freire (2003), o processo de conscientização só se realiza

quando além de tomar consciência da realidade os sujeitos se organizam coletivamente para atuar sobre a realidade para transformá-la.

As práticas da liberdade, educação popular e a compreensão da realidade

Mudar é difícil, mas é possível (FREIRE, 1996, p.88).

Estamos aqui, tratando da experiência de educação popular vivenciada na AACCC, fundamentada nas categorias da participação e identidade. Tendo Paulo Freire como um dos referenciais teóricos, abordamos a educação popular enquanto mediação transformadora da realidade social na medida em que potencializa o fortalecimento da identidade, o sentir-se sujeito, o pertencimento, o dizer a sua palavra e o agir contextualizado.

As atividades desenvolvidas na e pela AACCC, demonstram a utilização do exercício dialógico e a construção de uma 'leitura de mundo', na perspectiva freireana, instigando o olhar crítico e a crescente participação dos sujeitos. Os projetos, as reuniões, ações, atividades, identificamos que foram mediatizados a partir de temáticas de interesse do grupo, portanto, um processo coletivo.

No campo metodológico, as atividades foram desenvolvidas por meio do diálogo, dinâmicas de grupo, brincadeiras, concertos musicais, textos, notícias, histórias, cartazes, representações, conversas, encontros, debates, espetáculos e filmes. As temáticas foram avaliadas e reorientadas constantemente a fim de atingir os objetivos que o trabalho propunha.

Com Freire (2003), entende-se que só existe educação popular a partir do envolvimento, do acreditar no que se faz, da participação efetiva dos sujeitos no processo. É ouvindo que nos fazemos ouvir. Avaliamos que a participação efetiva dos fundadores da AACCC potencializou o fortalecimento da identidade dos sujeitos fundadores e participantes, estimulou a responsabilidade social e elevou a autoestima do grupo. Ainda, contribuiu para um despertar de consciência quanto as possibilidades de transformação social da realidade, tarefa que é de cada sujeito histórico.

Uma educação baseada nas práticas da liberdade como a que Paulo Freire nos propõe, tem suas prerrogativas, e a primeira delas é exatamente o

reconhecimento dos privilégios da prática (FREIRE, 2013, p.8). As fontes do pensamento de Paulo Freire e, sobretudo sua prática, nos dizem de uma visão totalmente distinta das concepções abstratas do liberalismo. Sua filiação existencial cristã é explícita: [...] existir é um conceito dinâmico. Implica uma dialogação eterna do homem com o homem (Idem, p.12).

Em Freire (2013), reafirmamos que a liberdade é concebida como o modo de ser o destino do homem e da mulher, mas por isso mesmo só pode ter sentido mergulhada na história que vivem. Uma educação como afirmação da liberdade tem antigas ressonâncias, anteriores mesmo ao pensamento liberal. Persiste desde os gregos como uma das ideias mais caras ao humanismo ocidental e encontra-se amplamente incorporado a várias correntes da pedagogia moderna. A ideia da liberdade não aparece apenas como conceito ou como aspiração humana, mas também interessa, e fundamentalmente, em seu modo de instauração histórica. Paulo Freire diz com clareza: educação como prática da liberdade. Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade, se obriga a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação (FREIRE, 2013, p.12).

A conquista do saber se realiza através do exercício livre das consciências. A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia de liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens e mulheres por libertar-se (Idem, p.15).

Os vínculos do trabalho de Paulo Freire com a ascensão popular são bastante claros. Seu movimento começou em 1962 no nordeste - a região mais pobre do Brasil com 15 milhões de analfabetos na época. Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Essa é uma das discussões que frequentemente temos na AACC, nos conscientizamos de que, vamos conscientizar os outros de que? Um desafio permanente, pois nos encontramos sempre a nos indagar – já somos conscientizados? E se somos, temos consciência de que? Estamos construindo coletivamente essa ação? Não podemos nos achar melhores ou piores nesse processo, pois não temos a verdade e não pretendemos tê-la, em momento algum do processo. Esse é o desafio a nos provocar.

Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão. A grande preocupação de Paulo Freire é a mesma de toda pedagogia moderna: uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política. A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Não obstante as estruturas sociais se encontrem presentes em sua análise, são os estados da consciência a área privilegiada de sua reflexão. E ainda uma vez se observa, já agora na visão sociológica e histórica implícita em sua concepção educacional, uma solidariedade fundamental entre a teoria e a prática. Sua visão sociológica, centrada sobre o mundo da consciência, se constitui a partir de uma preocupação fundamentalmente educativa.

Uma pedagogia da liberdade pode ajudar uma política popular, uma educação popular, pois a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência (FREIRE, 2013, p.24). Dizemos que se anunciam tendências à democracia, e não que esta se apresente como algo inevitável, pois a democracia, como a liberdade, é um dos temas históricos em debate, e sua efetivação vai depender das opções concretas que os homens e mulheres realizem.

Do ponto de vista desta pedagogia da liberdade, preparar a democracia não pode significar apenas preparar para a conversão do analfabeto em eleitor, para uma opção limitada pelas alternativas estabelecidas por um esquema de poder preexistente. Se esta educação só é possível enquanto compromete o educando como homem concreto, ao mesmo tempo o prepara para a crítica das alternativas apresentadas pelas elites e dá-lhe a possibilidade de escolher seu próprio caminho (FREIRE, 2013, p.34).

Toda prática implica algum perigo de transfiguração de suas intenções originais, perigo que, no caso da situação brasileira, se esboçava na ambiguidade do movimento popular entre a mobilização e a manipulação. Não há dúvidas sobre um fato: o movimento de educação popular no Brasil serviu, em conjunto, muito mais à mobilização que à manipulação, que sempre se criticou.

A experiência brasileira nos sugere algumas lições bastante curiosas, às vezes até surpreendentes, em política e em educação popular. Através de Paulo

Freire, foi possível esboçar as bases de uma verdadeira pedagogia democrática. Começamos com o movimento de educação popular, uma prática educativa voltada, de um modo autêntico, para a libertação das classes populares.

O educador, a serviço da libertação do homem e da mulher, dirigiu-se sempre às massas mais oprimidas, acreditou em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica. O educador estabeleceu, a partir de sua convivência com o povo, as bases de uma pedagogia em que tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação em que vivem.

O educador, cujo campo fundamental de reflexão é a consciência do mundo, criou, não obstante, uma pedagogia voltada para a prática histórica real. Apesar de que ninguém possa aceitar a ideia ingênua da educação como a alavanca da revolução, caberia considerar a possibilidade de que, a educação se antecipa a uma verdadeira política popular e lhe sugere novos horizontes (FREIRE, 2013, p. 38-39).

Segundo Freire (2013, p.51) não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio. Existia um forte desejo por uma nova sociedade que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e na mulher, sujeitos de sua história. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se descolonizasse cada vez mais. A opção, por isso, teria de ser, também, entre uma educação para a domesticação, para a alienação, e uma educação para a liberdade. Educação para o homem/mulher-objeto ou educação para o homem/mulher-sujeito.

As relações que o homem e a mulher travam no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 2013, p.55-57). Na história de sua cultura terá sido o do tempo – o da dimensionalidade do tempo – um dos seus primeiros discernimentos. O homem e a mulher existem no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora e modifica. Lança-se o homem e a mulher num domínio que lhe é exclusivo - o da história e o da cultura.

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica que tanto a visão de si mesmo como a do mundo não podem absolutizar-se, fazendo-se sentir, um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha (FREIRE, 2013, p.58-60).

Enquanto o animal é um ser da acomodação e do ajustamento, o homem e a mulher o são da integração. A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada, constantemente pela opressão. A partir das relações do homem e da mulher com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo, vai dominando a realidade, vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor. Faz cultura.

À medida que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar dessas épocas. Uma das grandes, se não a maior tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir (FREIRE, 2013, p.60).

Homens e mulheres veem sendo expulsos das decisões e sucumbem no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticados e acomodados: não são mais sujeitos, rebaixando-se a serem objetos, coisificando-se. Sua humanização ou desumanização, sua afirmação como sujeito ou sua minimização como objeto dependem, em grande parte, de sua captação ou não desses temas. Uma vez que se prepare para esta captação é que poderá interferir, ao invés de ser simples espectador, acomodado às prescrições alheias que ainda julga serem opções suas.

Infelizmente o que vemos no dia a dia é o homem e a mulher simples esmagados, diminuídos e acomodados, convertidos em espectador, dirigidos pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. A radicalização que implica enraizamento que o homem faz na opção que fez, é

positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical (FREIRE, 2013) na sua opção não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido do seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. Tenta convencer e converter, e não esmagar o seu oponente.

Quando não estamos preparados para o diálogo crítico caímos na sectarização. A sectarização é arrogante, antidialógica e por isso anticomunicativa. É reacionária, seja de direita ou de esquerda. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo. Daí a inclinação do sectário ao ativismo, que é ação sem reflexão e sem vigilância dessa reflexão. O radical pelo contrário, rejeita o ativismo e submete sempre sua ação à reflexão. O sectário, seja de direita ou de esquerda, se põe diante da história como o seu único fazedor. Como seu proprietário. Ameaçado pelo fanatismo o homem se embrutece e isso gera ódios.

O homem, a partir de sua imersão na sociedade e na crítica do que acontece, já não se satisfaz em assistir, quer participar e a sua participação, que implica uma tomada de consciência apenas e não ainda uma conscientização-desenvolvimento da tomada de consciência-ameaça as elites detentoras de privilégios. Daí as relações do assistencialismo com a massificação, de que é a um tempo efeito e causa.

A consciência transitiva é, num primeiro estado, preponderantemente ingênua. A transitividade ingênua se caracteriza, entre outros aspectos, pela simplicidade na interpretação dos problemas. Pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado e subestima o homem comum. A consciência transitivo-ingênua tanto pode evoluir para a transitivo-crítica, característica da mentalidade mais legitimamente democráticas, quanto pode distorcer-se para esta forma rebaixativa, ostensivamente desumanizada, característica da massificação (FREIRE, 2013, p.87).

A distância social existente é característica das relações humanas no grande domínio e não permite a dialogação. A dialogação implica a responsabilidade social e política de homens e mulheres. Implica um mínimo

de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio. A acomodação exige uma dose mínima de criticidade enquanto que a integração exige um máximo de razão e consciência.

Segundo Fernando de Azevedo (1963), essas alterações teriam de refletir-se em toda a vida nacional. Juntar-se a outras tantas que se processam no campo da cultura, no campo das artes, da literatura e das ciências, revelando uma nova inclinação: a da pesquisa. A da identificação com a realidade nacional, a do seu conhecimento. A da busca do planejamento, em substituição aos esquemas importados. O país começava a encontrar-se consigo mesmo. Seu povo emerso iniciava as suas experiências de participação. A superação da inexperiência democrática por uma nova experiência, a da participação.

Estamos convencidos de que a contribuição a ser trazida pelos fundadores e demais membros da AACCC, à sociedade cabedelense, ao lado de outros sujeitos, haverá de ser a de uma participação crítica no fortalecimento de identidades. De uma educação popular que tenta a passagem da consciência ingênua à consciência crítica.

Quanto mais se fala nas necessidades das reformas, na ascensão do povo ao poder, mais se arregimentam as elites econômicas na defesa de privilégios inautênticos, agregando-se em torno de seus interesses de grupo. Diante desse quadro cada vez mais temos a certeza de que necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social (FREIRE, 2013, p.117). Uma educação que possibilite ao homem e a mulher a discussão corajosa de sua problemática.

A própria essência da democracia envolve um princípio que é fundamental, que lhe é intrínseca – a Mudança. Os regimes democráticos se nutrem de mudanças constantes e o homem que corresponde a esse regime é flexível, inquieto. A falta dessa permeabilidade parece ser o mais sério descompasso dos regimes democráticos atuais, pela ausência de correspondência entre o sentido da mudança, característico não só da democracia, mas da civilização tecnológica.

Homens e mulheres, excluídos das decisões, cada vez mais adstritas a pequenas minorias, são comandados pelos meios de publicidade de massa, a tal ponto que em nada confia ou acredita se não ouviu no rádio, na televisão ou se

não leu nos jornais. Seu comportamento é o do ser humano que perde o seu endereço. É o ser desenraizado.

Em Cabedelo trabalhamos constantemente essas questões a partir de projetos desenvolvidos pelos diferentes grupos culturais que atuam na cidade e particularmente na Fortaleza de Santa Catarina apresentando espetáculos, realizando cursos e oficinas sobre a indústria cultural, gestão cultural, organização social e educação para a arte. A AACC, tem desenvolvido ações no sentido de discutir com a sociedade local a Lei de Tombamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial da cidade cuja regulamentação, por parte da Prefeitura Municipal, ainda não foi feita (2016). Pretende com essa ação, levar para os vereadores uma proposta elaborada pela sociedade civil organizada.

Ações como essa é contraponto a uma situação de desmobilização social. É preciso ampliar o senso de responsabilidade e lutar pela promoção inadiável da ingenuidade em criticidade. Para tal teria o homem e a mulher de ganhar a sua responsabilidade social e política, participando, ganhando cada vez mais ingerência nos destinos das políticas públicas da sua cidade, da escola de seu filho, nos destinos do sindicato, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes (FREIRE, 2013, p. 122).

Daí a necessidade de ações de educação popular corajosa, que enfrente a discussão com o homem e a mulher comum, de seu direito à participação. A educação tem que ser uma tentativa constante de mudança de atitude. Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la.

Quanto menos criticidade em nós, tanto mais tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. À nossa cultura fixada na palavra corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que, por sua vez, está ligada a criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática.

Só nas bases populares, e com elas, poderemos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí jamais admitirmos que a democratização da cultura

fosse a sua vulgarização, ou, por outro lado, a doação ao povo do que formulássemos nós mesmos, em nosso grupo, e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas. A inexperiência de participação e ingerência do que pensamos, a serem substituídas pela participação crítica é uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, crítico, capaz de optar e decidir.

A consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua se crê superior aos fatos, dominando-os de fora, e por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. É próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é a sua superposição à realidade.

Somente um método ativo, dialógico, participante, poderia fazê-lo. E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

O diálogo é, portanto, o indispensável caminho, não somente nas questões vitais para nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e na mulher, nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos.

É o diálogo que opúnhamos ao anti-diálogo, tão entranhado em nossa formação histórico-cultural, tão presente e a o mesmo tempo tão antagônico no mundo atual. Quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa. Nessa construção identificamos a cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo. A cultura como o resultado de seu trabalho, do seu esforço criador e recriador. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. A cultura como criação humana (FREIRE, 2013, p.112-126).

O processo educativo, se dialógico e conscientizador, procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade e fraternidade, na justiça. Fundamental que o diálogo se dê entre iguais, pois esse é componente fundamental da educação. Percebemos que o diálogo, como atitude própria humana, é expressão da capacidade de perguntar e responder ao outro, como igual.

Também mudam as relações, as pessoas, e as relações entre as pessoas, não deixando prevalecer o egoísmo, o individualismo, o sexismo, os preconceitos e a discriminação. Um processo educativo apoiado na educação popular procurará tornar as pessoas sujeitos de direitos, protagonistas do seus destinos e contribuintes na transformação. A educação conscientizadora, libertadora e transformadora deve contribuir com a democratização do Estado e da sociedade.

Caminhos a partir da realidade concreta

Para Paulo Freire (1996, p.49),

a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá aos educadores/as na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Como educador preciso ir lendo, cada vez melhor a leitura do mundo que os populares com quem trabalho faz de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte.

Partir da realidade concreta supõe levantar tanto a visão de mundo dos sujeitos quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas. Os processos de educação popular partem da realidade tentando romper com uma perspectiva de educação “conteudista”, sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos. A

educação popular assume a realidade enquanto uma totalidade concreta, questionando a fragmentação do conhecimento, que leva por vezes à excessivos graus de especializações que impedem, com isso, um entendimento integrado das práticas sociais e simbólicas de determinado sistema social.

Neste sentido, Freire (1996) afirma que, nas relações políticas e pedagógicas com os grupos populares não podemos desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo e de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. “E tudo isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra”. Assume que a educação é um processo também cultural e de educação como prática de liberdade que parte da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade inserida em contextos sociopolíticos distintos.

Temos a cultura popular como ponto de partida, buscando valorizar os elementos importantes, mas avançando para uma cultura que fortaleça a identidade do grupo. Partir da realidade significa também considerar a realidade concreta vivida em diferentes espaços e territórios geográficos, culturais e simbólicos, dentre outros. Esse é o pensamento que vem sendo construído coletivamente entre os fundadores e os novos membros da AACCC.

Princípios e Diretrizes, em Freire (1996), para as ações de Educação Popular nas Organizações Não Governamentais

Destacaremos aqui alguns Princípios: Emancipação e poder popular; participação popular nos espaços públicos; equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade; conhecimento crítico e transformação da realidade; avaliação e sistematização de saberes e práticas; justiça, política econômica e socioambiental.

As ações desenvolvidas pela AACCC têm se pautado no pensar a emancipação e no poder popular buscando ampliar a participação dos cabedelenses nos espaços públicos de conquista de direitos como a câmara municipal, secretarias e promotoria do cidadão. Participação na proposição de leis de incentivo à cultura e elaboração de projetos de lei de preservação da memória cultural encaminhados a diferentes órgãos públicos da cidade e do governo do estado. As intervenções têm buscado, por meio dos fundadores da AACCC e demais membros, a conquista de políticas públicas que venham a fortalecer o patrimônio cultural da cidade e a sua identidade cultural.

Para uma ação que fortaleça a identidade cultural e, que seja transformadora da realidade, a partir das ações de Educação Popular nas

Organizações Não Governamentais, algumas Diretrizes são defendidas por Freire (1996) e com as quais pactuamos, por identificarmos, enquanto sujeitos atuantes na AACC, essas questões muito presentes na ação da Associação.

Partir das diferentes realidades numa perspectiva de identificar os contextos particulares buscando fortalecer, incentivar e interagir com a cultura popular e com a história de Cabedelo como expressão da sua cidadania, se torna elemento de formação e consolidação constitutiva de sua identidade cultural. Também se faz necessário considerar o diálogo com outras organizações e movimentos populares e sociais da cidade de modo a sensibilizá-los a que adotem os pressupostos da Educação Popular contribuindo com a organização popular e com o surgimento de novas lideranças e agentes populares.

Uma ação da AACC a ser valorizada diz respeito a lutar pela construção coletiva e dialógica das políticas públicas, com participação social e popular promovendo processos educativos na perspectiva da Educação Popular visando conquistar e ampliar o acesso aos recursos públicos. Necessário se faz que se lute para assegurar a construção e a socialização de saberes, promovendo o diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico assumindo a perspectiva dialética da práxis.

Baseada nas diretrizes freireanas a AACC tem promovido processos que estimulem a participação popular e cidadã dos seus membros nos instrumentos e canais de controle social existentes (conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, fóruns), visando fortalecer o poder popular, o estímulo ao diálogo com a sociedade, os movimentos sociais e as organizações populares. Em seus cursos de formação tem procurado desenvolver mecanismos para fortalecer os diferentes sujeitos na participação em todo o ciclo das ações.

Percurso Metodológico de uma prática da educação popular

Partindo do pressuposto que a educação popular tem na sua dimensão político-pedagógica o avanço da consciência crítica organizativa das classes populares para o exercício do poder, é necessário um processo de educação com intencionalidade concreta e planejada, que parte da realidade dos sujeitos,

mulheres e homens envolvidos e que seja construído coletivamente. Nessa perspectiva a AACCC vem desenvolvendo ao longo de sua atuação diferentes ações de formação e participação de seus membros em cursos, seminários, oficinas, debates e proposições aos poderes executivo, legislativo e judiciário, no sentido de “cobrar” ações de fortalecimento da identidade cultural cabedelense. Ofereceu cursos sobre as Leis de Incentivo à Cultura, de Tombamento do Patrimônio Material e Imaterial, Orçamento municipal para a Cultura e Educação, Marco das Organizações Sociais e sobre o SINCOV – Sistema Federal de Convênios, fruto das intervenções lideradas pela AACCC junto aos órgãos públicos e suas autoridades representativas.

Logo, uma educação para fomentar a articulação e a mobilização para organização e transformação social não existe fora da luta popular, que por sua vez, é a própria Educação Popular na sua aplicabilidade. Neste sentido, a concepção de formação e organização de uma ação na perspectiva da Educação Popular exige coerência epistemológica, construção coletiva e respeito aos diferentes saberes. A partir da ação da AACCC, nos anos acompanhados nesta pesquisa-ação, verificamos que a Associação, por meio de seus membros fundadores, tem apresentado ano a ano, análises e proposições para emendas à LOA – Lei Orçamentária Anual do município, notadamente aos programas e projetos pertinentes a educação, cultura e desenvolvimento sustentável. São intervenções estruturantes e com perspectiva de benefícios a toda a população.

Desta forma, a partir de Freire, que pediu para reinventá-lo, sobretudo num contexto da intersecção da Política Pública com os seus sujeitos de direitos, apresentamos abaixo um percurso metodológico, baseado nos princípios da Educação Popular, que aproxime o referencial epistemológico e metodológico com o ciclo, o fazer e a construção de processos mais participativos.

Por conta disto, os espaços apresentados abaixo são para fazer valer a proposta metodológica da educação popular, numa perspectiva freireana:

a) O Cenário – parte da realidade concebida como um espaço que integra o sonho e a realidade, ou seja, é o “esperançar” onde o sonhar é a força motriz, sempre com os pés no chão da realidade, estimulando o processo a

partir da história dos sujeitos, da comunidade na perspectiva da construção coletiva e da troca dos saberes.

É estar e colocar-se junto, saber ouvir e escutar, fortalecer o sonho com o/a outro/a. Neste sentido, registrar a primeira conversa e contato, sistematizar o que se realiza é primordial na proposta metodológica da Educação Popular.

Investigar a realidade vivida, levantar a visão de mundo dos sujeitos sobre a realidade por meio de diálogos, pesquisa-ação, pesquisa-participante e também sistematização de dados objetivos do contexto, a partir da vivência dos territórios geográficos e culturais e, construir elementos como ponto de partida para que a cultura política esteja permeada pelas práticas de Educação Popular com vistas à transformação da sociedade.

b) O Espaço de encontro - este deve explicitar a ideia e para isso mobilizar e articular parceiros, envolver os/as sujeitos políticos para o momento do encontro, é essencial na Educação Popular.

Este espaço deve apontar a relação entre governo e sociedade civil, movimentos sociais, grupos organizados, numa pactuação contínua e sistemática em torno do que podem construir e gerenciar juntos. Para isso, é importante identificar e mapear as práticas de Educação Popular existentes no governo e nos movimentos sociais.

Nos espaços populares e também no processo de escolarização formal. Neste processo é inevitável o conflito entre educação popular e educação escolar. Porém este conflito traz em seu bojo a busca incessante de diálogo, de interlocução e de inter-relação. Pensar as políticas públicas na ótica da Educação Popular é também propor uma inversão na forma como se organizar as relações de poder nos espaços, de uma lógica vertical para uma lógica horizontalizada de relações.

c) Espaço de problematização - este define os objetos da ação, fomenta a reflexão questionando as causas dos fatos, desmonta a visão mágica ao propor falar dos problemas cotidianos com a comunidade, refletindo em torno da situação conjuntural e de suas causas econômicas, políticas, culturais e sociais.

Nesta etapa questionam-se os problemas e desafios da realidade, local e nacional, os modelos de Estado e de Governo, de desenvolvimento, do sistema nacional de educação, a partir dos modelos impostos e do quanto estes podem desencadear num processo que dificulte e impeça a construção de uma sociedade plural e cidadã. Pode-se dizer que a leitura da realidade parte da significação que os sujeitos fazem da situação a ser estudada. A pesquisa e a problematização permitem a desconstrução e reconstrução desta significação.

Mediatizados pelo diálogo (que é um dos pilares do processo educativo ou da ação político-cultural na perspectiva dialógica), os sujeitos da ação ampliam sua compreensão, análise crítica das situações-limite e potencializam as possibilidades de sua superação.

d) Ação e reflexão – neste momento é importante considerar as demandas, os desejos e o conhecimento acumulado e sistematizado dos movimentos sociais, dos grupos organizados, das instituições de ensino e pesquisa e dos governos. É um momento do diálogo ampliado com todos os/as sujeitos que produzem saberes e ação política.

Exige rigorosidade metódica, ética e coerência com o processo. Tudo isso para que, ao se apropriar dos conceitos teóricos e do saber sistematizado, se possa fazer uma leitura a partir do conhecimento micro, ampliando ao macro, relacionando a realidade conjuntural para se levantar as contradições, os impasses e os desafios mais profundos da realidade.

e) Aprendizagem criativa - Num processo de construção coletiva se pactua propostas e ações com os diferentes sujeitos e em diferentes níveis de envolvimento. Reforça também a filiação, a vinculação, o sentimento de pertença, a coesão, o diálogo e o fortalecimento das diversas redes e organizações da sociedade civil, como também o diálogo contínuo e permanente com os governos, onde couber.

Neste sentido, espaços como os conselhos, fóruns, comitês devem ser qualificados, potencializados, fortalecidos e legitimados enquanto práticas de Educação Popular na construção de políticas públicas. A AACCC tem seus membros distribuídos em quase todos os espaços de possibilidades de construir participação. O espaço de aprendizagem criativa também nos faz repensar a retomada do trabalho de base, essencial para fortalecer a

organização social e a luta popular. E para isso é necessário pensar um processo dinâmico, sistemático, contínuo de formação de educadores e educadoras, não mais somente para determinada área ou movimento, mas uma formação em redes que possa pautar as temáticas plurais que levam a transformação social e a construção de um novo modelo de sociedade e de Estado.

f) Reinvenção—reinventar é sempre uma possibilidade de renovar e de rever o proposto. Neste sentido, a reinvenção é o momento de se fazer uma avaliação que busque evidenciar os resultados alcançados e assim, poder retornar ao ciclo.

Busca-se elementos para a elaboração de novas estratégias e a superação de desafios sempre em vista de uma maior participação, autonomia, do protagonismo e soberania dos grupos envolvidos. É neste momento que a “conscientização” se realiza de forma mais ampla. Quando os/as sujeitos a partir da participação, do diálogo entre os diferentes saberes, relacionado à sua realidade, consegue perceber as reais causas dos problemas, toma consciência dele e se organiza coletivamente e solidariamente para superá-los.

g) Campos das Práticas da Educação Popular - Tendo como ponto de partida que a Educação Popular é um processo coletivo de elaboração do conhecimento que desenvolve junto a educadores/as a capacidade de ler criticamente a realidade para transformá-la e que a apropriação crítica dos fenômenos e de suas raízes permite o entendimento dos momentos e do processo da luta de classes, ajudando a quebrar as formas de alienação, a busca e descoberta do real e para a sua superação.

Então podemos dizer que o principal campo da prática da educação popular está no trabalho de base, que pode se dar em diferentes espaços populares e institucionais, no território geográfico e cultural, no campo, na cidade, nas periferias e centros. Neste sentido, o alimento da Educação Popular é o trabalho de base, a participação por meio do diálogo e este se alimenta através da proposta pedagógica da Educação Popular. Condição e sustento do trabalho político, um dos principais campos das práticas da Educação Popular está no fazer cotidiano do trabalho de base junto aos grupos organizados e não organizados.

A educação popular se realiza junto às comunidades, aos grupos empobrecidos, beneficiários das políticas de transferência de renda e políticas sociais, junto às pastorais sociais e pequenos grupos organizados que querem formar associações ou cooperativas, grupos de mulheres, juventudes, populações tradicionais, agentes de saúde e comunitários, fóruns de economia solidária, de educação de jovens e adultos, de artistas e de agentes culturais. A AACCC tem sido um privilegiado campo de atuação nessa caminhada pelo fortalecimento da identidade cultural por meio da participação.

Com essa compreensão, a educação popular está onde está o povo do campo e da cidade que lutam dia-a-dia para que possam ter voz e vez, serem protagonistas e construtores de sua própria história. Ela também se dá em espaços de democracia participativa, consagrados na Constituição de 1988, como os conselhos de políticas públicas, cujo papel é de articulação, formulação e monitoramento de políticas entre governo e sociedade civil.

Em razão disto, há nestes espaços também uma demanda e necessidade de formação política de seus membros para o efetivo exercício da representação. Também acontece em espaços formais de educação, envolvendo os diferentes ciclos e fases do processo da aprendizagem. Os princípios da educação popular podem ser vivenciados não só nos espaços das escolas públicas, dos hospitais, universidades e faculdades, mas também em todos os espaços educativos e formativos comunitários e particulares e em todas as entidades da sociedade. Destacamos aqui os projetos da AACCC como o Cineclube e o Ponto de Cultura como importantes espaços não formais de educação, que funcionaram da fortaleza de Santa Catarina.

Há um esforço que vem sendo empreendido de que a educação popular faça parte dos currículos dos cursos de Pedagogia, e de outros, como instrumento de pesquisa e de formação de professores e profissionais. Neste sentido, há importantes experiências de universidades como também uma mobilização de grupos como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, entre outros, que buscam a inclusão desta pauta nos diversos níveis de aprendizagem. Acredita-se que uma Política Nacional de Educação Popular possa fazer avançar esta proposta junto às universidades brasileiras e a outros segmentos.

Nessa perspectiva, a educação popular pode se dar com os diferentes sujeitos envolvidos pelos processos políticos/pedagógicos propostos em diferentes campos da política pública, sempre com o propósito de ousar, inovar, lançar e buscar romper com posturas verticais, motivar e tencionar para que as relações sejam dialógicas, pautadas pelo ouvir e escutar, por partir da realidade e da necessidade do povo.

Nessa direção, a proposta metodológica e política da educação popular precisa ser ousada no sentido de garantir espaços junto aos formuladores das políticas públicas para que estas possam estar próximas da vida e do cotidiano do povo brasileiro. A educação popular é uma ferramenta necessária para que seus princípios como o da amorosidade, solidariedade, participação, identidade, do respeito aos diferentes saberes sejam consolidados em espaços como de escolas públicas, dos hospitais, universidades, faculdades, organizações da sociedade civil, entre outros. Em Cabedelo, a AACCC, conforme esta pesquisa identifica, tem tido importante papel na consolidação de políticas públicas de cultura a exemplo da criação da Lei de Incentivo à Cultura e a Lei do Tombamento do Patrimônio Artístico-Cultural Material e Imaterial, que teve a formulação elaborada integralmente pelos seus membros.

Para muitos, o Marco Referencial proposto pelo Governo Federal (2014) passa o risco de fazer desaparecer o autêntico da educação popular e, também, de transformá-la numa receita que possa ser executada, mas sem conteúdo. Esse pode ser o mal da institucionalização. As formas e as metodologias podem ser aplicadas com várias intencionalidades políticas. O que se pretende garantir não é a forma, e isso é fundamental observar, mas garantir os espaços de emancipação, espaços que propiciem o fortalecimento das organizações populares, o aprofundamento da democratização do Estado. Claro que tem gerado muitas tensões, inclusive no próprio Estado e cooptações poderão ocorrer, mas esse risco existirá em todas as situações.

Mas, tudo isto faz parte desse processo. Essa mudança de foco impunha a existência da Educação Popular não só clandestinamente. A conjuntura atual pede o seu reconhecimento. Em outra conjuntura, o Estado a tolera. Em outra conjuntura, o Estado passa a incentivar. A crítica desloca-se à grande mídia, ao sistema financeiro, à competição globalizado. Tem espaço

para a educação popular sendo preciso identificar quem são os novos e velhos opressores. Esta iniciativa dá um fôlego para que este tipo de debate venha à tona, pois é um debate escamoteado por outras questões. Parece que as tensões centrais que provocam a segregação social, a opressão, não está colocada explicitamente em pauta. Espera-se que esta iniciativa remexa com essas questões.

4.2 Educação Popular e Identidade: a participação como um caminho navegável

Queremos participar: a participação é uma categoria fundamental para um processo de fortalecimento de identidade.

Talvez o ser humano não seja somente o ser social, como alguns sociólogos nos querem fazer crer, mas seja também estar ativamente trabalhando contra essas forças sociais que querem reduzir nossa vida social a um mínimo. Talvez não fôssemos humanos se esta tarefa pudesse ser feita de uma só vez. É, precisamente, a necessidade permanente de lutar que dá à vida humana um significado perene (JOHAN GALTUNG, 1971, p.79).

É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios de comunicação massiva, tivesse levado homens e mulheres primeiro a um individualismo massificador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva.

Vemos hoje, no Brasil e no mundo, um movimento popular que se recusa a aceitar qualquer forma de cerceamento da liberdade e do direito à participação. O Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Sem Moradia, o Movimento LGBT e, recentemente, os movimentos que foram às ruas pedindo o combate e o fim da corrupção (2015/2016).

Para um crescente número de pessoas não basta ter um sistema democrático, mas participar ativamente das decisões, das discussões em torno das necessidades das pessoas, participar do seu destino, do seu território, de defender o meio ambiente e seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Para essas pessoas democracia é um estado de espírito e um modo de

relacionamento entre as pessoas. É um estado de participação (BORDENAVE, 1994, p.8). Identificamos por meio da participação essa formação e essa aproximação identitária nas ações, projetos e intervenções públicas dos fundadores da AACC.

O uso cada vez mais frequente do termo participação nos revela o desejo de mais setores da sociedade a assumirem o seu próprio destino. Não se consegue ser, pensar e agir sendo monitorado, cerceado da sua capacidade de participar e avançar nas suas escolhas. Saber quem é, onde está, para onde vai e como vai, com quem vai fazer escolhas, ser senhor de sua vida, é o caminho para a promoção, por meio da participação, de sua identidade. E esse estágio de participação é a educação popular que promove por meio do diálogo.

O vertiginoso crescimento de organizações não governamentais a partir das décadas de sessenta, setenta e oitenta parece indicar essa forte tendência de participação, de intervenção na vida social do país. A AACC é exemplo dessa atitude, desse desejo em cuidar, em se reconhecer cabedelense e nordestino, em fortalecer sua identidade cultural por meio da participação, de lutar por seu patrimônio cultural material e imaterial, histórico e artístico.

Todavia, essa discussão em torno da participação, não parece acompanhar a produção de conhecimento sobre o que ela é, suas consequências, seus graus e níveis, de suas condições, ferramentas e de sua dinâmica. É preciso se ter atenção, pois existem formas autoritárias camufladas de participação. Sob esse olhar podemos dizer que a sociedade brasileira tem sido pouco participativa quando vemos os baixos resultados obtidos pelas organizações não governamentais que lutam, por exemplo, pela identidade cultural de uma cidade.

Nesse sentido existe, por parte da sociedade, uma necessidade não satisfeita de saber verdadeiramente como a participação tem sido importante na construção de uma sociedade identitária. A AACC tem efetivamente fortalecido, por meio da educação popular a identidade entre os seus membros fundadores? As conquistas, os fracassos, os avanços, os retrocessos, o abandono e a permanência dessas pessoas na organização, lutando há mais trinta e um anos pelo fortalecimento de suas identidades, é uma prova de nossa tese - Educação Popular fortalece a Identidade.

A participação é uma necessidade humana universal. As pessoas participam em sua família, no trabalho, no condomínio onde mora, no seu bairro, nas reuniões dos chamados orçamentos participativos, na luta política. Quando nos referimos a participar em nível de país, identificamos os foros nacionais e internacionais, onde as decisões irão afetar a vida e destino do mundo. Nenhum homem ou mulher é uma ilha, convivendo desde as suas origens em agrupamentos com os seus iguais, a participação tem acompanhado desde então a vida dessas pessoas em maior ou menor grau, com altos e baixos, dependendo das formas históricas de determinada época.

Na atualidade, percebe-se uma tendência a intensificação das ações participativas, pois existe um crescente descontentamento com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. As experiências participativas, e o exemplo das contribuições positivas das organizações não governamentais é um deles, aumentam esse desejo de participar, de intervir.

Importante observar e registrar que todos os setores progressistas da sociedade que desejam uma democracia mais participativa e os setores tradicionalmente não favoráveis aos avanços das forças populares, defendem os processos participativos. É bom ficarmos atentos a que participação estamos nos referindo e defendendo. Evidentemente que a participação oferece vantagens para ambos. Ela pode se implantar tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de alguns sobre muitos.

Do ponto de vista das organizações progressistas a “participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994, p.12).

Nessa perspectiva, por meio da participação, consegue-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias energias – imaginemos resolver os problemas relacionados a construção de uma escola ou a defesa de um patrimônio artístico-cultural. É por meio de processos de participação que resolvemos às vezes alguns conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para todas as partes envolvidas. Quando temos a

participação da maioria na fiscalização dos serviços públicos, eles tendem a melhorar na oferta de oportunidade e em sua qualidade. Ressalto, mais uma vez, é preciso, porém, estarmos vigilantes sobre as armadilhas da participação, pois algumas formas são de controle e de cooptação.

A AACC, como sociedade civil organizada, por meio de seus fundadores e demais membros, têm se engajado em diferentes ações de controle social nas áreas de educação, cultura, orçamento participativo, defesa da cidadania, elaboração do orçamento municipal, educação ambiental e defesa da orla marítima, preservação da tartaruga marinha, preservação da Fortaleza de Santa Catarina e demais patrimônios históricos e culturais da cidade.

Existe uma premente necessidade econômica e os processos participativos são reconhecidos pela sua necessidade até política, podemos assim dizer, na compreensão de que as estratégias centralizadoras têm fracassado na mobilização de recursos econômicos e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões em nível local. A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para realizar o enfrentamento dos complexos problemas dos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

Na cidade de Cabedelo, por forte participação da AACC várias outras organizações foram criadas a exemplo do Movimento de Música Popular – MUSIPOC, Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa – GTAAB, Grupo Tambores do Forte, Sociedade Cabedelense dos Poetas e Escritores – SOCEP, Associação para a Defesa da Cidadania – ACICA, Grupo de Teatro Amador do Renascer, Movimento de Cultura Popular do Renascer, Banda de Música 12 de Dezembro e o Grupo Elemento Cultural. Essa participação se dá nas lutas, nos permanentes diálogos, na troca de informações, na reivindicação de direitos, no apoio as iniciativas dos demais grupos e na oferta de cursos, oficinas e outras atividades de formação.

A participação disseminada em associações e entidades equilibraria a tendência para a ruptura contida na participação se canalizada através de partidos políticos. Além disto, na medida em que expressa interesses reais e mais próximos e visíveis por cada um, ajuda a conter a tendência inata para o

despotismo supostamente contido em toda democracia, já que ela sempre contempla os interesses da maioria e submete as minorias.

A enumeração das contribuições da participação poderia levar a um conceito puramente instrumental, com o perigo que se veja nela algo para ser dirigido, manipulado ou explorado quanto ao seu resultado utilitário. Sabemos que muitos assim agem. Bem sabemos que existe, também, nas participações pessoais numa atividade comunitária qualquer, uma grande satisfação que vai além dos resultados úteis de sua participação.

Ocorre que a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a saúde e o sono. A participação é o caminho natural para o homem e a mulher exprimirem sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens e mulheres, a autoexpressão, o prazer de criar e recriar coisas, e, a valorização de si mesmo pelos outros. Não quer dizer que não existam tensões. O desafio é a superação delas.

Como podemos ver a participação apresenta duas bases que se complementam: uma base afetiva—participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros—e uma base instrumental—participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. Em nossas conversas e participação nas ações com os fundadores e sujeitos destas pesquisa-ação, temos essa visão e compreensão a partir de suas ações, inserções e de suas falas em relação a esse processo de fortalecimento da identidade cultural por meio das ações participativa de educação popular praticadas e vivenciadas pelo coletivo AACC.

O equilíbrio dessas duas bases não é algo tão natural e as vezes elas se desequilibram, entram em conflito e uma delas tende a sobrepor-se à outra. Ou a participação torna-se consumatória e as pessoas se despreocupam de obter resultados práticos ou ela é usada como instrumento para atingir objetivos, como quando alguém se infiltra em campo do inimigo. Podemos afirmar que a participação é inerente a natureza social de homens e mulheres, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as

associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do ser social.

Por todas essas considerações podemos dizer que homens e mulheres só desenvolverão seu potencial pleno numa sociedade que não só permita, mas que facilite a participação de todos e todas. Poderemos ter um futuro melhor numa sociedade participativa. A compreensão do que seja participação passa pelo entendimento do que seja a não participação, a ação de ser colocado e se colocar na marginalidade no sentido de ficar fora de algum processo, de não poder intervir no que estiver acontecendo na vida pessoal ou coletiva. Marginalidade aqui não é a falta de participação nos setores sociais de consumo de bens materiais e culturais. É a marginalização do processo decisório.

É ficar a margem dos processos de decisão da vida e da cidadania. Nessa perspectiva a participação estaria na contramão do que temos afirmado e se tornaria meramente a inclusão das pessoas como consumidoras dos bens materiais e culturais inerentes ao desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido.

Nesse sentido, observamos que o desenvolvimento de uns é a causa do subdesenvolvimento de muitos. Nessa relação, para que alguns possam acumular vastos patrimônios, outros necessitam ser explorados e para que isso ocorra o poder deve ser concentrado em poucas mãos e a participação política da população deve ser cortada ou ser a mínima possível e, apenas no campo do cumprimento de ordens. Essa marginalização, causará perda de identidade das pessoas tornando-as submissas.

A participação aqui defendida, segundo Bordenave (1994) não consiste na recepção passiva dos benefícios proporcionados pelos governos ou grupos da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito por meio da tomada de decisões e das ações sociais em todos os níveis da vida pessoal e coletiva.

Não se restringe a participação ao consumo como desejo das pessoas, mas a necessidade de que ocorra um processo coletivo que vise à transformação, a contestação, a luta e a conquista de direitos próprios visando à incorporação a vida social conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.

Todo esse processo de construção e apropriação social visa a uma participação que busca, na verdade, uma autogestão, um caminhar em direção a uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes constituídos e, principalmente, as classes dominantes. Essa é a principal finalidade de se desenvolver a participação, buscar o aumento do grau de consciência política dos cidadãos e cidadãs e o reforço no controle popular.

Mas qual a origem da palavra participação. Se perguntarmos a qualquer pessoa ela certamente mencionará a expressão “fazer parte” em sua resposta. Com certeza vão mencionar que participar é fazer parte de alguma associação, de um grupo ou fazer parte de uma determinada ação. Tudo muito ligado a Ter parte; Fazer parte; Tomar parte em algo. Podemos afirmar que a palavra participação vem da palavra “parte”, portanto, participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas essas expressões não significam a mesma coisa, existem diferenças nesses significados.

Quando dizemos:

“Fazemos parte da população de Cabedelo, mas não tomamos parte nas decisões importantes da gestão da Prefeitura“;

“Josefa faz parte de nossa associação, mas não tem parte alguma nas decisões do grupo“;

“Janilson faz parte de nossa associação e toma parte em todas as reuniões e decisões“.

Podemos identificar nessas frases que é possível fazer parte sem tomar parte nas decisões. Quando afirmamos que Janilson faz parte e toma parte nas decisões da associação temos aí a diferença entre participação ativa e participação passiva. Janilson, com certeza, é um cidadão engajado, diferentemente de Josefa que se apresenta reativa em relação a sua participação no grupo, quer por vontade própria ou por autoritarismo do grupo.

Também acrescentar a essa questão que, mesmo dentro da participação ativa existem diferenças na qualidade da participação. Dentro da AACC vamos encontrar esses níveis de participação ativa. Por isso podemos afirmar que a prova maior não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte. Observamos membros que são mais proativos e que buscam se inserir em todas as discussões, tomando posição.

A participação dos homens e mulheres se inicia nos grupos primários, a exemplo da família, da vizinhança, e participa também de grupos secundários, como as associações profissionais, sindicatos e empresas. Pode também participar dos grupos terciários, como os partidos políticos e movimentos de classe. O cidadão além de participar em nível micro da família e nas associações, também participa em nível macro quando intervêm nas lutas sociais, econômicas, políticas e culturais de seu período histórico, de sua vida. Essa participação compreende a intervenção das pessoas nos processos dialéticos que constituem ou modificam a sociedade.

Para Bordenave (1994, p.38) essa participação ampla, portanto social, “é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”. Portanto, podemos dizer que uma sociedade participativa seria aquela em que todos os cidadãos e cidadãs têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível.

Alguns dirão que estamos a falar de uma utopia. Sim, mas as utopias existem para que um dia possamos alcançá-las. Essa é a nossa utopia, uma sociedade onde a participação na família, no trabalho, na escola, no grupo recreativo e cultural, na associação de bairro, se constituirá em aprendizagem e será o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas em situação de marginalização. O que está posto não nos interessa que continue. Nessa perspectiva, aos sistemas de ensino, formais e não-formais, caberia desenvolver ações e práticas constantes e refletidas da participação visando a formação de mentalidades participativas.

Para Bordenave (1994) se entendemos a participação social como gestão, produção e usufruto com acesso universal, põe-se a descoberto a falácia de se pretender uma participação política sem uma correspondente participação social que traga equidade. Podemos identificar que, na democracia liberal em que vivemos, os cidadãos e cidadãs escolhem os seus representantes, mas, por não possuírem os meios de produção capitalista nem administrarem os produtos materiais e culturais, sua participação não é real, é uma grande ficção.

Como podemos participar? Existem diferentes maneiras e a AACC construiu as suas.

No começo da humanidade homens e mulheres tiveram uma efetiva participação, quer no seio de sua família e de seu clã, quer associado as suas tarefas coletivas de caçar, pescar, plantar, ou em suas participações nos cultos, na recreação e na defesa de seu grupo e família contra os inimigos. Assim, a primeira participação é, então, a participação de fato.

Outra forma de participação é a espontânea, aquela que formamos com nossos vizinhos, amigos, tribos sociais, redes e fóruns na internet, enfim, grupos fluidos, sem organização estável e sem propósitos definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto, finalmente, para obter reconhecimento e prestígio. Nem toda a forma de participação é espontânea existindo as formas de participação impostas, nas quais o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar as atividades consideradas imprescindíveis àquele grupo. O voto obrigatório nas eleições é uma forma de impor “participação”.

Na participação voluntária, as pessoas criam, formam o seu próprio grupo de interesses, estabelecendo sua forma de organização, seus objetivos e métodos de trabalho. Lembra-me muito o processo de criação da AACC, que foi e continua sendo (2016), um processo de participação com diálogo e desejo de fortalecimento da identidade do povo cabedelense. Exemplos como o da AACC, sujeito deste estudo, que construiu sua ação na busca de sua identidade cultural, são alguns sindicatos livres, cooperativas, partidos políticos democráticos e populares e outras associações. Nem todos praticam uma participação ativa.

Necessário ressaltar, que nem sempre a participação voluntária surge como uma iniciativa dos próprios membros e um determinado grupo. Por “trás”, às vezes, vamos encontrar agentes externos que incentivam uma participação ajudando, na verdade, outras pessoas a realizarem os seus objetivos ou ainda, existem os que manipulam os membros do grupo a fim de atingirem seus próprios objetivos que, já estavam estabelecidos.

Existe aí uma clara manipulação, um dirigismo dos agentes externos, chegando a acontecer com certa frequência nas ações de desenvolvimento de

comunidades (se na AACC não houvesse o protagonismo de seus fundadores isso poderia ocorrer por parte da UFPB que iniciou a ação), os trabalhos das pastorais das igrejas e a extensão rural, para ficarmos apenas com esses.

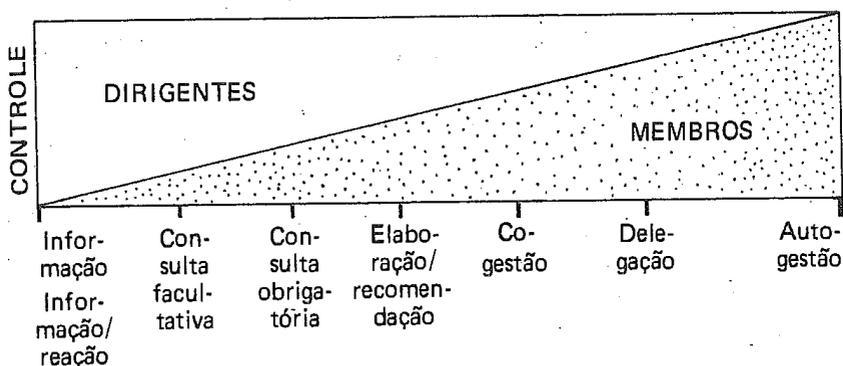
Existe ainda outra forma de participação, a participação concedida, onde a mesma faz parte da influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e por seus superiores. Quando algumas empresas incluem os seus trabalhadores na participação nos lucros, estamos situando essa forma. E o caso mais forte é o do “planejamento participativo” que está sendo implantado pelos organismos oficiais por todo o país.

Porém, na maioria das vezes (acompanhamos algumas dessas ações nos últimos anos) não passa de uma participação concedida, muitas vezes sendo parte de um projeto ideológico necessário ao exercício de dominação de uma classe sobre outra. Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como vizinhança, paróquia, associações profissionais, governos, de modo a criar uma ilusão de participação política, cultural e social.

Contudo, o planejamento participativo tem o seu lado positivo, pois a participação, mesmo concedida, encerra em si mesma um potencial de crescimento da consciência crítica (FREIRE, 1980), da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder. É fundamental que nesses momentos se aproveitem da participação concedida para o aumento do crescimento insurgente e não da dependência.

Em uma associação, como é o caso da Associação estudada ou outro tipo de grupo, são questões-chave na participação dos seus membros, termos conhecimento do nível de controle dos mesmos sobre as decisões e qual o grau de importância das decisões de que se pode participar. Na AACC todos os membros fundadores assim como os que ingressaram posteriormente, têm os mesmos direitos estatutários de participarem das diferentes decisões, qualquer que seja o grau de importância da decisão.

Segundo Bordenave (1994) o esquema abaixo, demonstra alguns dos graus que pode alcançar a participação em qualquer organização, no tocante ao menor ou maior grau de acesso ao controle das decisões de seus membros:



Fonte: (BORDENAVE, 1994, p.30)

A construção coletiva do planejamento, da agenda, dos projetos, atividades e pauta de reivindicações junto aos poderes constituídos e da sociedade em geral, pelos membros fundadores da AACC, foi desde a criação da associação em 1985, uma proposta formativa que, ao longo de seus trinta e um anos de existência e lutas não se modificaram, pois essa participação foi fortalecida por um profundo processo de educação popular. A AACC preconiza em seus estatutos a assembleia geral como instância de decisões e as reuniões setoriais como espaço de construção de participação e decisões de seus membros.

Por meio da educação popular e da participação houve um fortalecimento da identidade cultural dos fundadores da AACC. Podemos compreender, nessa perspectiva de intensa participação dos fundadores da associação, como a identidade de seus membros tem se fortalecido, a cada luta, a cada dificuldade, a cada conquista.

Fortalecendo a Identidade:

Identidade é a fonte de significado e experiência de um povo.

As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Essa representação tem forte atuação simbólica e influencia na classificação do mundo e nas relações que desenvolvemos no seu interior (HALL, 2001)

Construí identidade com a cultura local. Quando cheguei à escola fui fazer teatro com os alunos. Desde a minha infância que eu

gostava de arte. Identidade cultural é isso, dentro da cultura a gente se identifica, vai vivenciando.

(Evilásia de Sousa Lourenço—fundadora e ex-presidente da AACC, primeira mulher a se graduar em Educação Artística no município de Cabedelo)

A sociedade em rede, criada a partir da revolução da tecnologia da informação e da reestruturação do capitalismo, é caracterizada pelas atividades econômicas globalizadas, pela flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra. No campo cultural, construída a partir de um complexo e eficiente sistema de mídia interligado e altamente diversificado, a sociedade em rede pode ser entendida como uma cultura de virtualidade real, que a todos impressiona e “controla”.

Essa nova forma de organização social, difundida em todo o mundo, está abalando instituições e transformando culturas. Nesse momento de nossas vidas, vemos que o mundo vem sendo moldado pelas tendências conflitantes da globalização e da perda de identidade. Em contrapartida, juntamente com a revolução tecnológica, vivenciamos o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo, em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas vidas e ambientes. Essas manifestações, por serem diversificadas, seguem a cultura de cada país, bem como as fontes históricas da formação de cada identidade (CANANÉA, 2011, p. 213).

Ao incorporarem movimentos culturais e de defesa da vida, voltam-se para as relações humanas e incluem, também, movimentos em defesa de Deus, da etnia, da família, das categorias fundamentais da existência humana milenar, hoje ameaçadas pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnocômicas e movimentos sociais transformacionais. Entendemos que o processo de globalização tecnológica e econômica que vem moldando o mundo está sendo contestado a partir de uma multiplicidade de fatores, de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias, havendo, em última análise, grandes possibilidades de transformá-lo, entre outras maneiras, pela construção da identidade dos que vivem em sociedade.

A construção dessa identidade, entendida aqui, segundo Castells (2000, p.17), como “a fonte de significado e experiência de um povo”, vem a ser um processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o que prevalece sobre outras fontes de significado. Os indivíduos podem ter identidades múltiplas, devendo saber distinguir entre a identidade e os papéis.

Identidades constituem fontes de significado para os próprios indivíduos protagonistas dos atos, fontes estas originadas por eles e construídas por meio de um processo de individualização. Por conta desse processo são fontes mais importantes de significado do que de papéis. Identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Significado aqui é definido como a identificação simbólica, por parte de um ato social, da finalidade da ação por ele praticada.

Organiza-se em torno de uma identidade primária, que tem como missão estruturar as demais, de forma autossustentável, temporal e espacial. Do ponto de vista sociológico, a identidade é construída. A principal questão diz respeito, a saber, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se dos aparatos de poder, de história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas e da memória coletiva (CASTELLS, 2000, p.20).

Todas essas informações são processadas pelos indivíduos, pelos grupos sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social e em sua visão de tempo/espço. As relações de poder marcam profundamente os contextos onde ocorre a construção social da identidade. Me passa pela mente, nessa reflexão, citar a intransigente atuação dos membros do proclamado estado Islâmico, que matam e destroem patrimônios culturais da humanidade, em nome da identidade desse grupo, que não aceita nenhuma outra identidade, que não seja a do grupo. Nosso mundo, nossa vida, são assim determinados (CHARTIER, 1990):

Olhem para o céu, há um desejo premente pela manhã que nasce diante de vocês. A história, apesar de sua dor lancinante, jamais pode deixar de ser vivida; se enfrentada com coragem, dispensa ser revivida. Olhem para o dia que irrompe diante de vocês. Façam com que o sonho renasça.

Para Castells (2000), existem três formas e origens de construção de identidades: A identidade legitimadora que é introduzida pelas instâncias dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; criada por atores sociais que se encontram em condições de inferioridade a partir da lógica da dominação constrói trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instruções da sociedade, sendo a identidade de resistência. Temos ainda, a identidade de projeto que é aquela que se utiliza de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance e constrói uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscar a transformação da estrutura social.

Cada um desses tipos leva a um resultado distinto quanto à constituição da sociedade. No caso da identidade legitimadora, esta gera como consequência a sociedade civil com um conjunto de organizações e instituições. Para Gramsci, a sociedade civil é constituída por uma série de aparelhos como igrejas, partidos políticos, sindicatos, entidades.

Já a identidade de resistência leva à formação de comunidades. Dá origem a modalidades de resistência coletiva diante de uma opressão que não seria suportável em geral com base em identidades que foram definidas com clareza pela história, geografia, facilitando os limites da resistência.

A identidade de projetos fortalece os sujeitos, conforme entende Touraine (2006, p.25):

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências na vida individual. A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e as dos indivíduos contra o mercado.

Trata-se aqui de um projeto de vida diferente, tendo por base uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade, como prolongamento desse projeto de construção da identidade, devendo essa construção estar situada em um contexto. No caso atual, estamos sob as novas condições de uma sociedade em rede, nela inseridos.

Como consequência, as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas. Surge, então, a reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais e em busca de significado. Ortiz (1994, p.128), tentando apresentar o conceito de identidade nessa nova sociedade, afirma:

Numa perspectiva ideológica, é um conjunto relativamente estável de percepções sobre quem somos em relação a nós mesmos, aos outros e aos sistemas sociais; ela é organizada em torno de um outro conceito, as ideias e sentimentos que temos sobre nós mesmos.

A questão da nacionalidade e dos nacionalismos na análise de base identitária

A era da globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo, manifestado tanto pelo desafio que impõe aos Estados-Nação estabelecidos, como pela ampla (re)construção da identidade com base na nacionalidade, invariavelmente em oposição ao estrangeiro. Essa tendência tem surpreendido a todos, pois a globalização da economia e das instituições públicas anunciava a morte do nacionalismo. Essa questão tem sido muito debatida pelos membros fundadores da AACCC, que entendem a necessidade de se trabalhar a identidade de resistência em busca do fortalecimento do território e da cultura local. Em Cabedelo, a ação da Associação tem fortalecido as identidades cabedelenses com a criação de vários grupos artístico-culturais e de defesa de direitos espalhados em diferentes localidades do município.

Some-se a isso a cultura divulgada e difundida pela mídia eletrônica de forma universal, além dos ataques acadêmicos contra o conceito de nação, que considera as comunidades como uma versão menos agressiva da teoria antinacionalista. Esses movimentos nacionalistas racionalizam os interesses das elites e criam uma identidade nacional, que, se for bem sucedida, é acolhida pelo Estado – Nação. Posteriormente, é disseminada entre seus “sujeitos” por meio da propaganda política, de tal modo que, por sua “nação”, os “nacionais” estarão prontos para morrer. Neste milênio, o enfraquecimento dos Estados – Nação atuais está intimamente ligado à explosão dos movimentos nacionalistas.

O nacionalismo, bem como as nações, apresenta vida própria, independem da condição de Estado, muito embora estejam inseridos em ideários culturais, religiosos e projetos políticos. Castells (2000, p.46-47) apresenta quatro pontos ao discutir o nacionalismo contemporâneo:

- a) Primeiro o nacionalismo contemporâneo pode ou não estar voltado à construção de um Estado-Nação soberano e, portanto, as nações são, tanto do ponto de vista histórico quanto analítico, entidades independentes do Estado;
- b) Segundo, as nações, bem como os Estados-Nação, não estão historicamente limitados ao Estado-Nação moderno;
- c) Terceiro, o nacionalismo não é necessariamente um fenômeno das elites, não raro refletindo até mesmo uma reação contra as elites mundiais;
- d) Quarto, em virtude do fato de o nacionalismo contemporâneo ser mais reativo do que ativo, tende a ser mais cultural do que político e, portanto, mais dirigido à defesa de uma cultura já institucionalizada do que à construção ou defesa de um Estado.

Quando novas instituições políticas são criadas ou recriadas, constituem trincheiras defensivas de identidade e não plataformas de lançamento de soberania política. Outra modalidade é o nacionalismo cultural que vai a busca da regeneração da comunidade nacional por meio da criação, preservação ou fortalecimento da identidade cultural de um povo, quando se sente sua falta ou há uma ameaça velada a essa identidade.

O nacionalismo cultural preocupa-se com os elementos que distinguem a comunidade cultural e dá conteúdo a uma Nação. Na construção de uma identidade nacional, existem várias formas de se tratar a questão. Para Mattoso (1998, p.05), a mais operativa é “a que se baseia na ideia de que as condições necessárias à sua percepção são as mesmas do que as que presidem à percepção da identidade de um objeto seja ele individual ou coletivo”.

Para identificar-se qualquer objeto, é necessário que observemos alguns aspectos: atribuir-lhe um significado; distingui-lo de qualquer outro objeto; conferir-lhe um valor. A identidade nacional resulta, antes de qualquer coisa, da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma coletividade

humana. Essa coletividade tem uma referência histórica, que passou por várias fases até atingir a expressão que atualmente conhecemos. Identificamos ser este o caso da AACCC, quando trabalha na perspectiva de fortalecimento da identidade cultural dos cabedelenses.

Em alguns casos, a evolução da identidade nacional teve seu maior peso a partir de fenômenos culturais, não se excluindo desse contexto a influência dos fatos políticos e os fatores econômicos ou sociais. A diversidade nacional resulta da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas. Dependendo da época em que se situam e, do grupo humano envolvido, as manifestações de consciência da identidade nacional podem ser diferentes e até contraditórias. Por isso, não é lícito atribuir, ao mesmo tempo, a todos os habitantes de um país as operações de diferenciação, de significação e de valorização quando envolvem apenas um determinado grupo. Nessa jornada de atribuir-lhes processos de conscientização dos vínculos nacionais, é preciso que se trabalhe profundamente com os grupos humanos, sociais ou profissionais, pois, a título de exemplo, os funcionários do Estado não pensam da mesma maneira que os trabalhadores do campo.

Eles sentem, de maneira diferente, a questão nacional. A identidade nacional não é apenas um fenômeno subjetivo, na medida em que tem um suporte objetivo. A identidade nacional, de acordo com Mattoso (1998, p.8-9), é inconcebível nos seguintes casos:

- a) Sem alguma forma de expressão política, sem que em algum momento da história se manifeste através da apropriação de um poder dotado de certo grau de autonomia;
- b) Sem um polo espacial e um território determinado, mesmo que esse polo se transfira para outro ponto e que as fronteiras do território variem ao longo dos tempos;
- c) Sem que a autonomia política e o âmbito territorial permaneçam de forma contínua durante um período temporal considerável.

A solidez e o aprofundamento da identidade nacional dependem da duração da autonomia política e da continuidade do território. Também são

importantes a questão da língua e as fronteiras políticas, ocorrendo, em alguns casos, a coincidência da língua com o território nacional. Este é um fator de identidade, podendo ser também uma consequência do fator político. É comum, nesse processo de construção da identidade nacional, o poder político utilizar-se de práticas culturais. É evidente que nelas reconhece uma inegável capacidade de persuasão.

Qual seria, pois, a relação entre identidade cultural e nacionalismo? É evidente que não se pode conceber uma nação sem alguma forma de Estado ou, ao menos, sem que a sua autonomia se tenha concretizado em algum tempo e espaço sob a forma de um poder político minimamente independente.

A base da autonomia nacional é o poder constituído e um território determinado, enquanto que a cultura está vinculada à adoção das mesmas categorias de interpretação do mundo, do mesmo sistema de valores e das mesmas práticas culturais. Essas áreas – as culturais – se organizam segundo uma hierarquia e afinidades que pouco têm a ver com os espaços políticos (CANANÉA, 2011).

O nacionalismo, nas suas diversas manifestações, sempre procurou uma base natural para as formações nacionais, e essa base, quase sempre buscou na cultura esse esteio. Não podemos esquecer nessa época de mundialização, com seus avanços em velocidade e tempo virtual, seja na área científica, tecnológica, de informática ou comunicações, as questões ligadas à raça como um significativo debate político. Dentre essas questões, a etnia vem sendo especificada como fonte de significado e consequentemente de identidade a ser integrada não com outras etnias, mas de acordo com princípios mais abrangentes de auto definição cultural, como religião, nação ou gênero. Não nos deteremos nessa discussão, em razão do nosso objetivo, que não é o de estudar essas categorias.

A sociologia urbana – e aqui vamos voltar à questão das comunidades locais e introduzir outro aspecto formador de identidade, que é a territorialidade – apresenta um antigo debate que diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiramente em função da urbanização e, depois, por causa da suburbanização. Os indivíduos interagem socialmente em

seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, passando a formar, entre os mais próximos, suas redes sociais.

Identidades locais entram em relação com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão diversificado, com os indivíduos tendendo sempre a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de união e proximidade fraterna e, em muitas oportunidades, uma identidade comunal, cultural, como o caso da AACC.

Nessa perspectiva da identidade cultural alicerçada na comunidade, faz-se importante, por razões culturais, que haja uma ampla ação de mobilização social pela qual são revelados e defendidos interesses em comum. A vida passa a ser compartilhada e um novo significado pode ser produzido. É, também, um contraponto à sociedade em rede, descaracterizada em sua formação social e cultural. De acordo com Castells (2000, p.48), os movimentos urbanos estão voltados a três conjuntos de metas principais, sendo as necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo uma delas, seguida da afirmação da identidade cultural local e da conquista da autonomia política local e participação na qualidade de vida dos cidadãos/as.

Os movimentos urbanos estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo global. Esses movimentos e políticas proativas tiveram sucessivas derrotas. Na sua luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Tivemos, a partir daí, o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo dominado por processos cada vez mais globais.

Esse turbilhão global fez com que os indivíduos, indefesos, procurassem uns aos outros. Qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade. Sobre isso, Castells (2000, p.139) discorre com muita pertinência:

Os movimentos urbanos certamente abordam as verdadeiras questões de nosso tempo, embora não o façam na escola nem nos termos adequados a essa empresa. Entretanto, não há outra saída, pois tais movimentos representam a última reação à dominação e à exploração renovada, nas quais nosso mundo se

encontra submerso. São mais que um último baluarte simbólico e um grito desesperado: são sintomas de nossas próprias contradições, sendo, portanto, potencialmente capazes de superá-las... Eles produzem novos significados históricos—a ponto de fingir que constroem sob a proteção das “muralhas” da comunidade local, uma nova sociedade que eles próprios reconhecem ser inatingível. E conseguem fazê-lo alimentando os embriões dos futuros movimentos sociais no universo das utopias locais que constroem para que nunca se rendam à barbárie.

Para os sujeitos sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunidades culturais de cunho nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade. É a identidade da resistência mais uma vez aqui identificada na AACC pelo fortalecimento das ações culturais de memória e preservação (CANANÉA, 2011, p.230).

A identidade legitimadora parece ter entrado em uma crise estrutural, dada a própria desintegração da sociedade civil, herdada da era industrial e do desaparecimento gradativo do Estado-Nação, a principal fonte de legitimação. As comunidades ou comunas culturais, articuladoras a partir da nova resistência, surgem como fontes de identidade ao se dissociarem das sociedades civis e instituições do Estado de onde se originaram.

É possível que, a partir dessa resistência, surjam novos sujeitos, agentes coletivos de transformação social, construindo novos significados em torno da identidade de projeto. Pode ser esta a principal fonte de mudança social no contexto da sociedade em rede, frente à crise estrutural da sociedade civil. Ao considerarmos a nação como uma categoria essencial, ao lhe atribuímos um caráter necessário e eterno, tendemos a procurar suas raízes na própria natureza, ou seja, em fatores como a diversidade geográfica, a raça ou a língua, entendendo-as como fenômenos naturais e não damos maior atenção à luta pela categorização da identidade nacional. É importante, no nosso ponto de vista, a identidade vinculada a um determinado país e a partir dele exprimir-se por meio de uma ideia que se poderia traduzir na frase: nós somos brasileiros; os outros são estrangeiros.

Em outras palavras: Eu pertenço a uma categoria de indivíduos que se caracterizam especificamente pela comum condição de brasileiros e se distingue de todos os outros homens e mulheres por estes não o serem. Isso, contudo, não quer dizer que tudo o que é nacional é bom. Ter essa identidade vinculada a uma determinada categoria nacional implica que se conheçam os caracteres dessa mesma categoria e a sua relação com o território, com a sua identidade territorial. A generalização da identidade nacional pela totalidade da população se deu a partir da difusão da escrita e da imprensa, da implantação de um serviço eleitoral, da generalização de práticas administrativas uniformes e da participação ativa da população na vida pública.

Construindo-se essa identidade, constroem-se os significados, as noções de naturalidade, fronteira, pátria, que irão exercer grande influência sobre a consolidação da consciência da identidade nacional. O “valor” atribuído à identidade nacional será considerado importante na medida em que lhe seja atribuído positivamente. A sua defesa resultará em benefícios aos indivíduos que dela participam, na medida em que se consideram os interesses da coletividade superiores aos dos seus membros, podendo tornar-se um valor supremo. A ideia de pátria está intimamente ligada a essas noções que a tornaram valor fundamental. As ideologias nacionalistas a consideram eterna.

O significado primitivo da palavra é diferente e, embora implicasse desde muito cedo em sentimento emocional e fortemente valorativo, estava bem longe de designar a ideia de conjunto. Nos séculos XI e XII, já se registrava a locução *pro pátriamori* (morrer pela pátria) como uma venerada expressão, mas o sentido de pátria é aí diferente daquele que a palavra veio adquirir muito mais tarde. Significa a terra dos antepassados ou aquela onde se nasceu.

Como diz Bernard Guenné (2011), para um monge, a pátria era o seu mosteiro; para um camponês a sua aldeia; para um burguês, a sua cidade. Na segunda metade do século XIII, juristas franceses recuperam a expressão romana *communis patria*, para designar pátria comum, mesmo para os que aí não nasceram. Este sentido difunde-se entre os juristas e é usado pelos intelectuais com nítido teor ideológico.

A atribuição de um valor à identidade nacional resulta de um processo lento. Com a multiplicação das escolas e a difusão da imprensa, isso entre 1870 e 1890, o número de pessoas capazes de construir a consciência da identidade nacional e de assumi-la como um valor, tornou-se muito maior. A ideia de identidade nacional se sobrepõe ao valor da pátria, passando a estar presente na consciência de todos.

A questão da identidade foi invocada por todos os regimes políticos a partir de então, só encontrando resistência entre os anarquistas. Numa análise do processo, por meio do qual se verifica historicamente a identidade nacional, é possível demonstrar que ela é inseparável de sua própria percepção coletiva. Sendo determinante na formação da identidade nacional, o fator político é, sem dúvida, um processo de apropriação do poder por um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens. Mattoso (1998) define identidade cultural como um fenômeno da consciência coletiva, que se baseia numa percepção das diferenças comuns verificadas em relação à população de outros países ao nível das manifestações culturais e estruturas sociais (p.46-47).

Eu gosto muito de trabalhar mostrando. Eu acho que é porque eu fui professora de crianças. Eu tenho a minha identidade e não abro mão dela. Eu começo com o corpo, mas eu tenho uma identidade na cabeça. Você sabe o que você quer. A identidade é como se fosse à roupa que a gente veste. O meu alimento cultural eu preciso escolher, então aquele festejo que tem a ver comigo é o meu alimento, então eu mergulho culturalmente. Nem todo produto me alimenta, eu estou me alimentando culturalmente daquele produto, eu posso até ver. Mas tem produtos que não me alimentam, o produto quando não alimenta é porque não tem raiz, não tem identidade. O peixe é um alimento forte, mas tem gente que não come, para mim o peixe me alimenta, o coco de roda me alimenta. Tem coisas que não tem identidade cultural comigo, tem que ter também um tempero. Mamãe me levava para a Nau Catarineta, a primeira, eu era criança, eu achava aquilo um tédio, parecia uma dor de dente, e era devagar, e eu a perguntar, já está perto mamãe? Eu sentada no meio fio morta de sono. Quando eu vim ver de novo a Nau Catarineta, quando Tadeu (outro fundador da AACCC) deu uma roupagem, deu um tempero diferente, vejo quantas vezes for, porque eu me apaixonei por aquele tempero da Nau Catarineta, a

arte precisa ter um tempero, é a identidade.

(Maria Madalena Ferreira Accioly - fundadora da AACC)

Eu vejo a AACC como uma pioneira, como uma instituição que tem todos esses trabalhos de revitalização da Fortaleza de Santa Catarina, da cultura local, da defesa do seu patrimônio histórico e artístico. Foi um espaço que estamos conseguindo manter até hoje, com muitas dificuldades. Foi a AACC que começou tudo isso aí dentro do próprio forte. Eu vejo tudo isso como fruto do Projeto Cabedelo que foi aquele intercâmbio entre a UFPB e a Prefeitura de Cabedelo através da Secretaria de Educação. O fruto daquele Projeto Cabedelo foi quando estava prestes a terminar, houve a estruturação, a constituição organizada que no caso foi a AACC. Mesmo que estejamos hoje na AACC em período de calmaria, mas quando chega algo assim para mexer com ela ou para prejudicá-la, então o nosso fogo se acende e a gente se une, existem esses laços que não foram desfeitos até hoje. Por mais que estejamos a uns períodos afastados, mas quando qualquer coisa aparece, porque se aparecer qualquer problema que afete a instituição ou outras instituições que a ela estão interligadas, pois somos AACC e também somos outras instituições, então qualquer fato que venha a acontecer com aquelas instituições à gente se torna, como você já colocou, feras. Damo-nos as mãos e partimos para briga. É isso que eu digo, as instituições são sagradas, são importantes que as preservemos, cuidemos delas e a AACC tem algo muito importante, uma virtude muito importante. Poderíamos chamar de virtude porque são as ações humanas que fazem a instituição brilhar ou não, ela tem uma virtude muito importante que tem sido prejuízo em outras instituições que são as instituições que nascem e morrem antes de períodos políticos, antes de eleições e morrem após as eleições. Criam instituições que deveriam ser sagradas, não ser para benefícios pessoais, para a política em si, nos períodos eleitorais. Com a AACC não acontece isso, as pessoas que estão ali são pessoas que estão motivadas por uma ideologia, estão irmanados. A instituição não tem sido pacote de interesses eleitorais de ninguém, as pessoas ali são livres para votarem, para apoiarem quem quiserem ou não apoiar ninguém. Isso tem feito que ela, apesar das falhas humanas que acontecem, ser forte nesse sentido. Tem identidade. Eu participei há muitos anos atrás, na década de 80/90 de um seminário na UFPB, que foi Os Novos Rumos das Ações Comunitárias em que a universidade estava preocupada exatamente com isso. A importância das associações comunitárias e o prejuízo que tinha que era elas serem utilizadas com fins eleitorais. Nasciam e morriam pós-

eleições. Elas são sagradas, instituições necessárias para alcançarem seus objetivos. Trabalhamos pelo fortalecimento e promoção da identidade cultural de Cabedelo.

(Roseleide Santana de Farias-fundadora da AACC)

No caso brasileiro, podemos perguntar: Afinal nós, brasileiros, quem somos? Existem vários questionamentos acerca de nossas origens. Será que somos herdeiros das nações indígenas, em nossa configuração cultural, ou somos mais uma reedição diferenciada das bases culturais lusas? Se levarmos em conta as heranças culturais, iremos nos perguntar: Não seremos mais diretamente beneficiários dos povos africanos? Com a forte imigração ocorrida nos anos 30 e 40, hoje, já existem gerações de turcos, judeus, japoneses, poloneses, alemães, italianos e outros, que passaram a compor nosso cenário etnocultural. Essa miscigenação nos lança novos questionamentos sobre nossa identidade cultural.

A respeito dessa questão, Morais (1989, p.29) esclarece:

Sentimo-nos herdeiros do colonizador luso, mas, se nos dedicamos a pensar nas produções ideológicas às quais chegamos tudo se faz confuso porque somos também marcados pelas invasões imperialistas que as hegemonias mais recentes têm promovido.

Tudo isso afetou a nossa realidade cultural mediante imposições político-econômicas. E aí voltamos à pergunta: Quem somos afinal? Temos uma religiosidade peculiar, mas não religiões propriamente autóctones. Temos uma rica produção artística, mas excepcionalmente autêntica, se levarmos em conta a preocupação com a nossa realidade. Qual a identidade da AACC?

Nossa cultura tem recebido várias críticas; uma delas é a acusação de ser estética no sentido de que apresenta uma manifestação muito mais retórica e ornamental, muito mais mimética do que expressiva de uma força nacional emergida de nossas singularidades. Dentro dessa crise de identidade, “nossa cultura sai no enalço de si mesma, em busca dos traços fundamentais de autenticidade comprometidos por toneladas de um espúrio que nos foi historicamente impingido” (MORAIS, 1989, p.37).

O povo brasileiro tem uma excessiva facilidade para a imitação. Essa é uma forte acusação que parte dos historiadores contemporâneos, levando-nos,

dizem, para a assimilação dos modismos sociais e intelectuais que nos chegam de fora. Por isso é que, se olharmos em volta, veremos traços de instabilidade cultural. Absorvemos uma série de modismos externos, dando a impressão de que vivemos uma realidade que não é a nossa, levando-nos muitas vezes a viver o que não é nosso, a tomar atitudes que negam raízes culturais. E assim surge um questionamento inevitável: Não seria melhor se fôssemos mais centrados em nós mesmos? Para Morais (Idem, p.41), “estamos em busca da visão mais nítida do rosto que temos, enquanto nação que se cumpre na história”. Alceu Amoroso Lima, apud Morais (1989), afirma que Portugal manteve o Brasil em rigoroso isolamento. O país estava separado das nações hispano-americanas da América do Norte.

Fomos o povo que mais tardiamente teve instituições universitárias. Já imaginamos o preço desse atraso. Também tardiamente tivemos imprensa e tipografia. Exemplo disso está no fato de que a instalação de universidades no Brasil data dos anos 20 do século XX. Após sermos mantidos por séculos na subserviência do isolamento colonial, vimos nossa história precipitar-se de forma desencontrada. Tentando esclarecer a questão, conclui Alceu Amoroso Lima (Ididem, p.47):

É que tivemos Estado antes de ter províncias. Tivemos Coroa antes de ter povo. Tivemos Constituição antes de ter eleitores. Literatura antes de ter cultura. E finalmente, tivemos cultura antes de ter universidades.

Com a independência política brasileira, em 1822, o país foi rompendo com o seu isolamento. As primeiras medidas de abertura cultural foram implementadas pelo Regente D. João VI, assim que a família real chegou à colônia. Considerando-se todos esses tolhimentos do passado, no esforço de desenvolver e cultivar valores próprios, não seria estranho espantar-se em relação a certo vazio cultural vigente entre nós. É preciso, a bem da verdade, abrir o país aos valores externos; só que é sadio fazê-lo levando-se a preocupação de controlar a intensidade que atinge tais valores (externos). Por isso é preciso que procuremos compreender a mentalidade brasileira à luz do que vem ocorrendo na tumultuada história deste país.

Com a implantação das universidades, no início do século XX, o exercício crítico foi desenvolvido e, bem ou mal, nossas instituições de ensino superior criaram o contingente intelectual que mais questiona a nossa cultura. Fato curioso é que a imprensa escrita precedeu, em muito, as universidades entre nós e a radiodifusão é, praticamente, da mesma época. A primeira intervenção radiofônica no Brasil ocorreu por ocasião do centenário da independência, em sete de setembro de mil novecentos e vinte e dois.

Em sua infância crítica, o Brasil foi surpreendido por esses elementos de invasão propagandística e manipulação de opiniões. Saímos do isolamento para o atordoamento de forma atropelada, não restando muito espaço para um trabalho de conscientização sobre nossos valores culturais. Esse trabalho deveria ter sido feito junto às classes populares, apesar de que os trabalhadores dos anos vinte manifestaram seu potencial crítico sem necessidade de cursos superiores.

Não podemos generalizar, pois ocorreu, em alguns centros urbanos mais politizados, uma participação histórica especial. Entretanto, a grande maioria da classe trabalhadora brasileira permanecia desarticulada e não integrada, e um dos valores responsáveis por isso, seguramente, era a ineficiência dos meios de transporte e de comunicação.

Sem tirar esses méritos dos trabalhadores, verifica-se historicamente que o pensamento político das bases foi estimulado por certos intelectuais militantes de origem burguesa que se dedicaram de corpo e alma à causa das massas oprimidas. Podemos citar José Oiticica, Luís Carlos Prestes, Astrogildo Pereira, dentre outros. No campo da literatura, destacaram-se Jorge Amado e Graciliano Ramos, para ficarmos apenas com esses dois exemplos. Nesse momento de produção e reflexão, surgiu, para sufocar esse processo de criação, o populismo, resposta política que veio anestesiar o potencial crítico do operariado, utilizando-se do assistencialismo. Na República, o Brasil viveu tardiamente a preocupação por um desenvolvimento sistemático do exercício crítico. A compreensão desses aspectos do tecido histórico deve ter como finalidade estabelecer um novo ponto de partida para superarmos.

Nesse sentido, Morais (1989, p. 105) arremata:

Fica a missão de identificarmos e mantermos nossas conquistas de abertura e flexibilização cultural bem como a de identificarmos as distorções culturais que nos tiram a autenticidade cultural, para ultrapassarmos.

Sem extremismos, devemos lutar pela autoafirmação, em busca de identidade cultural, entendida aqui como a faculdade de uma cultura reger-se por normas próprias. Tais normas são aquelas emergidas das raízes nativas de uma cultura, bem como aquelas outras que resultaram de influências recebidas não passivamente. São normas que foram adaptadas à vida e às expressões de um povo, sendo por ele apropriadas.

Os modos de vida e expressão dos povos, ainda que sujeitos às invasões culturais mantêm essas situações de intromissão metabolizadas. Ao mesmo tempo em que a autonomia cultural desenha uma identidade, ela passa a ser, também, integradora do modo de vida de um povo a seu mundo. A autonomia das culturas resulta da capacidade que estas têm de dialogar criticamente entre si, não rejeitando aproximação com outras culturas, porque têm potencial crítico e segurança quanto à seleção do aceitável e do inaceitável.

Nesse contexto, segundo Theodorson (1970, p.15), vamos considerar nação como: “um agrupamento político autônomo, delimitado territorialmente, cujos membros compartilham uma lealdade a instituições comuns”. É evidente que esse agrupamento confere um sentido de unidade, de união à comunidade. Derivando dele (Ibidem, p.16), temos o conceito de nacionalidade, como sendo “a participação e identificação com uma nação particular”. Esse conceito enfatiza o caráter essencialmente político e nos mostra que a ideia de nacionalidade remete-nos à noção de participação. Nascer em um determinado território, cercado de projetos comuns, vivendo ansiedades e peculiaridades socioculturais, leva à criação de condições de se atingir um tecido organizado socialmente e uma consciência de singularidade nacional. Um homem é cidadão onde o reconhecem como tal.

A valorização cultural de um povo consiste, pois, em se compreender o valor de cada povo e de todos os povos. Mas isso significa confundir-se com eles, da mesma forma que a disposição para aceitar e apreciar os outros não implica, em hipótese alguma, a anulação do nosso eu. Quando quisermos

iniciar um caminho, para a configuração de uma expressão cultural brasileira, teremos que evitar o isolamento despeitado que chega a considerar o conhecimento das finas artes europeias como submissão e passividade. Acreditamos ser importante aceitar o enriquecimento cultural a partir das peculiaridades e contribuições que de toda parte nos cheguem. Somos um país com uma rica diversidade cultural.

Tendo o mundo como o nosso lugar maior e o local onde nascemos e crescemos como nosso lugar específico, entendemos que, um só tem sentido se for em relação ao outro. Contudo, na cultura brasileira, temos vivido os extremos: ou demonstramos descaso por tudo que é nacional, numa rendição às culturas invasoras, ou vivemos um integralismo cultural que pretende transformar defeitos nossos em virtudes, pregando um isolamento nacional.

Vemos, por essas considerações e reflexões, que precisamos usar o discernimento, como chave de segurança para podermos expressar um posicionamento em termos culturais: Só assim poderemos identificar o que, vindo de fora, pode ser bom e deve ser incorporado à nossa vida como contribuição devidamente adaptada. Devemos também ter firmeza para exercer critérios que destinem ao monturo muitas das novidades que nos são enviadas de fora com o rótulo enganoso de progressos culturais.

É preciso se ter visão de mundo como a forma pela qual o mundo é percebido e transformado em representações que passam a reger a dinâmica emocional e a estrutura cognitiva de um povo. Assim compreendida, vemos que a identidade cultural é um sistema de representação das relações entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio e seu espaço temporal.

Dentro da análise dessa identidade, existem alguns elementos que a constituem (a tradição oral, a religião) e comportamentos coletivos formalizados, além de outros elementos como os ritos profanos (carnaval, manifestações folclóricas), comportamento ritualizados (ir à praia, frequentar espetáculos) e as diversas manifestações artísticas, num processo de construção continuada onde todo indivíduo compõe-se de uma série de camadas de significação, equivalentes às suas personalidades, que podem ser vividas sequencialmente, ou no limite, concorrentemente, ao mesmo tempo.

De verdade, eu tenho participado com porrada mesmo. Eu não deixo hora nenhuma de defender, de fazer, o meu corpo da AACCC. É a minha identidade, a minha cultura. Não deixo de defender, como também não admito de jeito nenhum que alguém fale do meu corpo, a AACCC. Tem partes do meu corpo que as pessoas falam muito que é a caixa pensante, uma é Tadeu (outro membro fundador), e eu não admito que se fale de Tadeu. Eu não tenho condições de me equiparar a Tadeu, com tudo o que eu já fiz eu não tenho, porque ele compôs em Cabedelo uma coisa que poucas pessoas fizeram. O prato que Tadeu serve para a gente é um prato de amor, de cultura, que nem é dele porque ele veio de outra cidade, é dele porque ele se fez fazer. Eu sou de João Pessoa, mas me criei em Cabedelo, eu tenho uma raiz forte que é de Tia Beta, contadora de romance na cidade. Não tive coragem de fazer o que Tadeu fez. Se você for contar o que Tadeu fez até agora. Osvaldo (membro) naquela luta são dois guerreiros, ninguém de Cabedelo é igual a Osvaldo e a Tadeu. (Maria Madalena Ferreira Accioly - fundadora da AACCC)

Estas são algumas questões acerca da identidade como contraponto à avassaladora supremacia do processo de globalização. Aqui voltamos à questão já discutida acerca de riqueza, informação e poder; o Estado - Nação moderna vem perdendo boa parte de sua soberania e conseqüentemente de sua identidade, enquanto povo e nação. O acelerado processo de privatização de empresas públicas e a queda do Estado do Bem-Estar Social, embora tenham aliviado as sociedades de parte de seu fardo burocrático, fazem piorar as condições de vida e do meio ambiente da maioria do povo. Esse novo quadro rompe o contrato social histórico entre capital, trabalho e Estado, e usurpa grande parte da rede de seguridade social, uma das vigas-mestras da ação social governamental voltada para as pessoas comuns.

As ideologias políticas emanadas das instituições dos mais diversos setores, desde o liberalismo democrático baseado no Estado-Nação, ao socialismo fundado no trabalho, encontram-se destituídas de significado real dentro do novo contexto social. Essas instituições da sociedade civil, constituídas em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho, transformaram-se, em geral, em estruturas obsoletas, cada vez menos aptas a manter um vínculo com as vidas e valores das pessoas na maioria das sociedades.

A dissolução da sociedade, como sistema social relevante, reflete a atual situação de nosso tempo em que, também, foi dissolvida a identidade compartilhada com essa mesma sociedade. Verifica-se, segundo Castells (2000, p.418), “o surgimento de um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, aparentemente governado por modelos de expectativas racionais”.

Nesse mundo novo, identidades não são necessárias: instintos básicos, lutas pelo poder, cálculos estratégicos centrados em si próprios e, em nível macrossocial são “características indicativas de uma dinâmica bárbara de um elemento dionisíaco que ameaça invadir todas as fronteiras e tornar problemáticas as normas internacionais político-jurídicas e civilizacional” (Ibidem, p.419). O que vemos neste momento é o surgimento de poderosas identidades de resistência, que se vinculam a suas comunas e recusam-se a ser apanhadas de roldão pelos fluxos globais e pelo individualismo radical. Tais identidades, em torno de valores tradicionais, como Deus, nação e família, constroem seus espaços guardando os limites de suas fronteiras, utilizando-se de defesas territoriais e questões étnicas.

Mas as “identidades de resistência” não estão restritas a esses valores, podendo ser construídas por movimentos sociais ativistas, ou ao redor deles, que optam por serem autônomas em seu próprio campo, por reconhecerem que não conseguem enfrentar as instituições opressoras às quais se opõem. As “identidades de resistência” têm igual presença na sociedade em rede, em relação aos projetos individualistas que resultaram da dissolução de identidades que anteriormente legitimavam e que constituíam a sociedade civil da era industrial. Essas identidades não se comunicam com o Estado, salvo para empreender suas lutas e negociar em nome de seus interesses e valores específicos.

Em sendo assim, as elites globais dominantes que habitam o espaço de fluxos sociais tendem a ser formadas por indivíduos sem identidades específicas. As pessoas tendem a se sentir atraídas pela identidade comunal, por exercerem resistência à privação de seus interesses econômicos, culturais e políticos.

A principal questão, a lógica dominante da sociedade em rede, lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunais e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural. Nessas condições históricas, o poder não mais se concentra no Estado, nas organizações (empresas capitalistas) ou nos mecanismos simbólicos de controle (mídia impressa e televisiva, igrejas, partidos).

O poder está diluído nas redes globais de riqueza, informação, imagens, que circulam e passam por transformações. Entretanto, esse poder ainda governa a sociedade, molda-nos e exerce domínio sobre nós. Por isso, o poder na Era da Informação é, a um só tempo, inidentificável e difuso. Não podemos tê-lo porque o poder existe em função de uma batalha ininterrupta pelos códigos culturais da sociedade.

Continuamos dando importância às identidades. Além de poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação, constroem interesses, valores e projetos, com base na experiência, e recusam-se a ser dissolvidas estabelecendo uma relação específica entre natureza, história, geografia e cultura. As identidades têm seu poder fixado em algumas áreas da estrutura social, organizando sua resistência ou seus ataques na luta pelos códigos culturais que irão construir o comportamento e, em consequência, novas instituições. Observamos que os movimentos sociais da Era da Informação representam seus sujeitos, surgindo a partir da resistência comunal (comunidade) à globalização e à reestruturação do capitalismo, e ainda à formação de redes organizacionais.

Identidade e diferenças

As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Essa representação tem forte atuação simbólica e influencia na classificação do mundo e nas relações que desenvolvemos no seu interior (HALL, 2001).

Como as identidades são construídas? Cada identidade tem a sua forma de construção, pois o que é visto como sendo a mesma coisa e o que é visto

como sendo diferente nas identidades não é a mesma coisa. Quem são os incluídos e quem são os excluídos? A identidade nacional está disponível para quem? Um sujeito partilha, tem em comum unidade política e econômica, partilham diversos aspectos da cultura em suas vidas cotidianas, pois vivem no mesmo local.

A identidade é relacional, e para existir precisa de algo fora dela, ou seja, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, sendo, assim, marcada pela diferença. É preciso dizer que as diferenças são sustentadas pela “exclusão”. Nesse aspecto a identidade é marcada por meio de símbolos existindo uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que a pessoa usa. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a construção da identidade, além de simbólica, é também social.

Essas nuances possibilitam que a luta para afirmar as identidades tem causas e efeitos materiais. A identidade é marcada pelas diferenças, mas algumas delas podem ser consideradas mais importantes do que outras, principalmente se ocorrem em momentos particulares e em lugares particulares. Para se estabelecerem as suas reivindicações apelam a antecedentes históricos de forma a legitimar suas questões e lutas.

Os furacões que já passaram pela área cultural de Cabedelo não foram poucos. Nesses últimos trinta e um anos em que estivemos participando, creio que a manutenção e funcionamento permanente da Fortaleza de Santa Catarina seja a maior luta e ao mesmo tempo, uma grande conquista no fortalecimento da identidade cultural local.

É a luta de todos os dias. O Forte só está de pé por causa de um grupo que vive lutando ali, porque senão ia encontrar como o Almagre (ruínas franciscanas na praia de Ponta de Campina). Ninguém quer tomar o Almagre. É Iphan, Prefeitura, tudo tem olho no Forte porque ele está bem, porque ele está de pé por causa desse grupo. Se a AACCC tivesse tomado conta com a FFSC do Almagre, ele estaria em pé. Uma coisa que me dá muito desgosto é ouvir algumas pessoas dizendo “o grupo pensa que o Forte é deles”. Nós gostaríamos muito que viessem outras pessoas com identidade cultural para lá para que pudessem nos ajudar porque não é fácil pagar luz, água. O Iphan só fala, desde o tempo que eu entrei ali que o Iphan fala, mas até o vigilante que tinha do Iphan eles retiraram. Isso não é

participação cultural. Esses órgãos não têm nada a ver com cultura. Eles são técnicos e não têm a mínima sensibilidade. Querem invadir. É uma coisa muita parecida dos holandeses e portugueses, uma invasão. A gente vive sempre com escudos, com os canhões ligados, porque o fato que mais acontece ali é a vontade de invadirem. Infelizmente, é uma coisa que a gente vive no dia a dia, todos os dias tem uma novidade.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC)

A história demonstra, e em Cabedelo não seria diferente, que não é a sociedade como um todo que se engaja em defesa e resistência cultural. A luta social é sempre a partir de poucos. Tudo isso que a gente está falando é educação popular, luta social. Você reúne, vai lá vem cá, conversa, discute, participa. Isso é um processo de educação popular. Acredito que esse processo que tem acontecido, tem fortalecido os membros fundadores da AACC, mas dos outros membros também, pois essas ações fortalecem a identidade.

Eu acho que só fortalece, porque quando se dá as mãos por uma causa, a força é maior. Eu repito. Eu tiro muito por Tadeu (outro membro fundador), vejo que ele tem crescido muito em relação a lutar pela cidadania, pela cultura. Eu vejo que vem muito dessa participação na AACC, na FFSC. Fortalece muito, faz crescer mais. Faz ter a identidade mais viva.

(Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACC)

Um simples argumento sobre o passado reafirmando uma verdade histórica pode dizer muito sobre a posição assumida pelo sujeito da ação. Diante de tudo isso que já foi dito podemos indagar: por que as pessoas investem em definições de identidade? Essas questões levam a demonstrar tensão entre as perspectivas essencialistas e as não essencialistas sobre identidade.

Uma definição essencialista da identidade sugere que existe um conjunto autêntico de características que todos os sujeitos envolvidos no processo partilham e que não se alteram ao longo do tempo. Já uma definição não essencialista daria ênfase as diferenças assim como as características comuns e, também, prestará atenção àquilo que tem mudado ao longo dos anos e séculos em relação às definições já existentes e consolidadas.

Ao afirmar a primazia de uma identidade sobre outra, se faz necessário não apenas colocá-la em oposição a outra identidade e, então, desvalorizá-la. Mas será que a identidade é fixa? Será que existe uma verdadeira identidade? Se existe, para isso é necessário invocar alguma característica inerente a um sujeito, a uma fonte autêntica histórica ou se apelar a alguma qualidade essencial? É preciso de um aparato teórico que nos possa dar uma compreensão mais ampla dos processos que estão envolvidos na construção da identidade.

Principais aspectos da identidade e da diferença destacados por Kathryn Woodward (2012, p.13-15) afirmam que para compreender como a identidade funciona precisamos conceituá-la e dividi-la em suas diferentes dimensões. Com frequência a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável levando algumas vezes essas reivindicações a estarem baseadas na natureza e em algumas versões da identidade étnica, na raça e nas relações de parentesco ou baseadas em alguma versão da história e do passado que se deseja como verdade imutável. Para o autor a identidade é relacional e a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades está vinculada também as condições sociais e materiais.

Ainda de acordo com Woodward (2012, *idem*), as identidades não são unificadas. Pode haver diferenças no seu interior que têm que ser negociadas tanto no nível individual quanto no coletivo. O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção de identidades e é a marcação simbólica. Também é necessário explicar por que as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas; são dimensões do tipo psíquico, social e simbólica que explicam como as identidades são formadas e mantidas.

O conceito de identidade é importante? Segundo Kathryn Woodward (2012) é muito importante para a sustentação de qualquer projeto político da sociedade. Os movimentos étnicos, religiosos ou nacionalistas reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade. Acreditamos que não é possível afirmar uma identidade étnica ou nacional sem reivindicar uma história que possa ser recuperada para servir de base para uma

identidade fixa. Por outro lado, as identidades podem ser consideradas fluidas e mutantes?

Para fazer essas reflexões precisamos examinar a forma como a identidade se insere no Circuito da Cultura (PAUL DE GAY et al, 1997): Identidade-produção-representação-regulação-consumo-Identidade, e como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação (HALL, 2001). Essa importância que assume o conceito de identidade na contemporaneidade diz respeito às questões de identidade em níveis diferentes. Se considerarmos globalmente vamos encontrar fortes preocupações com as identidades nacionais e com as de natureza étnicas. Se nos focalizarmos em contextos locais encontramos preocupações com a identidade pessoal como as relações pessoais e a sexual.

Não é de se estranhar que as mudanças velozes que ocorrem no plano global também estejam afetando o campo da identidade. Para Kathryn Woodward (2012, p.17) essas mudanças podem estar produzindo uma crise de identidade. Isso implica estudar a forma como as identidades são formadas e quais os processos que estão envolvidos nessa formação. Será que as identidades são fixas ou, de forma alternativa, fluidas e mutáveis? No Circuito da Cultura é preciso indagar qual o lugar da identidade.

Identidade e representação

Ao examinar sistemas de representação é necessário analisar a relação entre cultura e significado (HALL, 2001), pois é importante compreendermos os significados envolvidos nesses sistemas tendo alguma ideia quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, sujeitos das ações, nos posicionamos no seu interior.

Outro momento dentro do Circuito de Cultura é quando o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, colocando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Somos aquilo que realizamos e vivemos no dia a dia.

A identidade que eu defendo é a da participação. De varrer a pegar cadeira, isso é participação. Cada um tem uma ideia e cada um vai fazer. Eu disse, vou fazer uma bandeira do folclore. Fiz a bandeira e disse vamos hastear a bandeira do folclore, porque bandeira é uma coisa forte. É você plantar que ali tem um grupo que preserva o Forte. A bandeira é a coisa mais forte que existe. É sua identidade. A primeira brincadeira que eu aprendi era guerra bandeira. Essa é uma luta nossa de defender a nossa bandeira, o nosso Forte. Trabalhar o eu de cada pessoa ali, toda vez se leva um pensamento para que se possa trabalhar o eu de cada pessoa.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões do tipo: quem eu sou? O que eu poderia ser? São os discursos e os sistemas de representação que constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. A produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos e pelos sistemas de representação estão estreitamente vinculadas. A importância da cultura para a formação da identidade é fundamental para a produção dos significados que permeiam todas as relações sociais que levam a uma preocupação com a identificação.

Esse conceito, que descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades tem sua origem na psicanálise. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo aí o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis. O nosso passado e as relações culturais e sociais são reencontros no presente. A identidade é a intersecção de nosso dia a dia com as relações de toda a natureza—econômica e política.

Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns

grupos são excluídos e estigmatizados. Por isso, as identidades podem ser contestadas e a discussão sobre elas sugere a emergência de novas posições e de novas identidades, produzidas, ora por fatores econômicos ora sociais que variam de acordo com o tempo e a história.

É incrível como quase todos falam sobre identidade, mas “ela” só se torna problema quando algo que se acreditava fixo, coerente e estável é deslocado para o campo da dúvida e da incerteza. A identidade ou as crises de identidade passaram a ser vistas pelos teóricos como características das sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia.

O tempo presente que vivemos é muito fragmentado, sendo que o passado e o presente exercem importante papel nesses eventos. A contestação no presente busca justificativas para a criação de novas e futuras identidades, buscando, a todo instante, desestabilizar as antigas convicções e fatores históricos. Nessa correlação de forças as diferentes identidades criam diferentes possibilidades de atuação no desejo de manter e restaurar a unidade.

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no atual contexto globalizado colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Apesar de que este é um período histórico caracterizado pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento, as ações realizadas, os posicionamentos tomados, as lutas em prol da identidade cultural cabedelense empreendidas pelos fundadores da AACCC corroboram que esses sujeitos mantenham os princípios que nortearam a sua criação. De acordo com Kathryn Woodward (2012), enquanto nas décadas de 70-80 a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, ela se caracteriza agora, mais provavelmente, pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades.

Em alguns setores da cultura, essa crise de identidade existe, pois, a mundialização da cultura têm tornado as identidades fluidas e cambiantes, perdendo consistência de argumentos e abandono de princípios. A afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação e na maioria das vezes essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão.

Aí surge diferentes questões a serem pensadas e uma primeira delas diz respeito a se perguntar se existe uma verdade histórica única que possa ser recuperada? Qual é a história que pesa: a história de quem? Pode haver diferentes histórias do passado e precisamos negociar alternativamente compreendendo que esses grupos possuem uma pluralidade de culturas? As histórias podem ser contestadas e isso vai acontecer, de maneira mais forte, na luta política pelo reconhecimento das identidades (HALL, 2001). Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado, possivelmente glorioso, mas, de qualquer forma, um passado que parece real, que poderia validar a identidade que reivindicamos.

Ao analisar a trajetória dos fundadores da AACC e as ações da associação, podemos constatar exatamente a existência desse passado de participação narrado e vivenciado nesses trinta e um anos de existência que marcaram e marca a trajetória do grupo. As ações desenvolvidas pela AACC e o comportamento dos fundadores atestam essa força de um passado real de participação e de fortalecimento de identidade cultural de seus membros fundadores.

Na época (2003), a gente estava precisando de guias. Na verdade, não queríamos guias de turismo, queríamos cuidadores do Forte. Queríamos formar pessoas que gostassem do Forte. Janilson (outro fundador da AACC) trouxe algumas pessoas que moravam no entorno do Forte. Alguns tinham necessidades especiais. Alguns estão até hoje e outros já estão em outros projetos. Serviu para formar quadros na área de patrimônio cultural para o município. Foi crescimento para eles e a comunidade viu essa ação da associação. Foi um instrumento que a gente encontrou para envolver participação da comunidade e que funcionou para fortalecer a identidade cultural dessas pessoas.

(Marieta Campos Resende de Mendonça – fundadora da AACC).

Sempre digo que esse grupo da AACC contribuiu para que outros grupos, aqui em Cabedelo, tivessem outra dinâmica, como a Lei de Incentivo à Cultura da qual você (Fernando) participou da elaboração. É uma ferramenta que deixa os grupos caminharem através dela, levantando recursos das empresas, sem depender dos governos e contribuiu também no passado para

que o Teatro Santa Catarina tivesse acontecido aqui em Cabedelo, com a participação nossa e de muitas pessoas que fazem a AACC. Vários outros acontecimentos culturais e conquistas tiveram a nossa participação e de nossos colegas. Isso é bom para que as pessoas vejam o quanto contribuimos para o desenvolvimento de nossa cidade. Às vezes, recebemos críticas porque existe a má política. Precisamos conviver com as diferenças.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC).

Para Hall (2001), o ponto de partida é quem e o que nós representamos quando falamos, pois, o sujeito fala a partir de uma posição histórica e cultural específica. Nessa perspectiva, Hall (Ibidem) afirma que há duas formas diferentes de se pensar a identidade cultural.

A primeira reflete a perspectiva na qual uma comunidade busca recuperar a “verdade” sobre o seu passado na unicidade de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam ser representadas em uma forma cultural como o teatro, que a AACC e o Grupo de Teatro Amador Pe. Alfredo Barbosa- GTAAB (alguns membros da AACC são atores do grupo de teatro) utilizam para reafirmar a identidade dos fundadores e demais membros dessas associações.

A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como uma questão tanto de tornar-se quanto de ser. Não significa negar que a identidade tem um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruiremos e que, o passado sofre uma constante transformação. Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um provável passado com questões em comum.

A formação da identidade ocorre também nos níveis local e pessoal. Mudanças nos padrões de produção e de consumo ocasionam, também, mudanças na estrutura de classe social e constituem características muito fortes nesse processo global e local. Hall (2001), afirma que as sociedades modernas

não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas sim, uma pluralidade de núcleos ou centros.

Já em Laclau (1990) vamos verificar que os deslocamentos são positivos no sentido de indicar que há diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar. Identificamos que os sujeitos ocupam lugar em inúmeras instituições constituindo os “campos sociais” (BOURDIEU, 2001).

A AACCC é, portanto, um campo social e exerce fortemente sua identidade cultural. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais e quando participamos de diferentes situações, podemos nos sentir a mesma pessoa, mas nós somos diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada contexto. Em cada atuação que realizamos vamos levar em consideração os campos sociais em que atuamos.

A complexidade da vida moderna exige que assumamos identidades diferenciadas, mas essas identidades diferentes podem estar ou entrar em conflito. Também na vida pessoal, podemos viver tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra.

Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido às nossas próprias posições. A política de identidade era a que definia os movimentos sociais marcados por uma preocupação com a identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido. Essa identidade torna-se um fator importante de mobilização política. Essa política passa a envolver a celebração da singularidade cultural de um grupo, bem como a análise de sua opressão específica.

A invocação da identidade pode se dar pela celebração da singularidade do grupo que dá base a solidariedade política ou pode se basear em apelos à

história. Alguns dos novos movimentos sociais tem adotado posturas diferentes ao afirmarem que as identidades são fluidas, que elas não são essências fixas, que elas não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas.

Esses novos movimentos como o das mulheres negras, quilombolas e povos indígenas, por exemplo, têm reivindicado o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades e apresentam questionamentos acerca das concepções do caráter fixo da identidade.

A primeira está baseada na classe social e baseia-se na análise marxiana de que as relações sociais são como determinadas pela base material da sociedade, dando ênfase aos fatores econômicos. O reconhecimento da complexidade das divisões sociais pela política de identidade, na qual a raça, a etnia e o gênero são centrais, tem chamado atenção para outras divisões sociais, indicando que não é mais suficiente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe. As identidades, em termos políticos, estão em crise porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de classe, no partido político e na nação-estado, têm sido questionadas.

A segunda concepção tem consistido em questionar o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo “natural” como uma categoria biológica. A política de identidade é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade. Isso ilustra duas versões do essencialismo identitário.

A primeira fundamenta a identidade na “verdade” da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à realidade de um passado possivelmente reprimido, no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história. A segunda está relacionada a uma categoria natural, fixa, na qual a “verdade” está enraizada na biologia. O essencialismo pode ser biológico e natural ou histórico e cultural. A marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade. Essa diferença é reproduzida por meio de sistemas simbólicos.

As identidades são produzidas em momentos particulares no tempo. Nas discussões sobre mudanças globais, identidades nacionais e étnicas

ressurgentes e renegociadas e sobre os desafios dos novos movimentos sociais e das novas definições das identidades pessoais e sexuais, sugere que as identidades são contingentes, emergindo em momentos históricos particulares.

Os processos históricos que sustentavam, aparentemente, a fixação de certas identidades está entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política. Outro aspecto importante em relação as diferenças é dizer que as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. A identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença-simbólica e a social, são estabelecidas, pelo menos em parte, por meio de sistemas classificatórios.

Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A vida social em geral, trabalha essas tensões entre o sagrado e o profano e é por meio de rituais, a exemplo de reuniões coletivas dos movimentos religiosos ou as refeições em comum, que o sentido é produzido. Cada cultura tem suas distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por cultura:

Segundo Mary Douglas,

[...] a cultura, no sentido dos valores públicos, padronizados, de uma comunidade, serve de intermediação para a experiência dos indivíduos. Ela fornece, antecipadamente, algumas categorias básicas, um padrão positivo, pelo qual as ideias e os valores são higienicamente ordenados. E, sobretudo, ela tem autoridade, uma vez que cada um é induzido a concordar por causa da concordância dos outros (1996, p.38-39).

Uma identidade é produzida em relação à outra. As identidades são formadas relativamente a outras identidades, isto é, relativamente ao que não é. A diferença pode ser construída negativamente por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros”. Por outro

lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora.

Identidade e subjetividade

Os termos identidade e subjetividade são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. Subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem nós somos’.

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem a nossa identidade (CANANÉA, 2011).

Identificamos aí o fortalecimento da identidade cultural nos fundadores da AACC, pois há uma comprovada identificação com as questões culturais de defesa do patrimônio material e imaterial de Cabedelo. Todo o processo de diálogo coletivo e individualizado fortaleceu o grupo que caminha junto por mais de três décadas. Já a subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Podemos ser ou gostaríamos de ser, pessoas tranquilas e ponderadas, agentes racionais, mas estamos sujeitos a forças que estão além de nosso controle. O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade.

Podemos estar muito bem informados sobre um determinado domínio da vida social, mas mesmo assim acabamos nos comportando contra nossos melhores interesses. Existem casos em que as pessoas chegam ao ponto de realizar ações e tomar certas atitudes que podem ameaçar suas vidas apenas para afirmar uma determinada identidade. A identidade tem se tornado uma questão central nas discussões contemporâneas, no contexto das reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e da emergência dos novos movimentos sociais, os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais.

Esses processos colocam em questão uma série de certezas tradicionais, dando força ao argumento de que existe uma crise de identidade nas sociedades contemporâneas. Os sistemas sociais e simbólicos produzem as estruturas classificatórias que dão certo sentido e certa ordem à vida social e às distinções fundamentais entre nós e eles, entre o fora e o dentro, entre o sagrado e o profano, entre o masculino e o feminino que estão no centro dos sistemas de significação da cultura. Apesar desses aspectos aqui colocados, esses sistemas classificatórios, por si só, não podem explicar, sozinhos, o grau de investimento pessoal que os indivíduos têm nas identidades que assumem.

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais deve tomar posição. A posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Essa perspectiva é suficiente para uma pedagogia crítica e questionadora? Acreditamos que deveríamos, antes de qualquer coisa, termos uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença.

Analisando a questão podemos dizer que identidade é simplesmente aquilo que se é: ser brasileiro, ser negro, ser um produtor cultural. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (aquilo que se é) uma característica independente, um fato autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente (TADEU DA SILVA, 2011, p.74).

Seguindo esse raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nessa perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria (Ibidem). Ambas, simplesmente, existem. Identidade e diferença estão numa relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Em um mundo imaginariamente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. Por exemplo, raramente precisamos afirmar que somos humanos.

Da mesma forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Assim

como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são inseparáveis. A identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Nós a fabricamos no contexto das relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações culturais e sociais. A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido.

Não pertence à natureza, mas são pertencentes à cultura e aos sistemas simbólicos que a compõem. A identidade e a diferença (TADEU DA SILVA, 2011, p.80) são tão indeterminadas e instáveis quanto à linguagem da qual dependem. A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. A identidade, tal qual a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas.

Elas não convivem harmoniosamente, elas são disputadas. Não se trata apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poderes. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, em relação alguma, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação, ou seja, identidade e diferença, aí está presente o poder.

Existem diversas maneiras de se marcar a presença do poder: incluir/excluir alguém; estes pertencem/aqueles não; nós e eles; bons e maus;

puros e impuros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais. Nós somos normais/eles são anormais. A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, quem está incluído e quem está excluído.

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções, escolhas dentre o que fica dentro e o que fica fora. Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A identidade que se sobrepõe, que é amplamente dominante, vai ser sempre ameaçada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. O processo de formação da identidade vai oscilar entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. A tendência da identidade é para a fixação. Porém, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.

Nessa perspectiva, têm sido analisadas, as identidades nacionais, as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades raciais e étnicas. Embora estejam em funcionamento, nessas diversas dimensões da identidade cultural e social, ambos os tipos de processos, obedecem a dinâmicas diferentes. Quando não existe nenhuma comunidade natural em torno da qual se possa reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada.

Criam-se laços imaginários que permitem “ligar” pessoas, que sem “eles” seriam apenas indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de

pertencimento e relações em comum. Para que isso possa acontecer são criados os “mitos fundadores” que segundo Tadeu da Silva (2011, p.85) remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, na maioria das vezes protagonizada por alguma figura exponencial. Assim, podem ser criadas as bases para uma suposta identidade nacional, por exemplo.

A identidade é um significado-cultural e socialmente atribuído. A teoria cultural recente afirma essa mesma ideia por meio do conceito de representação. Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação. Para Stuart Hall (2001), o conceito de representação é desenvolvido em conexão com uma teorização sobre a identidade e a diferença. Nesse contexto, a representação é concebida como um sistema de significação, mas são descartados os pressupostos realistas associados à concepção filosófica clássica.

Com esse olhar podemos registrar que a representação se expressa por meio da pintura, de uma fotografia, de um filme, de uma expressão oral, de uma peça teatral ou de um texto literário. A representação, nessa perspectiva, nunca será uma representação mental. Ela é, aqui, sempre uma marca, um traço visível e exterior. A representação é como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. A representação é um sistema cultural indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É nesse ambiente que a representação se liga a identidade e a diferença. A identidade e a diferença são dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa dizer: essa é a identidade, a identidade é isso. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder.

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados a identidade. Qualquer questionamento ligado a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão sustentação. Podemos então afirmar que a identidade é uma descrição do que

se é, do que pode vir a tornar-se, a identidade, portanto, é movimento e transformação. Por isso, ao dizermos algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um fato do mundo social.

O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos que contribuem para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante.

É de sua repetição e, sobretudo, da possibilidade de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade. Para a formação da identidade podemos dizer que uma característica essencial é que os seus signos sejam repetíveis. Se as palavras ou os signos que utilizamos para nos referir às coisas ou aos conceitos tivessem que ser reinventados, a cada vez e por cada indivíduo, isto é, se não fossem repetíveis, já não seriam signos tais como os concebemos.

Segundo Judith Butler (1999, apud TADEU DA SILVA, 2001), a mesma repetitividade que garante a eficácia dos atos performáticos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida, questionada e contestada. É nessa interrupção que residem às possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes.

Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve as relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador. Elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição.

Identidade, pra mim, é você ter a sua história. Você acredita. Você se identifica com a cultura de um povo e a gente vai defender a nossa história cultural, a nossa história de vida. Principalmente no caso da AACC, as nossas tradições. A AACC está muito ligada em Cabedelo, na defesa de sua história cultural, suas tradições. A minha função na AACC (Tadeu é mestre de cultura popular) junto com outros companheiros é defender essa identidade, essa identificação que a gente tem com a cultura local de Cabedelo, seja na questão do pescador, na questão religiosa, das danças populares, isso pra mim é que é identidade, fazer com que essa história cultural seja sempre revitalizada e dinamizada. (Judás Tadeu Patrício Correia-fundador da AACC)

Nessa perspectiva, a seguir, por último movimento, mas não o final, realizo análises e novas sínteses das participações dos fundadores participantes da AACC nessa construção e fortalecimento da identidade por meio da educação popular, suas contradições e trajetórias, entendendo-a como uma forma de organização de resistência (uma das possibilidades da educação popular).

Continuaremos analisando as conversas com os sujeitos da pesquisa e, faremos algumas considerações sobre as contradições da educação popular, procurando identificar e confirmar as posições e ações que apontam nessa direção, ou seja, o fortalecimento da identidade cultural. Vamos às novas sínteses.

5 A MARÉ ALTA E NOVAS SÍNTESES

Nesse movimento de maré alta realizamos análises e novas sínteses nessa construção e fortalecimento da identidade cultural por meio da educação popular, suas contradições e trajetórias, entendendo-a como uma forma de organização de resistência.

Participação é vivenciar. Na AACC, desde o começo que participo. Nós vivenciamos desde o projeto Cabedelo/UFPB que foi muito rico para mim, para todos nós. Tive o privilégio de ser aluna da primeira turma da UFPB de Educação Artística e de ser a primeira professora de arte do município de Cabedelo. Desde 1969 que eu trabalho com educação do povo e, a partir de 1980, que eu participo de ações de arte e cultura. (Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC, primeira arte educadora graduada no município de Cabedelo)

5.1 Uma navegação participativa

No quadro teórico por nós mobilizado neste estudo é central os conceitos de participação, educação popular e, particularmente, a questão da identidade e a sua contextualização na dinâmica desse processo. Daqui decorrem aspectos substanciais inerentes à mobilização deste conceito neste trabalho: a noção de identidade enquanto processo dinâmico e relacional. Dubar (2005) denomina de ‘formas identitárias societárias’ as modalidades de identificação recentes e emergentes, as quais “supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recursos de identificação que eles gerem de modo diverso e provisório”.

O trabalho de educação realizado na Fortaleza de Santa Catarina foi e é muito importante. A gente levava os alunos para eles conhecerem a história cultural da Fortaleza. Foi muito bom para a cidade. Foi bom para a AACC. (Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora e ex-presidente da AACC, primeira arte educadora graduada no município de Cabedelo)

Têm reuniões. Tem a banda de música com o seu Manoel de Macena como regente. Têm parcerias com a comunidade, com o comércio. Agora tem uma coisa muito importante em nossa participação que foi a criação da Lei Pe. Alfredo de incentivo a cultura. Foi ali que ela nasceu. Foi uma ação muito forte da AACC. A lei de incentivo à cultura tinha sido implantada em 2000 e foi fortalecida em 2003, com muitos projetos, muitas modalidades de arte, teatro, artes visuais.
(Evilásia de Sousa Lourenço-fundadora da AACC, primeira arte educadora graduada no município de Cabedelo)

Nas práticas identitárias realizadas pelos fundadores da AACC, verificamos uma perene atividade de trinta e um anos de efetiva atuação. Constatamos defecções de alguns membros, diferenças mais fortes são colocadas a mesa e conflitos acontecem. Em alguma oportunidade dessa trajetória, por razões diversas, se arrefecem da luta e se afastam para reflexão e até descanso em razão de sua vida pessoal e profissional. Todos têm retornado às atividades.

Temos acompanhado e registrado nesse período de trinta e um anos e, mais particularmente no período de 2003 a 2013 (período desta pesquisa-ação), que, os afastamentos têm sido provisórios, e que a participação que cada um e cada uma têm nas ações dentro da AACC é de base identitária sólida.

Os seus fundadores se mantêm filiados e participantes desde quando criaram a associação em 1985. Eis outras falas deles sobre esse processo de participação e fortalecimento da identidade cultural deles e das ações na cidade:

Participar é estar ali atuando. Se eu tenho identidade, eu sei me reconhecer. Então, eu devo procurar preservar aquilo que eu sou. Procurar cultivar, manter. Muito embora a gente possa deixar se influenciar pelo meio, apesar de que eu vejo assim. Você tem a sua identidade, mas você vai me ver em outro meio que tem uma identidade diferente, então, você vai procurar se moldar àquela outra identidade, mas sua identidade vai ser preservada, vai permanecer ali. É necessário para você, para mim, manter aquela tradição, preservar a sua cultura, porque acho que não existe identidade sem cultura.

(Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACC).

A importância desses recursos identitários presentes em cada membro fundador da AACC, em articulação com os contextos de interação, favorecem

as dinâmicas e a (re)construção de formas identitárias mais ou menos particulares ao município portuário de Cabedelo.

De acordo com Dubar (2005), os recursos identitários desse grupo de dez fundadores da AACC, que criaram e permanecem em efetiva atividade (1985-2016), relevam suas “capacidades linguísticas, reservas de palavras, expressões, referências, permitindo o desenvolvimento de estratégias, mais ou menos complexas, de identificação aos outros e a si-próprio”.

Esses recursos são indissociáveis das suas capacidades relacionais que permitiram a descoberta dos outros, a gestão de cooperações e conflitos com e entre eles, das suas competências biográficas, das aprendizagens de si, da narrativa das identificações passadas e que permitiram o fortalecimento da sua identidade pessoal e coletiva. Outras falas nessa direção:

Participação é um desejo de que a entidade tenha força. Você tem fé naquela entidade, nas pessoas, vontade que existe. Participação é você ter pelo menos o acreditar em cada pessoa daquela. Precisa acreditar. Se eu não acredito, eu não participo, porque a AACC é assim. Tem um Jorge (atual presidente – 2016) que faz, as vezes sou eu e assim a Marieta (outra fundadora), Roseleide (outra fundadora) e principalmente o Osvaldo (membro da AACC e atual presidente da ONG Fundação Fortaleza de Santa Catarina que cuida da Fortaleza de Santa Catarina em parceria com a AACC). A gente mergulha na ideia do companheiro. Porque a ideia torna-se nossa. A AACC ou qualquer entidade que você acredite é um corpo. Na verdade, a cultura é um corpo. Quando eu participo, eu me sinto dentro de um corpo.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

A identidade é como se fosse à roupa que a gente veste, o meu alimento cultural que eu preciso escolher. Aquele festejo que tem a ver comigo é o meu alimento. Então, eu mergulho culturalmente. Nem todo produto me alimenta. Eu estou me alimentando culturalmente daquele produto. Eu posso até ver, mas tem produtos que não me alimentam. O produto quando não alimenta é porque não tem raiz, não tem identidade. O coco de roda me alimenta. Tem coisas que não tem identidade cultural comigo.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

O que eu posso fazer é pegar uma lança e lutar. É o que eu faço sempre. Quando eu não posso fazer muito eu arrumo cadeira. Eu rezo muito. A minha maior contribuição é a língua. Eu meto o sarrafo.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

Participação para nós é mergulhar fundo nas vivências, nas experiências da vida e no fazer cultural, de minha própria experiência, na experiência com os outros e no retorno as minhas reflexões sobre o ocorrido. Esse é o nosso mergulhar na AACC como um de seus fundadores e membro participativo desde a sua criação. Vamos ler os fundadores falando sobre participação:

É reunir com as pessoas, é dar opinião. É sugerir, colocar ideias, é estar presente. É contribuir. Isso para mim significa participação. A participação evolui porque em termo de sociedade como é o caso a AACC se as pessoas não estiverem reunidas pensando num projeto, numa ideia, a gente não atinge os objetivos.

(Judás Tadeu Patrício Correia-fundador da AACC).

Identificamos, com muito vigor, nas falas de Judás Tadeu Patrício, a sua defesa em relação a se trabalhar com projetos claros e com focos bem definidos. Para ele a participação é o caminho seguro para a construção de identidade e o seu conseqüente fortalecimento. Acreditamos nessa disposição de trabalho. O projeto oportuniza ter objetivos claros e metas precisas. Portanto, resultados mais favoráveis, em tese.

A gente estava sem sede. A AACC tinha um espaço no Teatro Santa Catarina. Fomos expulsos do teatro, daquela salinha que tinha lá, junto com o TECA, o GTAAB. Coincidiu com a reabertura da Fortaleza que foi feita pela AACC. Ir para a Fortaleza foi um ato importante. Eu dei essa contribuição nessa luta. Na época eu era gerente da Febemaa e coloquei toda a estrutura do meu trabalho para contribuir porque lá na Fortaleza tinha moradores de rua com crianças e essa era a missão dessa fundação. Outra contribuição que eu dei no grupo foi com o projeto de criação da Banda de Música. Foi um projeto feito em equipe, eu puxei o bonde junto com Janilson. A gente montou no coletivo esse projeto da Banda de Música. Nós chegamos até a trazer o Ministro da Cultura Francisco Welford em Cabedelo. Vejo a retomada da Fortaleza como algo importante. Vejo o

projeto da banda e sua dinamização chegando ao nome 12 de dezembro (aniversário de emancipação política de Cabedelo) com sua prática, dando oportunidade a muitas crianças. Tem muitos alunos da banda que hoje são músicos, são maestros, são professores de música de escolas.
(Judas Tadeu Patrício Correia-fundador da AACCC).

Judas Tadeu Patrício destaca, como os projetos mais importantes para a AACCC, a Banda de Música e a reabertura da Fortaleza para a utilização pública. Esse mergulhar nos retroalimenta e nos faz avançar, aprendendo sempre, com o outro, a partir da minha realidade e observando e aprendendo com a dos outros. Minha identidade é o meu jeito de pensar, ser, agir, refletir e a novamente agir. É perceber quem eu sou na minha relação com as pessoas e, muito particularmente, com os companheiros e companheiras da AACCC, com os quais estamos, há trinta e um anos, construindo sonhos e transformando realidades. A reabertura da Fortaleza é um marco nesse processo de fortalecimento da identidade, pois trouxe, para o grupo, um porto seguro, um território para ficar e agir em prol da cultura local e de seus projetos culturais e artísticos.

Para Janilson Melo Feitosa, fundador e primeiro presidente da AACCC, participação é o envolvimento das pessoas, espontaneamente, quando ela tem aquele mesmo pensamento. Pensa igual a aquelas pessoas, não na sua totalidade. Aquela linha cultural, de desenvolver projetos, identificar-se com eles. A gente se aproxima e aí tem o somatório de experiências, de ações, de atitudes, em prol daquela linha que a gente defende. É a junção de pessoas com esse objetivo cultural de desenvolver atividades nessa linha em busca dos meios até resgatar, recuperar outros grupos.

Eu já tenho dentro de mim essa predisposição da cultura popular. Eu me associo a outras pessoas que também pensam nessa mesma linha e a gente começa a ter ações de provocar a restauração de uma Lapinha, de um coco de roda. A gente busca essas informações. Voltar a fazer com que essas pessoas desenvolvam sua identidade cultural que elas já praticavam na cidade. As dificuldades aqui e ali, às vezes os grupos param por falta de apoio. Falta uma política pública voltada para esse segmento. Eu acho que ai está provado que tem essa identidade

cultural.
(Janilson Melo Feitosa-fundador da AACCC).

Tal como já fizemos referência em trabalho anterior (SILVA, 2011), o conceito de identidade reconhece diferentes usos sociais – sociológicos e psicológicos–atualmente, amplamente trabalhada na perspectiva de um referencial para a compreensão de múltiplos contextos: intra e inter- individuais e macrosociais.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, existe um conjunto de categorias que remetem para usos diferenciados do conceito: ora incidindo na identidade individual (ou pessoal), na essência e no sentimento de singularidade de cada ser como, por exemplo, a abordagem psicanalítica. Pode, também, incidir na identidade coletiva e social (de grupos sociais, geográficos, étnicos, profissionais), particularmente mobilizada pelos estudos antropológicos, bem como na identidade vivida e na identidade atribuída, relevando a dimensão biográfica e relacional, particularmente presente nos estudos da psicossociologia e da sociologia compreensiva (AUGÉ, 1994; DUBAR, 2005; SILVA, 2006).

Sem participação não acontece nada, o objetivo é esse, tem que atingir muita gente, tem que participar. A participação constrói, fortalece.

(Valdenice Cardoso da Costa-fundadora da AACCC).

É esta última concepção que salientamos no nosso estudo, a sociologia compreensiva, reconhecendo que a identidade incorpora as representações do sujeito sobre si próprio e sobre os outros e, nesse sentido, é construída numa dinâmica de interação permanente na qual intervêm as próprias representações de si e o olhar do outro (GOLDMANN, 1979; DUBAR, 2005).

Esta concepção de identidade encontra-se filiada na perspectiva de uma ação humana como algo que se constrói na comunicação frente a frente, com os outros, na reação significativa ao gesto simbólico e não estritamente comandada pelas normas e valores sociais impostos, reconhecendo a participação ativa dos sujeitos na construção da sua identidade. Para Mendes (2001), o outro é um elemento constitutivo da identidade que ninguém pode

dispensar ou, também podemos dizer, não há identidade do Eu sem identidade do Nós. Não há identidade sem alteridade.

Grupo. Você compartilha as decisões de gestão da associação, das ações. Planejar em grupo, porque foi assim que essa entidade foi feita, nessa estrutura. O que eu tiro durante todos esses anos, a conclusão que eu tiro é ver que é possível fazer na cultura. É muito difícil nesse país, mas que é possível fazer. Foi um filho que a gente teve, foi colocar esse Forte aberto para todo mundo. E todo mundo participa.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Desde que a gente entrou no Forte, foi desse jeito que a gente começou. E aí começamos a enfrentar alguns obstáculos e vencemos. Depois o Forte consolidou-se com a Fundação Fortaleza de Santa Catarina (outra entidade civil) e cresceu mais a estrutura, conseguindo manter a duras penas como é até hoje. A minha contribuição foi com trabalho, com o trabalho que eu pude fazer. Existem os eventos, realmente deixam a desejar, tem que ter mais reunião, tem que ter mais participação para fortalecer.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Identidade é você não perder a sua cultura, não substituir a sua cultura por outra. Não perder a sua essência. Você ser funcional é perder a sua identidade. Tento passar isso para meus alunos, sem impor. Esse Forte por exemplo, cheira a essa essência. Compreendi, quando a comunidade circunvizinha do Forte passou a participar da sua preservação, pois ela antes destrua. Quando ela preserva ela participa, ela está aqui todos os dias, não só percebi, mas convivi com essa realidade. Eu pude confirmar essa participação. Tai os guias turísticos do Forte que moram ao lado e que estão aqui todos os dias. Era uma comunidade que colocava lixo e hoje briga pelo Forte e pela sua preservação.

(Marieta Campos Resende de Mendonça-fundadora da AACC).

Marieta Resende tem um importante papel de agente cultural no município. Além de ser fundadora da AACC, desempenhou as funções de Diretora de Cultura e Secretária Adjunta de Educação e Cultura, sempre desenvolvendo políticas públicas de educação e cultura voltadas para o fortalecimento da identidade cultural da cidade. Foi autora, juntamente com a fundadora Evilásia Lourenço, de textos sobre didática e metodologia do ensino

de arte para a rede municipal de ensino de Cabedelo, trabalho esse, que proporcionou excelentes resultados.

Identificamos nas suas colocações nesta pesquisa, que ela valoriza a participação como importante elemento de formação das pessoas. Destaca, assim como Judas Tadeu, que a principal ação da AACC de fortalecimento da identidade foi a abertura da Fortaleza ou do Forte, como ela chama, e a sua utilização pela comunidade da cidade, além dos turistas vindos de todos os lugares do país e do mundo. Um permanente diálogo de saberes.

Assim, a construção da identidade passa pela socialização ou (alter)ação do próprio Eu numa profunda relação com o Nós. Esse processo é bastante identificável entre os membros fundadores da AACC. Acreditamos que esse é um diferencial muito forte que só foi possível e continua sendo, em razão da participação de seus membros, no constante diálogo entre todos e todas, e na preservação dessa identidade coletiva.

Vejamos outras falas:

Não consigo mais me ver em outro lugar a não ser como cidadão cabedelense, com a identidade cabedelense. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

Participação é envolvimento, você se envolve com a natureza do projeto, uma formação para você. Não adianta você só querer. Como fica a identidade das pessoas? Quando você participa você quer que as pessoas também entendam para que possam participar de forma consciente para dar continuidade. Esse entendimento vai na direção de construir identidades. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

Sem participação eu ficaria muito aborrecido porque eu já tenho uma identidade. Ela foi construída justamente quando eu percebi o quanto era importante a minha participação. A partir do momento que as pessoas me veem participando e a partir de que outras pessoas também percebem que aquilo também seja importante para ela, possa ser que aquele meu ato de entrar naquele processo tenha uma formação de continuidade. (Sérgio Brito de Oliveira-fundador da AACC).

Quando Sérgio Brito de Oliveira, fundador da AACC, afirma “não consigo mais me ver em outro lugar a não ser como cidadão cabedelense, com

a identidade cabedelense”, demonstra que, neste sentido, a identidade é, na maioria dos casos, construída nas interações sociais e culturais. A identidade não se esgota na expressão da singularidade dos sujeitos, nos seus processos de construção biográfica. Sendo um processo de construção eminentemente relacional (PINTO, 1986) exprime-se, de forma igualitária, em identidades coletivas ou sociais, as quais se objetivam em identidades de referência para os sujeitos.

Devemos, em razão dessas considerações, reconhecer essa concepção dinâmica da identidade, pois, como salienta Mendes (2001, p.490), ela “é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais”, pelo que a interação assume um papel fundamental neste processo. Essa perspectiva interacionista e relacional da identidade está presente quando reconhecemos que as identidades são múltiplas, flutuantes e situacionais. Necessário se faz salientar a importância da estrutura dos encontros sociais e de interação, nos quais os conceitos de ‘face’ e de ‘ritual’ assumem um significado relevante ao fundar a sua análise na representação teatral.

Nesse aspecto, o contexto social passa a ser considerado como um palco no qual o ator social assume o papel de uma determinada personagem na sua apresentação aos outros sujeitos (outras personagens), influenciando uns e outros a definição da situação de apresentação por meio das suas ações. Nas diferentes situações de interação, os sujeitos tentam manter uma conduta, um conjunto de ações e participações com alguma consistência, procurando manter a realidade social que construíram para si, ou seja, um modelo de ação que lhes permita expressar a visão da situação, dos outros e de si próprios. Os sujeitos sociais procuram combinar o autorrespeito com o respeito pelo outro, tendendo a comportar-se no encontro de forma a “manter a sua face e a dos outros participantes no jogo numa cooperação ritual” (MENDES, 2001).

Segundo Mendes (Idem), os jogos de interação ritual na vida quotidiana constituem um contributo significativo para a compreensão das dinâmicas identitárias que emergem dessas experiências quotidianas, nas quais a identidade social se configura no cruzamento de atributos pessoais estruturais emergentes dos contextos sociais onde decorre a interação. Neste processo, ou jogo social, podemos discernir uma procura permanente de ajustamento entre

identidade social virtual – aquela que nos é atribuída pelos agentes e instituições com as quais interagimos – e identidade social real – a que resulta da imagem que construímos de nós próprios.

O que eu posso fazer é pegar uma lança e lutar. É o que eu faço sempre. Essa é uma luta nossa de defender a nossa bandeira, o nosso Forte.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

Madalena Accioly é professora de ensino de arte e atriz. É um dos membros aguerridos da Associação e coloca com muita propriedade o seu desejo e prática de estar inserida em todas as manifestações identitárias, lutando pelo fortalecimento das ações coletivas. Deixa muito claro que a maior bandeira da AACC é a defesa da Fortaleza de Santa Catarina (o Forte, como ela chama).

A construção da identidade social define-se num processo de procura e oferta de identidades possíveis, no contexto da negociação identitária que incorpora atos de atribuição e de pertença, ou seja, segundo Dubar (2005), “a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

Trata-se de uma articulação de dois processos identitários heterogêneos: de atribuição pelos agentes e instituições que diretamente interagem com o sujeito e de incorporação resultante da imagem que o sujeito constrói de si próprio. A identidade para si e a identidade para o outro são inseparáveis na construção da identidade social, coexistindo de forma problemática (DUBAR, 2005).

Esse processo na AACC de participação fortalece a identidade cultural? Observemos o posicionamento de um dos seus fundadores:

Sem sombra de dúvida. E não só promove entre nós, mas entre os grupos também, porque na hora que você traz o coco de roda para o Forte, e traz as pessoas para ver, aplaudir, aquilo ali promove uma identidade grande. Essa identidade, esse orgulho que faz você sair felicíssimo. Foi bom, que não teve ainda órgão, organização de prefeitura, de governo do estado que conseguiu

fazer ainda. E tem mais: a identidade é tão grande que a gente faz aquilo sem nenhum cachê. Mas na hora que a prefeitura for fazer pergunta logo quanto é o cachê. A gente não quer. Somos irmãos e estamos fazendo uma grande festa. É uma identidade grande. É a vontade de que aquele produto exista, consiga resistir a todos. Porque o que já houve em Cabedelo era para ter mais nada não. Mas a AACC é forte. A fundação e a AACC são muito fortes. Quando o vento está muito forte a gente traz tudo para o Forte, esconde no Forte, deixa passar a tempestade e aí volta, mas sempre lá. Lá é o encontro da nossa irmandade.

(Maria Madalena Ferreira Accioly-fundadora da AACC).

A construção da identidade e o seu fortalecimento é, neste sentido, um processo de transações objetivas e subjetivas. As transações objetivas, onde predomina a atribuição, procuram acomodar a identidade para si, a identidade para o outro, e as subjetivas ou internas ao indivíduo variam entre a necessidade de manter identificações anteriores e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (DUBAR, 2005).

Sobre isso a fundadora Diana Maria se pronuncia:

Eu acho que só fortalece, porque quando se dá as mãos por uma causa, a força é maior. Eu tiro muito por Tadeu. Vejo que ele tem crescido muito em relação a luta pela cidadania. Eu vejo que vem muito dessa participação na AACC, na FFSC. Fortalece muito. Faz crescer mais. Faz ter a identidade mais viva.

(Diana Maria da Silva Patrício-fundadora da AACC).

Evilásia Lourenço (fundadora da AACC) destacou essa questão. Ela diz, que se você mapear a cidade, os grupos, são raros os grupos que não tem um membro da AACC nele ou que ajudou a criar. Vamos pegar a Associação em Defesa da Cidadania – ACICA, que trabalha as questões dos direitos e da cidadania, e que é mais recente, tem lá membros da AACC. Você chega ao bairro Renascer e vai ver lá o Grupo de Teatro Renascer fazendo teatro e nele tem pessoas que passaram pela AACC. A AACC tem sido esse campo de aprendizagem cultural e de disseminação dessa ação de fortalecimento da identidade cultural cabedelense.

Marcada pela dualidade, a identidade é, ao mesmo tempo, um processo biográfico (de continuidade ou de ruptura com o passado) e um processo relacional (a identidade reconhecida ou não reconhecida pelos outros).

Conforme refere Mendes (2001, p.493), o sujeito “é definido de uma maneira dupla: como uma imagem composta a partir das implicações expressivas dos acontecimentos em que participa, e como uma espécie de jogador num jogo ritual em que se adapta às contingências da situação”.

A dinâmica de construção da identidade profissional, enquanto processo transacional (DUBAR, 2005) é pautada pela interação de transações relacionais – reconhecimento ou não reconhecimento pelos outros – e transações biográficas, consigo próprio—ajustamentos constantes, por vezes rupturas e reformulações do projeto futuro que possibilitem a articulação entre pretensões e oportunidades (Idem).

Ao incentivarmos a construção da identidade na articulação entre os sistemas de ação nos quais participam os sujeitos, que propõem identidades virtuais, e as trajetórias vividas, que forjam identidades reais, esta asserção é para nós relevante, no âmbito deste trabalho, assumindo a construção da identidade como um processo biográfico e relacional; oferecendo categorias de análise para a compreensão da(s) identidade(s) profissional(ais) em articulação com as trajetórias de vida, nomeadamente de formação e profissionais.

Primeiramente, a identidade não é uma essência. Não é um dado ou um fato. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Também não é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato social. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inacabada. Está ligada a sistemas de representação e tem estreitas conexões com relações de poder. Nessa perspectiva, o outro cultural é sempre um problema, pois coloca em xeque nossa própria identidade.

É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. E o problema é que esse “outro” numa sociedade em que a identidade torna-se, cada vez mais, difusa e descentrada, se expressa por meio de muitas dimensões. No meu entendimento o outro é a outra sexualidade, é a outra raça, é o corpo diferente, é a cor diferente. É outra opinião.

O pressuposto básico é o de que a natureza humana tem uma variedade de formas legítimas de se expressar culturalmente e todas devem ser

respeitadas ou toleradas. A diversidade é um dado da natureza ou da cultura. Essa multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico.

Eu acho importante quando Diana Maria , assim como Judas Tadeu, colocam essa questão. Toda entidade não pode se fechar em si mesma, mas eu participo de outras ONGs e a gente tem a mesma dificuldade. As pessoas estão voltadas para a sua própria vida, as pessoas não querem abrir mão de seu lazer, de estar com a sua família, muita gente entra, mas quando consegue “algo” sai. Às vezes as pessoas dizem isso, a AACC é muito fechada, mas eu acho que é da característica da sociedade hoje, ela está muito fechada em si mesma.

A gente tem que continuar com esse senso crítico. Desde o ano de 2013, esse tema tem sido recorrente nas reuniões e, decidiu-se abrir amplas campanhas de chamamento a participação, a novas filiações. Mas também, não se deve querer ‘encher’ a associação de pessoas que não tenham identidade com as lutas empreendidas em defesa da cultura cabedelense e de seu patrimônio material e imaterial. Em 2015 a AACC resolveu participar da eleição nacional para conselheiros representantes das ONGs no Conselho Nacional de Política Cultural indicando um de seus fundadores (eu fui indicado) para concorrer. Não obtivemos êxito, mas foi importante termos participado, nos deu visibilidade enquanto ONG, em nível nacional.

Como afirma José Luís Pardo (1996, p.154 apud TADEU DA SILVA, 2011, p.101),

Respeitar a diferença não pode significar deixar que o outro seja como eu sou ou deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro), mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outridade que não é outra relativamente a mim ou relativamente ao mesmo, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmice.

Diante de tudo o que já foi dito aqui, quais as condições requeridas a quem vai tocar um projeto de Educação Popular, cuja marca principal seja o

compromisso de assegurar as condições mais favoráveis ao processo de participação e fortalecimento da identidade? Iniciando pelas condições desse processo, vejamos algumas segundo Tadeu da Silva (2011, p.101-104):

Recuperar e fortalecer, nas macro e microrelações do dia-a-dia, o horizonte classista. Isto deve se dar por meio de atitudes tais como: ampliação da agenda para além de demandas apenas de um só Movimento, em favor de uma prática que, sem abandonar suas reivindicações específicas, tenha seu principal foco nas lutas do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Investir maciçamente, e de forma crescente e qualitativa, no processo de formação contínua do conjunto de seus membros. Não se trata de investir na formação apenas de uma parte, mas do conjunto dos protagonistas. Proporcionar formação para além da educação escolar (o que não implica desprezo pela educação escolar: depende de que Escola), de modo a implicar uma formação integral, omnilateral, que seja capaz de desenvolver as mais distintas potencialidades dos seus membros, numa perspectiva transformadora.

Para poder realizar uma formação contínua dos membros da Associação é preciso se exercitar a memória histórica, inclusive por meio da Mística, de modo a reavivar a memória de lutas de movimentos passados e contemporâneos. Muitas foram às vezes em que debatemos a participação em campanhas políticas sem percebermos que é preciso superar a armadilha dos instrumentos da democracia burguesa, a exemplo do envolvimento desproporcional em campanhas eleitorais, cujos resultados fundamentais amargamos, desde muito tempo, e podemos conhecer por antecipação.

Identificamos que, dois membros fundadores da AACC se candidataram a vereador e não obtiveram sucesso; o processo foi muito difícil para todos, pois deixou algumas sequelas entre os membros da AACC tendo em vista que alguns membros sempre se posicionaram contra essas candidaturas, por entenderem que o envolvimento com partidos políticos enfraquecem a organização frente à sociedade. Hoje (2016), a maioria tem esse último pensamento.

É preciso, nesse processo de formação contínua no seio de uma Associação com a proposta que tem a AACC, colocar em prática, o

mecanismo da alternância ou rodízio de cargos e funções, permitindo a quem é de base ter acesso à funções e cargos de coordenação, e a quem já cumpriu funções administrativas ou de coordenação voltar a atuar na e como base, descentralizando as decisões, por meio da atuação orgânica e decisiva dos organismos de base, qualquer que seja o nome que se lhes dê (conselhos, células, comitês).

A AACC estabelece, em seu Estatuto, eleições para os seus cargos e funções de três em três anos, possui Conselho Fiscal e assessorias por área, demonstrando o amadurecimento de seu processo de participação na direção da organização. Constatamos, porém, que em algumas oportunidades, tem sido reconduzida a diretoria em exercício, em razão dos seus membros solicitarem a continuidade do mandato. Existe carência de quadros que queiram assumir os cargos de direção, reafirmando a necessidade permanente de se fortalecer o trabalho de formação.

Intimamente ligado ao exercício das artes, tão ao gosto da Educação Popular, importa, de um lado, fazer um bom uso de múltiplas linguagens (música, poesia, teatro, desenho, fotos, vídeo e outras linguagens), superando a tendência tão generalizada do monopólio da oralidade ou da escrita, perpetuando uma das menos felizes heranças ocidentais e, por outro lado, fazer uso de uma linguagem compreensível pelos membros interlocutores.

Combinadas com tais linguagens importa trabalhar igualmente, o plano estritamente individual dessa formação, de modo a que esses protagonistas individuais compreendam e assumam suas responsabilidades, nesse processo. Quais seriam, então, as características correspondentes a esses sujeitos, historicamente chamados a protagonizar, por meio da Educação Popular (na perspectiva da aposta acima explicitada), os passos desse processo de fortalecimento da identidade dos membros da AACC, em especial dos seus fundadores, mas também, de todos os seus membros.

Identificamos o regaste da Nau Catarineta do Mestre Hermes Nascimento de Cabedelo criada em 1962 pelo mestre Judas Tadeu (fundador da AACC), o Coco de Roda do Mestre Benedito por Dona Teca e o Boi de Reis da Profª. Evilásia

Lourenço de Sousa (Judas Tadeu Patrício e Evilásia Lourenço, fundadores da AACC).

A AACC fundou a Banda de Música 12 de dezembro como instrumento de pesquisa, difusão da música e recurso pedagógico para oferecer cursos de música aos jovens da cidade; apoiou a criação do Movimento de Música Popular; apoiou a criação do Grupo Tambores do Forte.

Para se vivenciar todo esse processo, ainda segundo Tadeu da Silva (2011), é preciso que:

Sejam pessoas profundamente amorosas, apaixonadas pelo povo, não importando que país ou região habite. Que sejam capazes de recuperar a primazia da perspectiva classista sobre quaisquer interesses de segmentos particulares, do âmbito local ao internacional, ou melhor dito, capazes de experienciar nos embates locais sua dimensão internacional, ao tempo em que, ao participarem de lutas internacionais, são capazes de perceber as implicações locais. Se refontizem incessantemente da força da memória histórica, recuperando lutas, façanhas e conquistas do passado e respectivos protagonistas. Não abram mão do persistente exercício de crítica e autocrítica.

Sua permanente disposição à autocrítica, alimentada pelo contínuo exercício da transformação, os ajuda sobremaneira a tornar viva e eficaz, a memória histórica, de modo a não engessarem num passado longínquo e estéril suas referências de luta e de militância. Constante acompanhamento crítico da realidade social, mediante o recurso a fontes fidedignas, em função do que tratam de aprimorar suas estratégias de intervenção.

É preciso se ter muito claro que, o fortalecimento da identidade cultural de um grupo está baseado no relacionamento com as pessoas e grupos de base, e que saibam pôr em prática uma pedagogia da escuta, aprendendo com os outros. Tenham consciência de que a qualidade de sua aposta na Utopia é constantemente testada nos afazeres do cotidiano, a partir dos gestos minúsculos e aparentemente invisíveis. Todos precisam estar conscientes de que navegam sobre marés revoltas, e quase sempre navegam à contracorrente, o que implica uma postura ao mesmo tempo firme e serena de lutadores sociais.

Necessário se faz o efetivo empenho no seu processo de formação continuada, nas distintas dimensões do cotidiano e da vida pessoal e grupal, exercitando, a cada dia, o diálogo incansável, em virtude do qual poderemos assegurar a renovação do compromisso ético-político, no horizonte de uma ação cultural (na concepção freireana) libertadora.

5.2 As contradições do processo educativo popular e a identidade

As contradições estão sempre presentes em todo e qualquer processo educacional. É evidente que na AACC não seria diferente. O ser humano nasce inacabado e consciente da sua inconclusão (FREIRE, 2003) e não pode ser comparado a um animal que nasce, é treinado e vive treinado o resto da vida, pois, ou se adapta ao mundo ou morre. Por isso, apela ao trabalho, enquanto atividade planejada, e à educação, como fator de socialização dos aprendizados e interação que produz novos aprendizados, para se fazer e para constituir o mundo historicamente. Podemos dizer que a educação talvez seja o fenômeno humano que melhor revela e potencializa as contradições e, provavelmente por isso, se encontra constantemente envolto com elas. Isto se deve ao fato da educação ser um dos principais fenômenos que distinguem o ser humano do mundo animal.

Assim, especialmente por meio da educação, compreendida como processo de interação, entre duas ou mais pessoas, em que ocorre ensino e aprendizagem (DALBOSCO, 2003), o ser humano vem desenvolvendo a capacidade de não apenas se adaptar, mas de transformar a si mesmo, a natureza e a história.

A educação é a característica humana que possui um dos maiores potenciais transformadores, principalmente a médio e longo prazo. Isto vale em todas as circunstâncias, pessoais ou da vida social. Muitas vezes, este potencial é ignorado, porque os efeitos da educação não costumam ser tão imediatos e muito menos imediatamente percebíveis. Tem-se a impressão que se continua na mesma situação, no mesmo ponto de partida, mesmo se estudando uma vida inteira.

Contudo, é inegável o crescimento pessoal e profissional, diferenciado, obtido por aqueles que vivem processos educativos, principalmente quando

sistemáticos. Este crescimento só é percebido quando se compara, no horizonte do tempo, entre antes e depois de ter vivido um processo de educação popular, mais ou menos intensivo, a exemplo da experiência vivida pelos fundadores da AACCC, vendo, então, claramente, a mudança de concepção, de leitura da realidade, dos acontecimentos históricos, das lutas travadas, das alegrias e tristezas, bem como de habilidades e competências conquistadas. Só assim se consegue perceber o quanto de crescimento se obteve.

Os processos educacionais têm a capacidade de transformar as pessoas e a vida delas, e elas a oportunidade de mudarem a realidade. Semelhantemente, se percebe, de forma marcante, as diferenças sociais que existem entre os diferentes níveis educacionais dos membros da AACCC e da população de Cabedelo. A educação tem grande potencialidade de transformar a realidade e junto com ela os indicadores sociais. Esse processo, na AACCC, tem se dado por meio de suas ações de fortalecimento da identidade cultural de seus fundadores e demais membros. Não se pode ignorar a incidência dos demais condicionantes sociais, principalmente as relações de trabalho ou renda; da cultura, especialmente o acesso à informação, à arte e ao conhecimento e; da política, principalmente a participação em espaços de decisão e de poder a exemplo dos sindicatos, partidos políticos e organizações sociais.

A educação tem a capacidade de potencializar ou não os demais condicionantes. Por isso, ela é fundamental para qualquer processo de transformação social. Segundo Paulo Freire, “Se, por um lado, a prática educativa não é a chave para as necessárias transformações de que a sociedade precisa [...], de outro, sem ela, essas transformações não se dão” (1996, p. 203). A comissão da Lei Pe. Alfredo de Incentivo à Cultura (Lei municipal de Cabedelo que promove editais públicos) teve, desde a sua discussão e transformação em lei, em todas as suas formações, a presença de fundadores e/ou membros da AACCC. A Associação deu uma grande contribuição na criação da lei e por várias formações participou com a experiência de seus fundadores. Ainda hoje (2016) os fundadores da AACCC lutam pela sua manutenção enquanto política pública de cultura.

Nessa trajetória da AACC é preciso alertar sobre as fragilidades e contradições em que o discurso e as práticas da educação popular podem incorrer, quando descuidam da compreensão dos objetivos e metodologia, enfim, da concepção de educação popular. A educação popular não está livre das contradições que afetam a educação e a sociedade de forma geral. Pelo contrário, no contexto em que aquela se faz as contradições se apresentam, na maioria das vezes, de forma mais aguda e, às vezes, perversa.

Por isso, precisa estar atenta e fazer da contradição seu principal objeto de reflexão e ação. O poder. Esta talvez seja a primeira das contradições com que a educação popular precisa lidar. Com certa ousadia pode se dizer que a questão central da educação popular é a questão do poder, considerando que ele constitui os dois lados da mesma moeda que traz impresso, de um lado, o brasão da opressão e, do outro, a força da libertação.

Normalmente, se associa o poder às forças de opressão. O que não é necessariamente verdade, pois as forças de libertação também requerem poder, do contrário, esta não acontece. Isto exige que se discuta a concepção de poder. O poder se constitui de relações, mais ou menos românticas, pedagógicas ou estratégicas. Ele é tanto ou mais exercício do que posse.

O homem novo, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede seu lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão de homem novo é uma visão individualista (FREIRE, 1987, p.33).

Pode assumir tanto o caráter de altruísmo e solidariedade quanto o caráter de concorrência e competição. Em todos os casos, o poder é uma capacidade ou força que realiza ou faz acontecer. Principalmente quando institucionalizado, o poder costuma assumir hierarquização, centralização e, não raro, coerção, como é o caso do poder de estado, acentuadamente quando ditatorial.

Sendo assim, há quem defenda que o poder, na perspectiva da libertação, não pode, jamais, ser tomado, mas que deva ser dissolvido. Entendemos que o poder, na lógica da libertação, não deva ser nem tomado e

nem dissolvido, porém, reinventado e descentralizado e, na medida do possível, controlado socialmente. É fundamental que toda pessoa exerça o poder.

O medo da liberdade, de que se fazem objeto os oprimidos, medo da liberdade que tanto pode conduzi-los a pretender ser opressores também, quanto pode mantê-los atados ao status de oprimidos, é outro aspecto que merece igualmente nossa reflexão (FREIRE, 1987).

Contudo, é preciso considerar as várias faces do poder: a pessoal, como autoestima e força de vontade; a social, como articulação e influência entre grupos e movimentos; a econômica, política, militar, cultural e, ultimamente cada vez mais, o poder de comunicação de massa aumentado com a vida, agora, conectada.

O poder, quando não canalizado e controlado, facilmente se torna injusto, violento e opressor. Paulo Freire (1987, 34) alertou para o problema da contradição que se oculta e se perdura por meio dos encantos que a maioria das pessoas possui pelas mulheres e homens tidos como poderosos, que mandam e desmandam, que fazem e acontece. Para muitos oprimidos, o ideal de homem é o opressor. Desejariam poder igual ao opressor para mandar, desmandar e, quiçá, humilhar. “Os oprimidos, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la” (Idem).

Conforme Freire (Ibidem), pelo testemunho de “homem” que experimentaram, os oprimidos chegam a introjetar psicologicamente o seu opressor. O que ele chamou de “hospedar o opressor em si mesmo”. Concordamos com Freire que seja devido à experiência que se vive, mas pensamos que também seja muito devido aos fascínios próprios de um tipo de poder. O poder atrai e inebria.

Este é um problema com o qual a educação popular precisa ter muita atenção, pois o “novo homem”, a “nova mulher”, somente será possível pela superação da contradição e não pela identificação com seu opositor. “A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem e mulher

novos, não mais opressor, não mais oprimido, mas homem e mulher libertando-se” (FREIRE, 1987, p. 35).

A educação popular é uma concepção de educação que surge e se afirma, entre diversos grupos e movimentos, na resistência à opressão e na luta por justiça, solidariedade, participação, diálogo permanente e superação das opressões. A opressão sempre teve, mas atualmente mais que nunca, várias caras e dimensões, que passam pelas relações de classe, de cultura, de etnia, de gênero, de orientação sexual e até pelas relações domésticas, entre marido e mulher, pais e filhos, entre irmãos e parentes, entre os membros dos grupos sociais dos quais participa.

A educação libertadora foca as necessidades básicas da população em um processo contínuo de envolvimento e comprometimento dos sujeitos envolvidos com a realidade na qual está inserido(a). Na medida em que esse/a tem clareza de que a prática educativa não é neutra, estará vivenciando práticas para o despertar da consciência crítica de si mesmo(a) e dos outros.

Não basta lutar pelas leis de incentivo à cultura para determinado lugar, mas preciso estar solidário com os outros grupos culturais não contemplados nos editais públicos de forma injusta ou preconceituosa. Em Cabedelo, já vivemos muitas dessas situações em que a Prefeitura deixa de lançar o edital anual para apoiar as produções individuais e alguns grupos ou pessoas vão isoladamente pactuar com os gestores para receberem apoio financeiro de forma isolada, quebrando a força do coletivo. Este tipo de contradição, às vezes, afeta o processo de educação popular, de participação coletiva que vem sendo fortalecido. Às vezes, as pessoas e/ou grupos que assim procedem enfraquecem a luta por políticas públicas de cultura e desmobilizam os demais. Os que trabalham com esse processo de educação, de construção do sujeito coletivo precisam estar atentos e aprenderem a lidar com essas situações.

Em 2005, a Prefeitura de Cabedelo, por meio da Secretaria Adjunta de Cultura, em vez de lançar o edital anual de Incentivo à Cultura como preconizava a Lei Pe. Alfredo Barbosa de Incentivo à Cultura do município chama alguns artistas e grupos e oferece patrocínio financeiro. Essas pessoas e grupos aceitam. A AACCC conclama a todos para uma reunião na Câmara de Vereadores e faz uma explanação da importância de que fosse mantida a reivindicação dos editais anuais, pois só assim teríamos

justiça cultural. Esses grupos que haviam recebido recursos de forma direta foram à reunião dizer que estavam satisfeitos com a forma de receberem os recursos, enfraquecendo a reivindicação coletiva. Momento difícil para nós da AACC, pois acreditávamos que sairíamos daquela reunião coesos, e o que se viu foi um racha do movimento cultural. São as contradições de um processo de construção coletiva que não é fácil, tendo altos e baixos. Por isso a importância de se fortalecer a identidade cultural de um grupo. (Fernando Abath Cananéa-fundador da AACC)

Analisando as desigualdades sociais, o objetivo geral da educação popular é promover a transformação social do sistema, considerado injusto e opressor. O que tanto passa por mudar as estruturas opressoras, como leis e órgãos, quanto pela mudança das relações de opressão, que é o jeito de tratar e lidar com as pessoas. Novamente aqui há riscos de contradição, pois, às vezes, se pode mirar a estrutura e descuidar das relações. A estrutura não muda se as relações não mudarem.

Um dos grandes diferenciais da educação popular é metodológico: fazer educação a partir da realidade das pessoas e em torno de processos organizativos que buscam mudança desta realidade. Neste sentido, precisa combater as visões estáticas ou mágicas das coisas e da realidade. Não pode deixar que se acredite que a injustiça sempre existiu, que sempre existirá e que não há o que fazer. O método também atinge a construção da identidade.

Também não pode aceitar que a injustiça seja vontade divina. Precisa levar a perguntar, a problematizar. Segundo Freire (2003), nenhum sistema injusto resiste se o povo começar a perguntar por quê? Perguntando, vai perceber que a realidade social, como tudo o mais, é resultado da construção e organização histórica. Sendo resultado da história, a realidade também poderá ser transformada historicamente, ou seja, através da ação e organização humana.

Em Pedagogia do Oprimido podemos ler:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 37).

É missão da educação popular oportunizar às pessoas a se assumirem como sujeitos da história, com capacidade de decidir e irromper, se responsabilizando pelo mundo, apesar dos condicionamentos. Portanto, precisa acreditar nas pessoas e nas suas capacidades. Precisa cuidar para que os processos pedagógicos sejam com e não para ou pelo. Não pode encarar o povo como permanente coitadinho, mantendo grupos e comunidades dependentes de sujeitos externos e de projetos heterogêneos, mas precisa estimular e favorecer a autonomia, a organização própria, a emancipação e libertação. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Idem).

Nem sempre é tão simples saber a medida justa e o momento certo para empurrar e puxar ou para recuar e bater retirada. São fragilidades e contradições com as quais a educação popular precisa aprender a lidar melhor. Passaremos, então, a analisar a relação que a educação popular estabelece com as contradições.

As contradições são o terreno fértil da educação popular. As contradições vão para o processo de construção da identidade, também. É na contradição que ela busca e consegue produzir resistências aos processos de opressão. Também é a partir da contradição que a educação popular desencadeia movimentos de transformação rumo a emancipação e libertação de pessoas e coletivos em situação de injustiça.

A educação popular assume positivamente a lógica da contradição. A contradição é a característica própria do pensamento dialético. Pensamento que busca compreender a realidade em movimento. Assim, concebe que a vida, as relações e o próprio poder se constituem na dinâmica da contradição.

Atenta à dinâmica, a educação popular procura perceber as contradições do sistema vigente e, operando na contradição, busca conseguir abrir brechas para o surgimento de novas oportunidades. A ideia de operar nas contradições do sistema dominante é exatamente para não reproduzir a ordem vigente, mas para inovar e transformar.

A participação evolui porque em termo de sociedade, como é o caso da AACC, se as pessoas não estiverem reunidas pensando

num projeto, numa ideia, a gente não atinge os objetivos, então identidade pra mim é você ter a sua história, você acreditar. Você se identifica com a cultura de um povo e a gente vai defender a nossa história cultural, a nossa história de vida, principalmente no caso da AACC, as nossas tradições. A AACC está muito ligada em Cabedelo na defesa de sua história cultural, suas tradições, então a minha função na AACC (Tadeu é mestre de cultura popular) junto com outros companheiros é a gente defender essa identidade, essa identificação que a gente tem com a cultura local de Cabedelo, seja na questão do pescador, na questão religiosa, das danças populares, isso pra mim é que é identidade, fazer com que essa história cultural seja sempre revitalizada e dinamizada. (Judas Tadeu Patrício Correia-fundador da AACC).

São nestas contradições, nestas brechas, que a educação popular se liga para semear as sementes da pergunta, da problematização, da politização, da organização, da autonomia, da mudança, do novo, da justiça, da libertação. Considerando as contradições de forma geral e especificamente as contradições das relações de poder dentro e fora dos grupos sociais, e a AACC está permeada dessas relações como qualquer outra associação, que tanto podem oprimir quanto libertar. A que contradições à educação popular e a construção de identidade devem se atentar no campo rebuscado da indústria cultural e nas políticas públicas de cultura atuais? E em outros campos em que deve haver contradições? Deixaremos esta pergunta em aberto, pois desenvolvê-la exigiria praticamente uma nova tese.

Contudo, são contradições de fundo às quais a educação popular e a identidade precisam atentar e operar constantemente. A partir das nossas percepções, conversas, ações, reflexões e novas ações, na realização da pesquisa, foi possível criar, reafirmar ou questionar algumas convicções, ainda que sempre provisórias e questionáveis.

A educação popular, apesar das contradições, possui, especialmente a médio e longo prazo, enorme potencial transformador, seja da vida pessoal, profissional e social das pessoas que vivem processos organizacionais. A educação é condicionada, mas inclusive tem a capacidade de potencializar ou não os próprios condicionantes. Esse processo é importante para ver a construção da identidade e o seu fortalecimento.

Em relação às organizações não governamentais entendemos as mesmas como instituições de grande ação do querer fazer a serviço da educação popular e, portanto, sofrem das mesmas potencialidades e contradições que envolvem os processos educacionais. Uma das suas principais funções é educar para o humanismo. Humanismo que precisa ser renovado pela abordagem do historicismo, que ao invés da natureza busca a possibilidade do fazer, na relação com o outro. Convive-se com a diversidade, considerada a liga social para a tolerância com o diferente em uma sociedade de igualdade de direitos. Apresenta, também, relação com a extensão popular, capaz de integrar ensino e pesquisa numa perspectiva crítica e em torno da demanda social do povo, dos grupos e movimentos populares.

A educação popular é uma concepção educativa que se desenvolveu na resistência à opressão. É, portanto, um espaço da contradição. Por isso, um dos seus principais desafios é lidar com o poder de forma inovadora e descentralizada, fazendo que toda pessoa exerça o poder, na perspectiva da autoestima pessoal e da justiça social. Para tanto, precisa partir da realidade das pessoas e de processos organizativos que buscam transformar esta realidade. Fazer entender, na teoria e na prática, que a realidade é histórica e, portanto, não é determinada e nem é por acaso, mas é possibilidade condicionada. Deve atentar para riscos e contradições, como a introjeção do opressor como ideal de homem e de mulher ao invés de buscar o novo. Existe uma luta pela transformação estrutural do sistema em detrimento da luta pela mudança de relações e com o cuidado de não fazer pelo, mas com e para o povo, não gerando heteronomia e dependência, mas autonomia e libertação.

A educação popular assume a positividade da contradição, como característica da lógica dialética, própria da realidade histórica. Aproveita as contradições e brechas do próprio sistema para questioná-lo e transformá-lo. Se concebe e atua na contradição do sistema dominante. As contradições, e conseqüentemente as experiências de educação popular, vinculadas aos processos de construção de identidades, são muito potentes.

Discutir as contradições que envolvem a educação popular é dialeticamente posicionar-se em relação a uma busca constante. Essas são algumas considerações que podemos fazer, mas que não darão cabo de todas

as questões que esse tema suscita. As perguntas devem continuar a serem feitas em busca, sempre, de novas sínteses. A educação popular é uma pedagogia humana e como tal, inacabada. O fortalecimento da identidade, também.

Nesse sentido, reafirmamos a concepção freireana de educação: “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1987, p. 68). Essa é a ação de educação popular construída pelos fundadores da AACC nesse processo de fortalecimento da identidade cultural de seus membros e da coletividade cabedelense.

O fortalecimento da identidade cultural, nesse processo de formação, vem sendo destacada como necessária, para que os sujeitos sociais possam contribuir na construção identitária de novos valores embasados na solidariedade, no diálogo, nas construções culturais e educacionais de gênero, sexualidade, raça, etnia, inclusão digital, diversidade, sustentabilidade, pois as novas relações sociais estabelecidas estão provocando a exclusão social das classes menos favorecidas.

Neste contexto em que prevalece entre nós a globalização neoliberal, a ideologia do pensamento único, do mercado acima da vida, deve-se repensar e dialogar sobre estratégias e os desafios para uma educação popular e libertadora, capaz de promover a formação da identidade na consolidação de processos críticos a partir de sujeitos sociais conhecedores dos seus direitos e que saibam lutar pelo efetivo exercício da cidadania.

Para Freire (1992, p. 85-86),

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos [...] trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. Sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno do chamado outro mundo, sua religiosidade, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros.

Nessa perspectiva, a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo-AACC vive um dos seus maiores embates que é o de dar o salto qualitativo em suas relações com a população de Cabedelo que em alguns momentos não consegue

perceber as razões pelas quais a AACCC se mantém com as posições assumidas em 1985, quando de sua criação, defendendo a identidade cultural da cidade de Cabedelo, suas raízes culturais e seu patrimônio histórico e artístico de natureza material e imaterial.

Com os processos de globalização e sloganização da cultura e do turismo dito cultural, “chegam” a Cabedelo várias possibilidades de turismo e empresas privadas do setor e governo municipal passam a defender a realização de atividades “ditas turísticas e rentáveis” que vão de encontro a defesa e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural material e imaterial da cidade.

Um exemplo a ser citado foi à defesa, por parte da afiliada local da rede Globo de Televisão e da gestão da Prefeitura na época, de que deveria ser realizado (foram realizadas três edições e quase destruíam tudo) na Fortaleza Santa Catarina a edição local do Forró Fest, grande festival anual que reúne milhares de pessoas, que, com certeza, depreciaria aquele monumento de mais de quatro séculos. São contradições muito presentes nessa caminhada em que a AACCC se propôs a lutar pelo fortalecimento da identidade cultural da cidade.

Nessa perspectiva partem para o embate com a AACCC, pois não querem aceitar que esse grupo identitário continue a defender a cultura local, para “eles” uma defesa de forma “atrasada, pois emperra o turismo de grandes eventos e atrapalha a ocupação do monumento por outras atividades” (palavras dos gestores municipais e agentes de turismo das grandes empresas). Um ponto conflitante é exatamente a ocupação da Fortaleza de Santa Catarina (séc. XVI), onde, desde 1992 a AACCC tem sede e a mantém conjuntamente com outras Associações artísticas e culturais que ajudou a criar e com as quais partilham dos princípios de defesa desse patrimônio que não é mais de Cabedelo, e sim da humanidade.

Acompanhamos e participamos dessa associação desde a sua fundação (22 de agosto de 1985) e percebemos, a partir das ações, conversas, entrevistas e vivências que os seus membros fundadores, sujeitos desta pesquisa-ação, têm mantido estável suas ações e entendimento sobre a importância de se ter uma identidade, no caso uma identidade cultural e de ter como princípio fundante a

luta pela preservação dos valores culturais da cidade respeitando e preservando a sua história e os seus monumentos que atestam suas raízes.

Suas inúmeras ações e projetos já registrados nesta pesquisa e que foram desenvolvidos ao longo desses trinta e um anos de efetiva atuação demonstrando que, apesar das dificuldades financeiras, do inexpressível apoio de políticas públicas municipal, estadual ou federal, os membros fundadores e ainda participantes no período de acompanhamento e participação deste pesquisador, não abriram mão de sua missão, com temos demonstrado e registrado.

Por outro lado, essa identidade cultural que identifica e fortalece os membros fundadores da AACCC, é constantemente atacada ora pelos órgãos públicos, ora pelos empresários do turismo dito cultural, mas na verdade vendedores de produtos da indústria cultural:

O termo "Culture Industry" na versão de Ernest Ficher (1959) ou "Kulturindustrie", empregado por Theodor Wiesegrund Adorno (1969), designa a exploração sistemática e programada de "bens culturais", no sentido de obras de arte e produtos culturais (livros, palestras científicas, música, artes cênicas, expressões visuais e plásticas, audiovisual, dentre outros), com fins comerciais. A mídia da massa passa a fabricar industrialmente elementos culturais, segundo as normas de mercado, levando em consideração o rendimento, a estandardização e a divisão do trabalho, idênticas as do capitalismo. A indústria cultural reflete, assim, as mesmas relações e antagonismos que o mundo industrial das sociedades modernas, com a diferença que, cúmplice da ideologia dominante, tem como papel homogeneizar e tornar inofensivos os possíveis conflitos, em particular os que poderiam provir dos focos culturais organizados.

Mais contradições são identificadas. Às vezes, o ataque vem também de membros de outros grupos culturais que atuam na cidade cabedelense que absorvem a ideia de que as propostas e ações de identidade cultural com os saberes e práticas locais e a luta para se ter independência frente aos órgãos públicos locais, atrapalham o "desenvolvimento do turismo cultural" da cidade e os "financiamentos" desses órgãos.

Grupos e pessoas que, isoladamente, recebem apoios aos seus projetos, mas que não são projetos pensados com o coletivo dos grupos culturais numa perspectiva de construção de políticas culturais públicas para a cidade. Um acontecimento que confirma essa interferência aconteceu, no ano de 2015, quando, depois de quase dez anos sem apoiar significativamente o espetáculo da Paixão de Cristo (em 2015, com 38 anos de existência na cidade) a gestão da prefeitura municipal “oferece” apoio amplo e estrutural ao espetáculo desde que o personagem Salomé seja feito por uma atriz global escolhida pela gestão.

O GTAAB-Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa questionou a postura da prefeitura e decidiu colocar em votação se aceitava ou não, e a maioria, em sistema de discussão, coordenado pelo líder do grupo e fundador da AACC Mestre Judas Tadeu Patrício, que preside o GTAAB, entendeu que se fosse recusada essa “participação sugerida pela gestão municipal” o grupo não receberia nenhum apoio financeiro e estrutural. Realizaria sim o espetáculo, como sempre fez, mas com grandes dificuldades. Mais contradições, pois diante dessa possibilidade de realizar o espetáculo com apoio financeiro, muitos optaram por aceitar. É compreensível que assim tenha sido. A luta continua.

O entendimento foi o de registrar o estranhamento diante do fato, inclusive com o apoio dos fundadores da AACC que se manifestaram ao lado do Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa que encena o espetáculo. Alguns membros desse grupo são filiados a AACC e outros são seus fundadores a exemplo de Judas Tadeu Patrício Correia, Janilson Melo Feitosa e Sérgio Brito de Oliveira. Estivemos presente ao espetáculo como sempre fazemos ao longo desses anos e foi impressionante o que vimos: Guarda municipal fazendo a segurança, agentes de trânsito organizando a mobilidade das pessoas e veículos, ambulância, arquibancadas para 1.500 pessoas, 500 cadeiras para pessoas com alguma prioridade prevista em lei, banheiros químicos e outros detalhes mais, nunca antes patrocinados.

No nosso entendimento e pelas intervenções dos membros da AACC (fundadores e outros efetivos) sempre refletindo sobre essa e outras ações contrárias a políticas públicas igualitárias, fica demonstrada a força desse processo de educação popular de fortalecimento da identidade que vivenciam

esses membros fundadores, mesmo com os recuos, como esse que relatamos agora. Tem-se fortalecido esse processo de construção coletiva acerca de que a força da organização está na participação conjunta e firmeza das ações sempre avaliando as decisões tomadas e entendendo os avanços e recuos necessários.

Estamos vivendo, nos últimos trinta e um anos, uma forte discussão valorativa em torno do conceito de identidade e ao mesmo tempo o conceito tem sido submetido à severa crítica. É paradoxal esse fenômeno? Não acreditamos. O que ocorre é uma necessária discussão em torno de tão importante tema, efetuando-se uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas de atuação, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada.

Quem precisa da identidade e qual a necessidade de discuti-la? A identidade é um desses conceitos que operam no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas. Outra questão a ser observada diz respeito a observar a qual conjunto de problemas emerge a irredutibilidade do conceito de identidade. O sujeito aí da ação social está centrado em sua historicidade. Essa ação visa articular a relação entre os sujeitos sociais e suas práticas discursivas. Na construção identitária e no seu fortalecimento, partimos do reconhecimento de alguma origem comum, de um mesmo ideal, ou características de um grupo compartilhadas.

O caso da AACCC é exemplificador, pois toda a formação do grupo se deu a partir de uma mesma origem - a identificação, preservação, manutenção, defesa, construção e fortalecimento da identidade cultural cabedelense. Temos uma construção identitária lastreada na cultura local, no seu caminhar histórico, no seu patrimônio artístico e cultural de natureza material e imaterial e, nas práticas de preservação e defesa da identidade de um grupo que convive e luta por ideias construídas nas lutas cotidianas.

Reafirmamos, aqui, que não quer dizer que não existam contradições e diferenças entre os seus membros, e seria negar a dialogicidade do mesmo, mas a constante atividade de fortalecimento da identidade, que um longo processo de educação popular proporcionou e

proporciona, tem fortalecido os pontos convergentes a partir exatamente das diferenças.

Nessa perspectiva Stuart Hall (2001, p.108) defende um conceito estratégico e posicional de identidades aceitando que elas não são unificadas e que nesse momento globalizado estão cada vez mais fragmentadas. Suas singularidades são multiplamente construídas ao longo de discursos e práticas que ora se cruzam, ora antagonizam.

As identidades estão sujeitas a uma historização. Elas têm a ver com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

Tem a ver não tanto com as questões: quem nós somos? Ou de onde nós viemos? Muito mais com as questões: quem nós podemos nos tornar? Como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios. Nós não falamos exatamente sobre o eterno retorno as raízes, mas uma vivência com nossas rotas de origem. É um avançar, sem perder o rumo. E isso ocorre exatamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, nas contrições, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. A partir daí, é preciso se reconhecer que é por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é com tudo aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior, que o significado positivo da identidade pode ser construído e fortalecido. As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para transformar o diferente em exterior. Toda identidade tem a sua margem, um algo a querer construir. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo identidade assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta.

Para Laclau (1990, p.33) a constituição de uma identidade é um ato de poder:

Se uma identidade consegue se afirmar, é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. A constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes - homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido - em oposição à essencialidade do primeiro - à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual o branco é, obviamente, equivalente a ser humano. Mulher e negro são, assim, marcas em contraste com os termos não marcados homem e branco.

Identidade aqui compreendida como ponto de encontro entre os discursos e práticas que nos convocam para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de ações particulares. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995). Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora sabendo que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos.



Instituto Federal de Educação-Campus de Cabedelo. **Seminário sobre a utilização Cultural da Fortaleza de Santa Catarina** com a presença dos fundadores/as da AACC e outros membros dos grupos culturais da cidade. Participação da Prefeitura de Cabedelo/Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente, IPHAN-PB, Representação da Unesco e Secretaria do Patrimônio da União-PB.

2014: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Verifica-se em vários momentos a grande investida em se retirar a AACC e demais organizações culturais que, com essa perspectiva, atuam e têm sede na Fortaleza de Santa Catarina. Exemplos fortes como o de 1991 quando “pessoas e governantes da cidade de Cabedelo” denunciaram ao IV Exército que a Fortaleza de Santa Catarina estava ocupada por “desocupados”.

(Janilson Melo Feitosa-fundador e primeiro presidente da AACC).

A cada momento a AACC tem sido testada em suas convicções acerca dessa defesa da identidade cultural da cidade. Quando investiram por meio dos governos municipal e estadual para instalarem um batalhão do Corpo de Bombeiros naquele monumento (1993); quando o governo municipal cancelou o convênio de cooperação técnica, científica e cultural que mantinha com a AACC para inviabilizar os seus projetos e sua manutenção (2005-2013); cortes sucessivos do fornecimento de água e energia e mais recentemente (2014) quando, por meio de denúncias oferecidas por um grupo cultural local aos gestores da secretaria

municipal de turismo, ameaçam retirar a AACC e demais ONGs sediadas na Fortaleza de Santa Catarina.

Diante desse quadro, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU-PB) investiu contra a Fundação Fortaleza de Santa Catarina e AACC, principais organizações sociais que lutam para manter aquele monumento aberto a comunidade e desenvolvendo ações culturais. Alegam que as organizações culturais ali sediadas estavam ocupando o monumento ilegalmente, mesmo sabendo que o IPHAN-PB acompanhou todo o processo de ocupação do monumento e que em depoimentos públicos reconheceu que se não fosse a AACC, a FFSC e demais grupos ali sediados, o monumento estaria abandonado, pois o instituto não tinha recursos humanos e financeiros para a manutenção do monumento.

Interessante constatar que não alegaram isso durante os últimos 24 anos (1992-2016) em que as entidades ali sediadas cuidaram daquele patrimônio tombado pelo IPHAN (24 de maio de 1938) e ainda cuidam. As entidades ali sediadas e lideradas pela AACC resistiram a mais esse ataque e continuam ocupando o monumento (2016). Mais uma “invasão” a Fortaleza de Santa Catarina é enfrentada pelos membros da AACC e grupos parceiros.

Não sabemos até quando essa resistência cultural irá acontecer, pois, sem apoio dos órgãos públicos, da classe empresarial local e em alguns momentos da incompreensão de parte da população que veem a AACC como obstáculo a tomarem o monumento e o transformarem em casa de eventos lucrativos, além de que a AACC é um impeditivo para a ampliação dos depósitos de combustíveis que se instalaram ao lado do monumento com o olhar conivente dos poderes públicos, em todos os níveis. A luta torna-se cada vez mais aguerrida e não sabemos até quando resistiremos. Resistir é preciso.



Fortaleza de Santa Catarina: Debate sobre a utilização da Fortaleza de Santa Catarina. Da direita para a esquerda: Janilson Melo Feitosa (fundador e primeiro presidente da AACC), Osvaldo da Costa Carvalho (membro da AACC e Presidente da Fundação Fortaleza de Santa Catarina). Em seguida vem a arquiteta do IPHAN-PB, Daniela Bandeira (Secretária do Secretaria do Patrimônio da União-PB) e Claudio Nogueira (Superintendente do IPHAN-PB). O prefeito Leto Viana de Cabedelo participou da abertura dos trabalhos e depois se retirou, não estando nesta foto. 2014: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Sabemos que a homogeneidade cultural promovida pelo mercado globalizado pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. Todas essas lutas em defesa do fortalecimento da identidade cultural dos membros fundadores da AACC têm levado a uma resistência que fortalece a identidade local, mas é evidente, que em algum momento, poderá, alternativamente, levar ao surgimento de novas posições de identidade, contraditórias, inclusive.

Isso não aconteceu com os membros fundadores da AACC nesses trinta e um anos de atuação e mais particularmente no período compreendido nesta pesquisa (2003-2013), apesar de tempos tensos em que as diferentes situações de dificuldades em todos os aspectos, colocaram a identidade cultural desse grupo em crise. Percebemos, a partir dessa caminhada, que a ação participativa, construída dentro de um processo de educação popular, fortalece a identidade cultural. Essa caminhada dos fundadores confirma essa assertiva. Esse reconhecimento do ser Eu, do Outro e de suas lutas, se faz num ambiente

dialógico e participativo. Encontramos essa diversidade dialógica no ambiente e nas ações da AACCC e de seus fundadores e ainda participantes. Trazemos mais algumas ações de fortalecimento dessa identidade cultural por meio da participação.

Nau Catarineta de Cabedelo



Estandarte comemorativo dos 102 anos de fundação da Nau Catarineta de Cabedelo. Ação do Mestre de cultura popular Judas Tadeu Patrício Correia, fundador da AACCC e líder do Grupo de Cultura Popular Nau Catarineta. Sucessor do Mestre Hermes Nascimento.
2014: Fonte: Acervo de Judas Tadeu Patrício.



CD lançado pelo Grupo Nau Catarineta de Cabedelo na data de seus 102 anos (2014).

2014: Fonte: Acervo de Judas Tadeu Patrício.

Essa participação e esse fortalecimento da sua identidade e dos demais membros desse coletivo, só tem sido possível a partir de uma prática reflexiva, crítica, libertadora, e principalmente, quando o sujeito da ação entende que ele é construtor de sua própria história na ação coletiva. Por meio de um amplo processo de educação popular o fortalecimento da identidade cultural tem sido a missão primeira dos fundadores e demais membros da Associação Artístico-Cultural de Cabedelo. Esta pesquisa é um esforço teórico que procura demonstrar que a Participação e a Identidade, tendo estas cheias de possibilidades de Educação Popular, decorrente desse exercício dialético, são permeadas de contradições nas relações interpessoais e sociais e que fortalecem a Identidade da AACC e de seus fundadores e ainda participantes.



Reunião na Fortaleza de Santa Catarina para discutir com o IPHAN-PB e Secretaria do Patrimônio da União-PB, a cessão de uso da Fortaleza. A comunidade, convidada pela AACC, compareceu a reunião e fortaleceu a posição da Associação de que a cessão deve ser renovada para a Fundação Fortaleza de Santa Catarina que preserva o monumento desde 1992 em parceria com a AACC e demais ONG ali sediadas.

2014: Fonte: Acervo de Fernando Abath Cananéa.

Para nós, uma assembleia popular histórica, pois, apesar da crise econômica que assola o país e a cidade de Cabedelo, em particular (vários postos de serviço foram fechados no Porto de Cabedelo) a população

compareceu em defesa da AACC e da Fundação Fortaleza de Santa Catarina, na sua luta pela permanência no monumento. Essa é uma história identitária para se contar aos nossos descendentes, e esperamos que ainda por mais muitos e muitos anos. A Pesquisa-Ação continua. A vida continua em ação e reflexão, em novas ações ou dialeticamente falando, construindo novas sínteses numa realidade concreta – a cidade de Cabedelo. Todos os povos possuem nomes, seu próprio idioma ou linguagem que de alguma maneira estabeleça diferenciação entre o eu e o Outro.

Buscamos com isso o autoconhecimento que é uma permanente construção, uma descoberta de nós mesmos e da nossa necessidade de sermos conhecidos e reconhecidos, pelos outros. Identidade, a partir desse reconhecimento, passa a ser fonte de significado e experiências. Experiências essas, que, mergulhadas em processos educacionais populares fortalecem essa identidade cultural. No caso desta pesquisa, no que diz respeito aos sujeitos pesquisados - fundadores da Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, identificamos que o processo de construção de significados com base em atributos culturais e participação fortaleceram a identidade cultural dos mesmos.

A ação, a reflexão e novas ações continuam em busca de novas sínteses.



Fortaleza de Santa Catarina—pátio interno. Demonstrando a boa conservação do monumento sob a coordenação das ONGs Fundação Fortaleza de Santa Catarina – FFSC e AACC, apoiadas pelas demais ONGs ali sediadas. Atualmente a FFSC se mantém a partir

da colaboração de entrada solicitada aos visitantes, turistas e doações dos seus membros e apoiadores diversos. No Brasil é o único monumento administrado pela sociedade civil organizada.

2016: Acervo da AACCC e FFSC.

6 REFERÊNCIAS

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Estatutos**. Disponível em: <http://www.abong.org.br> Acesso em: 14 ago. 2015.

APPLE, Michael W. **Poder. Significado e identidade**. Ensaio de estudos educacionais críticos. Porto: Porto Editora, 2003.

AGOSTI, Héctor. **Ideologia e cultura**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Conversa sobre educação**. (Org.) Raissa Castro Oliveira. Campinas-SP: Verus Editora, 2003.

AMORIM, M. **Labirintos da autonomia, a utopia socialista e o imaginário em Castoriadis**. Fortaleza-CE: EUFC, 1995.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARANTES, Antonio A. **O que é cultura popular**. 14. ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ARAÚJO, A.M. **Cultura popular brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

As Mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

AYALA, Marcos e AYALA, Maria Ignez, N. A. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura do Brasil**. V. 3. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

BACON, F. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**/Gaston Bachelard; tradução de Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1996.

BARBIER, Rene. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves. (Coord.). **Multireferencialidade nas ciências da educação**. São Carlos: UFSCar, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Edições Loyola, LDA, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. RJ: Zahar, 2012.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. 3. ed. SP.: Edições 70, 2009.

BARROS, José Márcio. (Org.) **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BASTOS, Liliana Cabral e LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Estudos de identidade: entre saberes e práticas**. (Orgs.) Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BASTIDE, Roger. **Les arméniens de Valence**. Paris, Revue Internationale de Sociologie, v. 39, n. 1-2,1931.

_____. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2008.

_____. **Estado e educação popular**. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: **A Questão política da educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: RJ, Editora Civilização Brasileira, 1977.

BOTERY, G.L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORTONNI-RICARDO, Stella Maris. **O Professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo/sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo et al.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura do povo e a educação popular. In: **A Questão política da educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Pesquisa participante**. (Org.) 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social - **Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã**. Disponível em: <www.participa.br> Acesso em: 02 abr. 2015.

BURKE, James. **O presente do fazedor de machados**: os dois gumes da história da cultura humana/James Burke, Robert Ornstein; ilustrações Ted Dewan; tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Memória histórica e movimentos sociais**: ecos libertários de heresias medievais na contemporaneidade. João Pessoa: Ideia Editora, 1999.

_____. **Enfrentamentos teórico-práticos nos movimentos sociais**. João Pessoa: Ideia Editora, 2000.

_____. Movimentos sociais populares rumo a uma nova sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo. In: **Revista Eletrônica O Comuneiro**, n. 5, Lisboa. Disponível em: <www.ocomuneiro.com .> Acesso em: 22 set. 2007.

CANANÉA, Fernando A. Abath L. Cardoso. **O Mar e a jangada**: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____. Saberes da vida e a construção do conhecimento. In: CANANÉA, Fernando A. Abath L. Cardoso. (Org.) **ENTRELACOS**: diálogos entre os sujeitos. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2014.

_____. **Política cultural: um olhar identitário.** In: CANANÉA, Fernando A. Abath L. C. (Org.) **Educação: um encontro com o outro.** João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular?** In: **Comunicación y culturas populares en Latinoamérica.** México: Gili, 1987.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dois Ensaios de História.** Natal, Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, 1965.

_____. **Civilização e cultura.** Pesquisas e notas de etnografia geral. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1973.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Epilegômenos a uma teoria da alma que se pôde apresentar como ciência.** In: **As Encruzilhadas do Labirinto 2, domínios do homem.** Trad. José Oscar Almeida Marques, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Susana de. **Três temas essenciais à filosofia da educação: cidadania, razão e arte.** In: GHIRALDELLI JR, Paulo; CASTRO, Susana de. **A nova filosofia da educação.** Barueri, SP: Manole, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural.** São Paulo: Papirus, 1994.

CHARTIER, Róger. **A História cultural: entre prática e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. Seminários. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

COELHO, Germano. **História do movimento de cultura popular**. Recife: Ed. do Autor, 2012.

COMBLIN, José. **Vocação para a liberdade**. São Paulo: Paulus, 1999.

COMTE, A. **Système de politique positive**. V. 1, 5. ed. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda. Paris: Sociéte Positiviste, 1929.

COSTA VORRABER, Marisa. (Org.) **Educação popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.

COSTA, Alda Cristina Silva da et al. Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer. In: **Revista Movendo Ideias**. Vol. 8, nº 13. Belém: Nead, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.cristhianlima.com.br/wpcontent/uploads/2011/11/IND%C3%9ASTRIA-CULTURAL-REVISANDO-C%3%B3pia.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2013.

DALBOSCO, Claudio Almir. Considerações sobre a relação entre filosofia e educação. In: FAVERO, Altair A.; DALBOSCO, Claudio A.; MÜHL, Eldon H. (Orgs.) **Filosofia, Educação e Sociologia**. Passo Fundo: UPF, 2003.

DAMASCENO, Alberto. **A educação como ato político partidário** et al. São Paulo: Cortez, 1988.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional**: um enigma. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DERRIDA, J. **On Grammatology**. Baltimore/Londres.MD/ Johns Hopkins University Press, 1976.

_____. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Tradução de Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima da USP. Hemus Editora Limitada, 1988.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Romeu Gomes; Cecília de Souza Minayo (Org.) 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Thought styles**. London: Sage, 1996.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURÃO, Jorge E. Reforma do Estado, a ação das ONGs e a assistência social. **Cadernos ABONG n°30**. São Paulo: ABONG, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**/Émile Durkheim; tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Editor alemão Michael Schröter; traduzido do inglês por Alvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARAH, Marcel Franco Araújo. **A Educação é estrutural**: o papel da educação é mostrar que os limites impostos ao “povo daqui” podem ser superados. Disponível em: <<http://domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=4749>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

FÁVERO, Osmar. **Uma Pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB(1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERNANDES, Renata Sieiro; PARK, Margareth Brandini. (Orgs.) **Educação não formal**: contextos, percursos, sujeitos. Campinas, SP: UNICAMP /CMU; HOLAMBRA, SP: Editora Setembro, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. RJ: Forense Universitária, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. rev, São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**, 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 42ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, Vol 1).

_____. **Política e educação**: ensaios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000c.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire, tradução de Kátia de Mello e Silva: revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintral, 3. ed. , São Paulo: Moraes, 1980.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: tradução de Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução de Enio Paulo Giachini. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos Alberto. (Orgs.) **Educação popular**: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

_____. **A interpretação das culturas**. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, 1988.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Os Impasses do humanismo e a “crise da educação”. In: GHIRALDELLI JR, Paulo; CASTRO, Susana de. (Orgs.) **A nova filosofia da educação**. Barueri, SP: Manole, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 7. ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Tradução de Luiz Fernandes Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2. ed. RJ: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A concepção dialética da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed., RJ: Civilização Brasileira, 1981.

GUENÉE, Bernard. **História e cultura histórica medieval em Europa, Paris**. Aubier-Flammarion, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 5. ed. RJ: DP&A, 2001.

_____. A Questão da identidade cultural. In: Stuart Hall; D. Held & T. McGrew (Orgs.) **Modernity and its futures**. (tradução: Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva), Cambridge, Polity/Open University. 1992.

_____. Cultural identity and diaspora. In: RUTHER-FORD, J. (Org.) **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

HAMBURG, Felix Meiner Verlag. Título do original alemão: **Phänomenologie des Geistes nach dem Text Von Hegel**. Tradução da Fenomenologia do Espírito de Hegel. Vozes, 1988.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford, Cambridge, 1990.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1987.

HUNT, Lynn. (Org.) **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HYPOLITE, Jean. **Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito de Hegel**. Tradução de Silvio Rosa Filho. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

IANNI, Otávio. **O Estado e a organização da cultura**. Encontros com a Civilização Brasileira, nº 01, 1978.

_____. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1979.

JARA, Oscar Holliday. **Para sistematizar experiência**. Editora Universitária UFBA, 1996.

JEZINE, Edneide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.) **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

JOANNES, Hessen. **Teoria do conhecimento**. Tradução João Vergílio Galterani Cuter, revisão técnica Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Ensino Superior).

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2002.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. (Trad. Paulo Quintela). Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1996.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A Entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo/** Jean-Claude Kaufmann. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florência; revisão técnica de Bruno César Cavalcanti. Petrópolis/RJ: Vozes; Maceió/AL: Edufal, 2013.

KROEBER, Alfred. O Superorgânico. In: Donald Pierson (Org.) **Estudos de organização social**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

LACLAU, E. **New reflections on the revolution of our time**. Londres: Verso, 1990.

LANDER, Edgardo. (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais-perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11. ed. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.

LEHER, Roberto. **Educação popular como estratégia política**. (s/e), 2005.

VÉVY, Pierre. Ciberultura. 3. ed. 1ª Reimpressão/Tradução Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, Licínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINTON, Ralph. O indivíduo, a cultura e a sociedade. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otávio. **Homem e sociedade: leitura básica de sociologia geral**, 8. ed. São Paulo: Nacional, 1973.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. **Estudos de identidade: entre saberes e práticas**. (Orgs.) Rio de Janeiro: Garamound, 2011.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível/György Lukacs; tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman**. SP: Boitempo, 2010.

MACHADO, Aline Maria Batista; Charliton José dos Santos. **Gênero, movimentos sociais e ONGs: reflexões de pesquisas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

MANFREDI, Sílvia M. A Educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: **A Questão política da educação popular.** (Org.) Carlos Rodrigues Brandão. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Política: educação popular.** São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política;** tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Marco de Referência da Educação Popular. Disponível em: <<http://www.participa.br/educultura/gallery/marco-de-referencia-da-educacao-popular.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MATTOSO, José. **A identidade nacional.** Fundação Mário Soares. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto.** Porto Alegre: Ed. Ísis; Diálogo, Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA, 2005.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação na Paraíba: fragmentos.** João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2013.

_____. **Universidade popular.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. **Educação popular: diálogos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

_____. **Extensão popular, autogestão e educação popular.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

_____. **Diálogo em educação: Platão, Habermas e Freire.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____. **Cadernos de educação Popular:** produção discente. (Org.) Nº5. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1998.

MELO NETO, José Francisco de. ; DA SILVA, Severino Felipe. **Saber popular e saber científico.** Artigo. João Pessoa (ainda não publicado), 2014.

MELO NETO, José Francisco de. SCOCUGLIA, Afonso C. (Orgs.) **Educação Popular:** outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

MENDES, Candido. (Coord.) e SOARES, Luiz Eduardo. (Editor). **Pluralismo cultural, identidade e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades, In: B. S. Santos (Org.) **Globalização:** fatalidade ou utopia? Porto: Edições Afrontamento, 2001.

MENEZES, Paulo. **Para ler a fenomenologia do espírito de Hegel.** São Paulo: Loyola, 1985.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**/Maurice Merleau-Ponty; tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. SP: Martins fontes, 2006.(Tópicos).

MÉSZÁROS, István. **Aspectos de la historia y la consciencia de classe.** México: UNAM, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação.** Campis, SP: Papyrus, 1989.

MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. (Orgs.) 10. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **O Método 3.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar para o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NORBERT, Elias. **Envolvimento e alienação.** Traduzido do Inglês por Alvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

NOVOA, Carlos Alberto Torres. **Diálogo com Paulo Freire.** São Paulo: Edições Loyola, 1979.

OLIVEIRA, R.D., OLIVEIRA, M.D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R. (Org.) **Pesquisa participante.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de; LINS, Lucicléa Teixeira (Orgs) **Educação popular e movimentos sociais:** aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

OLIVEN, Ruben. (Org.) **Estado e cultura no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1984.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A consciência fragmentada.** RJ: Paz e Terra, 1980.

_____. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Perspectivas e dilemas da educação popular.** (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

PARDO, J. L. El sujeto inevitable. In: CRUZ, M. (Org.) **Tiempo de subjetividade.** Barcelona: Paidós, 1996.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, J.B. **A pesquisa-ação como prática social**. Contexto e Educação, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Consciência e realidade nacional**. 2 vols. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Sete lições sobre a educação de adultos**. 12. ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1991.

_____. **Questão da universidade**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson (Orgs.) **Filosofia e história da educação**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PLUMMER, K. Identidade. In: OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

PONTUAL, Pedro e IRELAND, Timothy. (Orgs.) **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

POPPER, Karl Raymund. **O racionalismo crítico na política**; tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. 2. ed. , Brasília: Editora da UNB, 1994.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa-ação? In: **PESQUISA-AÇÃO: princípios e métodos**. (Org.) Roberto Jarry Richardson. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

_____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Com colaboradores: José Augusto de Souza Peres et al. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. Conscientização como processo de libertação. In: **Temas Educacionais**: uma coletânea de artigos. Luís Távora Furtado Ribeiro e Marco Aurélio de Patrício Ribeiro. (Orgs.) Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RODRIGUES, Luiz Dias. Como se conceitua educação popular. In: Melo Neto, José Francisco & Scocuglia, Afonso Celso Caldeira. **Educação Popular**: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

_____. **Educação Popular**: temas convergentes. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

RUSSO, Hugo A.; SGRÓ, Margarita e DÍAZ, Andréa. Aprender a dizer sua palavra: do outro da razão a razão dos outros. Contribuição da ação educacional dialógica para a razão comunicacional. In: **Paulo freire**: ética, utopia e educação. Danilo R. Streck (Org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SALOMÓN, Leticia. O papel da sociedade civil na construção da democracia. In: **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (Orgs.) Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTANA, Arão Paranaguá de. **Experiência e conhecimento em teatro**. São Luís: EDUFMA, 2013.

SANTOS, José Luiz dos Santos. **O que é cultura**. 16. ed., São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Luciano Cristovan dos; OLIVEIRA, Raimundo Augusto de; BUISSET, Gaëlle. (Coords.) **A Sustentabilidade institucional de entidades da sociedade civil brasileira**. Recife: LM Gráfica e Editora, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. RJ: Graal, 1989.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 12. ed. Edições Afrontamento, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34. ed. Ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVRANSKI, I. **A cultura e suas funções.** Moscou: Edições Progresso, 1986.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** 4. ed, João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

_____. **A teoria só tem utilidade se melhorar a prática educativa:** as propostas de Paulo Freire. Petrópolis, RJ: De Petrus et al; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

_____. **Educação popular e movimentos sociais.** Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine. (Orgs.) João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **A redescoberta da cultura.** São Paulo: Editora da USP/ FAPESP, 1997.

SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SCOZ, Beatriz Judith Lima. **Identidade e subjetividade e professores:** sentidos do aprender e do ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Rosália de Fátima e. Compreender a “entrevista compreensiva”. **Revista Educação em Questão**, Natal/UFRN, v. 26, n. 12, p. 31-50, maio/ago. 2006. Artigos.

SOUZA, João Francisco de. **A democracia dos movimentos sociais populares:** uma comparação entre Brasil e México. Recife: Bagaço, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da participação cidadã**. Caderno CRH, Salvador, nº 26/27, p. 170-209, 1997.

THEODORSON, George e Achilles. **Dicionário Moderno de Sociologia: conceitos e terminologias de Sociologia e disciplinas afins**. Publicado por Apollo / Thomas Y. Crowell New York, 1970.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo com Paulo Freire**. Coleção Paulo Freire. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. **A cultura do povo**. (Orgs.) 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Editora Hucitec/Ministério da Saúde, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural**. (Org.) Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIEIRA, Ricardo. **Histórias de vida e identidades**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Apontamentos sobre educação popular. In: Valle, João E. e Queiroz, José (Orgs.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. Educação popular e processo de democratização. In: **A questão política da educação popular**. (Org.) Carlos Rodrigues Brandão. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Educação popular: metamorfoses e veredas.** São Paulo: Cortez, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.